FELIX GUATTARI

Revolução Molecular:
pulsações políticas do desejo

3ª Edição



editora brasiliense

LEITURAS AFINS

- O Canibalismo Amoroso - *Affonso Romano de Sant'Anna*
- A Condição da Mulher - *Marta Suplicy*
- A Contestação Homossexual - *Guy Hocquenghen*
- Elegia Erótica Romana - *Paul Veyne*
- A Função do Orgasmo - *Wilhelm Reich*
- Mulher, Sociedade e Estado no Brasil - *UNICEF*
- Os Papéis Sexuais - *John Money e Patrícia Tucker*
- Pornéia - *Aline Rousselle*
- Repressão Sexual - Essa Nossa (Des)Conhecida - *Marilena Chaui*
- Sade, Meu Próximo - *Pierre Klossowski*
- Sexo e Juventude - Um Programa Educacional - *Fundação Carlos Chagas*
- Sexo e Poder - *Diversos Autores*
- Um Ensaio Sobre a Revolução Sexual - *Daniel Guérin*
- Vivência - História, Sexualidade e Imagens Femininas - *Fundação Carlos Chagas*

Félix Guattari

REVOLUÇÃO MOLECULAR:
PULSAÇÕES POLÍTICAS DO DESEJO

Seleção, prefácio e tradução:
Suely Belinha Rolnik

1ª edição 1981
2ª edição

brasiliense
1985

Título original em francês: *La Révolution Moléculaire*

Seleção, tradução, prefácio e notas:
Suely Belinha Rolnik
com a colaboração de:
— Miriam Chnaiderman e Domingos Paulo Infante:
comentários sobre prefácio e notas.
— Regina Braga Favre, Marilda Pedreira, Márcia de Almeida e José Gatti:
revisão.
— Marilda Pedreira e Marise Raven Vianna:
algumas traduções.
— Marilene Carone:
referências ao original alemão dos textos de Freud.
— Nobil Bonduki:
referências às citações de Marx.
— Walter Almeida Júnior:
referência à cibernética.

Capa:
Que Máscara!

Revisão tipográfica:
José E. Andrade
Heitor F. da Costa

brasiliense

Editora Brasiliense S.A.
R. General Jardim, 160
01223 — São Paulo — SP
Fone (011) 231-1422

Índice

III — DESCARTÁVEIS TEÓRICOS

Prefácio

Félix Guattari — militante/analista/teórico — são muitos e muitas podem ser suas apresentações.

A biografia de Guattari segue a trajetória da singularidade dos campos por onde ele se produz. Guattari é um dos nomes da história. Reduzir esta viagem "rizomática" infinita à certeza de um porto seguro — político/analítico/teórico —, de coordenadas fixas, seria perder aquilo que de melhor Guattari tem para nos dar.

Os textos escolhidos, ao longo de sua obra, publicada ou inédita, são como um diário de anotações de circunstâncias, formulação de deslocamentos nestes três campos.

Do Guattari político, vamos acompanhando diversos lances de revolução molecular: no movimento dos homossexuais e das mulheres, o "devir mulher" do macho que cada um de nós somos; nos subúrbios nova-iorquinos, a autogestão de hospitais e de serviços de desintoxicação e a ocupação do espaço social pelas gangues de negros e porto-riquenhos, sugerindo a emergência de uma nova subjetividade coletiva; nas creches, o reconhecimento de um "devir criança", expulsando o corpo resignado da infantilização; nos meios de comunicação de massa, a proliferação das rádios-livres interferindo nas ondas de toda a Europa, ou ainda os próprios partidos políticos e sindicatos como solo possível de revoluções moleculares.

Do Guattari analista, acompanhamos aquele da psicanálise se metamorfoseando — da psicoterapia institucional à esquizoanálise —, e aquele do encontro com outras experiências de ruptura neste campo, que irão se articular numa rede internacional.

Do Guattari teórico, acompanhamos momentos do trabalho minucioso de conceitos no encontro com Marx, com Freud, com

Proust, com os estruturalistas e com muitos outros. Vamos assistindo à construção de uma teoria do desejo no campo social, onde economia política e economia libidinal são inseparáveis. A economia libidinal é a subjetividade da economia política. O inconsciente é "maquínico" — o que não tem nada a ver seja com mecânico, seja com maquinetas perversas — inconsciente da produção de "máquinas de desejo" no campo social. Volatiliza-se a barra pesada que separa um campo privado do desejo de um campo público do trabalho rentabilizado, da realidade e da luta. A produção dos "fluxos esquizo" na economia do desejo é a mola propulsora de mutação pessoal/social, condição de história.

São esses "fluxos esquizo" que a psicanálise tem o mérito de suscitar e, no entanto, são precisamente eles que, de acordo com Deleuze/Guattari, ela busca exorcizar. Infantilização dos "fluxos esquizo" como condição de reprodução de um tipo de "agenciamento coletivo de enunciação", tornado destino universal: drama edipiano da neurose em família ou entre pessoas conjugalizadas. Representação a partir da qual se interpreta o que emperra e o que possibilita a reprodução deste agenciamento. Análise de um sujeito possessivo pessoal, individuado, personológico, privado, na busca de um objeto perdido.

Já a esquizoanálise, é precisamente para estes "fluxos esquizo" que ela busca abrir caminhos. Atualidade dos "fluxos esquizo" como construção de novos "agenciamentos coletivos de enunciação". Coleta dos traços de singularidade de um processo de produção de agenciamentos de desejo no interior dos quais se analisa o que emperra e o que possibilita sua potencialidade transformadora. Análise de uma individuação dinâmica sem sujeito, de uma constelação funcional de fluxos sociais, materiais e de signos que são a objetividade do desejo. Análise de um devir.

Embarcando nesta viagem, vislumbramos o quanto estas três práticas se implicam: posição política/posição de desejo/posição de questão. Cada deslocamento de posição de Guattari, numa delas, gerando nas outras duas um Guattari defasado, subjetividade desfocada, "fluxos esquizo", contradição, *non-sens*, e necessariamente deslocamentos locais de posição. Revolução molecular: "máquina de guerra"/"máquina de desejo"/máquina teórica.

Por brotarem dos "fluxos esquizo", por terem função de inventar palavras-desde-a-desordem, por serem pistas de mutação, formulação de singularidade, os textos preservam esta função nos espaços por onde a leitura os encontra. Instrumentos para novas mutações, novos "agenciamentos coletivos de enunciação", nova subjetividade, novas "linhas de fuga", nunca iguais àquelas que os geraram. Também a instituição da leitura é sacudida pela revolução molecular. o que seria uma leitura molecular?

Ler como num encontro amoroso do tipo daquele que canta Caetano — "capte-me, rapte-me, adapte-me, *it's up to me*, camaleão", ou de que fala Deleuze, "procedimento de *pick-me-up*" ou de *pick-up* ou "dupla captura" ou "duplo roubo". "Núpcias-entre-dois-reinos", "núpcias-contra-natureza", onde se cria um "bloco de evolução a-paralela". Ou seja, o autor não é um pedaço de mim, eu mais ele não somos um, o que implica que nem ele é um, nem eu sou mim. Entre nós há zonas-de-transparência, que colocam em contacto subjetividades — constelações singulares de fluxos sociais, materiais e de signos —, criando uma área-de-intimidade-e-desejo onde um e outro se metamorfoseiam. Nunca paralelamente. Há também entre nós zonas-de-opacidade necessariamente internas/externas, criando áreas-de-vazio-ou-deserto, "fluxos esquizo", "pensamento sem imagem", "gagueira na linguagem".

Se leitor, nego estas áreas de vazio, seja culpando o autor — acusando-o de atentado ao pudor político/analítico/teórico — seja me culpando, finco mais do que depressa o mastro de alguma bandeira nomeando a terra e sua posse, transformo o vazio em área de repetição cega, de enunciação estereotipada, de linhas de sedentarismo, ou de estagnação. Linha dura. Prisioneiro do imaginário, mantenho-me igual a mim e o autor como pedaço-de-mim. Esterilidade de leitura. Mimetismo. Leitura molar onde se produzem palavras-de-ordem.

Se, de outro modo, reconheço nestas áreas-de-vazio a condição do movimento, a leitura se torna a produção do contacto com os "fluxos esquizo" que vão-se transformando em "linhas de fuga ou de variação", "coeficiente de desterritorialização", "devir mulher", "devir minoritário", "potência nômade", enfim, produção de história. Liberta para o acesso ao real, adquiro novas forças, novas armas, me desnaturo. Nunca sou o mesmo, nunca o autor é o mesmo para mim. "Núpcias-contra-natureza". Metamorfose. Leitura molecular onde se produzem palavras-desde-a-desordem.

Os partidários da linha dura, ditadura da certeza, fazem do pensamento uma força de negação da história. Lógica de cafetão, totem do capital, macho-totem.

Os navegantes das linhas de fuga, tribo da incerteza, fazem do pensamento uma "potência nômade", engrenagem de "máquina de guerra". Guerra que é necessariamente vitoriosa pois que é a afirmação dos deslocamentos da história. Isto é irremediável e não tem nada a ver com progresso, tampouco com cafetões. Não há nada de mais sublime no humano do que sua desnaturação permanente. Seu "devir mulher".

O movimento é sempre contra-corrente, contra-sentido, contra-cultura, contra-natureza. Movimento de homens desnaturados. Potência desnaturante.

Minha leitura — seleção/prefácio/tradução/notas — é tendenciosa. Emerge da singularidade de um encontro cuja trajetória começa no final da década de 60. Naquele momento no Brasil os "fluxos esquizo" perderam, marcadamente, seu direito à cidadania. Foram desnaturalizados. Quando os "fluxos esquizo" são forçados ao exílio, impedidos de serem material de construção de novos agenciamentos coletivos de desejo, de serem lugar de abertura para transformação pessoal/social, passam a girar em torno de si mesmos, em circuito fechado. Humilhados, adoecem, tornando-se esquizofrenia de asilo, loucura ou morte.

Exilada aqui, anistio-me na França.

O primeiro efeito do encontro com Guattari foi a recuperação da dignidade. Direito a me desnaturar, direito ao desejo, direito ao encontro possível. Direito à formulação das contradições, direito à busca das palavras-desde-a-desordem, contra a desnaturalização desta busca. Direito à cidadania, à dignidade dos "fluxos esquizo".

Quem é então Félix Guattari? Começamos por indagar o que fez e faz, e acabamos nos deslocando para outra posição da questão: "quem são os Félix Guattari que cada leitura encontra?", ou: "para onde este encontro desnatura?"; ou ainda: "qual o devir de cada um neste encontro?".

As respostas para estas perguntas só podem ser produzidas na viagem singular de cada leitor. Cada um que se apresente, com seu camaleão, encontrando suas próprias zonas-de-transparência, criando suas próprias áreas-de-intimidade-e-desejo, a partir das quais o vazio criado nas zonas-de-opacidade possa ser motor de conquista de transparência e portanto de devir.

Vou passando a palavra a Félix, deixando vocês a sós. Captem-se, raptem-se, adaptem-se. *It's up to you*. Boa viagem.

Suely B. Rolnik

I
REVOLUÇÃO MOLECULAR POR TODA PARTE

Somos todos grupelhos*[1]

Militar é agir. Pouco importam as palavras, o que interessa são os atos. É fácil falar, sobretudo em países onde as forças materiais estão cada vez mais na dependência das máquinas técnicas e do desenvolvimento das ciências.

Derrubar o czarismo implicava na ação em massa de dezenas de milhares de explorados e sua mobilização contra a atroz máquina repressiva da sociedade e do Estado russo, era fazer as massas tomarem consciência da sua força irresistível face à fragilidade do inimigo de classe; fragilidade a ser revelada, a ser demonstrada pela prova de forças.

Para nós, nos países "ricos", as coisas se passam de outro jeito; não é tão óbvio que tenhamos que enfrentar apenas um *tigre de papel*. O inimigo se infiltrou por toda parte, ele secretou uma imensa interzona pequeno-burguesa para atenuar o quanto for possível os contornos de classe. A própria classe operária está profundamente infiltrada. Não apenas por meio dos sindicatos pelegos, dos partidos traidores, social-democratas ou revisionistas... Mas infiltrada também por sua *participação material e inconsciente* nos sistemas dominantes do capitalismo monopolista de estado e do socialismo burocrático. Primeiro, participação material em escala planetária: as classes operárias dos países economicamente desenvolvidos estão implicadas objetivamente, mesmo que seja só pela diferença crescente de níveis de vida relativos, na exploração internacional dos antigos países coloniais. Depois, participação inconsciente e de tudo quanto é jeito: os trabalhadores reendossam mais ou menos passivamente os modelos sociais dominantes, as atitudes e os sistemas de valor mistificadores da burguesia — maldição do roubo, da preguiça, da doença, etc. Eles reproduzem, por conta própria, objetos institucionais alienantes, tais como a família conjugal e o que ela implica de repressão intrafamiliar entre os sexos e as faixas etárias, ou então se ligando à pátria com seu gostinho inevitável de racismo (sem falar do regionalismo ou dos particularismos de toda espécie: profissionais, sindicais, esportivos, etc., e de todas as outras barreiras imaginárias que são erguidas artificialmente entre os trabalhadores. Isto fica bastante claro, por exemplo, na organização, em grande escala, do mercado da competição esportiva).

Desde sua mais tenra idade, e mesmo que seja apenas em função daquilo que elas aprendem a ler no rosto de seus pais, as vítimas do capitalismo e do "socialismo" burocrático são corroídas por uma angústia e uma culpabilidade inconscientes que constituem uma das engrenagens essenciais para o bom funcionamento do sistema de auto-sujeição dos indivíduos à produção. O tira e o juiz internos são talvez mais eficazes do que aqueles dos ministérios do Interior e da Justiça. A obtenção deste resultado repousa sobre o desenvolvimento de um antagonismo reforçado entre um *ideal imaginário*, que inculcamos nos indivíduos por sugestão coletiva, e uma *realidade totalmente outra* que os espera na esquina. A sugestão audiovisual, os meios de comunicação de massa, fazem milagres! Obtém-se assim uma valorização fervorosa de um mundo imaginário maternal e familiar, entrecortado por valores pretensamente viris, que tendem à negação e ao rebaixamento do sexo feminino, e ainda por cima à promoção de um ideal de amor mítico, uma mágica do conforto e da saúde que mascara uma negação da finitude e da morte. No final das contas, todo um sistema de demanda que perpetua a dependência inconsciente em relação ao sistema de produção; é a técnica do *intéressement*.[2]

O resultado deste trabalho é a produção em série de um indivíduo que será o mais despreparado possível para enfrentar as provas importantes de sua vida. É completamente desarmado que ele enfrentará a realidade, sozinho, sem recursos, emperrado por toda esta moral e este ideal babaca que lhe foi colado e do qual ele é incapaz de se desfazer. Ele foi, de certo modo, fragilizado, vulnerabilizado, ele está prontinho para se agarrar a todas as merdas institucionais organizadas para o acolher: a escola, a hierarquia, o exército, o aprendizado da fidelidade, da submissão, da modéstia, o gosto pelo trabalho, pela família, pela pátria, pelo sindicato, sem falar no resto... Agora, toda a sua vida ficará envenenada em maior ou menor grau pela incerteza de sua condição em relação aos processos de produção, de distribuição e de consumo, pela preocupação com seu lugar na sociedade, e o de seus próximos. Tudo passa a ser motivo de grilo: um novo nascimento, ou então "a criança não vai muito bem na escola", ou ainda "os mais

grandinhos se enchem e aprontam mil loucuras"; as doenças, os casamentos, a casa, as férias, tudo é motivo de aborrecimento...

Assim, tornou-se inevitável um mínimo de ascensão nos escalões da pirâmide das relações de produção. Não precisa nem fazer um desenho ou uma lição. Diferentemente dos jovens trabalhadores, os militantes de origem estudantil que vão trabalhar na fábrica estão seguros de se virar caso sejam despedidos; queiram ou não, eles não podem escapar à potencialidade que os marca de uma inserção hierárquica "que poderia ser bem melhor". A verdade dos trabalhadores é uma dependência de fato e quase absoluta em relação à máquina de produção; é o esmagamento do desejo, com exceção de suas formas residuais e "normalizadas", o desejo bem pensante ou bem militante; ou, então, o refúgio numa droga ou em outra, se não for a piração ou o suicídio! Quem estabelecerá a porcentagem de "acidentes de trabalho" que, em realidade, não eram senão suicídios inconscientes?

O capitalismo pode sempre dar um jeito nas coisas, retocá-las aqui e ali, mas no conjunto e no essencial tudo vai cada vez pior. Daqui a 20 anos alguns dentre nós terão 20 anos a mais, mas a humanidade terá quase duplicado. Se os cálculos dos especialistas no assunto se revelam exatos, a Terra atingirá pelo menos 5 bilhões de habitantes em 1990. Isto deveria colocar no decorrer do processo alguns problemas suplementares! E como nada nem ninguém está em condições de prever ou organizar alguma coisa para acolher estes recém-chegados — à parte alguns porra-loucas nos organismos internacionais, que aliás não resolveram um só problema político importante durante os 25 anos em que estiveram aí instalados —, podemos imaginar que seguramente acontecerá muita coisa nos próximos anos. E de tudo quanto é tipo, revoluções, mas também, sem sombra de dúvida, umas merdas do tipo fascismo e companhia. E daí o que é que se deve fazer? Esperar e deixar andar? Passar à ação? Tudo bem, mas onde, o quê, como? Mergulhar com tudo, no que der e vier. Mas não é tão simples assim, a resposta a muitos golpes está prevista, organizada, calculada pelas máquinas dos poderes de Estado. Estou convencido de que todas as variações possíveis de um outro Maio de 1968 já foram programadas em IBM. Talvez não na França, porque eles estão fodidos, e ao mesmo tempo bem pagos para saber que este tipo de baboseira não constitui garantia alguma e que não se encontrou ainda nada de sério para substituir os exércitos de tiras e de burocratas. Seja o que for, já está mais do que na hora de os revolucionários reexaminarem seus programas, pois há alguns que começam a caducar. Já está mais do que na hora de abandonar todo e qualquer triunfalismo — note-se o "falismo" — para se dar conta de que não só estamos na merda até o pescoço, mas que a merda penetra em cada um de nós mesmos, em cada uma de nossas "organizações".

A luta de classes não passa mais simplesmente por um *front* delimitado entre os proletários e os burgueses, facilmente detectável nas cidades e nos vilarejos; ela está igualmente inscrita através de numerosos estigmas na pele e na vida dos explorados, pelas marcas de autoridade, de posição, de nível de vida; é preciso decifrá-la a partir do vocabulário de uns e de outros, seu jeito de falar, a marca de seus carros, a moda de suas roupas, etc. Não tem fim! A luta de classe contaminou, como um vírus, a atitude do professor com *seus* alunos, a dos pais com *suas* crianças, a do médico com *seus* doentes; ela ganhou o interior de cada um de nós com *seu* eu, com o ideal de *status* que acreditamos ter de adotar para nós mesmos. Já está mais do que na hora de se organizar em todos os níveis para encarar esta luta de classe generalizada. Já é hora de elaborar uma estratégia para cada um destes níveis, pois eles se condicionam mutuamente. De que serviria, por exemplo, propor às massas um programa de revolucionarização antiautoritária contra os chefinhos e companhia limitada, se os próprios militantes continuam sendo portadores de vírus burocráticos superativos, se eles se comportam com os militantes dos outros grupos, no interior de seu próprio grupo, com seus próximos ou cada um consigo mesmo, como perfeitos canalhas, perfeitos carolas? De que serve afirmar a legitimidade das aspirações das massas se o desejo é negado em todo lugar onde tenta vir à tona na realidade cotidiana? Os fins políticos são pessoas desencarnadas. Eles acham que se pode e se deve poupar as preocupações neste domínio para mobilizar toda a sua energia em objetivos políticos gerais. Estão muito enganados! Pois na ausência de desejo a energia se autoconsome sob a forma de sintoma, de inibição e de angústia. E pelo tempo que já estão nessa, já podiam ter se dado conta destas coisas por si mesmos!

A introdução de uma energia suscetível de modificar as relações de força não cai do céu, ela não nasce espontaneamente do programa justo, ou da pura cientificidade da teoria. Ela é determinada pela transformação de uma energia biológica — a libido — em objetivos de luta social. É fácil reduzir tudo às famosas contradições principais. É demasiadamente abstrato. É até mesmo um meio de defesa, um troço que ajuda a desenvolver phantasias[3] de grupo, estruturas de desconhecimento, um troço de burocratas; se entrincheirar sempre atrás de alguma coisa que está sempre atrás, sempre em outro lugar, sempre mais importante e nunca ao alcance da intervenção imediata dos interessados; é o princípio da "causa justa", que serve para te obrigar a engolir todas as mesquinharias, as míseras perversões burocráticas, o

prazerzinho que se tem em te impor — "pela boa causa" — caras que te enchem o saco, em forçar tua barra para ações puramente sacrificiais e simbólicas, para as quais ninguém está nem aí, a começar pelas próprias massas. Trata-se de uma forma de satisfação sexual desviada de seus objetivos habituais. Este gênero de perversão não teria a menor importância se incidisse em outros objetos que não revolução — e olha que não faltam objetos! O que é chato é que estes monomaníacos da direção revolucionária conseguem, com a cumplicidade inconsciente da "base", enterrar o investimento militante em impasses particularistas. É *meu* grupo, é *minha* tendência, é *meu* jornal, a gente é quem tem razão, a gente tem a linha da gente, a gente se faz existir se contrapondo às outras linhas, a gente constitui para si uma pequena identidade coletiva encarnada em seu líder local... A gente não se enchia tanto em Maio de 68! Enfim, tudo ocorreu mais ou menos bem até o momento em que os "porta-vozes" disto ou daquilo conseguiram voltar à tona. Como se a voz precisasse de portador. Ela se porta bem sozinha e numa velocidade louca no seio das massas, quando ela é verdadeira. O trabalho dos revolucionários não é ser portador de voz, mandar dizer as coisas, transportar, transferir modelos e imagens; seu trabalho é dizer a verdade lá onde eles estão, nem mais nem menos, sem tirar nem pôr, sem trapacear. Como reconhecer este trabalho da verdade? É simples, tem um troço infalível: está havendo verdade revolucionária, quando as coisas não te enchem o saco, quando você fica a fim de participar, quando você não tem medo, quando você recupera sua força, quando você se sente disposto a ir fundo, aconteça o que acontecer, correndo até o risco de morte. A verdade, a vimos atuando em Maio de 68; todo mundo a entendia de cara. A verdade não é a teoria nem a organização. É depois dela ter surgido que a teoria e a organização têm de se virar com ela. Elas sempre acabam se situando e recuperando as coisas, mesmo que para isso tenham de deformá-la e mentir. A autocrítica cabe à teoria e à organização e nunca ao desejo.

O que está em questão agora, é o trabalho da verdade e do desejo por toda parte onde pinte encanação, inibição e sufoco. Os grupelhos de fato e de direito, as comunas, os bandos, tudo que pinta no esquerdismo tem de levar um trabalho analítico sobre si mesmo tanto quanto um trabalho político fora. Senão eles correm sempre o risco de sucumbir naquela espécie de mania de hegemonia, mania de grandeza que faz com que alguns sonhem alto e bom som em reconstituir o "partido de Maurice Thorez" ou o de Denin, de Stalin ou de Trotsky, tão chatos e por fora quanto seus Cristos ou de Gaulles, ou qualquer um desses caras que nunca acabam de morrer.

Cada qual com seu congressinho anual, seu mini-Comitê Central, seu super-birô político, seu secretariado e seu secretário-ge(ne)ral e seus militantes de carreira com seu abono por tempo de serviço, e, na versão trotskista, tudo isso duplicado na escala internacional (congressos mundiais, comitê executivo internacional, seção internacional, etc.).

Por que os grupelhos, ao invés de se comerem entre si, não se multiplicam ao infinito? Cada um com seu grupelho! Em cada fábrica, cada rua, cada escola. Enfim, o reino das comissões de base! Mas grupelhos que aceitassem ser o que são, lá onde são. E, se possível, uma multiplicidade de grupelhos que substituiriam as instituições da burguesia; a família, a escola, o sindicato, o clube esportivo, etc. Grupelhos que não temessem, além de seus objetivos de luta revolucionária, se organizarem para a sobrevivência material e moral de cada um de seus membros e de todos os fodidos que os rodeiam.

Ah, então trata-se de anarquia! Nada de coordenação, nada de centralização, nada de estado-maior... Ao contrário! Tomem o movimento *Weathermen* nos Estados Unidos: eles estão organizados em tribos, em gangues, etc., mas isto não os impede de se coordenar e muitíssimo bem.

O que é que muda se a questão da coordenação, ao invés de se colocar para indivíduo, se coloca para grupos de base, famílias artificiais, comunas?... O indivíduo tal como foi moldado pela máquina social dominante é demasiado frágil, demasiado exposto às sugestões de toda espécie: droga, medo, família, etc. Num grupo de base, pode-se esperar recuperar um mínimo de identidade coletiva, mas sem megalomania, com um sistema de controle ao alcance da mão; assim, o desejo em questão poderá talvez fazer valer sua palavra, ou estará talvez mais em condições de respeitar seus compromissos militantes. É preciso antes de mais nada acabar com o respeito pela vida privada: é o começo e o fim da alienação social. Um grupo analítico, uma *unidade de subversão desejante* não tem mais vida privada: ele está ao mesmo tempo voltado para dentro e para fora, para sua contingência, sua finitude e para seus objetivos de luta. O movimento revolucionário deve portanto construir para si uma nova forma de subjetividade que não mais repouse sobre o indivíduo e a família conjugal. A subversão dos modelos abstratos secretados pelo capitalismo, e que continuam caucionados até agora, pela maioria dos teóricos, é um pré-requisito absoluto para o reinvestimento pelas massas de luta revolucionária.

Por enquanto, é de pouca utilidade traçar planos sobre o que deveria ser a sociedade de amanhã, a produção, o Estado ou não, o Partido ou não, a família ou não, quando na verdade não há ninguém

para servir de suporte à enunciação de alguma coisa a respeito. Os enunciados continuarão a flutuar no vazio, indecisos, enquanto *agentes coletivos de enunciação* não forem capazes de explorar as coisas na realidade, enquanto não dispusermos de nenhum meio de recuo em relação à ideologia dominante que nos gruda na pele, que fala de si mesma em nós mesmos, que, apesar da gente, nos leva para as piores besteiras, as piores repetições e tende a fazer com que sejamos sempre derrotados nos mesmos caminhos já trilhados.

NOTAS

(1) N. do Trad.: No original, *groupuscule*. Corresponde ao "grupelho" no Brasil, nome dado aos grupos de dissidência do partido comunista, da década de 60 — anarquistas, trotskistas, guevaristas, maoístas —, época da desestalinização que o PCF parece ter ignorado. O termo grupelho traz em si um sentido pejorativo, pois desde a perspectiva do PC, perspectiva adotada na época pelos próprios esquerdistas uns contra os outros, ser minoritário era ser facção insignificante, marginal, acometida pela "doença infantil do comunismo", justificativa suficiente para sua exclusão como medida sanitária, visão aliás compartilhada pela direita: em junho de 68, de Gaulle, já no controle da situação, através de seu ministro do Interior, proibiu a existência desses grupelhos, baseando-se numa lei da Frente Popular contra as milícias fascistas armadas e paramilitares.

Ora, o autor retoma aqui a própria idéia de grupelho como afirmação de uma posição política. "Somos todos grupelhos": a subjetividade é sempre de grupo; é sempre uma multiplicidade singular que fala e age, mesmo que seja numa pessoa só. O que define um grupelho não é ser pequeno ou uma parte, mas sim ser uma dimensão de toda experimentação social, sua singularidade, seu devir. É neste devir que a luta se generaliza. "Saúde infantil" do político, que se contrapõe à tendência a generalizar a luta em torno de uma representação totalizadora, sua "doença senil". Desta perspectiva tamanho não é documento, e um pequeno grupo também pode ser acometido de "doença senil".

A noção de grupelho pode ser associada ao conceito que Guattari forjou na década de 60, de "grupo sujeito", contraposto a "grupo sujeitado" (cf. nota 7 de "A Transversalidade"), à idéia de "agenciamento coletivo de enunciação" e, na década de 70, ao conceito de "molecular", contraposto a "molar".

(2) N. do Trad.: O *intéressement*, pedra de toque da doutrina social do gaullismo, designa uma modalidade de participação dos operários nos lucros da empresa, através de uma remuneração que se acrescenta ao salário fazendo com que o trabalhador se "interesse" pela produtividade da empresa. Esta doutrina, considerada mistificadora pela esquerda francesa, foi por ela amplamente denunciada.

(3) N. do Trad.: No original alemão *Phantasie*, traduzido em francês por *fantasme*. Na tradução de Freud para o português (edição da Standard), optou-se por "fantasia", de acordo com as traduções inglesa (*fantasy* ou *phantasy*, o primeiro consciente

e o segundo inconsciente, segundo proposta de Susan Isaacs) e espanhola (*fantasia*). Preferimos adorar o termo "phantasia", sugerido na tradução para o português dos *Escritos* de Lacan (Perspectiva, SP, 1978), que preserva o arcaísmo do termo francês *fantasme* (cf. nota 14 dos *Escritos*).

As lutas do desejo e a psicanálise*

A questão com que se defronta o movimento operário revolucionário é a de uma defasagem entre as relações de força aparentes, ao nível da luta de classes, e o investimento desejante real das massas.

O capitalismo não só explora a força de trabalho da classe operária como também manipula em seu proveito as relações de produção, insinuando-se na economia desejante dos explorados. A luta revolucionária não poderia ser circunscrita somente ao nível das relações de força aparentes. Ela deve desenvolver-se em todos os níveis da economia desejante contaminados pelo capitalismo (ao nível do indivíduo, do casal, da família, da escola, do grupo militante, da loucura, das prisões, da homossexualidade, etc.).

Os objetos e os métodos de luta se diferenciam segundo esses níveis. Objetivos do gênero: "pão, paz, liberdade"... requerem a existência de organismos políticos inseridos no campo de relações de força e, conseqüentemente, agrupando forças, constituindo blocos. Por força das circunstâncias, essas organizações se propõem a ser "representativas", coordenar as lutas, propor-lhes uma estratégia e uma tática. Por outro lado, a luta contra o fascismo "microscópico" — aquele que se instaura no seio das máquinas desejantes — não poderia se dar através de "delegados", de "representantes", de blocos definitivamente identificados. O "inimigo" varia de rosto: pode ser o aliado, o camarada, o responsável ou si próprio. Nunca pode-se estar seguro de que não se vá resvalar a qualquer momento para uma política burocrática ou de prestígio, uma interpretação paranóica, uma cumplicidade inconsciente com os poderes vigentes ou uma interiorização da repressão.

Estas duas lutas podem não se excluir mutuamente: de um lado, a luta de classes, a luta revolucionária de libertação implica na exis-

tência de *máquinas de guerra* capazes de se opor às forças opressivas, tendo para isto que funcionar com um certo centralismo, ou ao menos estar sujeitas a um mínimo de coordenação; do outro lado, a luta dos agenciamentos coletivos, no *front* dos desejos, exercendo uma análise permanente, uma *subversão de todos os poderes*, a todos os níveis.

Não é absurdo esperar derrubar o poder da burguesia substituindo-o por uma estrutura que reconstitua a forma deste poder? A luta de classes na Rússia, na China, etc. mostrou-nos que, mesmo depois da derrubada do poder da burguesia, a forma deste poder podia se reproduzir no Estado, na família e até nas fileiras da revolução. Como impedir o poder centralizador e burocrático de se sobrepor à coordenação necessária, que implica uma máquina de guerra revolucionária? Ao nível global, a luta implica etapas, intermédios. Ao nível microscópico, o que está em causa é, de imediato, uma espécie de passagem direta ao comunismo, uma liquidação imediata do poder da burguesia, na medida em que este poder é encarnado pelo burocrata, pelo líder ou pelo militante.

O centralismo burocrático é absorvido permanentemente pelo movimento operário a partir do modelo centralista do Capital. O Capital controla, sobrecodifica a produção, dominando os fluxos monetários e exercendo um poder de coerção no quadro das relações de produção e do capitalismo monopolista de estado. O mesmo gênero de problema se coloca com o socialismo burocrático. Mas a produção real prescinde completamente desta espécie de sobrecodificação que só faz entravá-la. As maiores máquinas produtivas das sociedades industriais poderiam perfeitamente passar sem este centralismo. É claro que uma outra concepção das relações entre a produção, a distribuição e o consumo, e entre a produção, a formação e a pesquisa, conduziria à explosão dos poderes hierárquicos e despóticos, tal como eles existem no seio das relações de produção atuais. A partir daí, a capacidade de inovação dos trabalhadores poderia ser liberada. O fundamento do centralismo, portanto, não é econômico, mas político. O centralismo no movimento operário conduz ao mesmo gênero de esterilização. É preciso admitir que as lutas mais eficazes e mais amplas poderiam ser coordenadas fora dos estados-maiores burocráticos! Mas com a condição de que a economia desejante seja liberada de sua contaminação pela subjetividade burguesa que faz delas cúmplices inconscientes da tecnocracia capitalista e da burocracia do movimento operário.

Convém, no entanto, não se permitir cair na dicotomia simplista: centralismo "democrático" versus anarquismo, espontaneísmo. Os movimentos marginais, as comunidades, certamente nada têm a ganhar caindo no mito de um retorno à era pré-tecnológica, de um

retorno à natureza; ao contrário, eles têm mais é que enfrentar a sociedade real, as relações sexuais, familiares, reais, etc... Mas, por um outro lado, deve-se reconhecer que o movimento operário organizado recusou-se, até agora, a levar em consideração sua própria contaminação pelo poder burguês, sua própria poluição interna. E nenhuma ciência constituída poderia atualmente ajudá-lo neste caminho. Nem a sociologia, nem a psicossociologia, nem a psicologia e muito menos a psicanálise tomaram o lugar do marxismo neste campo! o freudismo, sob a aparência de ciência, propõe como normas insuperáveis os próprios procedimentos da subjetivação burguesa, a saber: o mito de uma necessária castração do desejo, sua submissão ao triângulo edipiano, uma interpretação significante que tende a cortar a análise de suas implicações sociais reais.

Evoquei uma liquidação possível do centralismo tecnocrático da produção capitalista. E isto a partir de uma outra concepção das relações entre a produção, a distribuição e o consumo, por um lado, e, por outro, a produção, a formação e a pesquisa. É algo que tenderia obviamente a transformar por completo os modos de relação com o trabalho, em particular a cisão entre o trabalho reconhecido como socialmente útil (pelo capitalismo, pela classe dominante) e o trabalho "inútil" do desejo. O conjunto da produção, tanto a produção do valor de troca quanto a do valor de uso, tanto a individual quanto a coletiva, é tomada sob a tutela de uma organização que impõe um certo modo de divisão social do trabalho. O desaparecimento do centralismo capitalista acarretaria, em contrapartida, um remanejamento progressivo das técnicas de produção. Pode-se conceber outras relações de produção no contexto de uma indústria altamente desenvolvida, da revolução informática, etc., que não sejam antagônicas com a produção desejante, artística, onírica... Dito de outra forma, a questão que se coloca é a de saber se é possível ou não sair da oposição exclusiva entre valor de uso e valor de troca. A alternativa que consiste em dizer "recusemos toda forma desenvolvida de produção, é preciso retornar à natureza", só faz reproduzir a cisão entre os diferentes campos de produção: a produção desejante, a produção social reconhecidamente útil.

* * *

A relação entre os indivíduos, os grupos e as classes é algo que está ligado à manipulação dos indivíduos pelo sistema capitalista. Os indivíduos, enquanto indivíduos, são fabricados por este sistema para responder aos imperativos de seu modo de produção. A idéia de que haveria desde o começo, na base da sociedade, indivíduos, grupos de

indivíduos, sob a forma de família, etc., é produzida para as necessidades do sistema capitalista. Tudo o que se constrói, no estudo das ciências humanas, em torno do indivíduo como objeto privilegiado, só reproduz a cisão entre o indivíduo e o campo social. A dificuldade com a qual nos defrontamos, desde que queiramos abordar uma prática social concreta, quer se trate da fala, da loucura, ou de qualquer coisa que tenha algo a ver com um processo de produção desejante real, é que jamais se está lidando com indivíduos. Enquanto a lingüística, por exemplo, se contentava em definir seu objeto em termos de comunicação entre indivíduos, ela omitiu completamente as funções de integração e coerção sociais da língua. A lingüística apenas começou a se destacar da ideologia burguesa com o estudo dos problemas levantados pela conotação, o contexto, o implícito, etc. e tudo aquilo que a linguagem efetua fora de uma relação abstrata entre indivíduos. Um grupo, uma classe, não são constituídos por indivíduos; é a aplicação redutora das relações de produção capitalista sobre o campo social do desejo que produz um fluxo de indivíduos decodificados como condição para a captação da força de trabalho.

Os acontecimentos de Maio de 68, na França, revelaram em grande escala um novo tipo possível de consistência molecular do campo social. Mas, diferentemente do que ocorreu na Itália, eles não chegaram a instaurar um verdadeiro corte no movimento revolucionário, em particular no que diz respeito à economia do desejo. Se tal ruptura tivesse de fato ocorrido, ela provocaria conseqüências político-sociais consideráveis! Tudo o que se pode dizer é que desde que se deu um enfraquecimento relativo do stalinismo, desde que parte considerável da juventude operária e estudantil se destacou dos modelos militantes tradicionais, houve não uma fratura importante, mas pequenas fugas de desejo, pequenas rupturas no sistema despótico reinante nas organizações representativas.

A fratura de Maio de 68 na França foi recuperada após algumas semanas. Pode-se até dizer duas semanas. O que não impede que ela tenha tido conseqüências extremamente profundas e que continuam se fazendo sentir em diferentes níveis. Mesmo que seus efeitos não mais se manifestem na escala de um país inteiro, ela prossegue sob a forma de infiltração nos meios os mais variados. Surgiu uma nova visão, uma nova abordagem dos problemas militantes. Antes de 68 seria inconcebível considerar, por exemplo, que intervenções em favor dos prisioneiros comuns tivessem um sentido político qualquer; seria inconcebível considerar que homossexuais pudessem fazer manifestações de rua e defender sua posição particular face ao desejo. Os movimentos de libertação das mulheres, a luta contra a repressão psiquiátrica, etc.,

mudaram completamente de sentido e de método. Os problemas se colocam portanto de outra maneira, mas sem que realmente tenha havido uma fratura. Isto se deve certamente à ausência de uma grande máquina de guerra revolucionária. É preciso reconhecer que uma série de representações dominantes continua a exercer seus estragos no seio dos próprios grupos revolucionários. Foi empreendida uma crítica do burocratismo dos sindicatos: o princípio da "delegação de poder" ao partido de vanguarda, o sistema de "correia de transmissão" entre as massas e o partido foram questionados, mas os militantes permanecem prisioneiros de muitos preconceitos da moral burguesa e de atitudes repressivas com respeito ao desejo. É talvez o que explica o fato de que em Maio de 68 não houve contestação da psicanálise como foi o caso para com a psiquiatria. A psicanálise conservou uma certa autoridade na medida em que alguns dos preconceitos psicanalíticos foram encampados pelo movimento.

A verdadeira fratura só se efetuará a partir do momento em que questões tais como as do burocratismo das organizações, das atitudes repressivas dos militantes com respeito a suas mulheres, seus filhos, etc., seu desconhecimento do problema do cansaço, da neurose, do delírio (é comum a recusa de se ouvir alguém que "destrambelha"..., arrebenta-se logo com a pessoa, dá-se rapidamente a pessoa por acabada, considera-se que ela não tem mais seu lugar na organização, e chega-se até a afirmar que se tornou perigosa...), se não passarem ao centro das preocupações políticas, ao menos forem consideradas como sendo tão importantes quanto qualquer tarefa de organização; tão importantes quanto a necessidade de se afrontar com o poder burguês, com o patrão, com a polícia... A luta deve ser levada em nossas próprias fileiras, contra nossa própria polícia interior. Não se trata absolutamente de um *front* secundário, como alguns maoístas consideraram, de uma luta complementar de objetivos marginais. Enquanto se mantiver a dicotomia entre a luta no *front* das classes e a luta no *front* do desejo, todas as recuperações continuarão possíveis. É significativo que após Maio de 68 a maior parte dos movimentos revolucionários não tenha compreendido a importância da falha que se revelara com a luta estudantil.

Bruscamente estudantes, jovens trabalhadores "esqueceram" o respeito ao saber, o poder dos professores, dos contramestres, dos responsáveis, etc. Eles romperam com uma certa forma de submissão aos valores do passado e abriram uma nova via. Pois bem, tudo isso foi creditado ao espontaneísmo, isto é, uma forma transitória de expressão, que deveria ser ultrapassada numa etapa "superior" pelo estabelecimento de organizações centralistas. O desejo surgiu na massa, lhe foi dado seu quinhão; esperou-se que ele se acalmasse e se disciplinasse. Não se compreendeu que este novo tipo de revolta seria doravante inseparável de todas as lutas econômicas e políticas futuras.

* * *

Quando o que está em questão é o marxismo e o freudismo, pensa-se num certo tipo de tratamento dos textos de Freud e dos textos de Marx. O freudismo, considerado de um certo ângulo, deveria ser definido como reacionário em todas as suas tomadas de posição sociais, em todas as suas análises concernentes à relação entre indivíduo e a família, enquanto que o marxismo, por sua vez, seria por demais insuficiente quanto à determinação das questões relativas ao desejo. O que não quer dizer que não se tem mais nada a fazer com os textos de Freud e de Marx. Todo o problema consiste em saber que uso se fará deles. Como para qualquer enunciado, há dois tipos de uso possíveis. Um uso que se servirá do texto como meio de encontrar pistas para o esclarecimento das conexões sociais reais, do encadeamento das lutas, e um outro uso que tenderá a esmagar, a reduzir a realidade do texto.

Freqüentemente permanecemos muito dogmáticos quando tentamos precisar a relação entre o marxismo e o freudismo. Penso que só sairemos deste impasse exprimindo-nos sem reticências sobre a realidade das lutas, mas das lutas efetivas. Enquanto se mantiver uma distinção absoluta entre a vida privada e a vida pública, não se avançará nem um passo! Esclarecer os engajamentos políticos, os engajamentos de classe, quando isto não consiste simplesmente em refugiar-se no discurso, demanda que isto seja falado ao nível da prática mais imediata, quer seja ela uma prática militante, uma prática médica ou uma prática familiar, conjugal, etc.

Em outro contexto seria talvez concebível começarmos a falar seriamente das relações entre uma política do desejo e uma política revolucionária, mas isto somente a partir do momento em que colocássemos "as cartas sobre a mesa", como se diz em bom português; ou ainda: "as mãos na massa".

Algumas intervenções no decorrer desses debates,[1] enfatizaram a idéia de que o principal dilema em nosso campo seria o da opção entre uma política de "alternativa psiquiátrica" (reformista) e uma política psiquiátrica que fosse de imediato revolucionária. Teríamos assim dois campos; de um lado poder-se-ia classificar Jervis,[2] e talvez Valtouchi, e de outro lado, por exemplo, o SPK.[3] Não parece que o problema seja tão simples assim. A luta com a qual nos defrontamos,

desde que se queira considerar uma política do desejo, não mais se circunscreve a um só *front*, um só afrontamento entre capitalismo e classe operária. Creio que uma multidão de novos *fronts* devem ser criados à medida que a classe operária, as organizações do movimento operário se fazem contaminar pela subjetividade da classe dominante. Não basta "ir na direção dos operários", e se referir aos clássicos para se libertar da influência burguesa no *front* do desejo. Neste sentido não se pode assimilar, como fez Jervis, os interesses objetivos dos trabalhadores ao seu desejo. Os interesses da classe operária americana, por exemplo, podem ser objetivamente fascistizantes do ponto de vista de uma política do desejo. A luta sindical de defesa dos interesses dos trabalhadores, por mais legítima que seja, pode ser também perfeitamente repressiva em relação ao desejo de toda uma série de grupos sociais, de minorias étnicas, sexuais, etc... Creio, por exemplo, que não se pode ter demasiadas ilusões quanto a uma possível aliança política entre uma corrente psicanalítica de vanguarda, que pretende ter-se destacado da repressão psiquiátrica, e as organizações atuais da classe operária. Os modelos repressivos são tão virulentos nos psicanalistas quanto nos militantes. Militei durante mais de dez anos no Partido Comunista Francês, e penso que para apreciar uma posição revolucionária real, do ponto de vista do desejo, não se pode fiar apenas nas palavras, nas declarações e nos textos. Os textos teóricos do SPK, por exemplo, são parcialmente dogmáticos, e, apesar disso, a política do SPK foi verdadeiramente revolucionária. A prática do SPK pode aclarar o que poderia ser uma verdadeira política do Setor,[4] considerada como política de massa, definida em função do desenvolvimento. O SPK aliás não existia enquanto partido constituído, com base num programa, especificando o que deveria ser a luta. É no decorrer da luta que houve investimentos de desejo sucessivos precisando os objetivos e os métodos de combate. A política do SPK poderia ter sido igualmente uma política de "alternativa psiquiátrica", não uma alternativa de compromissos reformistas, mas uma alternativa fundada numa correlação de forças.

Atualmente, em Nova Iorque, num bairro muito pobre, o South Bronx, os movimentos negros e porto-riquenhos gerem um serviço de desintoxicação no Lincoln Hospital.[5] O movimento popular se encarregou da luta contra as drogas. Isto também é uma espécie de política alternativa, pois que ela se substitui ao programa do governador do Estado de Nova Iorque no que concerne à droga. Os médicos não entram mais no serviço, eles ficam à porta, só são chamados para conselhos técnicos. O serviço tem sua própria polícia e, se o governo não o fecha, se ele não o proíbe, e se ele chegou mesmo a subvencioná-lo, é porque os militantes que o animam apóiam-se no movimento negro e porto-riquenho e nas "gangues" populares do bairro. Portanto uma política alternativa tornou-se aqui relativamente possível pelo fato de se apoiar em lutas revolucionárias reais. E, inversamente, querer politizar a psiquiatria pode não passar de uma ilusão, se a ação política engajada nesta ocasião permanece prisioneira das concepções repressivas tradicionais no campo da loucura e do desejo.

Será que a psicanálise pode tornar-se progressista, será que ela pode transformar-se em psicanálise popular? Ela não deixa de ser marcada pela formação de casta que receberam os psicanalistas. A essência da psicanálise continua sendo a psicanálise didática, a iniciação à casta psicanalítica. Mesmo quando um psicanalista "vai ao povo", ele continua participando de sua casta; mesmo quando ele não faz propaganda de sua concepção da relação entre o desejo e a sociedade, ele continua a reproduzir *em sua prática* a mesma política repressiva. O problema não é pois que o psicanalista tenha idéias mais ou menos falsas, mas sim que sua prática reproduz a essência da subjetividade burguesa. Um senhor que fica em sua poltrona escutando o que você diz, mas que toma uma distância sistemática em relação àquilo que você está falando, não tem absolutamente necessidade de procurar impor suas idéias: ele cria uma relação de força que arrasta os investimentos de desejo para fora do campo social. Esta posição aliás não é particular ao psicanalista: ela é simplesmente mais marcada aqui do que nas outras profissões de enquadramento social. E a reencontramos a cada momento, no professor primário sobre seu estrado, no contramestre atrás de sua pequena guarita, no militar de carreira, no tira, no psicólogo com seus testes, no psiquiatra em seu asilo, etc... Individualmente todos eles talvez sejam gente muito boa! Talvez eles façam tudo o que podem para ajudar o povo e no entanto, apesar de sua boa vontade, eles contribuem, à sua maneira, para reduzir os indivíduos à solidão, para esmagar seu desejo. É certo que se tenta suavizar a repressão: se procurará evitar, por exemplo, com métodos de pedagogia moderna, que a criança fique perdida em sua classe, aterrorizada pelo professor. O psicanalista também se esforça para proceder de maneira mais suave e em realidade mais dissimulada. Ele esvazia de substância todos os enunciados que lhe são trazidos, ele os neutraliza, difunde uma espécie de droga subjetiva. E como acusá-lo disso? Se nos recusamos a condenar a droga dos *junkies*, por que condenar-se-ia esta espécie de droga que conduz as pessoas a apelar para o psicanalista? Não é esta a questão. Cada um faz o que pode no seu pedaço, e cada um, na sua medida, desempenha seu pequeno papel de polícia: como um pai de família,

como falocrata no casal, como criança-tirana, etc. Não se ganhará nada lançando condenações, anátemas sobre a prática de uns e outros. O problema é o de evitar ao movimento operário que ele se faça contaminar pela ideologia e os modos de subjetividade do poder burguês.

Que alguns se orientem em direção a uma "psicanálise para o povo", não seria em si tão grave. O que sim é grave, é que a organização do movimento operário, os partidos, os sindicatos, os "grupelhos" se comportem à sua maneira como professores primários, como psicanalistas e, no final de contas, como policiais. As lutas reivindicatórias não poderiam resolver tudo. A classe operária é a primeira vítima das técnicas capitalistas de cacetada no desejo. Existe o problema de angústia na classe operária, e este problema não poderia ser resolvido recorrendo-se a uma droga qualquer (o esporte, a televisão, o amor aos líderes, a mística do partido). A única maneira de avançar neste domínio, é que a própria organização do movimento operário se encarregue destas questões de libertação do desejo e isto sem psicanalista, sem que ele próprio se torne psicanalista, sem recorrer aos mesmos procedimentos redutores e alienantes.

* * *

O traço mais geral que nos permitiria reconhecer o "método do Édipo" consiste numa certa técnica de representação redutora. Qualquer situação sempre pode ser remetida a um sistema de representações aparentemente articuladas de modo triangular. Digo aparentemente pois um tal sistema funciona muito mais de modo binário e até mesmo tende constantemente a se reduzir a um só termo ou a se abolir naquilo que chamo de buraco negro.

Originariamente, toda uma série de noções ambíguas, ambivalentes, poderia ter permitido ao freudismo funcionar de um modo que não fosse fechado sobre si mesmo. Mas suas descobertas essenciais, tudo o que havia contribuído a dar a palavra ao desejo e que tinha provocado escândalo em sua época, foi perdido. Não retraçarei aqui a história deste fechamento, que aliás identifica-se com o da própria psicanálise, inclusive em seus prolongamentos estruturalistas mais recentes.

Tomemos apenas como exemplo sua atitude face aos processos inconscientes. Ela reconhecerá de início que eles não são dialéticos, que eles não conhecem a negação e muito menos a negação da negação. O inconsciente é todo positividade, é uma máquina de fluxos e de intensidades que não são determinados, controlados pelos sistemas

de representação que a psicanálise projetou sobre ele. Ela introduziu no inconsciente a negatividade, a falta,[6] através da mediação da transferência. As intensidades do sonho, por exemplo, serão tratadas como uma espécie de material bruto. A técnica da associação e da interpretação traduzirá, reescreverá sua expressão manifesta em termos de estrutura profunda. Tomadas entre os dois modos de estruturação — o conteúdo manifesto e o conteúdo latente — as linhas de fuga do desejo serão cortadas de toda conexão possível com a realidade. A decriptação psicanalítica do sonho consiste em última instância em torná-lo coerente com as coordenadas sociais edipianas. Tomemos um outro exemplo, talvez mais evidente: uma criança ameaça seu irmãozinho dizendo: "Batista, vou cortar sua cabeça!" Quem é eu? Quem é o sujeito do enunciado? Qual a evidência que nos conduz a atribuí-lo à realidade da criança? Mesma questão para Batista. Se cristalizamos este prenome e este nome próprio, se os tornamos atributivos, então o enunciado tende a responsabilizar a criança que o profere. A partir daí ele se torna o assassino potencial de seu irmão. Mas será que era mesmo seu irmão, como pessoa, tal como ela é tomada na constelação familiar, que estava sendo visado? É certo que as intensidades desejantes se ligam inevitavelmente aos sistemas de representação em vigor; mas duas direções, duas políticas são possíveis a partir destes encontros. A primeira os utilizará como máquinas de signos entre outros suscetíveis de se colocar a serviço das intensidades de qualquer grandeza. A criancinha diz: "Vou arrancar a cabeça de meu irmão". E logo depois prossegue com algo completamente diferente; por exemplo, ela gostaria de partir para a lua com o irmão. Então se descobre que seu ódio pelo irmão coexistia com o amor.

Na verdade não se trata aí de uma "descoberta" propriamente dita. O ódio não "escondia" o amor; simplesmente uma nova conexão produziu um novo possível. O ódio "maquinado" de outra maneira produziu o amor. O inconsciente não continha nada que pudesse ser negado, nada que se pudesse dizer que provocava uma ambivalência do sujeito. Ele não mudou de opinião, ele passou a outra coisa. É pois absurdo dizer da criança que ela é polimorfa, perversa... Arrancar a cabeça da boneca, ter vontade de acariciar o ventre da mãe, não são coisas que tenham a ver na verdade com os objetos completos da lógica dominante. Isto não engaja *responsabilidade* alguma na criança enquanto tal. A atitude analítica repressiva, aquela que se apóia nas representações normalizadas, tomará sistematicamente o sujeito ao pé da letra, coisificará seus enunciados. "Ele quis matar seu irmão, ele é responsável, ele é incestuoso." Todos os pólos do agenciamento, a

criança, o irmão, a mãe, vão então cristalizar-se no campo da representação. Se dissermos à criança: "Você arrancou a cabeça de sua boneca, e no entanto você sabia que era um presente que nos custou caro...", faremos com que ela entre à força no circuito dos valores econômicos e, pouco a pouco, todos os objetos serão referidos às categorias da realidade dominante, da ordem dominante. Toda a realidade, então, passa a ser tomada no campo dos valores binários, o bem/o mal, é caro/não é caro, o rico/o pobre, o útil/o inútil, etc.

No entanto o inconsciente — apesar de sua recusa da negatividade e de todos os sistemas binários que lhe são correlatos, apesar de que ele não conheça nem o amor nem o ódio, nem a lei nem a proibição — é levado a investir à sua maneira este mundo louco dos valores dominantes. Contorna as dificuldades como pode! Torna-se sorrateiro. Investe os personagens da ordem doméstica, os representantes da lei, como marionetes careteiras. Evidentemente se deverá buscar antes de mais nada, do lado deste mundo de representações sociais, a perversão intrínseca deste sistema. A psicanálise não escapou desta perversão do mundo normal. Ela quis domar desde o início o desejo. O inconsciente lhe apareceu como algo bestial, perigoso. As sucessivas formulações de Freud nunca se afastaram desta posição. A energia libidinal deve converter-se no sistema maniqueísta dos valores dominantes, ela deve investir as representações formais. Nada de ter prazer fazendo cocô na cama sem desencadear um investimento culposo!

Com a promoção do complexo de castração passou-se assim das intensidades polívocas a um investimento de valores sociais punitivos. De fato, a crispação da psicanálise no triângulo edipiano representa uma espécie de tentativa de salvaguarda contra esta pulsão de abolição do desejo que o conduz, como que apesar dele, para esta perversão binária maniqueísta. O esquema de Édipo foi construído contra o narcisismo, contra as identificações mortíferas. Pensou-se que se tratava aí de uma espécie de destino das pulsões. Mas a pulsão de morte só se constrói a partir do momento em que se abandonou o terreno das intensidades desejantes pelo da representação. O triângulo edipiano é uma tentativa sempre mais ou menos abortada de reter a queda na pulsão de morte. Ele jamais funciona verdadeiramente como triângulo, porque de fato a morte, a abolição semiótica, o colapso libidinal, ameaçam cada um de seus lados. Tudo acaba sempre muito mal na cena do grande fantoche psicanalítico. Entre o pai e a criança, é ameaça de exterminação recíproca (simetria do fantasma de assassinato edipiano e do fantasma "estão batendo numa criança"). Entre o pai e a mãe, é uma "cena primitiva" do acoplamento, vivida pela

criança, como um assassinato. Entre a mãe e a criança, é a iminência do desmoronamento narcísico, de retorno ao seio materno, etc., em suma: do suicídio!

Resumindo, diremos que, distintamente da psicanálise, uma política esquizoanalítica será levada a considerar que a pulsão de morte não é uma coisa em si, que ela está ligada a uma certa maneira de colocar o problema do desejo num certo tipo de sociedade. O desejo desconhece a morte, a negação, e o principal efeito do grande fantoche familialista é o de fazê-lo rir. Estando a negação sempre vinculada à posição de um sujeito, de um objeto e de um referente, o desejo como pura positividade intensiva contorna os sujeitos e os objetos; ele é fluxo e intensidade. Na medida em que um sujeito se encontra vinculado a um sistema de representação, a libido individual cai sob a dependência da máquina capitalista que a constrange a funcionar em termos de comunicação fundada em sistemas binários. O campo social não é constituído por objetos que lhe preexistem. O indivíduo tomado em sistemas bipolares do tipo homem/mulher, adulto/criança, genital/pré-genital, vida/morte, etc., já é resultado de uma redução edipianizante do desejo sobre a representação. A enunciação individuada do desejo já é uma condenação do desejo à castração. Totalmente outra é a idéia de um agenciamento coletivo da libido em partes do corpo, em grupos de indivíduos, em constelações de objetos e de intensidades, em máquinas de toda espécie que fariam o desejo sair desta oscilação entre o triângulo edipiano e seu desmoronamento na pulsão de morte, para conectá-lo a multiplicidades cada vez mais abertas ao campo social.

NOTAS

(1) Guattari refere-se aos debates ocorridos durante os encontros "Psicanálise e Política", em maio de 1977 em Milão, quando este ensaio foi apresentado pela primeira vez.

(2) N. do Trad.: Giovanni Jervis é o nome de um psiquiatra italiano, em torno do qual se constituiu uma equipe de enfermeiros, psicólogos e psiquiatras que desde 1969 vem desenvolvendo uma experiência de autogestão dos problemas de saúde mental pela comunidade, em Reggio Emilia. Esta equipe participou da fundação da Rede Internacional de Alternativas à Psiquiatria (cf. "A Trama da Rede").

(3) O SPK (Coletivo Socialista de Pacientes) foi criado na Policlínica da Universidade de Heidelberg por grupos terapêuticos contendo cerca de 40 doentes. Estes doentes juntamente com seu médico, o doutor Huber, desenvolveram uma crítica teórica

e prática da instituição e desvendaram a função ideológica da psiquiatria enquanto instrumento de opressão. Seu trabalho se defrontou rapidamente com uma oposição crescente por parte da clínica psiquiátrica — o diretor qualificou o grupo de doentes de "coletivo de ódio e agressão". Com a repressão, a resistência crescia. Tornava-se impossível liquidar o SPK por meios formais e legais. O senado da Universidade decidiu recorrer à força pública. O pretexto foi fornecido em julho de 71, por um tiroteio ocorrido nos arredores de Heidelberg. Creditá-lo ao SPK permitia liquidá-lo pelos meios mais brutais. Trezentos tiras armados de metralhadora penetraram nas instalações do SPK; helicópteros sobrevoaram a cidade; brigadas especiais da polícia foram mobilizadas; casas foram revistadas sem autorização; os filhos do Dr. Huber foram tomados como reféns; doentes e médicos foram presos. Os autuados foram drogados à força para que aceitassem cooperar com a polícia. O SPK decidiu então dissolver-se.

Dois acusados, o Dr. Huber e sua mulher, passaram anos na prisão, com isolamento quase total. Fazendo-os passar primeiro por loucos, depois por terroristas, através de provas de ligação com o grupo Baader-Meinhof, forjadas pela polícia, pôde-se levar o caso a um tribunal de exceção, na linha dos tribunais nazistas. Um dos advogados de defesa, Eberhardt Becker, foi acusado de cumplicidade e considerado culpado. Outro, Jorge Lang, foi encarcerado. Todos os advogados que tentaram assumir esta causa foram perseguidos e afastados através de uma série de manobras. Advogados foram impostos e só tomaram conhecimento do dossiê 15 dias antes da abertura do processo, embora a imprensa tivesse acesso a ele desde o início. Eles foram recusados pelos réus.

No dia da abertura do processo de Karlsruhe, os três acusados foram levados em macas, dois deles com pés e mãos atadas. O casal Huber, que não se via há 15 meses, foi brutalizado e separado violentamente, para finalmente ser expulso da sala com o terceiro réu, Hausner. Metade da assistência era constituída de policiais à paisana. Um dos presentes leu uma declaração internacional de solidariedade aos réus, tendo sido imediatamente insultado e espancado — chegando a ter um traumatismo craniano. Logo após, uma parte do público foi também expulsa.

Para maiores esclarecimentos sugerimos a leitura de: *SPK Psychiatrie Politique*, Maspero, Paris, 1972; *Faire de la maladie, une arme*, Champ-Libre, Paris, 1973; *Procès du SPK*, Cahiers de Recherches, maio de 1973, CERFI.

(4) N. do Trad.: O nome "setor" chega à França com Tosquelles, psiquiatra espanhol que durante a Guerra Civil Espanhola esteve na direção dos serviços psiquiátricos do exército republicano, coordenando as ações de higiene mental, nos diversos "setores" do *front* de luta, e que durante a II Guerra Mundial refugiou-se em Saint-Alban (cf. nota 1 de "A Transversalidade"). Muitos hospitais psiquiátricos, na ocasião, serviram de refúgio para os militantes da Resistência e por força das circunstâncias houve muitas modificações no funcionamento asilar. Finda a guerra, tornava-se impossível para os psiquiatras mais progressistas, assim como para muitos enfermeiros e outros profissionais de saúde mental, voltar a sancionar o confinamento asilar. Nasce então, entre outras idéias, a de uma "psiquiatria de setor", palavra que no início continha ainda seu significado de área de *front* de luta. A luta pela setorização, considerada a "primeira revolução psiquiátrica", pretendia a humanização dos hospitais e uma ligação, cada vez maior, com a vida da população. Isto implicava em: esvaziamento paulatino dos hospitais, através da criação de diferentes formas de atendimento distribuídas pela cidade, coordenadas por um sistema de estruturas diferenciadas de acordo com a diferenciação da demanda — conjunto institucional que estabelece uma continuidade entre o tratamento hospitalar e extra-hospitalar; circunscrição da população atendida por cada hospital e, mais tarde, por cada conjunto de serviços psiquiátricos. Esta proposta começou a ser implantada extra-oficialmente na década de 50, quando Daumézon tomou a direção da triagem no hospital Sainte-Anne (cf. nota 13 de "Antipsiquiatria e Antipsicanálise"), começando a distribuir parte dos pacientes para certos serviços que aceitaram "setorizar-se", ou, como se dizia então, fixar uma "área de recrutamento". Por volta do final da década de 50, a *Sécurité Sociale* (Previdência Social) aceitou oficializar esta prática, mas só para o Departamento do Sena. É a partir da década de 60 que a setorização torna-se doutrina oficial do Ministério da Saúde. A França, desde então, é dividida em setores cobrindo uma população de aproximadamente 60 000 pessoas, contando cada um com um conjunto de equipamentos coletivos de saúde mental. Tornada política de Estado, esta proposta revela contradições, que a tornam alvo de sérias críticas: se por um lado interessa ao Estado por ser menos onerosa e mais adequada às necessidades da população, por outro interessa também por ser mais eficaz do ponto de vista do controle ideológico — o acesso à população é mais direto do que através dos tradicionais hospitais psiquiátricos, distribuídos de maneira aleatória no conjunto do país. Torna-se possível detectar de imediato qualquer irrupção de comportamento não conforme à estrutura psicossocial dominante e enquadrá-lo numa ótica psicologizante que o particulariza. Chega-se a considerar que a tutela onipresente do Estado através da setorização, infantiliza a população, castrando seu potencial de iniciativa para assumir os próprios problemas.

Para maiores esclarecimentos, consultar Histoire de la Psychiatrie de Secteur ou le Secteur Impossible, *Recherches*, nº 17 (duplo), março de 1975, CERFI.

(5) N. do Trad.: Mony Elkaim, psiquiatra belga, um dos animadores desta experiência, é também um dos fundadores da Rede Internacional de Alternativas à Psiquiatria. Atualmente participa com a equipe de "La Gerbe" de um trabalho psiquiátrico num bairro pobre de Bruxelas.

(6) N. do Trad.: No original *manque*, conceito proposto pela teoria lacaniana.

Devir mulher*

Os homossexualismos funcionam, no campo social global, um pouco como movimentos, capelas, com seu cerimonial particular, seus ritos de iniciação, seus mitos amorosos, como diz René Nelli.[1] Apesar das intervenções dos agrupamentos de caráter mais ou menos corporativista, como Arcadie,[2] o homossexualismo continua ligado aos valores e aos sistemas de interação da sexualidade dominante. Sua dependência da normalidade heterossexual se manifesta por uma política do segredo, uma clandestinidade alimentada pela repressão e também por um sentimento de vergonha ainda vivo nos meios "respeitáveis" (particularmente entre os homens de negócio, de letras e de espetáculos, etc.) sobre os quais a psicanálise reina hoje em dia. Ela rege uma normalidade mais sofisticada, não moral, mas científica. O homossexualismo não é mais um caso de moral, mas de perversão. A psicanálise o transformou em doença, em atraso de desenvolvimento, em fixação na fase pré-genital, etc.

Num outro nível, mais minoritário, mais vanguardista, encontramos um homossexualismo militante, do tipo FHAR.[3] O homossexualismo contesta o poder heterossexual em seu próprio terreno. Agora quem vai ter que prestar contas é o heterossexualismo. O problema está deslocado, o poder falocrático tende a ser questionado. Em princípio, uma conexão torna-se então possível entre a ação das feministas e a dos homossexuais.

No entanto, conviria destacar um terceiro nível, mais *molecular*, em que não se distinguiriam mais de uma mesma maneira as categorias, os agrupamentos, as "especialidades", em que se renunciaria às oposições estanques entre os gêneros, em que se procuraria, ao contrário, os pontos de passagem entre os homossexuais, os travestis, os

drogados, os sadomasoquistas, as prostitutas; entre as mulheres, os homens, as crianças, os adolescentes; entre os psicóticos, os artistas, os revolucionários. Digamos, entre todas as formas de minorias sexuais, desde que se saiba que neste domínio só se pode ser minoritário. Neste nível molecular, nos deparamos com paradoxos fascinantes. Por exemplo, pode-se dizer ao mesmo tempo: 1) que todas as formas de sexualidade, todas as formas de atividade sexual, se revelam fundamentalmente *aquém* das oposições personológicas homo/hetero; 2) que no entanto elas estão mais próximas do homossexualismo e daquilo que se poderia chamar de um devir feminino.

Ao nível do corpo social, a libido encontra-se efetivamente tomada pelos dois sistemas de oposição de classe e de sexo: ela tem que ser machona, falocrática; ela tem que binarizar todos os valores — oposições forte/fraco, rico/pobre, útil/inútil, limpo/sujo, etc.

Ao nível do corpo sexuado, a libido está empenhada, pelo contrário, num devir mulher. Para ser mais exato, o devir mulher serve de referência, eventualmente de tela aos outros tipos de devir (exemplo: um devir criança, como em Schumann, um devir animal, como em Kafka, um devir vegetal, como em Novalis, um devir mineral, como em Beckett).

Por não estar tão longe do binarismo do poder fálico, o devir mulher pode desempenhar este papel intermediário, este papel de mediador frente aos outros devires sexuados. Para compreender o homossexual, dizemos que é um pouco "como uma mulher". E muitos dos próprios homossexuais entram nessa jogada um tanto normalizadora. O casal feminino-passivo/masculino-ativo permanece assim uma referência tornada obrigatória pelo poder, para permitir-lhe situar, localizar, territorializar, controlar as intensidades do desejo. Fora dessa bipolaridade exclusiva, não há salvação: ou então é a caída no absurdo, o recurso à prisão, ao asilo, à psicanálise, etc. O próprio desvio, as diferentes formas de marginalismo são codificadas para funcionar como válvulas de segurança. Em suma, as mulheres são os únicos depositários autorizados do devir corpo sexuado. Um homem que se desliga das disputas fálicas, inerentes a todas as formações de poder, se engajará, segundo diversas modalidades possíveis, num tal devir mulher. É somente sob esta condição que ele poderá, além do mais, devir animal, cosmos, carta, cor, música.

O homossexualismo, por força das circunstâncias, é portanto inseparável de um devir mulher — até mesmo o homossexualismo não edipiano, não personológico. O mesmo é válido para a sexualidade infantil, a sexualidade psicótica, a sexualidade poética (exemplo: a

coincidência em Ginsberg[4] de uma mutação poética fundamental e de uma mutação sexual). De modo mais geral, toda organização "dissidente" da libido deve assim compartilhar de um devir corpo feminino, como linha de fuga do *socius* repressivo, como acesso possível a um "mínimo" de devir sexuado, e como última tábua de salvação frente à ordem estabelecida. Se insisto nesse ponto é porque o devir corpo feminino não deve ser assimilado à categoria "mulher" tal como ela é considerada no casal, na família, etc. Tal categoria, aliás, só existe num campo social particular que a define! Não há mulher em si! Não há pólo materno, nem eterno feminino... A oposição homem/mulher serve para fundar a ordem social, antes das oposições de classe, de casta, etc. Inversamente, tudo o que quebra as normas, tudo o que rompe com a ordem estabelecida, tem algo a ver com o homossexualismo ou com um devir animal, um devir mulher, etc. Toda semiotização em ruptura implica numa sexualização em ruptura. Não se deve, portanto, a meu ver, colocar a questão dos escritores homossexuais, mas sim procurar o que há de homossexual em um grande escritor, mesmo que ele seja, além disso, heterossexual.

Parece-me importante explodir noções generalizantes e grosseiras como as de mulher, homossexual... As coisas nunca são tão simples assim. Quando as reduzimos a categorias branco/preto ou macho/fêmea, é porque estamos com uma idéia de antemão, é porque estamos realizando uma operação redutora-binarizante e para nos assegurarmos de um poder sobre elas. Não podemos qualificar um amor, por exemplo, de modo unívoco. O amor em Proust nunca é especificamente homossexual. Ele comporta sempre um componente esquizo, paranóico, um devir planta, un devir mulher, um devir música.

Uma outra noção maciça cujos danos são incalculáveis, é a de orgasmo. A moral sexual dominante exige da mulher uma identificação quase histórica de seu gozo com o do homem, expressão de uma simetria, de uma submissão a seu poder fálico. A mulher *deve* seu orgasmo ao homem. Se ela o "recusa", se torna culpada. Quantos dramas imbecis são alimentados em torno disso! E a atitude acusadora dos psicanalistas e dos sexólogos sobre esta questão não serve para resolver a situação. De fato, é comum que mulheres bloqueadas, com parceiros masculinos, cheguem facilmente ao orgasmo masturbando-se ou fazendo amor com outra mulher. Mas aí o escândalo é muito maior se as coisas chegam a ser descobertas!

Consideremos um último exemplo, o do movimento das prostitutas.[5] No começo, quase todo mundo exclamou: "muito bem, as prostitutas têm razão em se revoltar. Mas, atenção, é preciso separar o joio do trigo. As prostitutas, tudo bem. Mas dos cafetões não queremos ouvir falar!" E todo mundo se pôs a explicar às prostitutas que elas deveriam se defender, que elas são exploradas, etc. Tudo isto é absurdo! Antes de explicar qualquer coisa, seria preciso primeiro procurar compreender o que se passa entre a prostituta e seu cafetão. Há o triângulo prostituta-cafetão-dinheiro. Mas há também toda uma micropolítica do desejo, extremamente complexa, que está em jogo entre cada pólo deste triângulo e diversos personagens tais como o cliente e o polícia. As prostitutas têm certamente coisas muito interessantes a nos ensinar a respeito disso. E ao invés de persegui-las, tinha-se mais é que subvencioná-las, como se faz com os laboratórios de pesquisa! Quanto a mim, estou convencido de que é estudando toda esta micropolítica da prostituição que se poderia esclarecer, sob uma nova luz, pedaços inteiros da micropolítica conjugal e familiar — a relação de dinheiro entre o marido e a mulher, os pais e os filhos, e, mais além, o psicanalista e seu cliente. (Seria preciso também retomar o que os anarquistas da *belle époque* escreveram a este respeito.)

NOTAS

(1) N. do Trad.: René Nelli é autor de *L'Erotique des Troubadours* (10/18), onde faz uma análise do amor cortês.

(2) N. do Trad.: *Arcadie* foi a primeira revista homossexual publicada na França, por volta de 1954.

(3) N. do Trad.: Frente Homossexual de Ação Revolucionária, movimento dos homossexuais muito ativo nas décadas de 70.

(4) N. do Trad.: Allen Ginsberg, poeta da Beat Generation.

(5) N. do Trad.: Em 1975, quando foi escrito este artigo, um grupo de prostitutas estava em pleno movimento de ocupação de igrejas, principalmente em Paris e Lyon, protestando contra aquilo que elas chamavam de "Estado-cafetão". Estado que por um lado praticamente legaliza a prostituição — as prostitutas devem por exemplo submeter-se a exames médicos — e, por outro lado, as castiga constantemente com multas por prática ilegal de *trottoir*. Enfim, Estado que só as reconhece enquanto corpo a ser mantido em bom estado para que dele se possa extrair mais-valia.

Três milhões de perversos no banco dos réus*

Liminar

O objeto deste dossiê — os homossexualismos hoje na França — não poderia ser abordado sem o questionamento dos métodos comuns de pesquisa em ciências humanas que, sob pretexto de objetividade, tomam todo o cuidado em estabelecer uma distinção máxima entre o pesquisador e seu objeto. Para se chegar ao descentramento radical da enunciação científica que a análise de um tal fenômeno requer, não basta "dar a palavra" aos sujeitos envolvidos — que pode ser, às vezes, uma conduta formal e até jesuítica —, é preciso antes criar condições para um exercício total, leia-se paroxístico, desta enunciação. A ciência não tem nada a ver com justas medidas e compromissos de bom-tom! Romper as barreiras do saber vigente — na verdade, do poder dominante — não é fácil. Pelo menos três espécies de censura deveriam ser desmanteladas:

— *a do pseudo-objetivismo* das pesquisas sociais do gênero relatório Kinsey transposto para o "comportamento sexual dos franceses", que ajustam *a priori* todas as respostas possíveis. de modo a fazer as pessoas falarem exatamente aquilo que enquadra com o que o observador e o financiador do estudo querem ouvir;

— *a dos preconceitos psicanalíticos*, que preorganizam uma "compreensão" — na verdade uma recuperação — psicológica, tópica e econômica, do homossexualismo, de tal maneira que no prolongamento da sexologia mais tradicional ela continua mantida no quadro clínico das perversões, justificando implicitamente todas as formas de repressão por ela

sofrida. Não se tratará aqui, portanto, absolutamente de "fixação" às fases pré-genitais, pré-edípicas, pré-simbólicas ou pré-qualquer-coisa que definiriam o/a homossexual como alguém a quem *falta* algo — no mínimo normalidade e moralidade.

A maquinação homossexual, longe de depender de uma "identificação ao progenitor do mesmo sexo", rompe com toda forma de adequação possível a um pólo parental que possa ser apontado. Longe de se resolver em fixação no Semelhante, ela é abertura à Diferença. A recusa da castração, no/a homossexual, não significa que ela/ele brocha diante de suas responsabilidades sociais. Pelo contrário, ao menos potencialmente, ele/ela tenta, a seu modo, expurgar estas responsabilidades de todos os procedimentos identificatórios normalizados, que no fundo são meras sobrevivências dos rituais de submissão os mais arcaicos;

— enfim, a do "*homossexualismo militante tradicional*". Também, neste domínio, a época da *Cabana do Pai Tomás* já era. Não se tratará aqui da defesa das legítimas e inocentes reivindicações de minorias oprimidas; nem tampouco de uma exploração quase etnográfica de um misterioso "terceiro sexo"... Os/as homossexuais falam em nome de todos —em nome da maioria silenciosa — e colocam em questão todas as formas, quaisquer que sejam elas, de produção desejante. Nada na ordem da criação ou do progresso poderá ser feito sem o conhecimento de sua interpelação. Já se foi o tempo daqueles gênios homossexuais que se empenhavam em separar e desviar sua produção de seu homossexualismo, esforçando-se em mascarar que a própria raiz de seu *élan* criador estava justamente em sua ruptura sexual em relação à ordem estabelecida.

Lembrete para os surdos: a bicha, não mais do que o esquizo, não é um revolucionário *em si*, o revolucionário dos novos tempos! Dizemos, apenas, que entre alguns outros, ele pode ser, ele pode vir a ser o lugar de uma ruptura libidinal maior na sociedade, um dos pontos de emergência da energia revolucionária desejante, da qual o militantismo clássico permanece desconectado. Nem por isso perdemos de vista que existe também uma loucura de asilo infinitamente infeliz, ou um homossexualismo edípico infinitamente envergonhado e miserável! E, no entanto, convém ficar à escuta inclusive destes casos de extrema repressão.

Maio de 68 nos ensinou a ler nos muros, e desde então começamos a decifrar as pichações nas prisões, nos asilos e hoje em dia nos

mictórios. É todo um "novo espírito científico" que está para ser refeito.

Carta ao tribunal [1]

No decorrer dos últimos anos, a posição dos homossexuais na sociedade mudou muito. Constata-se nesse domínio, como em muitos outros, uma defasagem entre a realidade e a teoria psiquiátrica, a prática médico-legal e jurídica. O homossexualismo é cada vez menos sentido como uma doença vergonhosa, um desvio monstruoso, um delito. Essa evolução acentuou-se ainda mais nos últimos anos, quando as lutas sociais levaram em consideração problemas que antes elas deixavam de lado, como a vida nas prisões, nos asilos, a condição feminina, a questão do aborto, da qualidade de vida, etc. É assim que surgem movimentos políticos homossexuais, se considerando como minorias marginais, defendendo sua dignidade humana e reivindicando seu direito de cidadania. Alguns dentre esses movimentos, por exemplo nos Estados Unidos, chegavam até a unir sua ação à dos movimentos de luta contra a guerra do Vietnã, dos movimentos de emancipação dos negros, dos porto-riquenhos, dos movimentos feministas, etc.

Na França, a evolução foi diferente: o movimento revolucionário homossexual, o FHAR (Frente Homossexual de Ação Revolucionária), desenvolveu-se logo de cara num plano político. Não houve uma conjunção de movimentos marginais homossexuais e de movimentos políticos: os problemas do homossexualismo foram colocados diretamente a partir de um movimento político. Este movimento, maoísta espontaneísta, agrupado em torno do jornal *Tout*,[2] egresso de Maio de 1968, além de se negar a aceitar que o homossexualismo fosse uma doença ou uma perversão, acabou considerando que toda vida sexual normal lhe dizia diretamente respeito. Da mesma forma, o Movimento de Liberação das Mulheres (MLF) considera hoje que o homossexualismo feminino é não apenas uma forma de luta contra o chauvinismo macho, mas igualmente um questionamento radical do conjunto das formas de sexualidade dominantes.

O homossexualismo seria assim uma dimensão não somente da vida de cada um, como também estaria em jogo em toda uma série de fenômenos sociais como os da hierarquia opressiva, do burocratismo, etc. A questão fica desse modo deslocada: os homossexuais, homens e mulheres, recusam o estatuto de minoria oprimida e pretendem levar uma ofensiva política contra a servidão de todas as formas de sexualidade aos sistemas de reprodução e aos valores das sociedades capitalistas e socialistas burocráticas. Trata-se, de fato, mais de transexualidade do que de homossexualidade: trata-se de definir o que seria a sexualidade numa sociedade libertada da exploração capitalista e das relações de sujeição que ela desenvolve em todos os níveis da organização social. Deste ponto de vista, a luta pela liberdade do homossexualismo torna-se parte integrante das lutas de libertação social.

São os temas desenvolvidos por esta corrente de pensamento que foram explorados no número de *Recherches* pelo qual fui acusado — como diretor da publicação — de "atentado ao pudor". Na verdade, este número de *Recherches* não coloca fundamentalmente senão problemas políticos. A acusação de pornografia é apenas um pretexto, fácil de invocar neste domínio particular; o essencial é reprimir "para servir de exemplo".

Recherches, assim como algumas publicações atuais, se esforça em romper com a prática da rádio, da televisão e da maior parte dos meios de imprensa, que consiste em selecionar as informações em função dos preconceitos vigentes, em fazer-se árbitro da decência e da indecência, em transpor em linguagem, dita conveniente, a expressão das pessoas envolvidas num problema; em suma, substituí-las. Sobre a situação nas prisões, se dará a palavra a um juiz, um policial, um antigo prisioneiro, mas desde que apresente um caráter excepcional — por exemplo, um criminoso passional — mas nunca um prisioneiro médio. O mesmo se dá com os doentes mentais — em última instância, um louco criador poderá se fazer ouvir — mas nunca se solicitará testemunhos sobre a vida miserável no hospital psiquiátrico.

Quisemos, assim, dar diretamente a palavra aos homossexuais. E o que aconteceu? Reprovaram nossa inconveniência. Mas de que natureza é esta inconveniência, se não política? De fato, aquilo que diz este número de *Recherches* e o modo como o diz estão obviamente aquém daquilo que se pode encontrar não somente nas publicações para *sex-shops*[3] — nosso objetivo não era lhes fazer concorrência! — mas igualmente daquilo que se encontra nas publicações científicas. A originalidade deste número — o que choca, aquilo pelo qual somos inculpados — é que possivelmente pela primeira vez homossexuais e não homossexuais falam destes problemas por conta própria e de uma maneira inteiramente livre.

NOTAS

(1) Esta carta é dirigida ao tribunal por ocasião do processo judiciário, sofrido pelo nº 12 da revista *Recherches*, de março de 73, "Três Milhões de Perversos no Banco dos Réus — Grande Enciclopédia dos Homossexualismos". A sentença condenou Félix Guattari, diretor da revista, a 600 francos de multa por atentado ao pudor e, considerando a publicação uma "exibição detalhada de torpezas e desvios sexuais", o "desembuchar libidinoso de uma minoria de perversos", ordenou a destruição de todos os exemplares.

(2) N. do Trad.: Jornal da imprensa alternativa, fundado após Maio de 68, por uma equipe constituída predominantemente, mas não só, de membros do grupo *Révolution*, de tendência anarco-maoísta, herdeiro da Internacional Situacionista (movimento que se deu em Strasburgo na década de 60, um dos precursores de 68; propunha a revolução do cotidiano, a dissolução da separação entre o político, o poético e o cultural, a superação da sociedade espetacular mercantil, do utilitarismo, da lógica e da razão pela autogestão, pelos conselhos operários, pela imaginação, em uma mescla de surrealismo/marxismo/anarquismo (cf. coletânea da revista do situacionismo *Internationale Situationniste — 1958-69*, Champ Libre, 1975).

Parte da equipe de *Tout* fundou posteriormente o jornal diário *Libération* (cf. nota 3 de "Antipsiquiatria e Antipsicanálise").

(3) N. do Trad.: *Sex-shops* são as lojas onde se vendem objetos e publicações consideradas pornográficas.

Cheguei até a encontrar travestis felizes*

As Mirabelles[1] experimentam uma nova forma de teatro militante. É um teatro que se desembaraça da linguagem explicativa, das sacadas cheias de boas intenções, por exemplo sobre a liberação dos homossexuais! Elas recorrem ao travesti, ao canto, à mímica, à dança, etc., não como meios de ilustração de um tema, para distrair o espírito do espectador, mas sim para perturbá-lo, para agitar dentro dele zonas turvas de desejo que ele sempre se recusou a explorar. A questão não é mais a de saber se vamos desempenhar o papel feminino contra o masculino, ou o contrário, e sim fazer com que os corpos, todos os corpos, consigam livrar-se das representações e dos constrangimentos do "corpo social", bem como das posturas, atitudes e comportamentos estereotipados, da "couraça" de que falava Wilhelm Reich. A alienação sexual, que é um dos fundamentos do capitalismo, implica na polarização do corpo social na masculinidade, enquanto que o corpo feminino se transforma em objeto de cobiça, em mercadoria, um território ao qual só se poderá ter acesso na culpabilidade e submetendo-se a todas as engrenagens do sistema (casamento, família, trabalho, etc...). O desejo, por outro lado, que se vire como puder! De fato, ele deserta o corpo do homem para emigrar para os lados da mulher, ou, mais exatamente, para os lados de um "devir mulher". O essencial aqui não é o objeto visado mas sim o movimento de transformação. É este movimento, esta passagem que as Mirabelles nos ajudam a explorar: um homem que ama seu próprio corpo, um homem que ama o corpo de uma mulher ou de um outro homem está sempre, ele próprio, implicado secretamente num "devir feminino". O que é totalmente diferente de uma identificação com *a* mulher, ou ainda com *a* mãe, como queriam fazer crer os psicanalistas. Trata-se muito mais de

um devir *outro*, trata-se de uma etapa para tornar-se diferente daquilo que o corpo social repressivo nos destinou autoritariamente. Assim como os trabalhadores, apesar da exploração de sua força de trabalho, conseguem estabelecer um certo tipo de relação verdadeira com a realidade do mundo, também as mulheres, apesar da exploração sexual que elas sofrem, conseguem conservar um certo tipo de relação verdadeira com o desejo. *E elas vivem esta relação essencialmente ao nível de seus corpos*. E se a burguesia não é nada, no plano econômico, sem o proletariado, os homens não são grande coisa no plano do corpo se eles não tiverem acesso a um tal "devir feminino". Daí eles dependerem do corpo da mulher, ou da imagem de mulher que freqüenta seus sonhos e seus próprios corpos ou que eles projetam no corpo de seu parceiro homossexual. Daí também a contradependência, à qual eles se esforçam em reduzir as mulheres ou os comportamentos de predador sexual que eles adotam em relação a elas. A exploração econômica e a exploração sexual não podem ser dissociadas. A burguesia e as burocracias mantêm seu poder justamente se apoiando na segregação dos sexos, das faixas etárias, das raças; na codificação das atitudes, na estratificação das castas. A reprodução pelos militantes destas mesmas segregações e estratificações (por exemplo, a recusa a encarar a alienação concreta das mulheres e das crianças, as atitudes possessivas e dominadoras, o respeito da separação burguesa entre vida privada e atividade pública, etc.) constitui uma das bases essenciais da esclerose atual do movimento operário e revolucionário. Colocar-se à escuta dos verdadeiros desejos do povo implica sejamos capazes de nos colocarmos à escuta de nosso próprio desejo e daquele de nosso entorno mais imediato. Isto não significa absolutamente que se deva fazer passar as lutas do desejo à frente da luta de classes em grande escala. Pelo contrário, cada ponto de junção entre elas trará a estas últimas uma energia inimaginável.

É neste *front*, com muita modéstia e tenacidade, que trabalham as Mirabelles. Mas elas não querem absolutamente ser levadas a sério; elas lutam por algo mais importante do que a seriedade! (Sua palavra de ordem: "crise monetária e travesti, bananas e travesti"...) O que lhes interessa é contribuir para tirar o homossexualismo de seu gueto, mesmo que seja um gueto militante; o que lhes interessa é que espetáculos como o seu possam tocar não somente a massa de homossexuais, mas também a massa de pessoas que estão mal por não assumirem seus desejos.

NOTA

(1) N. do Trad.: O grupo *Mirabelles*, de teatro musical, não só é contemporâneo do grupo brasileiro *Dzi Croquettes*, mas há uma grande semelhança entre os dois. Assunção do homossexualismo como mutação na micropolítica do desejo. Nem homens tornados mulheres, nem mulheres tornadas homens, nem um terceiro sexo, mas uma outra sexualidade dos homens e das mulheres. *Strip-tease* do corpo em mutação, asfixiado sob as plumas e paetés do *show* de travestis, fazendo ressoar o devir da política sexual de cada espectador. Efeito político de reconhecimento deste devir.

Gangues em Nova Iorque*

A marginalidade é o lugar onde se podem ler os pontos de ruptura nas estruturas sociais e os esboços de problemática nova no campo da economia desejante coletiva. Trata-se de analisar a marginalidade, não como uma manifestação psicopatológica, mas como a parte mais viva, a mais móvel das coletividades humanas nas suas tentativas de encontrar respostas às mudanças nas estruturas sociais e materiais.

Mas a própria noção de marginalidade permanece extremamente ambígua. De fato, ela implica sempre a idéia de uma dependência secreta da sociedade pretensamente normal. A marginalidade chama o recentramento, a recuperação. Gostaríamos de lhe opor a idéia da *minoria*. Uma minoria pode se querer definitivamente minoritária. Por exemplo, os homossexuais militantes nos Estados Unidos são minoritários que recusam ser marginalizados. Nesse mesmo sentido pode-se considerar que as gangues negras e porto-riquenhas nos Estados Unidos não são mais marginais do que o são os negros e os porto-riquenhos nos bairros das grandes cidades que eles controlam, às vezes, quase inteiramente. Trata-se de um fenômeno novo que indica direções novas. Uma simplificação corrente consiste em dizer que este tipo de gangue não põe em ação senão mecanismos de autodefesa e que sua existência é apenas a conseqüência do fato de que o poder político, os partidos e os sindicatos *ainda* não encontraram resposta a esse problema. (Foi na esperança de achar uma tal resposta que Reagan, quando governador da Califórnia, tentou estabelecer um colossal centro de pesquisas para estudar os meios de reabsorver a violência. Seus trabalhos deveriam orientar-se na direção, apenas caricaturada, do filme *Laranja Mecânica*.)

É fato que, no quadro dos fenômenos de decomposição que certas grandes cidades dos Estados Unidos conhecem, a urbanização e a "urbanidade", por mais que tenha sido feito, deixam de funcionar lado a lado. O papel de *melting pot* da cidade deixa lugar, nesses casos de câncer do tecido urbano, a uma aceleração das formas de segregação racial, a um reforçamento dos particularismos que vai até à impossibilidade de circular de um bairro a outro. (A polícia, hoje em dia, só penetra excepcionalmente em certos bairros de Nova Iorque.)

Ao invés de considerar tais fenômenos como respostas coletivas improvisadas a uma carência (a carência de moradia, por exemplo), dever-se-ia estudá-los como uma experimentação social na marra, em grande escala. De forma mais ou menos conseqüente, as minorias sociais exploram os problemas da economia do desejo no campo urbano. Essa exploração não propõe formas ou modelos, ela não traz remédio a algo que seria patológico: ela indica, isto sim, a direção de novas modalidades de organização da subjetividade coletiva.

Detenhamo-nos num exemplo típico: o do South Bronx em Nova Iorque. Gangues de jovens, que reúnem às vezes vários milhares de indivíduos, esquadrinham toda essa parte da cidade. Eles se deram uma organização muito rígida, muito hierarquizada e mesmo tradicionalista. As mulheres estão organizadas em gangues paralelas, mas permanecem completamente sujeitas às gangues masculinas. Tais gangues participam, por um lado, de uma economia desejante fascista, e, por outro, daquilo que certos de seus dirigentes chamam eles mesmos de um socialismo primitivo (*grass-root*). Destaquemos entretanto os sinais de uma evolução interessante. Em certas gangues porto-riquenhas de Nova Iorque, onde as meninas eram tradicionalmente sujeitas aos chefes masculinos, aparecem agora estruturas de organização femininas mais autônomas, e que não reproduzem os mesmos tipos de hierarquia; as meninas dizem que, diferentemente dos rapazes, não experimentam a necessidade de uma tal estruturação. Para elas se trata de buscar um outro tipo de organização que se diferencie da mitologia ligada a uma espécie de culto fálico do chefe.

Toda uma série de questões pode ser colocada a partir daí:
- — como é que se chegou a isso, principalmente no plano da segregação racial?
- — por que os movimentos de emancipação foram forçados a se fazer implicitamente agentes desta segregação?
- — por que os movimentos revolucionários nacionais (Black Panthers, Black Muslims, Young Lords, etc...) permaneceram sem possibilidade de controle sobre esses milhares de gan-

gues que esquadrinham, quarteirão por quarteirão, uma parte considerável das grandes cidades americanas?

Uma certa cultura, específica das massas mais deserdadas, um certo modelo de vida, um certo sentido da dignidade humana existem nessas gangues, e poderíamos igualmente creditar-lhes certas intervenções sociais que trazem respostas a problemas que nenhum tipo de poder de Estado pôde abordar. Foi assim que no South Bronx bastou que uma equipe de médicos trabalhasse junto com as gangues para que se pudesse desenvolver um sistema muito original de organização da higiene mental.

Assinalemos, em particular, a propósito do problema da droga, uma experiência das mais originais, sempre no South Bronx. Há dois anos, durante as lutas raciais, o Lincoln Hospital foi ocupado por militantes revolucionários, depois evacuado ao cabo de algumas semanas. Mas todo um andar do hospital continuou a ser ocupado e não cessou de o ser, desde este período, por ex-drogados que assumiram por si mesmos a organização de um serviço de desintoxicação. Esta instauração da autogestão num serviço hospitalar mereceria ser explorada em todos os seus detalhes. Destaquemos simplesmente alguns fatos:

— o essencial da equipe é composto por ex-drogados;
— os médicos jamais têm acesso direto aos doentes e aos serviços;
— o centro faz sua própria polícia e um *status quo* pôde instituir-se com a polícia do Estado de Nova Iorque;
— o Estado de Nova Iorque, após haver lutado muito tempo contra o Centro, foi levado finalmente a subvencioná-lo;
— fez-se uma utilização muito particular da metadona, que é empregada aqui apenas como tratamento intensivo durante alguns dias, enquanto que nos serviços clássicos sua administração dura anos e constitui uma espécie de droga artificial sujeitando definitivamente o ex-drogado ao "poder médico".

Mas o que é talvez o mais interessante é a conjunção da ação das gangues com esse serviço de autogestão. Ela acabou não somente por aperfeiçoar um sistema de tratamento eficaz (vêem-se drogados chegar por si mesmos, titubeando, ao Centro), mas por trazer soluções a um problema mais geral, o do tráfico da droga. Com efeito, as gangues tomaram o controle da situação, na verdade meio rudemente, eliminando pela persuasão, ou mesmo algumas vezes fisicamente, os *pushers* (traficantes).

Certas gangues e certos movimentos negros tomaram consciência da manipulação de que eram objetos, através da droga, pelo poder de Estado. (A coisa se tornou manifesta para eles quando se descobriu que os estoques de droga, apreendidos pela polícia nova-iorquina, tinham sido substituídos por farinha e revendidos pela polícia, e isso numa escala colossal.)

Mas o exemplos de tais ações relativamente pacíficas continuam sendo a exceção. A violência e o medo, freqüentemente alimentados pela polícia, reinam no seio das gangues. Não se pode dizer que uma tal "experiência" nos propõe um modelo de "qualidade de vida".

Certos esboços de organização mais sistemática são combatidos pelas autoridades, em particular as relações que começavam a se instituir entre as diferentes gangues e mesmo entre as diferentes raças (negros, porto-riquenhos, chicanos, etc...) e as relações entre as gangues locais e os movimentos implantados nacionalmente.

O fenômeno das gangues, em sua amplitude e em seu estilo atual, data de bem poucos anos. Antigamente o conjunto dos movimentos negros tinha sido submerso por uma onda de droga branca que havia chegado até os altos escalões. Mas não é ao nível dos movimentos nacionais que um início de resposta ao problema da droga foi encontrado, e sim ao nível das gangues, que aliás consideravam tais movimentos muito elitistas, comparados a elas que permanecem em contato estreito com as massas e com os pés na terra.

Alguns professores e trabalhadores sociais começaram a trabalhar com estas gangues. Um professor e uma cineasta francesa[1] realizaram com eles alguns filmes em vídeo. As autoridades toleraram mal tais iniciativas, tentaram recuperá-las com fins policiais. É possível entretanto que a Rede Alternativa à Psiquiatria[2] consiga refazer estas tentativas.

NOTAS

(1) N. do Trad.: Guattari se refere a Martine Barrat, fotógrafa e cineasta francesa, radicada em Nova Iorque, que vem acompanhando, desde 1971, as gangues de adolescentes negros e porto-riquenhos em South Bronx. Trabalha com vídeo-teipe, muitas vezes, manipulado pelas próprias gangues, sendo um registro que rompe com o silêncio forçado deste setor da vida social norte-americana. A circulação intensa do trabalho de Martine Barrat — inúmeras exposições, artigos de jornal e revista, programas de televisão — tem levado a voz das gangues pelo mundo. Martine Barrat esteve no Brasil, em 1979, durante alguns meses, vivendo em Mangueira.

(2) N. do Trad.: Cf. o cap. deste livro "A Trama da Rede".

As creches e a iniciação*

Como evitar que as crianças se prendam às semióticas dominantes ao ponto de perder muito cedo toda e qualquer verdadeira liberdade de expressão? Sua modelagem pelo mundo adulto parece efetuar-se, de fato, em fases cada vez mais precoces de seu desenvolvimento, especialmente por meio da televisão e dos jogos educativos. Uma das contradições internas dos empreendimentos ditos "escola nova" reside no fato de que elas limitam muito freqüentemente suas intervenções ao nível das técnicas da aquisição da linguagem, da escrita, do desenho, etc... sem intervir no motor desta modelagem cujas técnicas não são senão um dos agentes. Um empreendimento educacional não poderia circunscrever de modo válido seu campo a questões de técnicas de aprendizagem ou de socialização. Ele coloca de imediato toda uma série de problemas micropolíticos.

Ao se comparar o que se passa hoje nas sociedades industriais com o que existia nas sociedades pré-industriais ou o que sobrevive nas sociedades "primitivas", constata-se que nestas últimas a iniciação, a entrada da criança nos papéis especificados pelo campo social adulto, situa-se aproximadamente em torno de 9-12 anos. Até aí, ela não precisa respeitar rigorosamente as proibições do grupo. Só quando ela é promovida ao título de "pessoa por inteiro", de membro do clã, é que ela deve se dobrar às normas do grupo, o que faz com que ela se beneficie, em contrapartida, do prestígio e das vantagens materiais próprias de cada etapa desta promoção. Por exemplo, em tribos indígenas da Amazônia, antes de sua iniciação, as crianças comem fora do círculo dos adultos, devem se virar por conta própria para apanhar restos; mas poderão livremente esboçar relações sexuais que, ulteriormente, serão consideradas incestuosas; é como se, antes da iniciação, os atos das

crianças não comprometessem verdadeiramente a comunidade. E também, durante uma dezena de anos, elas escapam ao tipo geral de encodificação que é aquele sobre o qual repousa o conjunto da armadura social. O que não quer dizer que elas escapam completamente a todo e qualquer modo de controle pela sociedade: por exemplo, até a idade de 2 anos, o comportamento da criança será circunscrito a um território que a coloca nas adjacências da mãe, mas durante todo este período, por exemplo em certas sociedades animistas africanas, ela não terá aprendizagem do controle esfincteriano. A fixação do período de desmame é geralmente muito flexível. Ele pode produzir-se tardiamente. Mas desde o momento em que acontece a criança se vê bruscamente forçada a abandonar esta territorialidade materna e submeter-se à lei de uma outra faixa etária, onde terá de respeitar outros tipos de código. Alguns psicanalistas se comoveram com a brutalidade deste tipo de desmame; imputaram-lhe a origem de todas as espécies de distúrbios. Mas parece que se trata de uma forma particular de etnocentrismo que consiste em desconhecer as condições particulares de funcionamento da libido nestas sociedades.

Nas sociedades industriais desenvolvidas, toda esta organização de faixas etárias parece ter desaparecido: é como se fosse desde a fase *infans* que começasse o processo de iniciação. A iniciação não está mais circunscrita a um período preciso, não mais se efetua segundo um cerimonial particular, por exemplo naquilo que se chama "campos de iniciação". Ela tem lugar em "tempo integral"; mobiliza todo o meio familiar e os educadores. Trata-se pois de uma iniciação ao sistema de representação e aos valores do capitalismo que não mais põe em jogo somente pessoas, mas que passa cada vez mais pelos meios audiovisuais que modelam as crianças aos códigos perceptivos, aos códigos de linguagem, aos modos de relações interpessoais, à autoridade, à hierarquia, a toda a tecnologia capitalista das relações sociais dominantes.

Um dos elementos primordiais da evolução desta iniciação concerne ao primado da escrita na formação semiótica de base da infância. Não faz muito tempo, a leitura — de um romance, por exemplo — podia ser desaconselhada às moças: Tolstoi nos mostra mocinhas da burguesia e da aristocracia que eram forçadas a ler à noite, às escondidas... Davam-se a isso todas as espécies de justificação: a leitura era supostamente nociva aos olhos, podia lhes dar más idéias...

Na realidade, esta proibição se atinha ao fato de que as moças não eram destinadas a participar, da mesma forma que os homens, das semióticas escriturais enquanto componente essencial da integração a um modo de produção dominante. Precisemos que, sob outras formas, este tipo de restrição não concernia somente às moças das classes supe-

riores, mas também às crianças das classes pobres. Agora, o capitalismo pretende mobilizar o máximo de pessoas, sejam quais forem sua idade e sexo, e é o *mais cedo possível* que a criança deve estar apta a decifrar os diferentes códigos do poder. A escola primária, na época de Jules Ferry,[1] punha em jogo espécies de ritos de passagem para períodos ainda relativamente tardios da vida da criança em relação aos que conhecemos agora; na escola primária, o professor se preocupava principalmente em iniciar as crianças num certo tipo de lei, de disciplina; ele lhes ensinava a permanecer em fila, a falar quando se lhes solicitava, etc... Este tipo de escola correspondia a um certo modo de organização da produção, por exemplo, àquele das manufaturas, do trabalho em série, etc..., e da organização militar de "massa". Ao contrário, a formação do trabalhador e do soldado implica hoje em dia uma integração máxima nos processos de semiotização escriturais. As crianças, diante da televisão, "trabalham",[2] assim como "trabalham" na creche, com técnicas de jogo que são concebidas para melhorar seus desempenhos perceptivos. Pode-se mesmo, num certo sentido, considerar que este trabalho é comparável ao dos aprendizes na escola profissional, ou ao dos operários metalúrgicos que se reciclam visando adaptar-se a novos tipos de linha de montagem. Não seria concebível, na sociedade atual, que se pudesse formar um trabalhador sem esta preparação que se faz na família, na creche, antes mesmo da entrada na escola primária. O ponto que nos parece, pois, importante é que cabe às crianças formar-se o mais cedo possível em uma certa *tradutibilidade do conjunto dos sistemas semióticos* introduzidos pelas sociedades industriais. A criança não aprende somente a falar uma língua materna, aprende também os códigos da circulação na rua, um certo tipo de relações complexas com as máquinas, com a eletricidade, etc... e estes diferentes códigos devem integrar-se aos códigos sociais do poder. Esta homogeneização das competências semióticas é essencial ao sistema da economia capitalista: "a escrita" do capital implica com efeito que o desejo do indivíduo, em seus diferentes desempenhos semióticos, seja capaz de se adaptar, de se "tradutibilizar" agenciando-se a partir de qualquer ponto do sistema sócio-econômico. O capital é a própria matriz da tradutibilidade dos valores de troca e de todas as formas de trabalho. A iniciação ao capital implica, em primeiro lugar, esta iniciação semiótica nos diferentes modos de tradutibilidade, e nos sistemas de invariantes que lhes correspondem.

Hoje estamos longe do tempo em que se dizia aos jovens: "Você vai ver, durante seu serviço militar, vão pôr você na linha, vão fazer de você um homem...". Não se pode mais esperar tanto tempo assim. A precocidade do adestramento da criança implica uma mudança de

método. Este tende a recorrer, cada vez menos, a sistemas de coerção materiais — pode-se dispensar a palmatória, o castigo — e, cada vez mais, a técnicas de impregnação audiovisuais que fazem o trabalho com suavidade, e em muito maior profundidade. Uma espécie de lei de retroação poderia ser tirada: quanto mais precoce for a iniciação, mais intenso e duradouro será o *imprinting*[3] do controle social. A iniciação, tipo escola de Jules Ferry, tipo serviço militar, não operava ainda senão com um *imprinting* muito fraco. Se a impregnação aos modelos imaginários, perceptivos, sociais, culturais, etc... não é bem sucedida em fases precoces, ter-se-á enorme dificuldade para modelar os indivíduos às tarefas que lhes serão confiadas nos sistemas altamente diferenciados da produção. Não se enviam as crianças, pelo menos na França, para as manufaturas, na idade de 6 ou 8 anos, além do que se tem a impressão de ter humanizado a escola e as relações familiares. Mas simplesmente trocou-se a roupa da velha crueldade da iniciação que consiste em extirpar da criança, o mais cedo possível, sua capacidade específica de expressão e em adaptá-la, o mais cedo possível, aos valores, significações e comportamentos dominantes. O essencial, hoje, já não é a aprendizagem humana de uma língua materna. A fala é inteiramente programada pela linguagem, especialmente a audiovisual. A linguagem que é falada na televisão e nos filmes é apenas uma certa transcrição da fala. A televisão tomou a si uma série de tarefas que cabiam aos professores, às mães de família. É ela a babá, que tomou o lugar de um certo tipo de relações que se estabeleciam antigamente no quadro das semiologias da fala. Toda a linguagem que nela é produzida está a serviço de um certo tipo de formação, de iniciação às diferentes engrenagens da produção e do campo social. O imaginário da criança atualmente escapa, por exemplo, ao sistema dos contos de fadas, e mesmo a um certo tipo de devaneio. A educação televisual modela o imaginário, injeta personagens, cenários, fantasmas, atitudes, ideais; ela impõe toda uma micropolítica das relações entre os homens e as mulheres, os adultos e as crianças, as raças, etc... Ela ocupa o lugar de um certo tipo de conversa, de leitura, etc.

Um trabalho de creche, que quisesse engajar-se numa outra economia desejante, não conseguiria, pois, situar-se senão em contracorrente a este modo de formação. O que conta na creche, insistimos nisso, não é a técnica, é o efeito da política semiótica dos adultos sobre as crianças. Em que a atitude dos adultos que trabalham na creche favorece a iniciação das crianças nos valores do sistema? Aí é que está toda a questão! Um trabalho analítico numa creche não poderia ser fundamentalmente senão um trabalho micropolítico; e implicaria de imediato um trabalho dos adultos sobre si mesmos, entre si mesmos,

um trabalho de análise do coletivo das atendentes, dos psicólogos, um trabalho incidindo igualmente sobre as famílias, sobre o meio, etc... O inconsciente da criança é inseparável do dos adultos; ele está inteiramente contaminado pelos conflitos que existem no nível, por exemplo, do trabalho dos pais, da competição e das lutas sexuais no seio do casal parental, dos modelos de integração que são veiculados pelas crianças mais velhas, etc... Os sistemas capitalistas e socialistas burocráticos haviam confiado ao pessoal das escolas uma tarefa capital: a de adaptar a criança ao saber e aos valores da sociedade dominante. As máquinas audiovisuais fazem hoje esse trabalho certamente melhor que qualquer atendente ou educador. Hoje, no seio das creches e das escolas, alguns trabalhadores estão em posição de *lutar contra estes sistemas de integração e de alienação*. É nesse sentido que se deveria considerar uma luta micropolítica fundamental. É nesse nível que uma série de operações de base é posta em jogo. Ainda uma vez, não se trata somente de operações concretas de aprendizagem, mas também da aquisição de esquemas abstratos, de esquemas relacionais, de toda uma iniciação à *axiomática do capital*.

Como conduzir uma tal luta micropolítica? O simples fato de não sujeitar os diferentes modos de expressão semiótica da infância à semiologia da linguagem escrita não representa uma ruptura importante com o sistema dominante. O fato de que as crianças possam exprimir-se pela pintura, dança, canto, organização de projetos comuns, etc..., sem que o conjunto destas atividades seja sistematicamente recentrado sobre as finalidades educativas clássicas (integração à sociedade e respeito aos pólos personológicos e familiares), permite ao desejo delas escapar, numa certa medida, da modelagem da libido que tende a se sujeitar à política capitalista da descodificação generalizada dos fluxos. Não se trata de proteger artificialmente a criança do mundo exterior, de criar para ela um universo artificial, ao abrigo da realidade social. Ao contrário, deve-se ajudá-la a fazer frente a ela; a criança deve aprender o que é a sociedade, o que são seus instrumentos. Mas isso não deveria efetuar-se em detrimento de suas próprias capacidades de expressão. O ideal seria que sua economia de desejo conseguisse escapar ao máximo à política de sobrecodificação do capitalismo, ao mesmo tempo suportando, sem traumatismo maior, seu modo de funcionamento. Não se trata, pois, de contornar os fluxos descodificados do capitalismo, mas de dar-lhes o devido lugar, de localizá-los, e, de um certo modo, de governá-los. A luta pela polivocidade da expressão semiótica da criança nos parece então ser um objetivo essencial dessa micropolítica ao nível da creche. Recusar fazer "cristalizar" a criança muito cedo em indivíduo tipificado, em modelo personológico estereotipado. Isso não significa que se buscará sistematicamente fabricar marginais, delinqüentes, revoltados ou revolucionários! Não se trata aqui de opor uma formação a outra, uma codificação a outra, mas de criar condições que permitam aos indivíduos adquirir meios de expressão relativamente autônomos e portanto relativamente não recuperáveis pelas tecnologias das diversas formações de poder (estatais, burocráticas, culturais, sindicais, da comunicação de massa, etc...).

Se, ao atingir a idade adulta, num momento ou noutro ele decide assumir as roupas e papéis que o sistema lhe apresenta, convém que ele possa fazê-lo sem que eles lhe colem à pele a ponto de não mais poder desfazer-se deles e então passar a investir nos próprios valores repressivos de que estas roupas e papéis são portadores.

NOTAS

(1) N. do Trad.: Jules Ferry, deputado de Vosges, é o autor do projeto, aprovado na Câmara por volta de 1880, que instituiu, na França, a escola primária leiga, gratuita e obrigatória (cf. nota 9 de "Antipsiquiatria e Antipsicanálise").

(2) N. do Trad.: No original, *travailler*, cuja utilização neste contexto é acrescida do sentido de "execução de tarefas escolares".

(3) N. do Trad.: No original, *empreinte*, entendida no sentido que lhe dá a etologia.

Milhões e milhões de Alices no ar*[1]

Perigo iminente. Atenção, a menor linha de fuga pode fazer explodir tudo. Vigilância especial aos pequenos grupos perversos propulsando palavras, inventando frases, atitudes suscetíveis de contaminar populações inteiras. Neutralizar, prioritariamente, todos aqueles que poderiam ter acesso a uma antena. Guetos por toda parte — autogeridos, se possível — microgulags por toda parte, até mesmo na família, no casal e inclusive na cabeça, de modo a segurar cada indivíduo, dia e noite.

> *"Eles falam, eles falam, tudo bem, eles falam o tempo todo. Eles lançam sinais, palavras, pedaços de sinais, pedaços de palavras para nos obrigar a aceitar nosso papel de filho, de mulher, de pai, de operário, de estudante, para nos ensinar a fazer bonito, a ser disciplinado, a obedecer, a trabalhar..."*

> *"O terror se enraíza no cotidiano, terror da prisão e do asilo, da caserna e do desemprego, da família e do sexismo. Terror contra os desejos para reduzir o cotidiano à forma miserável na qual a Igreja, a família e o Estado o enclausuraram desde sempre. Mas a luta de classes rompe com a dominação na fábrica, o compartilhar rompe com a dominação pelo isolamento, o desejo transforma o cotidiano. E a Escrita percorre transversalmente as ordens recompondo-as de maneira criativa."*

Desejo de potência do discurso da ordem ou potência do desejo contra a ordem do discurso...

É preciso partir historicamente da crise da extrema-esquerda italiana após 72, particularmente de

O ponto de vista da autonomia sobre esta questão dos meios de comunicação de massa é que cem flores desabrochem, que cem rádios transmitam...

A guerrilha da informação, a subversão organizada da circulação das informações, a ruptura da relação entre emissão e circulação de dados... situa-se no interior da luta geral contra a organização e a dominação do trabalho...

A interrupção e a subversão dos fluxos de produção e da circulação de signos emitidos pelo poder são um campo sobre o qual podemos agir diretamente...

um dos grupos mais vivos tanto no plano teórico quanto no prático: *Potere Operaio*.

Toda uma esfera de influência da extrema-esquerda se dispersou por ocasião desta crise, mas para animar movimentos de revolta em diferentes *autonomias* (nome que o vocabulário italiano dá aos setores particulares: mulheres, jovens, homossexuais, etc.). Criaram-se então círculos político-culturais como, em Bolonha, o *Gatto Selvaggio* (gato selvagem), do qual partiu, em 1974, a iniciativa de Rádio Alice.

Após a fase de dispersão esboçou-se um processo de recomposição do *movimento* (palavra também muito importante no novo vocabulário italiano: Rádio Alice é uma rádio no *movimento*).

Após a supressão do Monopólio de Estado, mil rádios independentes se desenvolveram da extrema-esquerda à extrema-direita ou fazendo-se porta-vozes desse ou daquele setor particular.

A originalidade de Alice era a de ultrapassar o caráter puramente "sociológico", digamos assim, das rádios independentes, e de se assumir como projeto.

Rádio Alice entrou no olho do furacão cultural — subversão da linguagem, surgimento de um jornal *A/traverso*. Mas ela também estava diretamente mergulhada na ação política que quis "transversalizar".

Alice, A/traverso, Rivista per l'Autonomia, Potere Operaio, Rosso, Giornale nel Movimento — agenciamento coletivo de enunciação. Teoria — técnica, poesia — devaneio — palavra de ordem — grupos — sexo — solidão — alegria — desespero — história — sentido — sem sentido.

"A verdadeira obra de arte é o corpo infinito do homem que se move através das incríveis mutações da existência particular."

Acabar com a chantagem da miséria. Valor de desejo — valor de uso — valor trabalho. A aristocracia operária, o lúmpen... Que miséria? Que trabalho? Reapropriação do tempo. O direito de esquecer da hora.

— Eu estava deitado na minha cama.

— Tudo bem, camarada, você estava cansado e tem o direito de descansar...

— Nada disso, eu estava lendo!

— Você tem razão, camarada, você estava lendo para elevar seu nível teórico e para se preparar para novos combates...

— Não sei. Talvez! Eu estava lendo Diabolik...[2]

Acabar com a chantagem da miséria, a disciplina do trabalho, a ordem hierárquica, o sacrifício, a pátria, os interesses gerais. Tudo isto calou a voz do corpo. Todo o nosso tempo sempre foi consagrado ao trabalho, 8 horas por dia, duas horas de transporte, e depois descanso, televisão, refeição em família. Tudo que não se encaixa no interior desta ordem é obsceno para a polícia e os magistrados.

Alice. Rádio linha de fuga. Agenciamento teoria — vida — prática — grupo — sexo — solidão — máquina — ternura — carinho. Acabar com a chantagem da cientificidade dos conceitos. Os "intelectuais orgânicos" são os burocratas da teoria. Você entende, cara, tudo bem com a batalha semiológica, mas esse troço é um pouco como em Nanterre, com a sociologia em 68, ou em Ulm, com a epistemologia, ou em Sainte-Anne com a psicanálise...[3] Reler Marx, Freud, Lênin, Gramsci... Talvez... mas tem também os enunciados, os gestos, o esboço de um mundo que nós mesmos agenciamos, os desvios maiores que operamos a partir de nossas línguas menores.

A prática da felicidade torna-se subversiva quando ela é coletiva.

Em Bolonha, no começo, não éramos mais do que uma centena, estávamos um pouco num círculo vicioso e a Rádio Alice veio catalisar um processo, alguma coisa — que não é um traço comum, mas como dizê-lo de outra forma, sim, um processo atravessou as diversas autonomias — secundaristas, feministas, homossexuais, trabalhadores emigrantes do sul... Então começaram a se ampliar bastante os movimentos de auto-redução[4] e de apropriação, a recusa ao trabalho, o absenteísmo, etc. Em 1976, Bifo, um dos principais animadores da Rádio Alice, foi detido por "incitação à revolta".

Tudo isto desembocou nos motins de março de 1977. Aí se deu o racha: toda a vitrine do comunismo *new look* em pedaços! Trinta anos de boa conduta e de leais serviços, perdidos, desconsiderados aos olhos da burguesia.

Acreditava-se até então que o PCI e os sindicatos saberiam controlar o povo melhor do que ninguém! Dizia-se por exemplo: "in Cile i carri armati, in Italia i sindicati".[5] Mas Zangheri, o prefeito comunista de Bolonha, apelou para as forças repressivas em suas formas mais violentas. Invadir a cidade com carros blindados. Exortou pessoalmente a polícia ao combate, com o lema: "Avante, é a guerra, essas pessoas têm de ser eliminadas, elas mesmas se excluíram da comunidade..." Éramos 15 mil na rua. Nunca se tinha visto isto em Bolonha! Alice nos informava a cada instante sobre tudo que estava acontecendo, por intermédio dos companheiros que telefonavam e que iam diretamente ao ar. Todos os processos e as prisões que se seguiram foram "justificadas" por este "papel" militar de Alice.

Conspirar quer dizer respirar junto, e é disso que somos acusados; eles querem nos impedir de respirar porque nós nos recusamos violentamente a respirar em seus locais de trabalho asfixiantes, em suas relações individuais, familiares, em suas casas atomizantes. Há um atentado que confesso ter cometido, é o atentado contra a separação da vida e do desejo, contra o sexismo nas relações interindividuais, contra a redução da vida a uma prestação de salário.

Alice, figli di puttana. Todos estes pequeno-burgueses safados, nojentos, todos esses drogados, essas bichas, esses depravados, esses vagabundos, pirados, que querem sujar o coração de nossa bela Emília. Mas eles não conseguirão, porque, aqui, há trinta anos que todo mundo adquiriu altas consciências de classe. Até os pequenos patrões têm sua carteirinha do partido... E nossa juventude trabalhadora não se deixa levar por essas maquinações diabólicas. É o próprio povo que

recusará esta aventura. E que não me venham acusar o PCI de práticas antidemocráticas! Por toda parte nas fábricas, nos bairros, nas escolas, nós favorecemos a implantação de comissões populares, de conselhos de delegados. E são eles, hoje em dia, que tendem a tornar-se os melhores guardiões da ordem.

Por toda parte nossas necessidades devem ser representadas pelos "porta-vozes" delegados em troca de promessa de falar amanhã. Miniparlamentos e conselhos de colégio, conselhos de bairro, descentralização cultural, mil lugares delegados, nos quais as relações reais não mudam, que não nos dão poder algum; os patrões enviam para aí um sociólogo, um psicólogo, um antropólogo, um reformador, no final das contas um policial com seu cassetete.

O erro histórico. Fomos a eles com a mão estendida, queríamos explicar-lhes a linha justa de nosso partido. Na Universidade de Roma, Lama veio dar-lhes o ponto de vista dos trabalhadores. Expulsaram-no a pedradas. Eles não respeitam nada. "I Lama stanno nel Tibet".[6] Imaginem se o Partido Comunista Italiano, o partido dos trabalhadores e de todo o povo, se deixará intimidar muito tempo por um punhado de excitados, de agitadores irresponsáveis que se intitulam, a si próprios, os "índios metropolitanos"?! Nossa única fraqueza terá sido nossa paciência demasiado longa. A legitimidade do poder de Estado hoje em dia repousa sobre nós. E, em última instância, cabe a nosso partido apreciar aquilo que é bom para as massas, aquilo que não é.

* * *

Amamos vocês. Estamos com vocês do fundo do coração e isto nos dá o direito de ficar de olho em vocês. Vocês têm do melhor e do pior, e vocês devem fazer a triagem. É certo que não poderíamos deixar de perdoá-los pela desorganização atual, e é preciso reconhecer que muitos de vocês foram levados à exasperação! Mas nosso dever é dizer: mantenham seu sangue-frio, não ultrapassem um certo limite. Pensem que estamos em crise, pensem nas ameaças fascistas. Em suma, pensem como nós pensamos! Vocês dizem às vezes coisas maravilhosas, mas freqüentemente vocês caem na confusão, na banalidade, na obscenidade gratuita, não estética. Recomponham-se, sejam aquilo que, no fundo, vocês nunca deixaram de ser: crianças levadas!

* * *

A gente não cai mais nesse golpe da crise e do fascismo. A crise, nós a reivindicamos e não fazemos nada para ajeitar as coisas. Esperamos, ao contrário, generalizá-la e até exportá-la. Hoje em dia — e ainda bem! — a Itália vive, em grande parte, pendurada nas grandes potências capitalistas, de tão apavoradas que elas estão com a idéia de seu desabamento total. Chegamos a uma espécie de auto-redução em escala internacional. Outras camadas da população, outros países nos revezarão. É todo um mundo que está desabando. Não nos contentamos em questionar a forma das relações entre exploradores e explorados, nós atacamos a raiz, a matéria da exploração capitalista-burocrática, isto é, o trabalho assalariado, a aceitação passiva de um corte entre o trabalho e o desejo, o investimento do trabalho como droga de abolição de todos os desejos abertos ao mundo. Quanto aos fascistas, hoje em dia na Itália eles não passam de um punhado de palhaços. Têm cada vez menos influência. E, para nós, o perigo não vem essencialmente daí, mas do lado da conjunção entre o aparelho de Estado capitalista e os aparelhos burocráticos do PCI e dos sindicatos.

Esta nova aliança repressiva, com ramificações tentaculares, se esforça por todos os meios em separar as lutas econômicas e políticas dos trabalhadores dos mil rostos da autonomia. Seu objetivo é conseguir que as próprias massas façam seu esquadrinhamento e sua normalização e que um consenso majoritário conservador se estabeleça no seio do povo contra as minorias de toda espécie — apesar de que elas todas juntas fazem muito mais do que as maiorias! É por aí que, a nosso ver, ainda pode brotar a ameaça de um movimento reacionário de massa. Desde já, que não nos peçam, em nome de uma cruzada antifascista imaginária, que nos aliemos àqueles que são hoje os agentes da forma embrionária de um novo tipo de fascismo.

* * *

Em Bolonha e em Roma acenderam-se focos de uma revolução sem relação alguma com aquelas que haviam sacudido a história até hoje. Focos de uma revolução que varrerá não somente os regimes capitalistas, mas também os baluartes do socialismo burocrático — quer eles se digam do eurocomunismo, de Moscou ou de Pequim. Seus *fronts* imprevisíveis incendiarão talvez os continentes, mas algumas vezes se concentrarão também num bairro, numa rua, numa fábrica, numa escola... Suas implicações terão a ver tanto com as grandes opções econômicas, ou tecnológicas, quanto com atitudes, relações com mundo, singularidades de desejo. Por mais que os patrões, os policiais, os políticos, os burocratas, os professores, os psicanalistas

conjuguem seus esforços para paralisar, canalizar, recuperar isso. Por mais que eles sofistiquem, diversifiquem, miniaturizem suas armas ao infinito, eles não conseguirão mais recuperar a tremenda virada, o imenso movimento de fuga, a pluralidade de mutações moleculares de desejo que já se desencadeou. A ordem econômica, política e moral do séc. XX está com rachaduras por todos os lados. E hoje os homens do poder não sabem mais o que fazer primeiro. O inimigo se faz às vezes imperceptível, alguma coisa arrebenta bem do seu lado, é seu filho, sua mulher, é seu próprio desejo que trai sua missão de guardião da ordem estabelecida! A polícia liquidou Alice — seus animadores têm sido perseguidos, aprisionados, condenados, suas sedes foram saqueadas —, mas seu trabalho de desterritorialização revolucionária continua incansavelmente até mesmo nas fibras nervosas de seus perseguidores. Nada de construtivo em tudo isto! Talvez nem seja esse o problema! O ponto de vista dos alicianos sobre a questão é o seguinte: o movimento que conseguir destruir a gigantesca máquina capitalista-burocrática será *a fortiori* capaz de construir um outro mundo — a competência coletiva no assunto vai sendo adquirida no caminho, sem que seja necessário, na etapa atual, arquitetar "projetos de sociedade" sobressalentes.

NOTAS

(1) N. do Trad.: Na década de 70, as ondas oficiais das rádios européias foram atravessadas pela interferência de uma multiplicidade de rádios-livres — de fácil construção artesanal — através das quais grupos de diferente natureza podiam-se fazer ouvir. Alice, uma das mais importantes rádios-livres, surgiu em Bolonha, do encontro entre os *emarginati* (estudantes/lúmpen), os trabalhadores do Norte industrial, imigrados do Sul, a classe operária tradicional estabilizada (os *garantis*) e diferentes correntes políticas e intelectuais. "Agenciamento coletivo de enunciação", de cuja voz as rádios oficiais não costumam ser portadoras, produzindo uma transformação na relação com a palavra pública, um questionamento da manipulação do imaginário a serviço de uma ordem social opressora que fabrica um consenso majoritário.

(2) N. do Trad.: *Diabolik* é uma estória em quadrinhos italiana, cuja personagem principal, sempre vestida de *collant* preto, vive aventuras erótico-policiais. *Diabolik* já inspirou vários filmes.

(3) N. do Trad.: O autor se refere ao fato de que a sociologia, de Touraine, Baudrillard, etc., em *Nanterre*, a epistemologia althusseriana na *École Normal Supérieure* (rue d'Ulm), e a psicanálise lacaniana, nos seminários do Hospital *Sainte-Anne*, referências obrigatórias dos intelectuais franceses entre 65 e 68, foram alvo de duras críticas, em Maio de 68, denunciando seu elitismo e seu estatuto de saber a serviço do poder.

Cabe recordar que o movimento *22 de Março* se constituía basicamente de alunos do departamento de Sociologia de Nanterre. A resistência à Reforma Fouchet, que pretendia fazer da Universidade uma provedora de quadros técnicos integrados ao sistema, desencadeada naquele departamento em novembro de 67, levou a um movimento de crítica ao conteúdo e à forma de ensino que veio a ser o ponto de partida dos acontecimentos de Maio de 68 (cf. nota 1 de "Somos Todos Grupelhos", nota 10 de "O Fim dos Fetichismos"; notas 2, 3 e 4 de "Antipsiquiatria e Antipsicanálise").

(4) N. do Trad.: "Auto-redução" é o nome lançado na Itália pelo Movimento dos Autônomos, e adotado em outros países da Europa, para designar o roubo e a troca de etiquetas de preços de produtos no comércio. Ação considerada política por se tratar de auto-redução do abuso da exploração capitalista de que se é objeto.

(5) N. do Trad.: "No Chile, os carros armados, na Itália, os sindicatos."

(6) N. do Trad.: Literalmente, "os Lama estão no Tibete", que poderíamos traduzir por "lugar de Lama é no Tibete!". Trocadilho com o duplo sentido da palavra Lama: monges budistas tibetanos e Luciano Lama, então secretário geral da CGIL, principal central sindical italiana.

Devir criança, malandro, bicha*

Permanece na ordem do dia tanto do capitalismo quanto do socialismo burocrático a busca, a experimentação de um sistema autoritário fascista. Muitas forças tendem hoje à liberação das energias populares e do desejo próprio de toda espécie de minorias oprimidas, e para enfrentar essa situação os poderes vigentes não param de reforçar as estruturas repressivas. Mas não necessariamente de maneira massiva. A repressão é adaptada de modo que possa ser interiorizada mais facilmente. O que não significa que ela tenha sido suavizada. Suas formas muito óbvias são hoje mal toleradas e por isso o que se busca é uma espécie de miniaturização do fascismo. Não se usam mais, necessariamente, cassetetes ou campos de extermínio: procura-se de preferência controlar as pessoas com laços quase invisíveis que as prendem mais eficientemente ao modo de produção capitalista (ou socialista-burocrática) na medida em que elas o investem de modo inconsciente.

Toda uma série de dispositivos sociais trabalham na produção destes laços que constituem, por assim dizer, a textura das relações de produção. Louis Althusser os definiu como Aparelhos Ideológicos de Estado. Mas creio que ele se engana quando os define como sendo da ordem das superestruturas. A meu ver deveríamos acabar o mais rápido possível com este maniqueísmo de superestruturas ideológicas e infra-estruturas econômicas, que introduz causalidades em sentido único e cujas simplificações só servem para confundir as coisas. Mas não deixa de ser interessante agrupar, como o fez Louis Althusser, equipamentos como a escola, a prisão, a justiça, e instituições como a família, os sindicatos, etc. No *continuum* constituído por estes equipamentos e instituições é que se opera a formação coletiva da força de

trabalho, ela própria inseparável das "infra-estruturas" econômicas. Com efeito o que é trabalhado pelas forças produtivas não são apenas fluxos de matéria-prima, fluxos de eletricidade, fluxos de trabalho humano, mas também fluxos de saber, fluxos semióticos reproduzindo atitudes coletivas, comportamentos de submissão às hierarquias, etc. Por exemplo, o trabalho de semiotização que é feito com a formação profissional não pode ser dissociado do trabalho de modelagem e de adaptação dos trabalhadores às relações existentes na oficina e na fábrica. Neste sentido, é precisamente a própria condição da *reprodução das forças produtivas* que se passa nos ditos Aparelhos Ideológicos de Estado, que poderiam ser chamados, mais simplesmente, de equipamentos coletivos, entendidos em sentido lato. Não se trata aqui de reproduzir uma ideologia, mas de reproduzir meios de produção e relações de produção.

Deste ponto de vista, o que se passa na escola e na família pode ser relacionado. Com efeito, ambas contribuem para esta mesma "função de equipamento coletivo" da força de trabalho, modelando e adaptando crianças às relações de poder dominante. Os papéis dos protagonistas tornam-se às vezes até mesmo intercambiáveis. Espera-se do professor primário que ele desempenhe uma função parental, enquanto que os pais são convidados a serem bons "pais de alunos" ou professores em casa. As pessoas, de fato, só servem aqui para enquadrar, "canalizar" — no sentido da teoria da informação — um trabalho de semiotização que passa cada vez mais pela televisão, pelo cinema, pelos discos, pelas histórias em quadrinhos, etc. Por não agenciar tais processos maquínicos segundo finalidades assumidas coletivamente, chegamos a uma espécie de intoxicação semiótica generalizada. Quando todas as antigas territorialidades — o corpo, a família, o espaço doméstico, as relações de vizinhança, de faixa etária, etc. — são ameaçadas por um movimento geral de desterritorialização, procedemos à recriação artificial destas mesmas territorialidades, e nos enroscamos nelas, ainda por cima quando sabemos que não as encontraremos mais em sua forma "original". Daí as modas nostálgicas, que parecem depender menos de um fenômeno de moda do que de uma inquietação geral diante da aceleração da história.

Liberar uma energia de desejo...

Não apenas somos equipados semioticamente para ir à fábrica ou ao escritório, como somos injetados, além disso, de uma série de repre-

sentações inconscientes, tendendo a moldar nosso ego. Nosso inconsciente é equipado para assegurar a sua cumplicidade com as formações repressivas dominantes. A esta função generalizada de equipamentos, que estratifica os papéis, hierarquiza a sociedade, codifica os destinos, oporemos uma função de agenciamento coletivo do *socius* que não procura mais fazer com que as pessoas entrem nos quadros preestabelecidos, para adaptá-los a finalidades universais e eternas, mas sim que aceita o caráter finito e delimitado historicamente dos empreendimentos humanos. É sob esta condição que as singularidades do desejo poderão ser respeitadas. Tomemos o exemplo de Fernand Deligny[1] em Cevennes. Ele não criou ali uma instituição *para* crianças autistas. Ele tornou possível que um grupo de adultos e de crianças autistas pudessem viver juntos segundo seus próprios desejos. Ele agenciou uma economia coletiva de desejo articulando pessoas, gestos, circuitos econômicos e relacionais, etc. É muito diferente do que fazem geralmente os psicólogos e os educadores que têm, *a priori*, uma idéia a respeito das diversas categorias de "inválidos". O saber, aqui, não constitui mais no poder que se apóia em todas as outras formações repressivas. A única maneira de "percurtir" o inconsciente, de fazê-lo sair de sua rotina, é dando ao desejo o meio de se exprimir no campo social. Manifestamente, Deligny gosta das pessoas chamadas de autistas. E estas sabem disso. Assim como aqueles que trabalham com ele. Tudo parte daí. E é para aí que tudo volta. Desde que somos obrigados, por função, a cuidar dos outros, a "assisti-los", uma espécie de relação ascética sadomasoquista se institui, poluindo em profundidade as iniciativas aparentemente mais inocentes e mais desinteressadas. Imaginemos que "profissionais de autista", como as pessoas do AMIPI,[2] se proponham a fazer "como Deligny", imitando seus gestos, organizando nas mesmas condições. O que é que aconteceria? Eles não fariam mais do que "aprimorar" sua tecnologia microfascista, que até agora não tinha encontrado nada melhor do que se enfeitar com o prestígio "científico" do neobehaviorismo anglo-saxão. Não é ao nível dos gestos, dos equipamentos, das instituições, que o verdadeiro metabolismo do desejo — por exemplo, o desejo de viver — encontrará seu caminho, mas sim no agenciamento de pessoas, de funções, de relações econômicas e sociais, voltado para uma *política global de libertação*.

Quando lancei a idéia, há uns quinze anos atrás, de uma *análise institucional*[3] para se opor à psicanálise, e de *analisadores coletivos* para desespecializar a abordagem do inconsciente, queria marcar a necessidade de uma abertura dos problemas da vida cotidiana nas instituições em direção a toda uma micropolítica, todo um militantismo de um novo tipo. Infelizmente, fizeram da análise institucional e

dos analisadores a última palavra em técnicas psicossociológicas, e conseguiram colocá-los a serviço de uma melhoria geral das relações humanas, isto é, em última instância, de uma adaptação às diversas situações de alienação.

Mas, hoje, as estratificações mentais e profissionais, neste domínio das "coisas sociais", tendem talvez a tornar-se menos óbvias. Começa-se a pressentir vias de passagem — uma "transversalidade" — entre problema de urbanismo, de burocratização, de neurose, de micropolítica no seio da família com as crianças, no seio do casal com o falocratismo, de vida coletiva, de ecologia, etc. Estamos na presença, a meu ver, de uma espécie de processo de pesquisa de massa. Não são mais os especialistas do pensamento ou do militantismo que propõem novos modelos, mas pessoas diretamente interessadas que experimentam novas maneiras de viver. O que, a meu ver, estará cada vez mais em causa, por exemplo, no domínio da educação, não será a aplicação de métodos pedagógicos no sentido em que se fala dos "métodos Freinet",[4] mas de microagenciamentos analítico-militantes suscetíveis de se cristalizar em torno de uma classe, de uma escola, de um grupo de crianças, etc. Em que direção se procura um desejo coletivo? Quais intervenções poderiam ajudá-lo a sair das territorialidades que o cercam? O que é poderia fazer, não enquanto professor, mas enquanto sinto que aquilo que acontece na classe me diz respeito? É exatamente o contrário das perspectivas do psicologismo, e do "psicanalismo".[5] Não se trata mais de restringir o inconsciente, de reduzi-lo a complexos universais, a transferências personalizadas, de deitá-lo sobre divãs especializados, de submetê-lo ao pretenso saber do analista... mas de abri-lo de tudo quanto é jeito para novas vias — por vezes linhas de fuga minúsculas, e outras vezes possibilidades de trabalhar em escala maior, pela transformação da sociedade.

Construir sua própria vida, construir algo de vivo, não somente com os próximos, com as crianças — seja numa escola ou não — com amigos, com militantes, mas também consigo mesmo, para modificar, por exemplo, sua própria relação com o corpo, com a percepção das coisas: isso não seria, como diriam alguns, desviar-se das causas revolucionárias mais fundamentais e mais urgentes? Toda questão está em saber de que revolução se trata! Trata-se, sim ou não, de acabar com *todas* as relações de alienação — não somente as que pesam sobre os trabalhadores, mas também as que pesam sobre as mulheres, as crianças, as minorias sexuais, etc., as que pesam sobre sensibilidades atípicas, as que pesam sobre o amor aos sons, às cores, às idéias... Uma revolução, em qualquer domínio que seja, passa por uma libertação prévia de uma energia de desejo. E, manifestamente, só uma reação em

cadeia, atravessando as estratificações existentes, poderá catalisar um processo irreversível de questionamento das formações de poder às quais está acorrentada a sociedade atual.

NOTAS

(1) N. do Trad.: Deligny é o criador de uma comunidade agrária, na região de Cevennes, para crianças autistas, distante dos estabelecimentos especializados ou das experiências da antipsiquiatria. Viver com crianças autistas sem, por isso, "tratá-las" ou transformar-se em especialista. Os membros da comunidade não são necessariamente psicólogos, médicos ou enfermeiros. O próprio Deligny é professor primário. Esta experiência está documentada na revista *Recherches*, nº 18, *Cahiers de l'immuable*, 1 e 2, abril de 1975, CERFI, e num filme de longa-metragem intitulado *Cegamin là*.

(2) *Association d'Aide Maternelle et Intellectuelle pour les Personnes Inadaptées* (Associação de Ajuda Materna e Intelectual para Pessoas Desadaptadas). Ver a este propósito a nota de Charles Brisset, na revista *Autrement*, nº 4, p. 180.

(3) N. do Trad.: O termo "Análise Institucional" foi criado por Guattari, para nomear uma tendência na ação teórica e prática que se tornou movimento na década de 60, na França. Numa sociedade modernizada e bem sucedida do ponto de vista técnico e econômico e muito defasada nas formas de sociabilidade e nas estruturas psicossociais, um intenso movimento de abalos microssociais percorria todo o seu corpo. Questionava-se todas as formas de existência, inclusive a do pesquisador. Fazia-se necessária a construção de uma ponte conceitual entre os universos heterogêneos das ciências humanas, para captar o movimento de produção da realidade e despistar falsos problemas. Neste contexto fundou-se o FGERI, em 1966, agrupando psiquiatras vindos do movimento de psicoterapia institucional (cf. nota 1 de "A Transversalidade"), e profissionais de movimentos semelhantes em outras áreas — professores, arquitetos, urbanistas, militantes do movimento estudantil, psicanalistas, sociólogos, antropólogos, psicossociólogos, etc. —, tendo participado destas discussões, entre outros, Dolto, Mannoni, Lacan, Laing, Cooper e vários líderes políticos. O grupo viveu um acirrado processo de reflexão crítica, não só acerca da atividade de cada um como pesquisador, mas de todas as suas outras atividades sociais, inclusive a amorosa. A reflexão sobre seus projetos, seus problemas de vida cotidiana e de desejo, tornava-se condição indispensável para captar seu objeto de pesquisa. Trabalho analítico do qual cada um tirava proveito não só conceitual, mas também pessoal. Vai-se constituindo assim um método de análise institucional válido para a pesquisa teórica, nas ciências humanas, para a intervenção psicossocial e para a experimentação social em geral. Método de análise em situação. Seu objeto se define como sendo a problemática social real, isto é, o lugar do sujeito inconsciente do grupo-suporte dos investimentos de desejo de seus membros — que não se confunde com as leis objetivas que definem as relações que os indivíduos estabelecem entre si e com a instituição. Toda intervenção criadora tem como condição o acesso à "transversalidade", lugar do sujeito inconsciente do grupo, lugar do poder real. A análise, instaurando o espaço de uma formulação permanente da demanda inconsciente e a possibilidade de sua leitura através da interpretação da transversalidade, cria condições para que o grupo assuma o sentido de sua práxis. Recupera-se a dimensão analítica da instituição e no mesmo gesto recupera-se a dimensão histórica da psicanálise — toda análise é institucional. O termo "psicanálise aplicada" deixa de ter sentido. Trata-se sempre de uma intervenção micropolítica abrindo a possibilidade de uma prática ao mesmo tempo de análise e de mudança. Análise reveladora da singularidade do processo de um "agenciamento coletivo de enunciação" — não só composto de indivíduos, mas dependente de um certo funcionamento social, econômico, institucional, micro e macropolítico — que contribui para a mutação pessoal e social e, portanto, para o desbloqueamento das lutas políticas.

Maio de 68 foi a radicalização e a generalização do movimento que havia gerado entre outras linhas a da Análise Institucional. Muitos dos membros do FGERI foram ativos no *22 de Março* (cf. nota 10 de "O Fim dos Fetichismos") e em outros lugares da contestação em 68, nos vários setores da vida social. Revelaram-se os limites e as contradições da "grande ilusão" da revolução institucional generalizada, levando a um novo deslocamento: a consciência da impossibilidade de conciliação de universos teóricos heterogêneos e da necessidade de se construir novos campos teóricos e políticos.

Neste momento resta-nos da Análise Institucional: seja a sua reificação enquanto *gadget* último tipo, tanto no mercado das técnicas de psicologia social quanto no das disciplinas do saber acadêmico, ou seja, sua transformação em fetiche, instrumento de resistência à mudança, seja seu desenvolvimento através da reapropriação efetiva destas idéias, técnicas e inovações por "agenciamentos coletivos de enunciação" e pelos movimentos sociais, levando à formulação de novas propostas. Entre estas a intensa produção teórica de Guattari e Deleuze na década de 70, da qual o leitor tem nesta coletânea uma amostra.

No Brasil, na década de 70, ocorrem isoladas tentativas de contato com a produção do movimento de análise institucional na França, cabendo aqui citar a contribuição de Chaim Katz e Célio Garcia. É, no entanto, na década de 80 que este contato se intensifica, observando-se tanto a busca de instrumentos para o pensamento crítico quanto a importação da versão reificada ou a reificação da análise na importação.

Como bibliografia básica sobre o assunto, sugerimos, além da citada na nota 1 de "A Transversalidade", as seguintes obras:

- Lourau, René, *Análise Institucional*, Vozes, RJ, 1975.
- *Revista de Cultura Vozes* — "Análise Institucional — Teoria e Prática", nº 4, 1973, ano 67.

(4) N. do Trad.: Freinet, professor primário, cria um método de autogestão em pedagogia. O movimento que toma como modelo esse método tem o seu nome.

(5) N. do Trad.: "Psicanalismo" é um termo criado por Robert Castel e que deu título ao seu livro *O Psicanalismo*, Graal, Rio de Janeiro, 1978.

A autonomia possível*

A saída do círculo vicioso das significações dominantes. A passagem ao ato. O tempo do irreversível. A decisão metálica de enfrentar a couraça do poder. A superposição do sistema ao clarão das deflagrações e a revelação do monstruoso grão de suas carências. O refúgio numa sombra espasmódica, a convicção de finalmente ter um pedaço de realidade ao alcance da mão, ao alcance do tiro. Sou apenas o soldado de uma revolução planetária que delegou seus comandos no coração da fortaleza... A convivência imaginária com os mestres do gênero: Guevara, Baader, mas também, tenho que confessar: Carlos, super-homem, Curcio, o anatematizador... A escalada da ação e da repressão, a captura das vanguardas pela fascinação, intimidação e, também, pode-se imaginar as mazelas do dia-a-dia da grana, do prestígio, do sexo...

Vocês dizem que na Itália, hoje, a luta armada teria se tornado uma forma essencial da "nova espontaneidade" e que seus aspectos de exemplaridade e de espetacularidade não seriam mais do que a espuma de uma onda sublevando a sociedade toda. Mais um motivo, neste caso, para não aceitar seu desvio pelos grupelhos! Vocês dizem que esta é sua principal preocupação! Fim dos estados-maiores cagando regras em cima das massas, fim dos especialistas da estratégia. Vocês esperam dissolver a neurose militar pela transversalidade. Ah, essa é boa, esta é a melhor! O braço da revolução vai saltar dá rachadura e vai se poder finalmente virar o disco! Como afastar, no entanto, este gostinho de uma velha ladainha? Vocês trocaram de coluna vertebral: vocês substituíram as velhas classes operárias brancas, bem educadas, bem urbanizadas, vacinadas pelo marxismo-leninismo, por um jovem proletariado, precário, instável, meio-estudante, meio-marginal! Mas o que é

que vocês fazem, no meio disso tudo, dos sofrimentos, dos desejos, dos protestos, dos avanços e dos recuos dos outros, de todos os outros: das mulheres que recusam sua sujeição, das crianças, dos velhos que querem viver de outro jeito, dos "nacionalitários",[1] dos loucos, dos poetas, que não se reconhecem mais nessa sociedade? Vocês não me parecem estar dispostos a tirar todas as conseqüências da diversificação da subjetividade revolucionária. Vocês só se tocam com a emergência de *uma* nova subjetividade operária e não parecem estar realmente preocupados com a convergência das novas formas de luta, no respeito de seu ritmo próprio, das sensibilidades específicas que elas manifestam em outros termos, da heterogeneidade insuperável dos conjuntos sociais que se constituem através delas. Por que sempre este ideal de *uma* coluna vertebral, de *uma* subjetividade englobante? Por que não cem, cem mil, cem milhões... Por uma questão de eficácia? Ladainha! A saída do gueto, a definição de novos objetivos, a invenção de uma cartografia operacional das lutas, a determinação do caráter de violência dos enfrentamentos, a natureza das formas de organização necessárias pelos novos campos políticos e micropolíticos (seus sistemas de expressão, de coordenação, de proliferação, seu grau relativo de centralidade, o fato de que elas sejam duradouras ou efêmeras, clandestinas ou públicas), todas estas questões passam por uma renovação completa na abordagem do problema central, mal chamado e maltratado há tanto tempo: o da *ação das massas*. E, pra dizer a verdade, tenho a impressão de que não soubemos avaliar essa renovação.

Acabamos sempre voltando aos três cercos fundamentais:

— o da repressão social;
— o da segmentaridade dos grupelhos;
— o do sobreinvestimento inconsciente do "ideal de grupo", que tende a tomar, em situações de clandestinidade, proporções gigantescas.

Não basta constatar que estes três níveis comunicam (através das ideologias, dos meios de comunicação de massa, das instituições, das organizações, dos equipamentos coletivos, etc.). Convém também se dar meios para modificar tal estado de coisas criando condições favoráveis para a manifestação de outras espécies de interação! Um exemplo, entre os mais lamentáveis, os mais desonrosos que marcaram o movimento revolucionário ocidental: aquelas fotos terríveis de Hans-Martin Schleyer, com seu letreirinho pendurado no pescoço, ou as de Aldo Moro, reduzido a um trapo, encostado ao cartaz de propaganda das Brigadas Vermelhas. Taí uma coisa que provoca uma compaixão irresistível, que desencadeia uma piedade de natureza quase etológica. O escândalo do assassinato parece até que se apaga diante desta ima-

gem. O que é a morte ao lado de tamanha insanidade? Que espécie de trambicagem de grupelho fez com que os camaradas caíssem num microfascismo desses? Basta responder que é preferível mudar de alvo, visar somente os objetivos correspondentes ao desejo das massas, por exemplo, computadores a serviço do controle social...

Mas como garantir que, com o jogo da escalada repressiva, não se acabará reproduzindo, apesar de tudo, o mesmo tipo de teatrinho de fantoches clandestino imediatamente recuperado pelos meios de comunicação de massa num *supershow* mundial? A experiência já provou que neste campo não bastam as boas intenções. Existe, pra valer, um risco objetivo de que, da conjunção entre o aparelho repressivo e a lógica dos grupelhos, renasçam inelutavelmente formas monstruosas de desejo de tirania e de desejo de sujeição. Quero que me entendam bem, não estou dizendo que estas "sobem" lá dos fundos do inconsciente onde elas teriam ficado enterradas, recalcadas... Não, simplesmente certos empreendimentos revolucionários, fracos em seus projetos, raquíticos em suas idéias e seus desejos, fechando-se em si mesmos, *re-montam*, *re-compõem* os mesmos velhos modelos reacionários de máquinas de guerra, as mesmas velhas máquinas de tortura moral e física que atravancam todos os recantos da história.

Das duas uma: ou a autonomia que está por vir, "a autonomia possível", dará os meios para superar os efeitos catastróficos que resultam destas espécies de conjunção, ou:

— na falta de alternativas dignas de crédito (inclusive a um nível inconsciente), as "massas" continuarão a ser "massas", e a pastar no reformismo majoritário;
— os insultos dos grupos clandestinos, longe de contribuir para fazer situações metastáveis penderem num sentido revolucionário, farão o jogo de fabulosas campanhas de intoxicação imaginária e de extensão contínua do controle social e da repressão;
— os movimentos "nacionalitários" de luta armada na Europa continuarão a ficar isolados, correndo o risco de se afundar no particularismo, e num enraizar-se místico (não confundir aqui o particularismo que isola com a *singularidade* de um desejo coletivo que permite múltiplas aberturas);
— o capitalismo mundial disporá de apoios suplementares para seus empreendimentos de disciplinarização e de integração da força coletiva de trabalho e acabará marcando pontos decisivos na promoção de um novo tipo de ordem social e de ordem do inconsciente (seja qual for o preço disso, em todos os registros!).

Mais do que nunca, não podemos poupar, nestas questões, altas doses de lucidez, de humor, assim como daquilo a que chamarei: "a prova do desejo". É mais do que óbvio, infelizmente, que as diversas formas de luta armada que cristalizaram na Europa, durante a última década, em torno dos grupelhos dogmáticos, só conduzem a resultados absurdos e monstruosos. Mas impõe-se, também necessária, a maior vigilância crítica com relação aos movimentos que reivindicam sua junção com a "área de lutas difusas". Nada mais nos fará aceitar ainda a promoção, seja qual for, de superinstâncias unificadoras modeladoras, estados-maiores "estratégicos", programas e teorias tendo a vocação de responder pelo conjunto das situações e pela multiplicidade dos pontos de vista em presença. A recomposição de uma centralidade organizacional — sob formas, repito, a serem inteiramente repensadas: multicentralidade, heterocentralidade... —, que é obviamente necessária, desde que se pense em ações de escala nacional ou internacional, será tanto mais compreendida e assumida quanto mais se basear unicamente em agenciamentos contingentes de luta, preservando a autonomia, a heterogeneidade de seus componentes. Sem dúvida passará muito tempo ainda antes que as revoluções deste final de milênio cheguem a aperfeiçoar máquinas de guerra social, máquinas de escrita, de poesia, de teoria, máquinas de vida, permitindo-lhes superar etapas decisivas nos processos de destruição-reconstrução dos sistemas sociais atuais. Mas o mínimo vital que se pode exigir hoje me parece ser que componente algum da revolução molecular seja desprezado, ou simplesmente ignorado. E, mais além, o que se pode esperar de melhor é que no seio de cada uma delas, e no seio das diversas formações do movimento, organizadas de um modo mais clássico, desenvolva-se uma nova disponibilidade, uma nova sensibilidade a alianças, a conjunções imprevisíveis, inimagináveis.

NOTA

(1) N. do Trad.: O autor refere-se aos movimentos de libertação dos bascos, dos corsos, dos bretões, dos católicos irlandeses, etc.

II
DA ANÁLISE INSTITUCIONAL À ESQUIZOANÁLISE: NA TRILHA DA MUTAÇÃO

O fim dos fetichismos*

Atrás de Marx e de Freud, atrás da marxologia e da freudologia, há a realidade chata do movimento comunista e do movimento psicanalítico. É daí que se tem de partir e é para aí que se tem de voltar. E, quando falo chata, quase não chega a ser uma metáfora: o capitalismo reduz tudo ao estado de merda, isto é, ao estado de fluxos indiferenciados e descodificados, dos quais cada um deve tirar sua parte, de um modo privado e culpabilizado. É o regime da permutabilidade: qualquer coisa, em "justas" proporções, pode equivaler a qualquer coisa. Marx e Freud, por exemplo, reduzidos ao estado de mingau dogmático, puderam ser postos no comércio sem qualquer risco para o sistema. O marxismo e o freudismo, cuidadosamente neutralizados pelos corpos constituídos do movimento operário, do movimento psicanalítico e da Universidade, não só não atrapalham mais ninguém, mas até tornaram-se os guardiões da ordem estabelecida. Demonstração, pelo absurdo, de que é impossível sacudi-la pra valer. Pode-se objetar que não se deve imputar a estas teorias os desvios de práticas que as reivindicam, que sua mensagem original foi traída, que é preciso justamente voltar às fontes, rever as traduções defeituosas, etc. É a armadilha fetichista. Não há nenhum exemplo, no campo das ciências, de um tamanho respeito aos textos e às fórmulas enunciadas pelos grandes sábios. O revisionismo aí é regra geral. Não se pára de relativizar, de dissolver, de deslocar as teorias constituídas. As que resistem são permanentemente atacadas. O ideal não é absolutamente mumificá-las, mas sim abri-las para outras construções tão provisórias quanto, mas melhor asseguradas no terreno da experiência. O que conta, em última análise, é a utilização que é feita de uma teoria. Não se pode, portanto, deixar de lado a atualização do marxismo e do freudismo.

É preciso partir das práticas existentes para chegar aos vícios de origem das teorias, pois de um modo ou de outro elas se prestam a tais distorções. A atividade teórica dificilmente escapa à tendência do capitalismo que é de ritualizar, de recuperar toda prática, por menos subversiva que seja, cortando-a dos investimentos desejantes; a prática teórica só pode esperar sair de seu gueto abrindo-se para as lutas reais. A primeira tarefa de uma teoria do desejo deveria ser a de procurar discernir as vias possíveis para sua irrupção no campo social, ao invés de caucionar o exercício quase místico da escuta psicanalítica de consultório, tal como evoluiu desde Freud. Correlativamente, todo desenvolvimento teórico que tem por objeto as atuais lutas de classe deveria preocupar-se prioritariamente com sua abertura à produção desejante e à criatividade das massas. O desejo escapa ao marxismo em todas as suas versões, que caem para o lado do burocratismo e do humanismo, enquanto que o freudismo não só permaneceu, desde a origem, estranho à luta de classes, como também não parou de desfigurar suas descobertas primeiras sobre o desejo inconsciente para tentar arrastá-las, algemas em punho, para as normas familiais e sociais da ordem dominante. Recusar-se a encarar estas carências fundamentais, tentar mascará-las, é o mesmo que fazer acreditar que os limites internos destas teorias sejam realmente intransponíveis. Há duas maneiras de consumir enunciados teóricos: a do universitário que ama *ou* deixa o texto em sua integridade, e a do amador apaixonado, que o ama *e* o deixa ao mesmo tempo, manipula-o como lhe convém, tenta se servir dele para esclarecer suas coordenadas e orientar sua vida.

O que interessa é tentar fazer com que um texto funcione. E, deste ponto de vista, o que continua vivo no marxismo e no freudismo não é a coerência de seus enunciados, mas uma enunciação em ruptura, um certo jeito de varrer o hegelianismo, a economia política burguesa, a psicologia universitária, a psiquiatria da época, etc.

A própria idéia de uma conjunção entre dois corpos separados, o marxismo e o freudismo, falseia a perspectiva. Pedaços de marxismo podem e devem contribuir para uma teoria e uma prática que vai na direção do desejo; pedaços de um freudismo podem e devem contribuir para uma prática relativa à luta de classes. A própria idéia de uma teoria e de uma separação entre um exercício privado do desejo e um campo público das lutas de interesse conduz implicitamente à integração capitalista. A propriedade privada dos meios de produção está intrinsecamente ligada à apropriação do desejo pelo ego, pela família e pela ordem social. Começa-se neutralizando no trabalhador todo e qualquer acesso ao desejo, pela castração familialista, pelas ciladas do consumo, etc., para apoderar-se em seguida, sem dificuldades, de sua

força de trabalho. Cortar o desejo do trabalho, eis o imperativo primeiro do capital. Separar a economia política da economia desejante: eis a missão dos teóricos que se colocam a seu serviço. O trabalho e o desejo estão em contradição apenas no quadro de relações de produção, de relações sociais e de relações familiares bem definidas: as do capitalismo e do socialismo burocrático. Não há alienação do desejo, complexos psicossexuais que sejam radical e definitivamente separados da repressão e dos complexos psicossociais. Dizer, por exemplo, dos chineses de hoje, que seu maoísmo continuaria a estar na dependência de um Édipo universal, equivaleria a considerar o próprio maoísmo como algo de eterno, sempre renascendo de suas cinzas. Mas é óbvio que a história não anda neste sentido. Do ponto de vista do desejo, um revolucionário francês, após Maio de 68, é de uma *outra raça* que a de seu pai em junho de 36.[1] Não há nenhum Édipo possível entre um e outro! Nem rivalidade, nem identificação. Não há continuidade na mudança. E se é verdade que a história contemporânea é feita justamente deste tipo de ruptura, então os teóricos da coisa social e os da coisa psicanalítica têm mais é que se arranjar para fazer uma séria reciclagem.

E. — Você acha possível desedipianizar a psicanálise, sem seu revolucionamento total, bem como o do quadro institucional da psiquiatria?

F.G. — Tanto as instituições psiquiátricas quanto a psicanálise não são campos fechados. Não há uma luta particular a ser levada nas empresas com os operários, uma outra nos hospitais com os doentes e uma terceira nas universidades com os estudantes. O problema da universidade — isto ficou bem claro em 68 — não é o *dos* estudantes e *dos* professores, mas do conjunto da sociedade, na medida em que se encontram questionados tanto a relação entre a transmissão de conhecimento, a formação de quadros, o desejo das massas, quanto as exigências da indústria, etc. Que resposta foi dada pelo poder do Estado à agitação no meio estudantil? Recentralizar o problema no próprio objeto, reduzi-lo à estrutura e à organização da Universidade. O mesmo ocorre com a psiquiatria e as sociedades de psicanálise: a questão não é saber como, atualmente, poder-se-ia modificar a prática do psiquiatra, do psicanalista ou a atitude dos grupos de doentes, porém, mais fundamentalmente, como funciona a sociedade, para que se tenha chegado a uma situação dessas. Uma sociedade que sobrecodifica toda produção pela lei do lucro tende a separar definitivamente a produção desejante da produção social. O desejo oscila mais para o lado do privado e o social para o do trabalho rentabilizado. Trata-se de colocar a seguinte

questão: será que uma produção de desejo, um sonho, uma prática amorosa, uma utopia concreta, um dia acabarão conquistando no plano social a mesma dignidade de existência que uma produção mercantil de automóveis ou de enlatados? O valor de um bem depende menos do binômio força de trabalho/meio técnico (capital variável/capital constante) do que da divisão que determinará o que do desejo será recebido ou rejeitado. O que interessa ao capitalismo são as diferentes máquinas de desejo e de produção que ele poderá conectar à máquina de exploração: teus braços, se você é varredor de rua, tuas capacidades intelectuais, se você é engenheiro, tuas capacidades de sedução, se você é garota-propaganda; quanto ao resto, ele não só está pouco ligando como não quer nem ouvir falar. Tudo que fale em nome do restante não faz senão perturbar a ordem de seu regime de produção. Assim sendo, as máquinas desejantes vivem formigando nas máquinas industriais e sociais, mas são constantemente vigiadas, canalizadas, isoladas umas das outras, esquadrinhadas. Trata-se de saber se este modo de controle que consideramos como legítimo, inerente à condição social do homem, pode ou não ser superado.

E. — Ao atacar a fixação da psicanálise no Édipo, no superego, vocês estão atacando também parte da herança teórica de Freud.

F.G. — Freud não compreendeu grande coisa da esquizofrenia. Muitas das lutas de tendências internas ao movimento psicanalítico se esclareceriam se as considerássemos do ângulo desta hostilidade fundamental de Freud para com a psicose. A psicose e a revolução foram dois objetos-tabu. A normalidade era identificada com a aceitação do viver em família. Freud menosprezava o delírio, como por exemplo o do presidente Schreber. Ele menosprezava também as mulheres. Sua representação da sexualidade e da sociedade é inteiramente falocêntrica. Em *Análise Terminada e Análise Interminável*,[2] o problema da castração surge como a rocha derradeira contra a qual se depara a psicanálise: o homem recusa a castração necessária porque ele não quer ser "como uma mulher", enquanto que a mulher não aceita a falta do pênis, etc. Freud não depreende absolutamente o caráter de luta política subjacente a este gênero de "resistência". Tanto a mulher quanto o homem recusam a castração. A noção-chave é a de superego. Trata-se de saber se o superego é uma formação egressa do meio social e transmitida por intermédio da família — de tal forma que o indivíduo venha a desejar a repressão e a assumi-la através de toda uma série de substituições, a começar pelos pais — ou se se trata de aceitá-lo como um corte necessário da tópica psíquica, único acesso do sujeito a um

justo equilíbrio e única garantia ao ego de uma boa adaptação à realidade. De acordo com esta última perspectiva, a autoridade do pai e as imagens da hierarquia social seriam apenas acessórios desta sacrossanta castração necessária. Trata-se pois de uma opção: ou o desejo acaba desejando a repressão e se faz seu cúmplice — encontrando assim um estatuto para si, talvez neurótico, talvez angustiado, mas de qualquer forma um estatuto! — ou revolta-se contra a ordem vigente — e então se faz encurralar por todos os lados.

Para tentar avançar um pouco nestas questões, há uns doze anos eu tinha formulado a noção de *transversalidade*[3] para exprimir a capacidade de uma instituição em remanejar "os dados de acolhida do superego", de tal forma que alguns sintomas, algumas inibições pudessem vir a ser suprimidos. A modificação do "coeficiente local de transversalidade" implica a existência de um foco erótico, um eros de "grupo sujeito" que assuma[4] a política local, mesmo que parcialmente. Assim, uma formação social pode modificar a "causalidade" inconsciente que desencadeia a atividade do superego. Esta modificação de acolhida dos dados do superego pode chegar a um remanejamento estrutural da tópica. Nestas condições, a problemática da repressão e do recalque muda de sentido. A psicanálise é pura e simplesmente reacionária quando ela cauciona o que se passa na escola, na família, no exército, etc... Nenhuma deiscência intelectual, nenhum *splitting* do ego, nenhuma falta, nenhuma castração poderia justificar a intervenção do terceiro repressor. Por mais que se diga que não se trata mais do pai real, mas sim de uma lógica estrutural que vai permitir ao sujeito fundar-se como desejo na ordem significante e que lhe é necessário, custe o que custar, renunciar a seus prazeres imaginários indiferenciados para aceder ao "simbólico" (o simbólico é a sobremesa, não é para quem quer, é para quem pode, toda a questão está aí), toda esta tralha teórica não serve senão para justificar o conforto da escuta analítica. Deixem a sociedade fazer o que bem entender! Do desejo, a gente se incumbe; lhe arranjaremos uma terrinha secreta no espaço do divã. E, diga-se de passagem, funciona, e como! A psicanálise funciona muito bem, é justamente o que a torna tão perigosa. É a droga capitalista por excelência. Não basta denunciá-la, é preciso implantar algo que a torne inútil, sem o menor interesse.

E. — Uma das conseqüências seria a de deslocar o terreno da luta contra a psicanálise no domínio social, de se bater no terreno da política.

F.G. — Concebo a esquizoanálise como uma luta política em todos os *fronts* da produção desejante. Não se trata absolutamente de restringir-se a um só domínio. O problema da análise é o do movimento revolucionário. O problema do movimento revolucionário é o da loucura, o problema da loucura é o da criação artística... A transversalidade exprime precisamente este nomadismo de *fronts*. O inconsciente é antes de mais nada um agenciamento social: o agenciamento coletivo das enunciações virtuais. Somente num segundo momento se recortará nos enunciados o que é teu, o que é meu e o que é da lei. O inconsciente desconhece a propriedade privada dos enunciados tanto quanto a do desejo. O desejo é sempre extraterritorial, desterritorializado, desterritorializante, ele passa por cima e por baixo de todas as barreiras. Por mais que a psicanálise retalhe seus conceitos, passando-os por um crivo lingüístico, lógico, antropológico, ela nunca sai de seu domínio de origem que é o do familialismo e do capitalismo. Ela desempenha para o capitalismo o papel de religião sobressalente. Sua função é a de preparar o terreno da repressão, "personalizá-la", como se diz para os R16.[5] O pecado e a confissão não mais funcionam como antes. É preciso afrouxar as rédeas do desejo. Os *gadgets* não bastam, é preciso algo que não gaste nunca, que seja impermeável e que nunca apodreça: uma prostituição subjetiva, um ritual interminável. Uma vez que o sujeito esteja dependente desta nova droga, não é mais preciso temer que ele venha a se investir verdadeiramente numa luta social. A realidade deve permanecer à porta do consultório. Não se trata propriamente de defender os valores do capitalismo mas apenas de fingir que eles não existem. A luta revolucionária deve ocupar-se desta dicotomia entre a produção social e as produções de desejo, em toda parte onde a repressão familialista se exercer contra a mulher, a criança, os drogados, os alcoólatras, os homossexuais, etc. Portanto seria impossível que esta microluta de classes se restringisse apenas ao terreno da psicanálise.

E. — Qual seria o lugar da psicanálise nas lutas de emancipação?

F.G. — Ela está recoberta por uma tal crosta que, na verdade, não vejo muito o seu lugar nas lutas sociais senão como força de apoio para a reação. O que não quer dizer que se deva condenar todo e qualquer exercício da análise, mesmo o da análise dual. Porém, duas ordens de questões se colocam: de um lado o deslocamento da análise em direção a grupos sujeitos conectados com a realidade política ou com a atividade de auto-análise criadora, e de outro lado uma luta contínua contra a reinjeção de esquemas sociais repressivos. Uma análise de grupo, por exemplo do tipo Slavson ou Ezriel, pode ser tão nociva quanto uma análise dual se não se discernir a função real dos pólos parentais: o que

intervém do pai e da mãe na relação neurótica? O pai intervém como pólo simbólico integrador, ou ele não passa, apesar dele, de uma cabeça-de-ponte da hidra social? Tomemos um exemplo na obra de Kafka.

Num momento em que K., o personagem do *Processo*, já está quase libertado do poder de seu processo edipiano, ele vai à casa do pintor Titorelli que lhe mostra suas telas. Elas são todas absolutamente idênticas. Um psicanalista poderia ver aí um mecanismo narcisista de fechamento das identificações com o mesmo, desencadeando um sistema de desdobramento. A esquizoanálise não procurará detectar a chave de tal mecanismo; ela se esforçará em seguir as vias de diferenciação que partem daí, a proliferação de novas intensidades, o desencadeamento de novos ramos do rizoma[6] inconsciente... Ela jamais considerará que a questão seja o ego, o pai, a mãe como pólo identificatório. Para ela não existe pai em geral. Para os psicanalistas tradicionais, ao contrário, é sempre o mesmo pai, sempre a mesma mãe, sempre o mesmo triângulo. É o mesmo pai que trabalha no banco, que vai à fábrica, que é trabalhador imigrado, que é desempregado, que é alcoólatra. O pai não é senão o elemento de uma máquina social indeterminada. Todavia, de fato, cada constelação familiar é inteiramente diferente segundo o contexto em que ela se situa. Você não depara com o mesmo tipo de relação com a autoridade paterna numa favela de Abidjan ou numa cidade industrial da Alemanha. Não se trata do *mesmo* complexo de Édipo, da mesma homossexualidade. Parece idiota ter que repetir tamanhas obviedades, e no entanto é preciso denunciar sem parar este gênero de falcatrua: *não existe estrutura universal do espírito humano e da libido!*

E. — O esquizoanalista é então alguém que quer fazer uma síntese da análise da economia social com a da economia libidinal nesta sociedade?

F.G. — Talvez síntese não seja a palavra certa. Trata-se sobretudo de não reduzir as coisas a um esqueleto lógico, mas, ao contrário, enriquecê-las, seguir as cadeias, as pistas reais, as implicações sociais. A repetição dá origem à diferença. A repetição aqui não constitui o fim de alguma coisa, o encerramento de um processo, mas, ao contrário, ela marca um limiar de desterritorialização, a indicação de uma mutação desejante. A repetição de uma mesma imagem, a representação congelada, a catatonia podem ser respostas a uma agressão. Por exemplo, as fotos não desempenham o mesmo papel na vida de Kafka e em sua obra. Somos levados a constantes idas e vindas entre o ódio e a fasci-

nação. Enquanto funcionário qualificado (de modo algum mísero burocrata) Kafka se confrontava com seu próprio desejo microfascista de controlar o outro, de, por exemplo, dominá-lo no contexto de uma hierarquia burocrática. O outro, congelado numa foto, é controlado à distância, cristalizado numa espécie de submissão, cabisbaixo, olhar evasivo. Após o encontro com Felice, as coisas mudam. A libido se faz mais conquistadora. O objetivo continua sendo o de possuir o outro à distância, mas não da mesma maneira. Kafka quer possuir Felice somente através do jogo de cartas de amor. Não se trata mais de uma Felice-objeto, mas daquilo que há nela de mais vivo. A imagem não mais está congelada, ela prolifera sobre si mesma: a identidade se multiplica; através das cartas, nos deparamos com inumeráveis Felices e inumeráveis Kafkas. A posse, portanto, não se dá mais pelo exterior, mas sim pelo interior. A sedução amorosa, a sujeição semiótica, tornam-se então exercícios muito mais complicados. Não se trata mais de um fenômeno imaginário global, mas de uma espécie de técnica de feitiço, pondo em jogo tanto o charme literário quanto o prestígio ligado aos títulos e às funções. Pouco a pouco teremos acesso às conexões sociais que "seguram" Felice e Kafka, que os alienam ao mesmo meio. Com efeito, ambos são burocratas fascinados pela potência da burocracia (e em parte a denúncia que Kafka faz desta burocracia não passa de uma denegação). A análise de uma nova espécie de "perversão" da carta, de uma perversão burocrática, nos conduz assim à perversão da burocracia putrefata da Áustria-Hungria e ao caldo de cultura de onde surgirá o eros nazista. É lógico que isto tudo é demasiado esquemático, mas gostaria apenas de indicar que se nos contentamos em depreender numa análise apenas a identificação impossível de Kafka a seu papai comerciante, deixamos de lado toda a dinâmica social da libido. Kafka não é, como se disse por aí, um escritor do século XIX, prisioneiro de seus conflitos familiares. É um escritor do século XXI, que descreve em estado nascente um processo cujo alcance mal começamos a apreender.

E. — No Anti-Édipo, *falando de esquizoanálise, vocês evocam uma identificação possível entre o analista, o doente e o militante. O que quer dizer isto exatamente?*

F.G. — Nós nunca falamos de *identificação* entre o analista e o esquizofrênico. Nós dissemos que o analista, tanto quanto o militante, o escritor ou quem quer que seja, está mais ou menos engajado num processo esquizo. E nós sempre distinguimos o processo esquizo do esquizofrênico de asilo, cujo processo esquizo está precisamente blo-

queado ou girando em falso. Nós não dissemos que os revolucionários devessem identificar-se com os loucos que estão girando em falso, mas sim que deviam fazer seus empreendimentos funcionarem à maneira do processo esquizo. O esquizofrênico é um sujeito que por uma razão qualquer entrou em conexão com um fluxo desejante que ameaça a ordem social, mesmo que apenas ao nível de seu entorno imediato. Este intervém imediatamente para dar um basta nisso. Trata-se aqui da energia libidinal em seu processo de desterritorialização, e não da estagnação deste processo. O analista, assim como o militante, deve derivar com o processo e não colocar-se a serviço da repressão social edipianizante, dizendo por exemplo: "tudo isto é porque você tem uma *tendência* homossexual" (é assim que se pretende interpretar o delírio do presidente Schreber), ou ainda "é porque em você não houve boa fusão entre a pulsão de morte e eros". A esquizoanálise terá algo a ver com uma perspectiva revolucionária se for verdade que, no futuro, as agitações sociais tornar-se-ão, como pensamos, absolutamente inseparáveis de uma profusão de *revoluções moleculares* ao nível da economia do desejo. Quando se trata de arrebentar as fechaduras, os axiomas do capitalismo, as sobrecodificações do superego, as territorialidades primitivas reconstituídas artificialmente, etc., o trabalho do analista, do revolucionário, do artista, se encontram.

E. — A clínica de la Borde[7] teria uma significação particularmente importante no sentido do seu projeto de libertação, ou seria preciso considerá-la como uma meia-solução com todas as características do atual reformismo da psicanálise?

F.G. — Efetivamente ela é uma tentativa reformista, prisioneira do Estado, da Securité Sociale,[8] da representação que os doentes têm da doença, da ideologia médica e da hierarquia social, do dinheiro, etc. Portanto, neste sentido, ela é apenas uma experimentação em pequena escala, facilmente reprimida e até mesmo recuperada. Isto posto, ela está suficientemente em ruptura com o resto da sociedade para fornecer meios de reflexão a um certo número de pessoas. Se eu tivesse que trabalhar como psicanalista de gabinete[9] ou como professor, eu teria certamente muita dificuldade em questionar, por exemplo, os dogmas psicanalíticos e marxistas. É modificando progressivamente as tutelas que pesam sobre o desejo, que um trabalho de equipe pode constituir máquinas analíticas e militantes de um novo tipo. Assim como me parece ilusório apostar numa transformação paulatina da sociedade, penso que as tentativas microscópicas, do tipo comunidades, comissões

de bairro, a organização de uma creche numa faculdade, etc., podem desempenhar um papel absolutamente fundamental. É trabalhando em pequenas tentativas como estas que se contribui para o desencadeamento de grandes fraturas do tipo da de Maio de 68. O "22 de Março",[10] no início, era quase uma farsa! Neste campo, acredito num reformismo permanente da organização revolucionária. Mais valem dez fracassos repetidos ou resultados insignificantes que uma passividade embrutecida face aos mecanismos de recuperação e às manipulações burocráticas dos militantes profissionais.

NOTAS

(1) N. do Trad.: Em junho de 1936, ocorre na França uma greve geral, durante o governo da Frente Popular, que levou ao Acordo de Matignon, com aceitação de várias reivindicações operárias: redução da semana de trabalho para 40 horas, férias pagas de duas semanas, vários direitos sindicais; por exemplo, representantes eleitos em cada oficina e importante aumento salarial.

(2) N. do Trad.: *In* Freud, Sigmund. Edição Standard Brasileira das *Obras Psicológicas Completas*, vol. XXIII, Imago, Rio de Janeiro, texto de 1937.

(3) N. do Trad.: Cf. os artigos "A Transversalidade" e "A Transferência".

(4) N. do Trad.: No original *prise en charge*, para o qual não há tradução adequada, pois nomeia um momento da história social francesa que não ocorreu no Brasil. A palavra se constitui numa síntese de dois sentidos: assistência social e tratamento mental, práticas que se unem na França no séc. XIX. Poderíamos estabelecer, preservada toda a diferença de sentido histórico, uma analogia com um momento mais recente na história social no Brasil. Neste sentido, *prise en charge* designaria, por exemplo, o trabalho de uma equipe multiprofissional em instituições médicas ou psiquiátricas tal como vem sendo instituído, cada vez mais, no Brasil hoje. Optamos por diferentes traduções, de acordo com o contexto: assunção, iniciativa, atendimento, assistência, incumbência, encargo, responsabilidade.

(5) N. do Trad.: Modelo da fábrica de automóveis *Renault*.

(6) N. do Trad.: "Rizoma" é um conceito de Guattari e Deleuze, amplamente desenvolvido em *Rhizome* (Minuit, Paris, 1976), incorporado como introdução a *Capitalisme et Schizophrénie — Mille Plateaux* (Coll. Critique, Minuit, Paris, 1980), obra dos dois autores, continuação de *Capitalismo e Esquizofrenia — O Anti-Édipo*.

(7) N. do Trad.: A clínica de Cour-Cheverny, mais conhecida pelo nome de La Borde, é privada e mantém convênio com a Sécurité Sociale (Previdência Social). Situa-se a uns 200 km de Paris na região de Loir-et-Cher. Sua clientela é muito variada, sendo constituída, por exemplo, por camponeses da região e por intelectuais e artistas parisienses. Foi fundada em 1953 por Jean Oury, seu atual diretor, tendo este passado pela

experiência de Saint-Alban durante alguns anos, pela psicanálise lacaniana, pelo surrealismo e pelo anarcotrotskismo. La Borde, ao lado de Saint-Alban, desempenhou importante papel na mutação da psiquiatria francesa a partir da década de 50 (cf. nota 4 de "As Lutas do Desejo e a Psicanálise", nota 3 de "Devir Criança, Malandro, Bicha" e nota 1 de "A Transversalidade").

Guattari acompanhou La Borde desde sua fundação, em 53, fixando-se aí a partir de 55. Hoje Guattari, ainda seu assalariado, não mais a considera um lugar privilegiado de experiência de mutação em psiquiatria, ainda que continue sendo um dos poucos lugares respiráveis no contexto atual da psiquiatria francesa.

A experiência de La Borde está registrada e analisada nas seguintes obras:

— "Histoire de La Borde — Dix Ans de Psychothérapie Institutionnelle à la Clinique de Cour-Cheverny", *Recherches*, n.º 21, abril de 1976, CERFI.

— Polack, Jean-Claude e Sabourin, Danièle, *Le Droit à la Folie*, Calman-Lévy, Paris, 1976.

— Michaud, Ginette, *La Borde... un Pari Nécessaire*, Gauthier-Villars, 1977.

(8) N. do Trad.: *Sécurité Sociale* é o órgão de Previdência Social na França.

(9) N. do Trad.: No original *cabinet*, que significa, entre outras coisas, gabinete e consultório. O autor aqui utiliza este duplo sentido. Visto que em português não há palavra alguma que contenha estes dois sentidos, preferimos adotar o primeiro que enfatiza o caráter elitista da psicanálise.

(10) N. do Trad.: O "22 de Março" foi um "movimento" nascido de um grupo de estudantes de Ciências Humanas em Nanterre. No contexto das lutas contra a Reforma Fouchet, no dia 22 de março de 68, os estudantes ocuparam durante 24 horas o prédio da administração daquela Universidade em protesto contra a prisão de um estudante, membro do "Comitê Vietnã". A ocupação das instalações pela polícia foi o ponto de partida dos acontecimentos de Maio de 68.

"Movimento" e não grupelho ou partido, pois tratava-se do nascimento de uma nova esquerda, contestadora dos especialistas da contestação. "Agenciamento coletivo" de ação com o mínimo de organização necessária — de acordo com a singularidade de ação a ser desenvolvida —, sem dirigentes, sem disciplina nem hierarquia. Por onde passa vai evocando o potencial existente em todo campo social de antiautoritarismo, antiburocratismo, anticonsumismo que sai de sua clandestinidade forçada e se transforma em força de instauração de autogestão, assembléias permanentes, confronto entre idéias e estratégias, "democracia direta". Primavera inesquecível de 68... Mutação irreversível do cenário político. Revolução molecular. Alguns comentários sobre o "22 de Março":

— de Guattari: "...Evoquei algumas vezes o papel analítico no campo social desempenhado pelo Movimento '22 de Março' em 1968 na França ou ainda o da Rádio Alice em Bolonha, em Março de 77, que foi uma espécie de revelador da situação italiana naquele período. O que é analítico nisso? Não se reduz ao fato de que as pessoas falem para fazer a crítica das ideologias com as quais se confrontam, ou que elas reivindiquem para si mesmas e para os outros mais liberdade, mais criatividade...

"Tais grupos, pela fala, mas também por meios técnicos, materiais, conseguiram modificar o que eu chamaria de: os modos coletivos de semiotização. O '22 de Março' existia em Nanterre, sobre o pano de fundo de um certo urbanismo, de um certo tipo de sistema social, de uma concepção particular da relação com o saber, da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual... O agenciamento analítico aqui, portanto, não concerne unicamente a indivíduos, grupos, locutores reconhecidos, mas também aos

mais diversos componentes sócio-econômicos, tecnológicos, ambientais, etc." (*in L'Intervention Institutionnelle*, Petite Bibliothéque Payot, n.º 382, 1980);

— de Lyotard: "...a crítica à burocracia, não só a do aparelho de Estado oposto à sociedade, ou do partido (revolucionário) face às massas, ou da organização do trabalho produtivo contra a livre criatividade, mas a da vida alienada como um todo... A problemática latente do '22 de Março', junto à do Situacionismo, foi a crítica à *representação*, ou seja, a relação de exterioridade com que são colocados a atividade e seus produtos, a transformação em espetáculo que coloca os atores na posição de intérpretes passivos e a 'opinião' na posição de espectadora passiva. O que caracterizaria melhor o movimento seria talvez a extensão prática desta crítica à esfera *política*." (J. F. Lyotard, "Le 23 Mars" *in Dérive a Partir de Marx et de Freud*, 10/18, Paris, 1973;

— de Deleuze: "... pois o inconsciente não é outra coisa: esta ordem da subjetividade do grupo que introduz máquinas explosivas nas estruturas ditas significantes como nas cadeias causais, forçando-as a se abrirem para libertar suas potencialidades escondidas como real-a-vir sob efeito de ruptura. O movimento '22 de Março' permanece exemplar neste sentido, pois se ele foi uma máquina de guerra insuficiente, ao menos ele terá funcionado admiravelmente como grupo analítico e desejante, que não só tinha um discurso de associação verdadeiramente livre, mas que pôde constituir-se em analisador de uma massa considerável de estudantes e jovens trabalhadores sem pretensão de vanguarda ou de hegemonia, simples suporte permitindo a transferência e a abolição das inibições. Análise em ato, onde a análise e desejo ficam finalmente do mesmo lado, onde é o desejo enfim que conduz a análise, característica de um grupo sujeito (*in* "Trois Problemes de Groupe", prefácio de Gilles Deleuze a *Psychanalyse et Transversalité*).

Para maiores esclarecimentos acerca de 68, sugerimos a leitura de *Paris 1968 — As Barricadas do Desejo*, de Olgaria C. F. Matos, Brasiliense, Col. "Tudo é História", e das notas: 1 de "Somos Todos Grupelhos", 3 de "Milhões e Milhões de Alices no Ar", e 2, 3 e 4 de "Antipsiquiatria e Antipsicanálise".

A transversalidade*

A terapêutica institucional[1] é uma criancinha frágil. Convém acompanhar seu desenvolvimento de perto e vigiar com quem anda, pois ela é muito mal acompanhada. A ameaça mortal que pesa sobre ela não reside numa debilidade congênita, mas, ao contrário, no fato de haver facções de tudo quanto é espécie que não vêem a hora de raptar seu objeto específico. Psicólogos, psicossociólogos, e mesmo psicanalistas lhe arrancarão uns pedaços com os quais farão "seu negócio" enquanto que a ave de rapina ministerial está esperando a hora em que poderá incorporá-la em seus textos oficiais. Desde o pós-guerra, muitos outros frutos da psiquiatria de vanguarda foram assim desviados precocemente de seu rumo: a ergoterapia, a socialterapia, a psiquiatria de setor, etc.

Proclamemos em primeiro lugar que existe um objeto da terapêutica institucional e que este deve ser defendido contra todos aqueles que queiram fazê-lo derivar para fora da problemática social real. Isto implica numa tomada de consciência do nível social mais amplo, por exemplo o de uma orientação da saúde mental na França, e, ao mesmo tempo, numa tomada de posição doutrinária ao nível mais técnico das terapêuticas existentes. De certo modo pode-se considerar que a carência de uma concepção unitária no movimento psiquiátrico atual seja o reflexo da segregação que persiste, sob diferentes formas, entre o mundo dos loucos e o resto da sociedade. Este corte, que os psiquiatras responsáveis por um estabelecimento de assistência operam entre suas preocupações internas e os problemas sociais mais gerais, tende a ser transposto de diferentes maneiras: desconhecimento sistemático do que acontece para além dos muros do hospital, psicologização de problemas sociais, escamoteamento de seu campo intencional no interior da

instituição, etc. Ora, o problema da incidência do significante social sobre o indivíduo se coloca a todo instante e em todos os níveis, e na perspectiva da terapêutica institucional não se pode deixar de deparar com isso. A relação social não está além dos problemas individuais e familiais, ao contrário: temos de reconhecê-la em todas as instâncias psicopatológicas e, parece-nos, sua importância é ainda maior nos síndromes psicóticos, sobretudo os que apresentam formas mais "dessocializadas".

Freud, cuja obra desenvolveu-se essencialmente em torno da questão das neuroses, não ignorou este problema, como podemos constatar, por exemplo, na seguinte citação das *Novas Conferências*: "Se nos detemos nas situações perigosas, constatamos que a cada período do desenvolvimento corresponde uma condição de angústia que lhe é própria. O perigo do desamparo psíquico coincide com o primeiro despertar do ego; o perigo de perda do objeto (ou do amor) com a falta de independência que caracteriza a primeira infância; o perigo da castração com a fase fálica; e finalmente o medo do superego com o período de latência, quando ocupa um lugar particular. Os antigos motivos de temor deveriam desaparecer no decorrer do desenvolvimento, pois as situações perigosas correspondentes perderam sua importância graças ao fortalecimento do ego; mas não é bem assim que as coisas acontecem na realidade. Muitos indivíduos nunca chegam a controlar o medo de perder o amor, e sentir-se amado é para eles uma necessidade insuperável; neste aspecto eles continuam a comportar-se como crianças. Normalmente, o medo do superego nunca cessa, pois que sob a forma de medo da consciência moral é indispensável à manutenção das relações sociais. O indivíduo, salvo raras exceções, depende sempre de uma coletividade. Algumas dentre as antigas situações perigosas se mantêm às vezes até épocas tardias, tendo sido as condições de angústia oportunamente modificadas".[2]

Qual é o obstáculo contra o qual se chocam os "antigos motivos de temor" fazendo com que eles se neguem a desaparecer? De onde provém esta persistência, esta manutenção das angústias neuróticas, já que se dissolveram as situações que serviram de suporte para sua gênese e "na ausência de toda e qualquer situação perigosa"?[3] Algumas páginas adiante, Freud reafirma a anterioridade da angústia em relação ao recalque: a angústia é causada por um perigo exterior, ela é *real*, mas o próprio perigo exterior é evocado e condicionado pelo perigo pulsional interior: "De fato, o menino se angustia com as exigências de sua libido; neste caso, ele teme o amor que sente por sua mãe".[4] Assim é a ameaça interior que prepara o perigo exterior. A renúncia ao objeto amado é correlativa, no plano do real, à aceitação da perda do mem-

bro, mas o "complexo de castração" não poderia ser "liquidado" através de tal renúncia. É que, com efeito, ele implica no emprego de um *termo suplementar* na triangulação situacional do complexo de Édipo, de tal maneira que nunca estaremos isentos desta ameaça de castração que reativará permanentemente o que Freud chama de "uma necessidade inconsciente de culpabilidade".[5] A engrenagem de significantes sociais se encontra assim irreversivelmente sob controle da castração e da culpabilidade, enquanto que até esta etapa suas posições permaneciam precárias por causa do "princípio de ambivalência" que presidia à eleição dos diversos objetos parciais. A partir daí, a instância desta *realidade social* fundará sua persistência na instauração de uma moralidade irracional em que a punição não encontrará sua justificativa senão numa lei de repetição cega na falta de ser articulável a uma legalidade ética. Não será suficiente procurar reconhecer, através do diálogo impossível entre o ego ideal e o superego, este efeito de manutenção de angústia fora das "situações perigosas" atuais, pois ele implica, com efeito, na dependência destas últimas de uma "lógica significante" *específica do nível social considerado*, e que convém analisar com as mesmas exigências maiêuticas daquelas da psicanálise do indivíduo.

A manutenção é a repetição, a expressão de uma pulsão de morte. A interrogação aí implicada estará mascarada, sob uma noção de continuidade. É considerado normal prolongar a resolução do complexo de Édipo por uma "boa" integração a um nível social. Não seria o caso, ao contrário, de articular estes "efeitos de persistência" da angústia com esta dependência, evocada por Freud, do indivíduo em relação à coletividade? Trata-se do fato irreversível até segunda ordem de que o complexo de castração não poderá jamais encontrar uma solução satisfatória enquanto a sociedade contemporânea persistir em confiar-lhe um papel inconsciente de controle social. Há uma incompatibilidade cada vez mais óbvia entre a função do pai, enquanto ela é para o sujeito o suporte de uma possível mediação dos impasses identificatórios inerentes à estrutura da família conjugal, e as exigências das sociedades industriais para as quais um modelo integrador do tipo pai-rei-deus tende a perder qualquer outra função efetiva que não a mistificadora. Este fato é particularmente claro durante as fases de regressão social, por exemplo quando os regimes fascistas, ditatoriais, de poder pessoal, presidencial, fazem nascer fenômenos imaginários de pseudofalicização coletiva que resultam numa irrisória totemização plebiscitária de um chefe, o qual aliás permanece sem nenhum controle real da máquina significante do aparelho econômico, que, ao contrário, não pára de fortalecer seu poder e a autonomia de seu funcionamento. Os Kennedy e os Kruchtchev que tentaram passar por cima desta lei foram "sacrificados", ainda que com um cerimonial diferente, no altar, um no dos petroleiros, o outro no dos detentores da indústria pesada.

A subjetividade real dos Estados modernos, os verdadeiros poderes de decisão, sejam quais forem os sonhos em desuso dos defensores da "legitimidade nacional", não poderiam identificar-se a uma encarnação individual nem à existência de um pequeno estado-maior esclarecido. Até agora esta permanece inconsciente e cega, sem esperança de que um Édipo moderno possa guiar seus passos. Não se pode certamente esperar a saída numa invocação e numa tentativa de reabilitação de suas formas ancestrais, precisamente pelo fato de que a experiência freudiana nos leva a colocar a questão, por um lado, desta persistência da angústia para além das modificações situacionais e, por outro lado, dos limites assinaláveis para tal processo. O objeto da terapêutica institucional não é justamente o de se propor a lograr um remanejamento dos dados de "acolhida" do superego, transformando-os numa espécie de nova acolhida "iniciática", esvaziando de seu sentido a exigência social cega de um certo procedimento castrativo exclusivo?

O que proporei agora tem um caráter apenas provisório. Trata-se de algumas formulações que me pareceram úteis para pontuar diferentes etapas de uma prática institucional. Parece-me oportuno estabelecer uma espécie de correspondência entre os fenômenos de deslocamento de sentido nos psicóticos, particularmente nos esquizofrênicos, e os mecanismos de discordância crescente que se instauram em todos os níveis da sociedade industrial em sua realização neocapitalista e socialista-burocrática, de tal forma que o indivíduo tende a se identificar com um ideal de "máquina-consumidora-de-máquinas-produtivas"... O silêncio do catatônico não seria uma interpretação prefigurativa deste ideal? Se o grupo tende a se estruturar sob a forma da recusa da fala, como responder-lhe de outra maneira que não pelo silêncio? Como modificar um lugar desta sociedade de maneira a reter ao menos um pouco este processo de redução da fala à linguagem? A partir daí tomaremos o partido de distinguir a natureza dos grupos segundo se situem numa ou noutra vertente. Convém, com efeito, desconfiar absolutamente das descrições formais que caracterizam os grupos independentemente de seu projeto. Os grupos com que lidamos na terapêutica institucional estão vinculados a uma atividade concreta, e não têm nada a ver com aqueles que estão geralmente em causa nas pesquisas ditas de dinâmica de grupo. Vinculados a uma instituição, eles têm de algum modo uma perspectiva, um ponto de vista sobre o mundo, uma "missão" a cumprir.

Esquematizaremos esta primeira distinção, que aliás será difícil manter em seguida, entre grupos sujeitos e grupos sujeitados.[6] O grupo sujeito, ou que tem vocação para sê-lo, se esforça para ter um controle sobre sua conduta, tenta elucidar seu objeto e, nesse momento, secreta os meios desta elucidação. Schotte[7] poderia dizer deste tipo de grupo que ele é ouvido e ouvinte, e que por este fato opera o desapego a uma hierarquização das estruturas que lhe permitirá se abrir para além dos interesses do grupo. O grupo sujeitado não se presta a tal perspectivação; ele sofre hierarquização por ocasião de seu acomodamento aos outros grupos. Poder-se-ia dizer do grupo sujeito que ele *enuncia* alguma coisa, enquanto que do grupo sujeitado se diria que "sua causa é ouvida". Ouvida, aliás não se sabe onde nem por quem, numa cadeia serial indefinida.

Esta distinção não é absoluta, ela constitui apenas uma primeira aproximação nos possibilitando indexar o tipo de grupo com que lidamos em nossa prática. Na realidade ela funciona à maneira de dois pólos de referência; qualquer grupo, mais especialmente os grupos sujeitos, tendem a oscilar entre estas duas posições: a de uma subjetividade com vocação a tomar a palavra, e a de uma subjetividade alienada a perder de vista na alteridade social. Esta referência nos servirá de proteção para evitarmos cair no formalismo da análise de papéis e nos levará a colocar a questão do sentido da participação do indivíduo no grupo enquanto ser falante e a questionar assim o mecanismo habitual das descrições psicossociológicas e estruturalistas. Haveria aí, sem dúvida, igualmente uma maneira de retomar as teorias da burocracia, da autogestão, dos "grupos de formação", etc., que regularmente perdem seu objeto pela recusa, de caráter cientificista, em implicar os conteúdos de sentido.

Achamos por outro lado cômodo distinguir, ao nível dos grupos, os "conteúdos manifestos", constituídos por aquilo que é dito e feito, pelas atitudes de uns e de outros, as cisões, a existência de líderes, bodes expiatórios, etc., e o "conteúdo latente", que requer ser decifrado a partir de uma interpretação das diversas rupturas de sentido que surgem na ordem fenomenal. Definamos essa instância latente como desejo de grupo: ela teria de ser articulada com uma ordem pulsional de Eros e de morte específica do grupo.

Freud descrevia a existência nas neuroses graves de uma difusão das pulsões fundamentais, e o problema analítico como sendo o de chegar a uma refusão suscetível de fazer desaparecer, por exemplo, uma sintomatologia sadomasoquista. A própria estrutura das instituições, que não tem outra corporeidade senão a imaginária, exige, para tentar uma operação deste tipo, a instauração de meios institucionais particulares, mas sem perder de vista que eles não poderiam pretender constituir nada além de mediações simbólicas, tendendo por essência a se desfazer em efeito de sentido. O objeto que está em jogo não é o mesmo que encontramos na relação da transferência psicanalítica. Os fenômenos de captura imaginária não podem mais ser retomados e articulados a partir da interpretação de um analista. A phantasia de grupo é essencialmente simbólica, sejam quais forem as imagens que ela drena em seu rastro. Sua inércia não conhece outra regulagem além da volta incansavelmente repetida aos mesmos impasses problemáticos. A prática da terapêutica institucional mostra que a produção de phantasia individual se recusa sistematicamente a respeitar a especificidade deste nível simbólico da phantasia de grupo. Ao contrário, ela tenta incorporá-la a si e aplicar-lhe dados imaginários singulares que vêm se acomodar "naturalmente" nos diferentes papéis potencialmente estruturados pela extensão dos significantes introduzidos pelo coletivo. Esta "corporalização imaginária" de um certo número de articulações significantes do grupo, sob pretexto de organização, de eficácia, de prestígio, ou também de incapacidade, de falta de qualificação, etc., faz cristalizar o conjunto da estrutura, entrava suas capacidades de remanejamento, lhe dá seu rosto e seu "peso", limitando na mesma proporção suas possibilidades de diálogo com tudo que pudesse questionar suas "regras do jogo", em uma palavra, reúne as condições de seu deslocamento na direção daquilo que chamamos de grupo sujeitado.

O desejo inconsciente de um grupo, por exemplo do "grupo missionário" de um hospital tradicional, como expressão de uma pulsão mortífera, provavelmente não estará em condições de ser evocado na ordem da fala e fará surgir toda uma gama de sintomas. Ainda que estes últimos sejam de certo modo "articulados como uma linguagem" e descritíveis numa perspectiva estrutural, na medida em que tendem a mascarar o sujeito da instituição, eles nunca chegarão a se exprimir de outra forma que não seja a de uma frase incoerente a partir da qual ficaria para ser decifrado o objeto (totem e tabu), erigido no próprio lugar da impossibilidade de um surgimento de uma fala verdadeira no grupo. A revelação deste lugar, em que o desejo está reduzido a mostrar somente a ponta de um falso dedinho, não poderia dar acesso ao desejo em si mesmo, pois o desejo enquanto tal, de qualquer modo, permanecerá inconsciente e recusará sempre se anular pelo viés de uma explicação exaustiva, como seria a vontade do neurótico. Mas a desobstrução de um espaço, preservação de um vacúolo de onde poderia ser destacado um primeiro plano de referência a esta instância do desejo do grupo, situará de imediato o conjunto da problemática além das

contingências relacionais, clarificará sob uma luz totalmente outra as "questões de organização" e obscurecerá na mesma medida as tentativas de descrição formal e aparentemente racional; de fato, esta desobstrução constituirá a prova pela qual deverá passar o grupo antes de qualquer tentativa analítica.

Desde os primeiros passos nesse sentido, surgirá uma distinção primordial entre a desalienação de grupo e sua análise. Com efeito, o papel de uma análise de grupo não é idêntico ao de uma ordenação do coletivo de inspiração mais ou menos psicossociológica ou ao de uma intervenção de um engenheiro de organização. Repetindo, a análise de grupo se situa aquém e além dos problemas de ajustamento de papéis, de transmissão de informações, etc. As questões-chave são colocadas antes da cristalização das constelações, das rejeições e atrações, ao nível donde pode brotar uma criatividade do grupo, se bem que esta geralmente se estrangula por si mesma com o tênue fio de *nonsense* que ela se recusa a assumir, preferindo o grupo se consagrar ao balbuciamento de "palavras de ordem", obturando qualquer acesso a uma fala verdadeira, isto é, articulável às outras cadeias do discurso histórico, científico, estético, etc.

De que espécie de desejo pode viver, por exemplo, um grupo político "condenado pela história", senão de um eterno curvar-se sobre si mesmo? Ele terá de secretar sem parar mecanismos de defesa, de denegação, de recalque, phantasias de grupo, mitos, dogmas, etc. Sua análise não poderia levar senão à descoberta da natureza do desejo mortífero de grupo do qual aqueles mecanismos são a expressão em sua relação com as soterradas e castradas pulsões históricas das massas, das classes ou das nacionalidades sujeitadas. Este último aspecto da análise ao "nível mais elevado" não poderia, a meu ver, ser separado dos outros problemas psicanalíticos de grupo, aliás, nem dos individuais.

No hospital psiquiátrico tradicional, por exemplo, existe um grupo dominante constituído pelo diretor, o administrador, os médicos, suas mulheres, etc., formando uma estrutura opaca que impede a emergência de uma expressão do desejo dos conjuntos humanos constitutivos da instituição. Onde pôde refugiar-se esse desejo? Num primeiro momento, a interpretação deverá se deixar guiar não só pelos sintomas manifestados ao nível de diversos subconjuntos, suporte das taras sociais clássicas, da sedimentação da caduquice, da agitação, das segregações de toda espécie, mas também por outros sinais como, por exemplo, o alcoolismo de que se encontra tomado tal grupo de enfermeiros, ou a bobeira difusa de tal outro grupo, se é que é verdade, segundo uma fórmula de Lacan, que bobagem também é expressão de

uma paixão. Seria por uma espécie de respeito pelos enigmas encarnados nas neuroses e psicoses que nossos modernos guardiães de túmulo se sentem na obrigação de aviltar-se e saudar tão negativamente assim a mensagem daqueles que deverão permanecer desconhecidos, de acordo com o que está implicado por toda a organização social? Nem todo mundo pode, como alguns psiquiatras, se dar ao luxo de refugiar-se em formas superiores de estetismo, significativas do fato de que, para eles, não há nenhuma questão essencial que possa se colocar ao nível do hospital!

A análise de grupo não se proporá como objetivo revelar uma verdade estática que estaria por trás desta sintomatologia, mas sim realizar as condições favoráveis a um modo particular de *interpretação*, a qual, segundo Schotte, é idêntica à transferência. Transferência e interpretação constituem um modo de intervenção simbólica, mas — insistamos nesse ponto — elas não poderiam ser da alçada de uma pessoa ou de um grupo que, para a ocasião, teria se batizado "analisador". A interpretação, pode ser o débil mental de serviço quem vai dar, se ele estiver em condições de reivindicar, num dado momento, por exemplo, que se organize um jogo de amarelinha, justo quando tal significante se tornará operatório ao nível do conjunto da estrutura. Deve-se ir no encalço da interpretação. Convém, pois, livrar a escuta de todo e qualquer preconceito psicológico, sociológico, pedagógico ou mesmo terapêutico. Na medida em que o psiquiatra ou o enfermeiro detém uma parcela de poder, ele deve ser considerado responsável pelos obstáculos às possibilidades de expressão da subjetividade inconsciente da instituição. A transferência congelada, mecânica, insolúvel, por exemplo: dos enfermeiros e doentes sobre o médico; a transferência obrigatória, predeterminada, "territorializada" num papel, um estereótipo dado, é pior do que uma resistência à análise, é uma forma de interiorização da repressão burguesa pelo reaparecimento repetitivo, arcaico e artificial de fenômenos de casta com seu cortejo de phantasias de grupo, fascinantes e reacionárias.

Como apoio provisório visando preservar, ao menos por algum tempo, o objeto de nossa prática, proponho introduzir em lugar da noção demasiadamente ambígua de transferência institucional um conceito novo: o de *transversalidade no grupo*. Transversalidade em oposição a:

— uma verticalidade que encontramos por exemplo nas descrições feitas pelo organograma de uma estrutura piramidal (chefes, subchefes, etc.);
— uma horizontalidade como a que pode se realizar no pátio do hospital, no pavilhão dos agitados, ou, melhor ainda,

no dos caducos, isto é, uma certa situação de fato em que as coisas e as pessoas ajeitam-se como podem na situação em que se encontram.

Coloquemos num campo fechado cavalos com viseiras reguláveis e digamos que o "coeficiente de transversalidade" será justamente esta regulagem das viseiras. Imaginemos que a partir do momento em que os cavalos estiverem completamente cegos, um certo tipo de encontro traumático vai se produzir. À medida que formos abrindo as viseiras, pode-se imaginar que a circulação se realizará de maneira mais harmoniosa. Tentemos nos representar a maneira como os homens se comportam uns em relação aos outros do ponto de vista afetivo. De acordo com a célebre parábola de Schopenhauer sobre os porcos-espinhos sentindo frio, ninguém suportaria uma aproximação muito íntima com seus semelhantes: "Um dia de inverno glacial, os porcos-espinhos de um rebanho apinharam-se a fim de se proteger contra o frio pelo calor recíproco, salvando-se assim do congelamento. Porém, dolorosamente incomodados pelos espinhos, eles não tardaram em voltar a se afastar uns dos outros. Obrigados a reaproximar-se, por causa do frio persistente, sentiram novamente a ação desagradável dos espinhos; estas alternâncias de aproximação e afastamento duraram até que eles encontraram uma distância conveniente onde puderam melhor tolerar os males".[8]

Num hospital, o "coeficiente de transversalidade" é o grau de cegueira de cada membro do pessoal. Mas, atenção, formulamos a hipótese de que a regulagem oficial de todas as viseiras e dos *enunciados manifestos* que dela decorrem dependem quase que mecanicamente do que acontece ao nível do médico-chefe, do diretor, do administrador, etc. Conseqüentemente tudo parece repercutir do topo para a base. É verdade que pode existir uma "pressão da base", mas em geral ela continua incapaz de modificar a estrutura de cegueira do conjunto. A modificação deve intervir ao nível de uma redefinição estrutural do papel de cada um e de uma reorientação do conjunto. Enquanto as pessoas permanecem paralisadas em torno de si mesmas, elas não enxergam nada além de si mesmas.

A transversalidade é uma dimensão que pretende superar os dois impasses, o de uma pura verticalidade e o de uma simples horizontalidade; ela tende a se realizar quando uma comunicação máxima se efetua entre os diferentes níveis e sobretudo nos diferentes sentidos. É o próprio objeto da busca de um grupo sujeito. Nossa hipótese é a seguinte: é possível modificar os diferentes coeficientes de transversalidade inconsciente nos diferentes níveis de uma instituição. Por exemplo, a comunicação "publicamente" existente no núcleo de residentes constituído em torno do médico-diretor, ficará talvez num plano muito formal, e se poderá considerar que o coeficiente de transversalidade aí é muito baixo. Em compensação, ao nível do pavilhão, o coeficiente latente e reprimido poderá se revelar muito superior. Os enfermeiros, tendo entre si relações mais autênticas, darão aos doentes a possibilidade de efetuar algumas transferências com efeito terapêutico. Continuando a hipótese, os múltiplos coeficientes de transversalidade, apesar de diferentes em intensidade, são homogêneos. Com efeito, o nível de transversalidade existente no grupo que detém o poder real sobre a instituição determina inconscientemente a regulagem das possibilidades extensivas dos outros níveis de transversalidade. Tomemos o caso, bastante raro, de um fortíssimo coeficiente de transversalidade entre os residentes, que em geral não costumam ter poder algum sobre a instituição; este forte coeficiente permanecerá latente e não poderá repercutir senão numa área muito limitada. Deste estado de transversalidade, desde que se tolere uma comparação termodinâmica neste campo onde as coisas se movem em linhas de forças sociais, se poderia dizer que sua entropia institucional demasiadamente forte vai resultar na absorção ou no enquistamento de toda e qualquer veleidade de sua diminuição local. Mas não nos enganemos, o fato de postularmos que um ou vários grupos detêm a chave da transversalidade latente do conjunto da instituição não nos designa, por isso, os grupos em questão. Com efeito, eles não coincidem necessariamente com as instâncias jurídicas do estabelecimento que só tem o controle de sua expressão manifesta. O problema da relação de força real deve ser analisado: todo mundo está cansado de saber que o Estado não faz a lei em seus ministérios. Da mesma forma pode acontecer que num hospital psiquiátrico o poder de fato escape dos representantes patenteados da lei e se reparta entre diversos subgrupos: serviço, chefetes, ou — por que não? — clube inter-hospitalar, associação do pessoal, etc. É óbvio que seria bom que os médicos e os enfermeiros, aos quais cabe, em princípio, tratar dos doentes, garantissem a assunção coletiva da regulagem daquilo que, situado além da legalidade ordinária, controla os fatores suscetíveis de modificar o ambiente, as trocas, o modo de funcionamento real da instituição. Mas isso não poderia ser instituído por uma reforma; as boas intenções neste caso não garantem nenhum acesso a esta dimensão da transversalidade.

Para que a intenção declarada dos terapeutas tenha um alcance que não o de denegação, é seu próprio ser, como ser do desejo, que deve ser tocado e questionado pela estrutura significante com a qual eles estão confrontados. Isto pode levar a um questionamento decisivo de toda uma série de dados bem estabelecidos: que interesse tem o Estado

em bloquear as verbas? Por que o Seguro Social persiste em desconhecer as psicoterapias de grupo? Será que a faculdade, de essência liberal, não é retrógrada, aliás tanto quanto as federações sindicais, em princípio mais "à esquerda" em relação aos problemas, por exemplo, de categorização, de hierarquia, etc.? O sujeito da instituição, o sujeito efetivo, isto é, inconsciente, aquele que detém o poder real, nunca é dado de uma vez por todas. Será preciso desencavá-lo por ocasião de uma investigação analítica implicando às vezes em imensos desvios que poderão levar à colocação dos problemas cruciais de nossa época.

Se a análise de uma instituição consiste em se determinar como tarefa abri-la à vocação de tomar a palavra, qualquer possibilidade de intervenção criadora dependerá da capacidade de seus iniciadores de existir no lugar onde "poderia ter havido fala", sob a forma de estar marcados pelo significante do grupo, isto é, de assumir um certo modo de castração. Este esfolamento, esta barra, esta rasura de suas potencialidades imaginárias remete seguramente à análise destes objetos que o freudismo descobriu como sendo o suporte de uma possível assunção da ordem simbólica para o sujeito: seio, fezes, pênis, etc.; todos eles elementos descartáveis, ao menos na phantasia; contudo remete igualmente à análise do papel desempenhado pelo conjunto dos objetos transicionais[9] que se encontram efetivamente articulados à máquina de lavar, à televisão, em outras palavras, à "razão de ser" moderna! Aliás, a coleção de objetos parciais, a começar pela própria imagem do corpo como suporte da identificação a si mesmo, não é cotidianamente jogada no mercado feito pasto, cotada na bolsa oculta dos valores pseudo-eróticos, estéticos, esportivos...? A sociedade industrial se assegura assim do controle inconsciente de nosso destino pela exigência, satisfatória do ponto de vista da pulsão de morte, de uma desarticulação de cada consumidor-produtor, e de tal modo que em última instância a humanidade poderia decidir ser um imenso corpo esfacelado se recolando unicamente ao bel-prazer das exigências do Deus econômico supremo. Logo é inútil forçar um sintoma social a "entrar na linha", pois em última análise é ele seu verdadeiro suporte; acontece com ele o mesmo que com um obsessivo que é fechado num quarto onde não há pia, quando costuma lavar as mãos cem vezes por dia, e que então desloca sua sintomatologia para o pânico e a crise de angústia insustentável.

Só a revelação de um grau mais ou menos grande de transversalidade permitirá que se desencadeie, durante um tempo (já que nesse assunto tudo é permanentemente questionado), um processo analítico, oferecendo aos indivíduos uma real possibilidade de se servirem do grupo à maneira de um espelho. Então, o indivíduo manifestará ao

mesmo tempo o grupo e si próprio. Se é o grupo, enquanto cadeia significante pura, que o acolhe, ele poderá revelar-se a si mesmo, para além de seus impasses imaginários e neuróticos. Mas, se ele, ao contrário, se depara com um grupo profundamente alienado, fixado às suas próprias imagens deformantes, se for um neurótico, encontrará aí uma ocasião inesperada para reforçar seu narcisismo, e, se for um psicótico, poderá continuar consagrando-se em silêncio às suas sublimes paixões universais. Que seja possível a um indivíduo inserir-se no grupo sob a forma de ouvido-ouvinte e por isso mesmo ter acesso ao além do grupo, que ele interpreta ao invés de manifestar, esta é a alternativa proposta à intervenção analítica de grupo.

A consolidação de um nível de transversalidade numa instituição permite que se institua no grupo um diálogo de um novo tipo: o delírio e qualquer outra manifestação inconsciente, em cujo seio o doente até então permanecia emparedado e solitário, pode alcançar um modo de expressão coletiva. A modificação do superego que evocamos anteriormente intervém, ao mesmo tempo que um certo modelo de fala está para surgir em lugar das estruturas sociais, funcionando num sentido meramente ritual. Considerar a possibilidade, para os terapeutas, de intervir num processo deste tipo, colocaria o problema de uma supervisão analítica que por sua vez suporia resolvida em parte uma transformação radical do movimento psicanalítico existente, que, até o presente momento, não está absolutamente preocupado com um recentramento de sua atividade em direção aos doentes reais, lá onde eles se encontram efetivamente, isto é, essencialmente, no campo da psiquiatria hospitalar e de setor.

A posição social do médico-chefe supõe uma alienação imaginária, que o erige como "estátua de comendador". Como levá-lo a aceitar e até a solicitar que o questionemos, sem que ele recue diante do medo estarrecedor de se despedaçar? O médico que renuncia à sua posição imaginária, para situar seu papel num plano simbólico, está em compensação apto a operar o recorte necessário da função médica em múltiplos encargos, implicando diferentes espécies de grupos e de pessoas. O objeto desta função se desprende da "totemização" para se transferir sobre diversas espécies de instituições, deslocamentos e delegações de poderes. A própria assunção desta phantasia de estilhaçamento por parte do médico funciona assim como um tempo primordial da instauração de uma estrutura de transversalidade. Seu papel, agora "articulado como uma linguagem", se encontrará diretamente conectado ao conjunto dos significantes e das phantasias do grupo. Ao invés de cada um desempenhar para si mesmo e para os outros o teatro da existência, correlativo à coisificação do grupo, a transversalidade aparece como a

exigência de marcação inevitável de cada papel. Uma vez que este princípio de contestação e de redefinição de papéis tenha sido instaurado por um grupo detentor de parte importante do poder legal e do poder real, isto terá grandes chances, se aplicado numa perspectiva analítica, de repercutir em todos os níveis. Tal remanejamento dos ideais do ego modifica os dados de acolhida do superego e permite a inserção de um tipo de complexo de castração articulado a exigências sociais diferentes daquelas que os doentes tinham conhecido em suas relações familiares, profissionais, etc. O fato de aceitar ser "posto em causa", ser desnudado pela fala do outro, um certo estilo de contestação recíproca, de humor, de eliminação das prerrogativas da hierarquia, etc., levará a tender fundar uma nova lei do grupo, cujos efeitos "iniciáticos" permitirão a emergência, ou semi-emergência de um certo número de signos, presenciando os aspectos transcendentais da loucura que até então permaneciam recalcados. As phantasias de morte, ou de estilhaçamento do corpo, tão importantes nas psicoses, poderão ser retomadas num contexto de calor de grupo, quando se poderia ter ficado na crença de que seu destino, em essência, é o de permanecer prisioneiras de uma neo-sociedade, cuja missão, aliás, é exorcizá-las.

Isto não nos autoriza no entanto a perder de vista que, mesmo revestido de boas intenções, o empreendimento terapêutico a cada instante corre o risco, apesar de tudo, de cair na mitologia bestificante do "nós". Mas a experiência mostra que a emergência das instâncias pulsionais do grupo constitui a melhor garantia contra este perigo. Elas interpelam cada um, tanto os técnicos quanto os pacientes, para questioná-los sobre seu ser e seu destino. O grupo torna-se então uma cena ambígua, percebida num duplo plano, um primeiro, que dá segurança e proteção, véu encobrindo todo acesso à transcendência, gerador de defesas obsessivas, de um modo de alienação "reconfortante apesar de tudo", de eternidade semanal, e um segundo, que deixa aflorar por trás desta segurança artificial a imagem mais realizada da finitude humana, sendo cada um de meus empreendimentos despossuído em nome de uma instância mais implacável que minha própria morte: a de sua captura pela existência do outro, única garantia de tudo aquilo que pode acontecer pela fala. Diferentemente do que se passa na análise dita dual, não mais subsiste aqui qualquer recurso imaginário ao nível das dialéticas de senhor e escravo, o que constitui, a meu ver, uma possível superação do complexo de castração.

A transversalidade no grupo é uma dimensão contrária e complementar às estruturas geradoras de hierarquização piramidal e dos modos de transmissão esterilizadores de mensagens.

A transversalidade é o lugar do sujeito inconsciente do grupo, o além das leis objetivas que o fundamentam, o suporte do desejo do grupo.

Esta dimensão só pode ser posta em relevo em certos grupos que, deliberadamente ou não, tentam assumir o sentido de sua práxis e se instaurar como grupo sujeito, colocando-se assim na postura de se assumir como agente de sua própria morte.

Em oposição (relativa) a estes grupos missionários, os grupos sujeitados recebem passivamente suas determinações do exterior e, com a ajuda de mecanismos de autoconservação, se protegem magicamente de um nonsense *sentido como externo; assim procedendo, eles recusam qualquer possibilidade de enriquecimento dialético fundado na alteridade do grupo.*

Uma análise de grupo que se proponha resultar no remanejamento das estruturas de transversalidade, nos parece concebível; na condição de evitar os perigos das descrições psicologizantes das relações internas que têm por efeito perder as dimensões de phantasia específicas do grupo, ou das comportamentalistas, que ficam deliberadamente no plano dos grupos sujeitados.

A incidência do significante de grupo sobre o sujeito é vivida, por este último, ao nível de um "limiar" de castração pelo fato de que a cada etapa de sua história simbólica o grupo possui um modo próprio de exigência frente aos sujeitos individuais, que implica numa renúncia relativa de suas incitações pulsionais a "estar-em-grupo".

Há, ou não, compatibilidade entre esse desejo, esse Eros de grupo, e as possibilidades concretas de assunção por cada sujeito de tal prova, que pode ser vivida segundo diversas modalidades, que vão do sentimento de rejeição, ou mesmo de mutilação, até a aceitação do estilo iniciático, podendo resultar num remanejamento irreversível de sua personalidade.

Esta marcação pelo grupo não ocorre em sentido único: ela dá direitos e poder àqueles que a sofreram; mas, em contrapartida, ela pode trazer modificações no nível de tolerância do grupo face a desvios-padrão individuais, e acarretar crises suscetíveis de pôr em perigo, com base em problemas mistificados, o próprio destino do grupo.

O papel do analisador de grupo consistiria em revelar tais situações e levar o conjunto do grupo a não mais poder fugir, tão facilmente, das verdades que elas encobrem.

Formulamos a hipótese de que a automutilação burocrática de um grupo sujeito, seu recurso inconsciente a mecanismos antagônicos à sua transversalidade potencial, não são fenômenos inelutáveis e dependem, num primeiro momento, de uma assunção, no seio do grupo, do

risco de ter de se confrontar com o nonsense, *com a morte e com a alteridade, risco esse correlativo à emergência de todo fenômeno de sentido verdadeiro.*

NOTAS

(1) N. do Trad.: O termo "psicoterapia institucional" foi criado por Daumezón num artigo escrito em 1952, para nomear uma das linhas do processo de mutação teórico/prático em curso na psiquiatria francesa desde o pós-guerra. As experiências de confinamento durante a guerra, bem como a solidariedade entre membros da Resistência — de diferentes origens sociais, econômicas, etc. —, e até o fato de o cenário desta solidariedade ter sido muitas vezes os hospitais psiquiátricos, que abrigavam refugiados, levou a psiquiatria a colocar em questão o confinamento, a rígida hierarquia das relações e a crueldade e frieza com que se tratava os loucos. Saint-Alban, hospital psiquiátrico em Lozère, constituiu-se em um núcleo importante de crítica à psiquiatria tradicional. Durante a guerra, Saint-Alban havia abrigado comunistas, surrealistas, cristãos progressistas, anarquistas, centralizando importantes aspectos da Resistência: por exemplo, durante algum tempo toda a sua edição clandestina ali se organizava sob coordenação de Paul Eluard. Tosquelles, psiquiatra espanhol, com vasta experiência de luta na psiquiatria de seu país (cf. nota 4 de "As Lutas do Desejo e a Psicanálise"), se instala aí desde a guerra, tornando-se uma espécie de catalisador das aspirações de mutação na prática psiquiátrica a partir do final da guerra. Começa aí uma primeira fase de mudanças visando a humanização, a destecnocratização e a desmedicalização da psiquiatria, que poderíamos agrupar como uma proposta de "microssocialismo" nas instituições, tendo na autogestão seu projeto-limite. Confundia-se então alienação social com alienação mental, e conseqüentemente cura com participação na institucionalização: a organização do tempo e do espaço feita por todos; o organograma justaposto ao sociograma, anulação de qualquer diferença rígida entre profissionais. Utiliza-se, como suporte desta socialização, atividades coletivas tais como reuniões, *ateliers*, terapias de grupo — "clínica de atividade", como o denominou Daumézon. Era o momento da importação das técnicas de grupo norte-americanas: psicodrama, ergoterapia, socioterapia, psicologia social, dinâmica de grupo, técnicas ativas, behaviorismo, gestaltismo. Simultaneamente, é formulada a crítica à psicanálise feita por Politzer e seus seguidores. São nomes importantes desta época, além de Tosquelles e Daumézon, Bonnafé, Le Guillant e outros.

Na década de 50, começam a delinear-se duas linhas neste processo, correspondendo a uma discussão política geral. A orientação do PCF naquele momento é objeto de duras críticas. Uma nova esquerda começa a delinear-se. Questiona-se sobretudo o compromisso do PCF com o governo francês contra as colônias em suas lutas de libertação, culminando com sua posição na Guerra da Argélia (de 54 a 62). Questiona-se também sua indiferença em relação ao processo de desestalinização desencadeado no XX Congresso, em 1956. Isto vai levar dentro da psiquiatria a uma separação entre partidários e não partidários da política do PCF, o que implicava, por exemplo, ser ou não partidário do exorcismo da psicanálise feita pelo stalinismo recalcitrante. Em 1958, deu-se uma cisão entre as duas tendências, no Encontro de Sèvres. Uma destas duas linhas — fruto, entre outras coisas, da nova esquerda e da contribuição de Lacan para a psicanálise —, liderada por Tosquelles, desenvolverá uma nova leitura da lição freudiana a partir da prática em instituição. É reconhecida a dimensão inconsciente da instituição: percebe-se que a socialização não é a própria cura, mas seu suporte, e busca-se fazer da instituição "um lugar onde a polifonia da fala seja, como na psicanálise, um instrumento de transformação, fazendo surgir o sujeito e não o ego, com seu sistema de apoio no estatuto sócio-profissional (Tosquelles, *in Histoire de la Psychiatrie de Secteur*). Esta tendência se agrupa em 1960 no GTPSI, muito ativa até 1965. Saint-Alban e la Borde (cf. nota 7 de "O Fim dos Fetichismos") foram núcleos importantes ligados ao GTPSI.

Guattari, membro ativo deste grupo, formula naquele período alguns dos principais conceitos da psicoterapia institucional: "transversalidade", "transferência institucional", "analisador", "grupo sujeito/grupo sujeitado" (cf. nota 6). Este ensaio, escrito em 1964, representa um momento importante na elaboração teórica da psicoterapia institucional, concomitante a uma aproximação entre o GTPSI e a escola freudiana que então se fundava. Lacan participou de algumas jornadas. No ano seguinte, no entanto, Lacan se vinculou aos althusserianos dos *Cahiers pour l'Analyse*.

Algumas propostas do início do movimento são então criticadas e superadas: o microssocialismo que não leva em conta a dimensão analítica e que se limita à crítica ideológica e à reivindicação de liberdade, sem produzir deslocamento algum; as referências a Lewin e a Moreno, e só acessoriamente a Marx e a Freud; a utilização da psicanálise — quando não excluída —, que a reduz a mero apoio externo, análise de um especialista, psiquiatra, psicólogo, ou mesmo de um grupo analítico constituindo uma formação de poder. A análise passa a ser vista como uma dimensão de toda experimentação social, tendo como objeto o conjunto de um complexo de processos sociais. Nesta perspectiva, a análise não pode mais ser considerada uma especialidade de Saúde Mental, correndo o risco de ser reificada como uma técnica da psicoterapia institucional. É no seio desta problemática que Guattari sugere o termo de "análise institucional", para um projeto que supera o GTPSI pela exigência de um trabalho interdisciplinar entre a psicoterapia institucional e práticas similares em outros campos: pedagogia, urbanismo, militantismo, movimento estudantil, etc. Cria-se um novo grupo, o FGERI, em 1966, onde se desenvolverá a proposta de uma análise institucional (cf. nota 3 de "Devir Criança, Malandro, Bicha"). Os principais ensaios de Guattari da época da psicoterapia institucional estão na coletânea de seus textos *Psychanalyse et Transversalité*, publicada em 1972; entre esses foram incluídos na presente edição "A Transversalidade" e "A Transferência", ambos de 1964; um terceiro, "Introdução à Psicoterapia Institucional", de 1962, foi publicado na *Revista Tempo Brasileiro*, nº 35, out./dez., 1974. Além destes, sugerimos como bibliografia básica as seguintes obras:

— Oury, Jean, *Psychiatrie et Psychothérapie Institutionnelle*, Payot, Traces, Paris, 1976.
— *Revue de Psychothérapie Institutionnelle*, publicada pelo CERFI, cuja comissão de redação era constituída pelos principais nomes da psicoterapia institucional, tais como François Tosquelles, Jean Oury, Félix Guattari, Jean Aymé, Hélène Chaigneau, Roger Gentis, etc. (6 números, de 1965 a 1967).
— *Recherches*, revista publicada pela FGERI, de 1966 a 1969, e pelo CERFI, a partir de 1969 (alguns números).

(2) N. do Trad.: Freud, *Novas Conferências Introdutórias sobre Psicanálise* (texto de 1932/1933), Conf. XXXII, "Ansiedade e Vida Instintual", *in* Edição Standard Brasileira das obras psicológicas completas, vol. XXII, Imago, Rio de Janeiro, 1969 (p. 111). Na tradução não utilizamos literalmente o texto supracitado, mas optamos por uma comparação entre o texto original (G.W., v. XV, p. 95) e as traduções francesa e brasileira. Nossa principal modificação refere-se à palavra *Angst*, utilizada por Freud no original para designar angústia, medo ou temor (Freud nunca usa a palavra *Furcht*, coloquialmente empregada para designar medo). Optamos por "angústia", "medo" ou

"temor" de acordo com o contexto — o primeiro termo designando um sentimento sem objeto definido, e os dois outros um sentimento com objeto definido —, tendo aí coincidido, na maioria das vezes, com a tradução francesa (*Nouvelles Conférences sur la Psychanalyse*, Gallimard, pp. 121/122). A edição brasileira também adotou "temor" e "medo", mas, quanto ao terceiro termo, optou sempre por "ansiedade" ao invés de "angústia".

(3) N. do Trad.: *Op. cit.* (Imago, p. 118 e Gallimard, p. 129).

(4) N. do Trad.: *Op. cit.* (Imago, p. 109 e Gallimard, p. 119). Aqui também *Angst* na tradução da Imago aparece como "ansiedade".

(5) N. do Trad.: *Op. cit.* (Imago, p. 136 e Gallimard, p. 149). Aqui há dois problemas de tradução. A tradução francesa *un besoin inconscient de culpabilité* — expressão muitas vezes repetida neste ensaio de Freud, mas uma só vez entre aspas — significa literalmente "uma necessidade inconsciente de culpabilidade". A tradução brasileira da Imago adotou ora "necessidade inconsciente de punição", ora "sentimento inconsciente de culpa", sendo esta última a que aparece entre aspas. No original alemão Freud utiliza ora *unbewusstes Stratbedürfris*, ora *unbewusstes Schuldgefühl*, este o que aparece entre aspas (G. W., v. XV, p. 116).

Primeiro problema: culpabilidade ou culpa? Adotamos o primeiro por esse designar o "estado ou qualidade de culpável ou de culpado" (*in* Aurélio Buarque de Holanda, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro), mais próximo do conceito freudiano deste sentimento difuso que nem sempre depende de um ato preciso e objetivável de que o sujeito estaria se acusando; já o termo "culpa" está necessariamente vinculado a um ato, que o sujeito considera condenável independentemente da pertinência deste julgamento.

Segundo problema: sentimento ou necessidade inconsciente de culpabilidade? Estas diferentes opções de tradução correspondem a diferentes posições na discussão do significado do original *unbewusstes Shuldgefühl*. Discute-se a possibilidade de se falar em "sentimento inconsciente", por um lado, e, por outro, de se falar em "necessidade de culpabilidade". Optamos por manter a escolha feita na tradução francesa: necessidade inconsciente de culpabilidade — pois é com este significado que trabalha Guattari neste ensaio (cf. a respeito desta discussão o *Vocabulário de Psicanálise de Laplanche e Pontalis*, Moraes, São Paulo, 1976).

(6) N. do Trad.: "Grupo sujeito" e "grupo sujeitado", termos importantes na teoria de Guattari sobre a instituição, foram incorporados ao vocabulário da Análise Institucional como "grupo sujeito" e "grupo objeto". Pode-se indicar uma filiação destes conceitos em "grupo em fusão" e "prático-inerte", presentes no Sartre da *Crítica da Razão Dialética*. De acordo com a leitura de Guattari, feita por Gilles Deleuze, "... os grupos sujeitados não estão menos nos mestres por eles adotados ou aceitos do que nas massas que os compõem; a hierarquia, a organização vertical ou piramidal que os caracteriza é feita para conjurar toda e qualquer inscrição possível de *nonsense*, de morte ou de estilhaçamento, para impedir o desenvolvimento de cortes criativos, para assegurar os mecanismos de autoconservação fundados sobre a exclusão dos outros grupos; seu centralismo opera por estruturação, totalização, unificação, substituindo as condições de uma verdadeira 'enunciação' coletiva por um agenciamento de enunciados estereotipados, cortados ao mesmo tempo do real e da subjetividade (é aí que se produzem os fenômenos imaginários de edipianização, de superegoicização e de castração de grupo). Os grupos sujeitos, ao contrário, se definem por coeficientes de transversalidade, que conjuram totalidades e hierarquias; eles são agentes de enunciação, suportes de desejo, elementos de criação institucional; através de sua prática, eles não param de se defrontar com o limite de seu próprio *nonsense*, de sua própria morte ou ruptura. Ainda que se trate menos de duas espécies de grupo, do que de duas vertentes da instituição, pois que um grupo sujeito está sempre trazendo o risco de se sujeitar, em um se crispar paranóico, através do qual tenta a todo custo manter-se e eternizar-se como sujeito" (*in* "Trois Problèmes de Groupe" — prefácio a *Psychanalyse et Transversalité*).

(7) Referência a uma palestra de J. Schotte: "A Transferência dita fundamental de Freud para colocar a questão: psicanálise e instituição", *in Revue de Psychothérapie Institutionnelle*, nº 1.

(8) N. do Trad.: Schopenhauer, *Parerga und Paralipomena*, II parte, Gleichnisme und Parabeln, citado por Freud *in* "Psicologia de Grupo e a Análise do Ego" (texto de 1921), *in* vol. XVIII, Imago, Rio de Janeiro, 1969; nota 1, p. 128. A tradução adotada — que não corresponde à supracitada — baseia-se num trabalho de comparação entre o original (G. W., v. XXIII, p. 110) e as traduções brasileira e francesa (*Psychologie Collective et Analyse du Moi*, Payot, p. 112).

(9) Tomados num sentido mais geral do que aquele dado por Winnicott.

A transferência*

Schotte teve razão em valorizar a natureza das operações significantes, que nos permitem identificar os fenômenos da transferência com os da fala e da linguagem. Isto deveria nos ajudar a esclarecer esta questão da transferência fora do campo estrito da experiência psicanalítica; quero falar da transferência no grupo, da transferência institucional. Na medida em que podemos considerar que o grupo também é "estruturado como uma linguagem" — para transpor uma fórmula de Lacan sobre o inconsciente —, então pode se colocar a questão de como ele fala, e antes de mais nada se é legítimo considerar que ele tenha um acesso à fala. Pode ou não um grupo ser sujeito de sua enunciação? A título consciente ou inconsciente? A quem ele fala? Um grupo sujeitado, alienado ao discurso dos outros grupos, está condenado a permanecer prisioneiro do *nonsense* de seu próprio discurso? Existe para ele uma saída possível que, mesmo parcialmente, lhe permita tomar certa distância em relação aos enunciados que ele profere e dos quais pode-se dizer que, num certo contexto, ele é ao mesmo tempo sujeito e objeto?

Em que condições pode-se esperar que de um campo de fala vazia emerja uma fala plena — emprestando outras fórmulas de Lacan? Será que se pode considerar de boa fé e sem trair que se possa fazer alguma coisa, apesar de tudo, em situações tão alienadas quanto as de um hospital psiquiátrico, de uma escola, etc.? Ou será preciso deixar cair tudo, levar a política do pior e fazer da revolução social o pré-requisito absoluto de toda e qualquer intervenção dos "usuários" no funcionamento local das instituições?

O grupo e seu *nonsense* não mantêm uma espécie de diálogo secreto, produtivo de uma alteridade potencial? Do fundo de sua impotência, o grupo pode ser portador de um apelo inconsciente para

que alguma outra coisa se torne possível, nem que seja só falar junto sobre essa impotência: "O que se pensa de tudo isto à nossa volta? Para que serve isto? O que é que estamos fazendo aqui?..."

Grupo sujeitado e grupo sujeito não deveriam assim ser considerados como mutuamente exclusivos. Um partido, em outros tempos revolucionário e agora mais ou menos sujeitado à ordem dominante, pode ainda ocupar aos olhos das massas o lugar deixado vazio do sujeito da história, e, dependendo das circunstâncias, até mesmo tornar-se o sujeito da enunciação de uma luta revolucionária, o "porta-voz" de um discurso que não é o seu, correndo o risco de traí-lo quando a evolução das relações de força permita esperar uma "volta ao normal". Assim, por mais sujeitado que ele esteja aos determinismos sócio-econômicos, um partido desses conservará como que involuntariamente uma potencialidade de corte subjetivo que poderá ser revelada por uma transformação de contexto. Não se trata pois, para nós, de considerar os fenômenos de alienação e de desalienação de grupo como coisas em si, mas antes como vertentes, diferentemente exprimidas e desenvolvidas segundo contextos situacionais, de um mesmo objeto institucional.

Na vertente da sujeição do grupo teremos de decifrar fenômenos tendendo a curvar o grupo sobre si mesmo — os líderes, as identificações, os efeitos de sugestão, as rejeições, os bodes expiatórios, etc., tudo que tende a promover uma lei local e formações idiossincráticas, com suas proibições, seus ritos, etc., tudo que tende a proteger o grupo, a calafetá-lo contra as tempestades significantes cuja ameaça é sentida como vindo de fora por uma operação específica de desconhecimento, que consiste em produzir estas espécies de falsas janelas que são as phantasias de grupo. Neste tipo de grupo se está assim engajado numa perpétua luta contra toda inscrição possível de *nonsense*: os diferentes papéis são coisificados, falicizados sob a forma do chefe ou sob a forma da exclusão. Está-se no grupo para recusar-se coletivamente a encarar o nada, a significação última dos empreendimentos com os quais nos comprometemos. É um sindicato de defesa mútua, um *lobby* contra a solidão, contra tudo que poderia ser indexado como um caráter transcendental.

Na outra vertente, o do grupo sujeito, não dispomos dos mesmos meios de segurança. Aí se está ameaçado de ser afogado num oceano de problemas, tensões, lutas internas, riscos de cisão, na razão mesma da abertura do grupo aos outros grupos. O diálogo, a intervenção nos outros grupos é uma finalidade aceita pelo grupo sujeito, o que o obriga a uma certa lucidez com relação à sua finitude, e lhe delineia o horizonte de sua própria morte, isto é, de seu estilhaçamento. A

vocação do grupo sujeito de tomar a palavra tende a comprometer a posição e a segurança dos membros do grupo; desenvolve-se assim uma espécie de vertigem, de loucura específica do grupo sujeito; uma crispação paranóica se substitui a esta vocação de ser sujeito: o grupo quererá ser sujeito custe o que custar, inclusive no lugar do outro, e cairá assim na pior das alienações, a que está na origem de todos mecanismos compulsivos e mortíferos que conhecemos nas panelinhas religiosas, literárias ou revolucionárias.

Quais poderiam ser os fatores de equilíbrio de um grupo entre estas diversas vertentes da alienação: a externa, do grupo sujeitado, e a interna, na tangente louca do projeto de um grupo sujeito?

Nossa prática hospitalar pode trazer alguma luz sobre esta questão. Vê-se bem que a integração de um doente num grupo, sua "socialização", não depende apenas da boa vontade dos terapeutas. Alguns doentes, numa instituição, encontram zonas de tolerância, limiares e zonas de impossibilidade absoluta, em suas tentativas de se integrar num grupo ou numa atividade. Está-se em presença de um mecanismo similar àquele das sociedades primitivas em matéria de acolhida no seio de uma nova faixa etária ou de iniciação, com seus ritos de passagem. O que faz com que uma pessoa aceite ser marcada pelo grupo? Exagerando um pouco, chegamos a uma alternativa tal que ou o grupo ou a própria pessoa se estilhaça. Ora, precisamente nos grupos que não cultivam seus sintomas ritualmente — os grupos sujeitos —, o risco de topar com o *nonsense* é muito maior, mas é também maior a possibilidade de uma supressão dos impasses sintomatológicos individuais.

Enquanto o grupo permanece objeto dos outros grupos, recebe o *nonsense*, a morte, de fora; dá sempre para se refugiar nas estruturas de desconhecimento. Mas desde que o grupo torna-se sujeito de seu destino, desde que ele assume sua própria finitude, sua própria morte, os dados de acolhida do superego são modificados, o limiar do complexo de castração específico a uma ordem social dada pode ser localmente modificado. Está-se no grupo não para se esconder do desejo e da morte, empenhado num processo coletivo de obsessionalização, mas por causa de um problema particular, não para a eternidade, mas a título transitório: é o que chamei de estrutura de *transversalidade*.

Schotte sublinhou que, na transferência, não havia quase nunca uma verdadeira relação dual; isso é muito importante. A relação mãe-filho, por exemplo, não é uma relação dual, qualquer que seja o nível em que a tomemos. Desde que a consideramos numa situação real, percebe-se que ela é ao menos triangular, que há sempre um objeto mediador que serve de suporte ambíguo. Para que haja deslocamento, transferência, linguagem, é preciso que haja alguma coisa que possa

ser cortada, destacada. Lacan insistiu muito sobre esta dimensão do objeto, decisiva para se localizar nestas questões de transferência e de contratransferência. Só se pode deslocar na ordem da transferência na medida em que *algo* possa deslocar-se. Algo que não é nem o sujeito nem o outro. Não há relação intersubjetiva, dual ou não, que seja suficiente para fundar um sistema de expressão, isto é, um estatuto de alteridade. O face-a-face com o outro não explica a abertura ao outro, não fundamenta o acesso à sua compreensão. O que é fundador, por exemplo, da metáfora, é este algo fora do sujeito, adjacente ao sujeito, que Lacan descreveu sob o termo objeto "a".

Mas o que é este "a"? Não se deveria fazer disso uma chave universal de essência lingüística, ou uma experimentação de um novo tipo, uma nova forma de turismo, por exemplo, para visitar a Grécia antiga, apenas se deslocando através de meios lingüísticos bem pouco onerosos; estou me referindo a esta prática perversa da etimologia, que entrou na moda particularmente a partir de Heidegger. Estas espécies de retrospectivas imaginárias que, no fundo, não têm nada a ver com o verdadeiro trabalho de Freud sobre o significante. Não creio que elas sejam portadoras de uma mensagem particular do inconsciente. Tudo o que Freud pôde utilizar, com ou sem razão, na ordem das mitologias, para traduzir suas distribuições conceituais, não deveria, a meu ver, ser tomado ao "pé da imagem". É o "pé da letra", em toda sua *artificialidade*, e até é o caso de se dizer, da cifra que é a chave da interpretação. Isto fica claro, num livro como *O Chiste e Suas Relações com o Inconsciente*, onde se vê que as cadeias significantes inconscientes, no "chiste" por exemplo, não mantêm relação particular alguma com as leis da etimologia, podendo a base estar tanto sobre um fonema, como uma acentuação, um jogo sintático ou um deslocamento semântico. E não é por acaso que aquilo que foi coisificado por Freud, e quase que deificado por seus sucessores, sejam as referências míticas que lhe passaram pela cabeça um pouco por acaso no início, como meio de referência na dramatização e nos impasses da família conjugal. Mas não se deveria fazer um mito do mito! Os mitos antigos de referência, sobre o tema de Édipo, por exemplo, não têm nada a ver com os motores imaginários e as articulações simbólicas da família conjugal atual, nem com nosso sistema de coordenadas sociais!

É ilusão pensar que haveria algo a ler na ordem do ser, para os lados de um mundo perdido; pensar que remontar a um ser mítico, aquém de toda e qualquer origem histórica, possa se instaurar como propedêutica psicanalítica ou como maiêutica. A referência a estas espécies de redução mítico-lingüísticas não é de nenhuma utilidade na condução real de uma cura psicoterápica, ou na instalação de um clube

terapêutico, a menos que se caia num sistema divinatório qualquer! O importante é aceder à mensagem singular e ao objeto portador e fundador desta mensagem. Um tal objeto não poderia encontrar seu sentido a partir de tamanho ilusionismo retrospectivo; só se pode esperar recaptar a especificidade da mensagem freudiana na condição de desligá-la, de desmamá-la desta paixão de retorno às fontes, mito moderno que encontrou seu regime de plena expansão a partir do romantismo: a busca infinita de uma verdade impossível, de um além da manifestação, no seio da natureza, no coração da noite...

O remédio para sair disso consiste em reorientar-se no sentido da história, no sentido do recorte diacrônico do real e de suas tentativas provisórias e parciais de totalização. O que eu chamaria de *bricolage* da história e dos agenciamentos sociais. É impossível operar tal reajustamento sem se colocar previamente a questão: onde está a lei? Ela está atrás de nós, atrás da história, aquém de nossa situação real e portanto de nosso controle? Ou ela está diante de nós, ao nosso alcance, numa possível reapropriação? Como diz Bachelard, é preciso forçar a natureza a ir tão longe quanto nosso espírito.[1] Quem colocará esta questão? Seguramente não serão agrupamentos e sociedades que fundamentam sua razão de ser a partir de sistemas a-históricos de legitimidade de caráter político ou religioso! Somente poderão afrontá-lo grupos aceitando de cara o caráter precário e transitório de sua existência, aceitando lucidamente o confronto com as contingências situacionais e históricas, o face-a-face com o nada, se negando a refundar misticamente e justificar a ordem existente.

Hoje em dia, um psicanalista ficará satisfeito se seu analisado supera suas fixações arcaicas, se ele por exemplo se casar, tiver filhos, se reconciliar com as contingências biológicas e se integrar na sociedade tal como ela é. Quaisquer que sejam as linhas da formação analítica, a referência a um modelo predeterminado de normalidade permanece implícito. É certo que o analista, em princípio, não espera que esta normalização seja o produto de uma mera identificação do analisado com o analista, mas nem por isso deixa de trabalhar, e como que apesar de si (nem que fosse só do ponto de vista da continuidade da cura, isto é, muitas vezes da capacidade do analisado de continuar a pagá-lo), num processo de identificação do analisado a um perfil humano compatível com a lei social vigente e à assunção de sua marcação pelas engrenagens da produção e das instituições. Este modelo, o analista não o encontra pronto na sociedade atual. Justamente seu trabalho é de forjar um novo no lugar onde seu paciente não consegue; aliás, de modo mais geral, a sociedade burguesa e capitalista moderna não têm mais à sua disposição modelo satisfatório algum! É para responder a essa carência que a psicanálise toma seus mitos emprestados às sociedades anteriores e é assim que o psicanalista nos propõe um modelo pulsional, um tipo de subjetividade e de relações familiares, ao mesmo tempo novo e mesclado, sincretismo de elementos arcaicos e elementos totalmente modernos. O importante para a ordem social dominante é que o modelo esteja em condições de funcionar na sociedade atual. Este é o sentido do que se requer que seja assumido do complexo de castração — espécie de sucedâneo de iniciação para as sociedades modernas — como saída possível dos impasses edipianos. É este o sentido também do sucesso e da rentabilidade da psicanálise!

Para nós, a questão é totalmente outra: trata-se de saber se existe ou não possibilidade de poupar o recurso a modelos alienantes, se é possível fundar as leis da subjetividade em algo que não seja a coerção social e nem o viés mistificante dessas referências míticas mescladas. Existe para o homem possibilidade de ele mesmo ser o fundador de sua própria lei?

Tentemos novamente situar alguns conceitos. Se existe um deus totalizador de valores, todos os sistemas de expressões metafóricas ficarão ligados no grupo sujeitado por uma espécie de cordão umbilical phantasioso, que o religa a este sistema de totalização divina. Forçando um pouco a formulação, e para evitar cair numa opção idealista, partamos da idéia de que não se vai considerar que tal sistema de totalização deva ser procurado ao nível do "ramo humano" transmitido de esperma em esperma. É verdade que há aí um *suporte* de transmissão, mas que não chega a constituir uma verdadeira mensagem. Os espermatozóides não falam! E todas as ordens das quais dizemos que são "estruturadas como uma linguagem" lhe escapam do ponto de vista do sentido. A ordem dos valores humanos, tomada como sistema de referência, está a um passo dos sistemas de posicionalidade divina. O que é que se transmite da mulher grávida a sua criança? Muitas coisas: alimentos, anticorpos, mas talvez também e antes de mais nada modelos fundamentais da sociedade industrial. Continua não havendo fala aí dentro, mas já há uma mensagem, a mensagem da sociedade industrial, uma mensagem particular e que será diferente segundo a posição em que cada um se encontrar neste negócio. Já se está portanto no significante, mas ainda não na fala nem na linguagem. A mensagem transmitida não tem muito a ver com as leis estruturais da lingüística e da etimologia, mas muito mais com aquelas coisas heteróclitas que são drenadas pelo dito ramo humano. Tudo o que concerne ao homem em sua relação com a demanda mais primitiva é bem marcado pelo significante, mas não necessariamente por um significante que participe de uma essência lingüística mais ou menos universal.

Assim, tudo que se tenta falar, a um nível que não seja o da fala, tudo que é transferência, transmissão, troca, é caracterizado como podendo ser cortado, como algo que permite esse jogo de articulação dos significantes. Se os objetos de transmissão, os gestos, os olhares chegam a tornar possível a alimentação de uma criança, é que em todos os níveis eles estão marcados, diretamente conectados a este sistema de cadeias significantes. Qual é a lei das trocas a este nível? É impossível escapar à questão! Cada vez isso está em jogo e isso[2] está em risco. Existe uma precariedade intrínseca às estruturas das trocas, na medida em que este significante, que não está "cristalizado" como uma linguagem, está bem no fundamento da sociedade e, em última análise, no fundamento das leis de todo sistema significante, inclusive lingüístico.

Se a fala não existe na ordem animal, é que o sistema de transmissão e de totalização desta ordem pôde prescindir dela até agora, o que não é o caso para o ramo degenerado da humanidade, estando as relações da fala, da imagem e da transferência, no homem, vinculadas a uma carência fundamental — aquilo que Lacan chama de uma "deiscência do organismo"[3] — que além disso o obriga a recorrer a formas de divisão social do trabalho para sobreviver. Amanhã esta sobrevivência dependerá da capacidade das máquinas cibernéticas para resolver seus problemas. Será impossível responder à agressão de um novo vírus sem a intervenção de calculadoras cada vez mais aperfeiçoadas.

Se faço alusão a este mito da máquina, é para ressaltar o absurdo da situação. A calculadora em questão é Deus? Ou o próprio Deus preestabeleceu suas sucessivas versões, enquanto elas terão de responder a toda espécie de problemas mais ou menos contingentes, por exemplo aos cálculos estratégicos inéditos colocados por uma nova guerra fria? Este mito, afinal de contas, não ilustra melhor os impasses da sociedade atual do que a referência caduca às imagens habituais do familialismo, do regionalismo e do nacionalismo. Além disso, estes têm o inconveniente de funcionarem reforçando as formas de neurose social na medida em que elas vão respondendo menos a seu objeto. Este imaginário tradicional só parece, com efeito, capaz de se manter em sua função de sujeição com a condição de desenvolver sem parar seu trabalho de desconhecimento, de neurose de civilização, levando o sujeito cada vez mais a recorrer compulsivamente às formas bastardas de demanda — demanda cega e sem objeto, dirigida a um deus que se tornou sacana?

NOTAS

(1) N. do Trad.: Gaston Bachelard, *Philosophie du Nom*, PUF, p. 36.

(2) N. do Trad.: No original *ça*, que significa "isso", o pronome demonstrativo, e *id* da segunda tópica freudiana.

(3) N. do Trad.: Jacques Lacan, *Escritos*, Perspectiva, col. "Debates", São Paulo, 1978.

Mary Barnes ou o Édipo antipsiquiátrico*

Em 1965, constituiu-se uma comunidade de umas vinte pessoas, em torno de Ronald Laing, que instalou-se no subúrbio de Londres, em Kingsley Hall, velha mansarda que por muito tempo foi um dos principais núcleos avançados do movimento operário inglês. Durante 5 anos, cabeças da antipsiquiatria e doentes "fazendo carreira na esquizofrenia" exploraram coletivamente o mundo da loucura. Não a loucura de asilo, mas a loucura que cada um traz em si, uma loucura que se propõem liberar para eliminar as inibições, ou os sintomas de toda espécie. Em Kingsley Hall, a gente esquecia — ou fazia força para esquecer — a divisão dos papéis entre doente, psiquiatra, enfermeiro, etc. Ninguém tinha o direito de dar ou receber diretivas, prescrever receitas... Kingsley Hall tornou-se, então, uma parcela de território liberado da normalidade dominante, uma base do movimento da contracultura.[1]

Os antipsiquiatras queriam ultrapassar as experiências da psiquiatria comunitária; segundo eles, estas ainda não passavam de experiências reformistas, não questionando, verdadeiramente, as instituições repressivas e o quadro tradicional da psiquiatria. Maxwell Jones e David Cooper,[2] dois dos principais animadores destas tentativas, participaram ativamente da vida de Kingsley Hall. A antipsiquiatria pôde, assim, dispor de sua própria superfície de inscrição, espécie de corpo sem órgão onde cada canto da casa — o porão, a varanda, a cozinha, a escada, a capela... —, cada seqüência da vida coletiva, funcionou como engrenagem de uma grande máquina, levando cada um para além de seu ego imediato, para além de seus probleminhas, colocando-se a serviço de todos, ou oscilando em direção a si mesmo, num processo de regressão por vezes vertiginoso.

Parcela liberada, Kingsley Hall é cercada por todos os lados; o velho mundo goteja por todas as suas fissuras; os vizinhos protestam contra a sua vida noturna, as crianças do bairro apedrejam as vidraças; os policiais aproveitam o menor pretexto para mandar para o verdadeiro hospital psiquiátrico os pensionistas demasiadamente agitados.[3]

Mas a pior ameaça contra Kingsley Hall virá, na verdade, do seu interior. Ela libertou-se dos constrangimentos mais óbvios, mas permaneceu sob o jugo das reduções mais simplistas ao famoso triângulo — pai, mãe, criança — que só serve para encerrar nos moldes da psicanálise edipiana todas as situações que ultrapassam o quadro dos comportamentos ditos normais.

Seria ou não preciso manter um mínimo de disciplina em Kingsley Hall? Lutas internas pelo poder tornam a atmosfera irrespirável. Aaron Esterson, líder da chamada "linha dura" — que passava com um livro de Stalin debaixo do braço, enquanto que Laing carregava outro de Lênin — é, finalmente, eliminado e, apesar disso, o empreendimento continuará tendo dificuldades para encontrar seu regime de auto-regulagem; depois, a imprensa, a televisão, os meios "na onda" se intrometem: Kingsley Hall torna-se objeto de uma publicidade exacerbada. Uma das pensionistas, Mary Barnes, torna-se uma espécie de vedete-da-loucura, o que a faz alvo de ciúmes implacáveis.

De sua experiência em Kingsley Hall, Mary Barnes e seu psiquiatra, Joseph Berke, fizeram um livro.[4] Uma confissão de uma ingenuidade desconcertante. Ao mesmo tempo, uma aventura exemplar de liberação do "desejo louco" e um dogmatismo neobehaviorista,[5] umas sacadas geniais e um familialismo impenitente, aliado ao puritanismo mais tradicional. Mary Barnes — a louca — esclarece em alguns capítulos de confissão aquilo que nenhum "antipsiquiatra" tinha mostrado: a face oculta da antipsiquiatria anglo-saxã.

Mary Barnes é uma ex-enfermeira que foi tachada de esquizofrênica, da mesma forma que poderia ter sido classificada entre os histéricos. Ela leva ao pé da letra as recomendações de Laing a respeito da "viagem": sua "regressão à infância" é cumprida à maneira de um *kamikase*; seus anos de "descida" a conduzem várias vezes à beira da morte por inanição. Todo mundo se apavora: seria ou não preciso mandá-la para o hospital? Isto desencadeia "uma crise gigantesca" na comunidade. Mas é preciso lembrar que, quando de seus períodos de "subida", os problemas do grupo nem por isso se ajeitavam; ela só admite lidar com as poucas pessoas nas quais investe massivamente seu familialismo e seu misticismo, isto é, antes de mais nada, sobre Ronnie (Laing), que venera feito Deus, e sobre Joe (Berke), que se torna tudo ao mesmo tempo: seu pai, sua mãe e seu amante espiritual.

Assim, ela constituiu para si uma pequena terrinha edipiana, que encontrará ressonância em todas as tendências paranóicas da instituição. Seu gozo concentra-se na consciência dolorosa — que a atormenta sem tréguas — do mal que desencadeia em torno de si. Ela se opõe ao projeto de Laing, e, no entanto, este projeto é o que ela tem de mais precioso! Quanto mais sente-se culpada, mais se castiga, mais agrava-se o seu estado, desencadeando reações de pânico à sua volta. Ela reconstituiu o círculo infernal do familialismo — e ainda envolvendo pelo menos vinte pessoas —, o que só serviu para agravar a situação.

Ela se faz de bebê; deve-se alimentá-la com mamadeira; passeia nua, coberta de cocô; mija em todas as camas, quebra tudo ou deixa-se morrer de fome. Ela tiraniza Joe Berke, impede-o de sair, persegue sua mulher a tal ponto que, um dia, não agüentando mais, ele a enche de porrada. Implacavelmente, há a tentação de voltar aos bons e velhos métodos dos hospitais psiquiátricos. Joe Berke se pergunta — como é que se pode explicar que "um grupo de pessoas empenhadas em desmistificar as relações sociais das famílias perturbadas, acabam se comportando como uma delas"?

Ainda bem que Mary Barnes é apenas um caso-limite. Nem todos se comportam assim, em Kingsley Hall! Mas não será precisamente ela quem está colocando os verdadeiros problemas? Será certo mesmo que a compreensão, o amor e todas as outras virtudes cristãs, conjugadas a uma técnica de regressão mística, bastam para exorcizar os demônios da loucura edipiana?

Laing é, seguramente, um daqueles que mais se engajaram na demolição da psiquiatria. É verdade que ele transpôs os muros dos hospícios, mas tem-se a impressão de que permaneceu prisioneiro de outros muros que traz em si mesmo; ele ainda não conseguiu se desvencilhar da pior das sujeições, do mais perigoso duplo-vínculo,[6] o do "psicanalismo" — retomando a feliz expressão de Robert Castel — com seu delírio de interpretação significante, suas representações de fundo falso e seus irrisórios abismos.

Laing acreditou que pudesse desmantelar a alienação neurótica, centrando a análise na família, nos "nós" internos. Para ele, tudo parte da família. No entanto, gostaria que se conseguisse sair dessa e que a gente se fundisse ao cosmos e que se explodisse a cotidianeidade da existência. Mas a sua explicação não consegue livrar o sujeito deste domínio familialista, que ele só considerou como um ponto de partida e que, no entanto, o recupera a cada esquina. Ele tenta resolver as dificuldades refugiando-se numa meditação do tipo oriental, que não poderia impedir por muito tempo a intrusão de uma subjetividade capitalista — que dispõe de meios bastante sutis. Não se pode dar lugar algum ao Édipo: enquanto não se atacar frontalmente essa mola essencial da repressão capitalista, não se poderá mudar nada de decisivo na economia do desejo e, portanto, no estatuto da loucura.

Neste livro, trata-se por toda parte de fluxo de merda, de mijo, de leite ou de pintura. Mas é significativo assinalar que, quase nunca, está em questão o fluxo de dinheiro. Não se sabe muito bem como esse aspecto funciona, deste ponto de vista. Quem detém o dinheiro, quem decide as compras, quem é pago? A comunidade parece viver de brisa: Peter, o irmão de Mary, sem dúvida muito mais engajado do que ela num processo esquizo, não agüenta este estilo boêmio de Kingsley Hall. Tem muito barulho, muita bagunça e, além disso, o que ele quer mesmo é se segurar no emprego.

Mas sua irmã o atormenta; é preciso que se instale com ela em Kingsley Hall. Proselitismo implacável da regressão: Você vai ver só, você fará sua "viagem", vai poder pintar e irá até o fundo da sua loucura... Mas a loucura de Peter é muito mais inquietante. Ele não está muito a fim de se atirar neste tipo de aventura! Talvez se possa perceber aqui a diferença entre uma verdadeira viagem de esquizo e uma regressão familialista de estilo pequeno-burguês. O esquizo não é lá muito chegado a um "calor humano". Seu caso é outro, mais para as bandas dos fluxos desterritorializados: fluxos de signos cósmicos "milagrosos", mas também fluxos de signos monetários. O esquizo não desconhece a realidade do dinheiro — mesmo que o use de maneira incomum — assim como não desconhece realidade alguma. O esquizo não se faz de criança. O dinheiro é, para ele, um meio de referência como qualquer outro, e justamente ele precisa dispor do maior número possível de sistemas de referência para poder se manter distante. A troca é, para ele, um meio para evitar as misturas. Em suma, Peter gostaria é que não o pentelhassem com estas histórias chatas de comunidade, que ameaçam sua relação singular com o desejo.

A neurose familialista de Mary é completamente diferente: ela não sossega, enquanto não reconstitui pequenas territorialidades familiais; é uma espécie de vampirismo do "calor humano". Mary se agarra à imagem do outro; por exemplo, ela havia pedido a Anna Freud que a analisasse — mas, na sua cabeça, isto significava que seu irmão e ela se instalariam em sua casa e que passariam a ser seus filhos. É esta operação que tentou recomeçar com Ronnie e Joe.

O familialismo consiste em negar magicamente a realidade social, em evitar todas as conexões com os fluxos reais, só permanecendo possíveis o sonho e o isolamento infernal do sistema conjugal-familial, ou então, nos grandes momentos de crise, um pequeno território miserável para se retrair solitário. Foi assim que Mary Barnes funcionou em

Kingsley Hall, como missionária da terapêutica de Laing, como militante da loucura, como profissional.

Graças a essa confissão, aprendemos mais da antipsiquiatria do que com a leitura de uma dúzia de obras teóricas sobre o assunto. Pode-se, enfim, entrever as seqüelas do "psicanalismo" nos métodos de Laing e de seus amigos.

Do Freud dos *Estudos Sobre a Histeria* às análises estruturalistas último tipo, todo método psicanalítico consiste em reduzir qualquer situação por meio de três crivos:

— *a interpretação*: uma coisa deverá sempre significar outra coisa diferente dela própria. A verdade não poderia ser mais apreendida na atualidade das intensidades e das relações de forças mas somente através de um jogo de chaves significantes;

— *o familialismo*: essas chaves significantes são essencialmente redutíveis a representações familiais. Para atingi-las, se procederá por regressão, induzindo-se o sujeito a "reencontrar" sua infância. De fato, uma certa representação "impotencializada" da infância, uma infância da memória, uma infância mítica, uma infância-refúgio, como negativo das intensidades atuais, que fica sem nenhuma possibilidade de relação com aquilo que a infância foi positivamente;

— *a transferência*: no prolongamento da redução interpretativa e da regressão familialista, reinstala-se o desejo num espaço debilitado, uma miserável terrinha identificatória (o divã do analista, seu olhar, sua suposta escuta). Sendo regra do jogo que tudo que se apresente seja reduzido em termos de interpretação e imagens de papai-mamãe, nada mais resta senão proceder à derradeira redução da bateria significante, que passará a funcionar com um só termo: o silêncio do analista, contra o qual virão se chocar todas as questões. A transferência psicanalítica, espécie de desnatadeira da realidade do desejo, faz o sujeito cair numa vertigem de abolição, uma paixão narcísica. Apesar disso ser menos perigoso do que a roleta-russa, não deixa de conduzi-lo — se tudo correr bem — a uma irreversível fixação a sutilezas de décima categoria, que acabarão por expropriá-lo de todo e qualquer investimento social.

Todo mundo está cansado de saber que estes três crivos não funcionam lá muito bem com os loucos: suas interpretações e suas imagens são muito distantes das coordenadas sociais dominantes. Ao invés de renunciar a este método, em Kingsley Hall optou-se por tentar aprimorar os crivos, para reforçar seus efeitos. Assim, a interpretação silenciosa da análise dual é substituída por uma interpretação coletiva — e barulhenta —, uma espécie de delírio de interpretação comum. É verdade que o método encontra uma nova eficácia: não mais se contenta com um jogo de espelhos entre as palavras do paciente e o silêncio do analista; há, também, as coisas, os gestos, as relações de força. Joe Berke, caindo na esparrela da regressão de Mary Barnes, passa a resmungar, fazer-se de crocodilo, morder, beliscar, fazê-la rolar em sua cama... coisas ainda um tanto raras, entre os psiquiatras comuns.

Estamos quase! Estamos prestes a desembocar numa outra prática, em outra semiótica. Vamos romper as amarras dos princípios sagrados de significância e de interpretação. Mas não, toda vez o psicanalista se recupera, reinstitui suas coordenadas familialistas. E ele cai em seu próprio jogo: quando Joe Berke precisa sair de Kingsley Hall, Mary faz tudo para impedi-lo. Agora não é mais só a análise que é interminável, mas a sessão também! É assim que só se zangando pra valer é que Berke consegue libertar-se de sua "paciente" por algumas horas e participar de uma reunião sobre a guerra do Vietnã.

A contaminação interpretativa tornou-se sem limites. Paradoxalmente, Mary é a primeira a romper este círculo, através da pintura. Em alguns meses, tornou-se uma pintora famosa[7] e, no entanto, até nisso a interpretação não perdeu seus direitos: se Mary sente-se culpada ao ter suas aulas de desenho, é porque o *hobby* de sua mãe era a pintura e se sentiria contrariada se soubesse que a filha lhe era superior nisso. Do lado-pai, a coisa também não é melhor: "Agora, com todas essas pinturas, você possui o pênis, o poder, e seu pai se sente muito ameaçado".

É com comovente empenho que Mary se esforça para engolir toda essa bagunça psicanalítica. Ela destoa da atmosfera comunitária de Kingsley Hall: não quer transar com qualquer um; rejeita os outros porque quer assegurar-se de que a pessoa que se ocupa dela esteja bastante impregnada do pensamento de Ronnie: "Quando adquiri a noção de seio, de um seio protetor, o seio de Joe, um seio que eu poderia mamar sem ser destituída de mim mesma, nada mais me reteve. (...) Quando Joe me enfiava o dedo na boca, ele me dizia com isso: 'Olha, eu posso entrar em você, sem te dominar, sem te possuir e sem te roubar'."

Aqui, o próprio psicanalista acaba sendo excedido pela máquina interpretativa que ele contribuiu para desencadear. Ele confessa: "Mary interpretava tudo o que fazíamos por ela (ou pelos outros) como elemento da psicoterapia. Se o carvão não era entregue a tempo, era psicoterapia, e assim por diante, até as conclusões mais absurdas". Isto

não impediu Joe Berke de continuar a se debater com suas próprias interpretações, cujo único objetivo era o de fazer com que sua relação com Mary entrasse no triângulo edipiano: "A partir de 1966, pude desvendar que papel eu desempenhava para ela: 'mamãe' tomava a dianteira, quando ela era Mary-o-bebezinho; 'papai' e 'Peter, seu irmão', disputavam o segundo lugar. Eu me esforçava sempre, quando Mary me assimilava a outra pessoa, para fazê-la perceber isso, a fim de ajudá-la a escapar da sua teia de aranha, e preservar meu próprio sentido de realidade". Mas lhe foi impossível ir até o fim desta teia: Mary conseguiu jogar toda a casa para dentro dela.

Vejamos agora a técnica da regressão na infância e a transferência: desenvolvidas em um meio comunitário, elas acentuam seus efeitos de "desrealização". No face-a-face analítico tradicional, a relação dual, o caráter artificial e delimitado do roteiro da "sessão" constituiu-se numa espécie de barreira protetora contra os transbordamentos imaginários. Em Kingsley Hall, Mary Barnes confronta-se com uma morte real ao cabo de cada uma das suas "viagens", e a instituição inteira é tomada por uma tal tristeza e angústia — também elas reais — que Aaron Esterson volta aos velhos métodos da autoridade e da sugestão: Mary estava à beira da morte por inanição e ele a proíbe brutalmente de continuar seu jejum.

Alguns anos antes, é com a mesma brutalidade que um psicanalista católico a tinha proibido de se masturbar, explicando-lhe, como ela conta, que isso era um pecado ainda mais grave do que dormir com um rapaz sem ser casada. E, aí também, esse método funcionou. Na verdade, este retorno à autoridade e à sugestão não seria o correlato inevitável dessa técnica de regressão desenfreada? Na brusca virada à beira da morte, um papai-polícia sai das sombras. O imaginário, sobretudo o do psicanalista, não constitui, de forma alguma, uma defesa contra a repressão social; ao contrário, ele a convoca secretamente.

Um dos ensinamentos mais ricos desse livro é, talvez, de nos mostrar a que ponto é ilusório esperar reencontrar um desejo durão, partindo à procura dos nós escondidos no inconsciente e das chaves secretas de interpretação. Não há nada que possa destrinchar, pela mágica da transferência, os conflitos micropolíticos reais, dos quais o sujeito é prisioneiro. Não há nenhum mistério; não há subterrâneos ou antimundos. Não há nada a se descobrir no inconsciente. O inconsciente está para ser construído. Se o Édipo de transferência não resolve o Édipo familial, é porque ele permanece profundamente atrelado ao indivíduo familializado.

Sozinho no divã, ou em grupo, numa regressão institucional, o "neurótico-normal" (você e eu) ou o "neurótico do psiquiatra" (o "louco") continuam a pedir e pedir Édipo sem parar. Os psicanalistas, cuja formação e prática, como um todo, fazem com que eles sejam dopados pela droga redutora da interpretação, não poderiam senão reforçar essa política de esmagamento do desejo: a transferência é uma técnica de desencaminhamento dos investimentos do desejo. Longe de moderar a corrida em direção à morte, ela parece, ao contrário, acelerá-la, acumulando, como num ciclotron, as energias edipianas "individuadas", naquilo que Joe Berke denomina "a espiral viciosa punição-cólera-culpabilidade-punição". E isso só pode conduzir à castração, à renúncia e à sublimação: um ascetismo cafona. Os objetos da culpabilidade coletiva se revezam e acentuam os impulsos punitivos autodestrutivos, reforçando-os através de uma repressão real, feita de cólera, ciúme e medo.

A culpabilidade torna-se uma forma específica da libido — um Eros capitalista — quando ela entra em conjunção com os fluxos desterritorializados do capitalismo. Ela encontra, então, uma nova via, uma solução inédita, fora dos quadros familiais, asilares ou psicanalíticos. Eu não devia, o que eu fiz não é legal, e quanto mais eu sinto isso mais tenho de fazê-lo, pois, desta maneira, consigo existir nessa zona de intensidade da culpabilidade. Só que esta zona, ao invés de estar "corporalizada", agarrada ao corpo do sujeito, a seu ego, à sua família, tomará conta da instituição — a verdadeira patroa de Kingsley Hall, no fundo, era Mary Barnes. E ela sabia disso. Tudo girava em torno dela, que não fazia senão brincar de Édipo, ao passo que os outros estavam lindamente presos ao edipianismo coletivo.

No dia em que Joe Berke a encontrou coberta de cocô e tremendo de frio, seus nervos estouraram. Ele tomou, então, consciência de "seu poder extraordinário de evocar o pesadelo favorito de cada um e de encarná-lo". Assim, em Kingsley Hall, a transferência não é mais "contida" pelo analista, mas prolifera para todos os lados, ameaçando até mesmo ele. Faltou pouco para que as amarras psicanalíticas se rompessem pra valer e que as intensidades desejantes, os "objetos parciais", seguissem suas próprias linhas de fuga, sem serem mais perseguidas pelos sistemas de interpretação, devidamente codificados pelos esquemas sociais da "realidade dominante".

Por que essa tentativa desesperada, em Joe Berke, de tornar a colar a multiplicidade esparsa, através da qual Mary "experimenta" a dissolução de seu ego e procura fazer explodir sua neurose? Porque este retorno aos pólos familiais, à unidade da pessoa, impedem Mary de se abrir a todo um campo social exterior, no fundo potencialmente muito rico. "A etapa inicial da sua reconstituição podia se comparar a meus esforços para reconstituir um quebra-cabeças, do qual eu não possuía

todos os elementos. Entre estes elementos esparsos, muitos tinham suas partes convexas cortadas e suas partes côncavas entupidas, tanto que me era praticamente impossível dizer como eles se encaixavam. É claro que este quebra-cabeças configurava a vida afetiva de Mary, os elementos eram seus pensamentos, seus atos, associações, sonhos, etc."

O que prova que a solução para Mary Barnes deva ser procurada pelas bandas da regressão infantil? O que nos prova que a origem de seus distúrbios provenha de perturbações, de bloqueios dos sistemas das comunicações intrafamiliais da sua infância? Por que não considerar o que se passou *em torno da família*? Efetivamente, constata-se que todas as portas que dão para fora se fecharam brutalmente na sua cara, quando tentou transpô-las; é assim que, do lado de fora, ela sempre encontrou um familialismo sem dúvida ainda mais repressivo do que aquele que conhecera durante a infância. E se os pobres pai e mãe Barnes não tivessem sido senão transmissores miseráveis e por fora da tempestade repressiva que desabava no entorno? Mary não estava "fixada" à infância; ela, simplesmente, não encontrou a saída! Seu desejo de uma saída real era demasiadamente exigente e violento para adaptar-se aos compromissos externos.

O primeiro drama explode na escola. "A escola era perigosa." Ela ficava paralisada, aterrorizada na cadeira, confrontava-se com a professora. "Na escola quase tudo me angustiava..." Fingia ler, fingia cantar, fingia desenhar... E, no entanto, seu desejo era ser escritora, jornalista, pintora, médica! Um dia, lhe explicarão que tudo isso era uma maneira de querer tornar-se homem. "Eu tinha vergonha desse desejo de ser doutor. Sei que esta vergonha estava ligada — e eis que recomeça o interpretacionismo — ao enorme sentimento de culpa que me dava o desejo de ser um garoto. Tudo o que eu tinha de masculino em mim devia ficar escondido, secreto, ignorado."

Padres e tiras de toda a espécie empenharam-se em culpabilizá-la por qualquer coisa e, em particular, a masturbação. Quando ela resigna-se a ser enfermeira e se alista no exército, é um outro impasse. Num determinado momento, quer ir à Rússia porque ouviu dizer que lá "toleravam que uma mulher tivesse filhos e não tivesse marido". Quando decide entrar no convento, sua fé religiosa é posta em dúvida: "o que é que está te levando para a Igreja?".

E os padres, sem dúvida, não estavam errados. Seu desejo de santidade não parecia lá muito religioso. Por fim, tudo isso acaba desembocando no hospício. E até mesmo lá ela está disposta a fazer alguma coisa, a se dar aos outros. No dia em que traz para o pensionato um buquê de flores para uma enfermeira, flagra-se dizendo: "Vá embora! Aqui não é lugar para você!". E, assim, poderíamos detectar

infinitamente os traumatismos sociais por ela sofridos e o quanto a bombardearam. Quando se torna enfermeira, lhe é negado o direito de passar para o ensino superior. Mary Barnes, no início, não estava interessada pela família mas sim pela sociedade! Mas tudo a fez voltar para a família. E é duro dizer isso, mas até mesmo sua passagem por Kingsley Hall! Visto que a interpretação familialista era o brinquedo predileto do local, tudo bem, como ela adorava aquelas pessoas, começou a brincar disso também. E com que talento!

A verdadeira analista de Kingsley Hall é ela — que foi quem fez funcionar pra valer todas as molas neuróticas daquela experiência, toda a paranóia subjacente de seus pai e mãe de Kingsley Hall. Terá Mary-a-missionária contribuído ao menos para que os antipsiquiatras esclarecessem as implicações reacionárias de seus postulados psicanalíticos?

NOTAS

(1) N. do Trad.: Cf. *Counter-Culture: the Creation of an Alternative Society*, Peter Owen Ltd. & Fire Book, 1970.

(2) N. do Trad.: David Cooper, *Psiquiatria e Antipsiquiatria*, Perspectiva, São Paulo, 1979.

(3) N. do Trad.: No entanto, isto nem se compara com a repressão italiana, que liquidou iniciativas bem menos "provocadoras", e sobretudo com a repressão alemã, esta uma verdadeira fera que atacou, com uma violência inimaginável, os membros do SPK em Heidelberg (cf. nota 3 de "As Lutas do Desejo e a Psicanálise").

(4) N. do Trad.: O presente artigo é uma resenha de Guattari a respeito deste livro: Mary Barnes e Joseph Berke, *Viagem Através da Loucura*, Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1977.

(5) Behaviorismo: Teoria do começo do século que reduzia a psicologia ao estudo do comportamento definido como interação entre os estímulos exteriores (*stimuli*) e as respostas do sujeito. O neobehaviorismo atual tende a reduzir todos os problemas humanos a questões de comunicação e de informação, deixando de lado os problemas sócio-políticos do poder em todos os níveis.

(6) Dupla coerção contraditória, situada no plano das comunicações entre os sujeitos e sua família, que o perturba completamente.

(7) Suas exposições, na Inglaterra e no estrangeiro, lhe propiciaram uma certa notoriedade. Haveria, aliás, muito a dizer a respeito desta espécie de recuperação, estilo "arte bruta", que consiste em lançar no mercado um artista louco... como uma vedete do rebolado para grande vantagem dos produtores deste gênero de espetáculo. O essencial da arte louca é de estar além e aquém das noções de obra ou das funções de autor.

A trama da rede*

A Rede, constituída em janeiro de 1975 em Bruxelas sobre o tema "a alternativa ao Setor", se propõe a assegurar a circulação das informações sobre as numerosas experiências que vêm se desenvolvendo atualmente à margem dos quadros oficiais, organizando encontros tanto de equipes como de pacientes, e isto não só sob a forma de colóquios ou de congressos, mas igualmente por meio de manifestações teatrais, festas, produção de vídeo, de filmes, etc. Ampliando as formas de expressão habituais, a Rede intentaria contribuir para que a contestação da psiquiatria saia dos debates de idéias, desvinculadas de toda e qualquer realidade, para os quais ela resvala tão freqüentemente.

Alguns dos iniciadores desta Rede, que viveram de perto as tentativas de modernização da psiquiatria francesa, e que tinham se engajado de boa fé na política dita de "Setor", vieram a considerar que não se resolverá problema fundamental algum, neste campo, enquanto não se tomar como objetivo o que eles chamaram de *uma despsiquiatrização da loucura*. As reformas e as inovações técnicas, quaisquer que sejam elas, resultarão, segundo eles, apenas na passagem de um modo de confinamento a um outro, de uma camisa-de-força física a uma camisa-de-força neuroléptica, e por que não psicoterapêutica ou psicanalítica. Foi feita também uma severa avaliação crítica das diferentes "correntes inovadoras" que não fizeram senão acentuar o esquadrinhamento da loucura, colocando-se a serviço da empresa clássica de reabsorção, de adaptação, de neutralização da desrazão, descrita por Michel Foucault em sua *História da Loucura*.

Nenhum distúrbio mental, nenhuma forma de desvio podem ser separadas de seu contexto familiar, profissional, econômico, etc. Uma

experiência inovadora enquanto tal manifesta por si mesma um sintoma social e não escapa a esta regra: cortada do contexto dos afrontamentos sociais, e em particular das lutas dos trabalhadores de saúde mental, ela corre o risco de ser isolada e de estiolar-se rapidamente, como foi o caso freqüente das experiências comunitárias inglesas. A perspectiva de uma *alternativa popular à psiquiatria*, sem reduzir a loucura a um simples fenômeno de alienação social, sem reduzir a contestação da opressão psiquiátrica somente ao rol das lutas sociais contra a exploração capitalista, considera que as experiências militantes possam se apoiar simultaneamente nas organizações políticas e sindicais do movimento operário, e nas diferentes formas de lutas, de caráter novo, que concernem hoje à condição feminina, à condição penitenciária, à condição da infância, dos trabalhadores imigrados, etc. Trata-se menos, em suma, de politizar a loucura, do que abrir a política a uma tomada de consciência sobre uma série de problemas que foram por demasiado tempo ignorados pelas organizações tradicionais.

Desde 1968, vimos desenvolver-se, na França, uma infinidade de grupos esforçando-se por operar uma ruptura radical com o modo de abordagem habitual do sistema psiquiátrico clássico.[1]

As preocupações maiores deste novo tipo de ação militante estão centradas no que os membros da Rede nomeiam "a condição dos psiquiatrizados". Estamos longe do estilo do que havia sido a primeira "revolução psiquiátrica", que, desde a Libération em 1945 até 1960, agitava algumas dezenas de psiquiatras e um punhado de altos funcionários do Ministério da Saúde! Naquela época os psiquiatras progressistas se propunham a "ir em direção" aos doentes e a "ir em direção" aos enfermeiros. Era a política dos "clubes intra-hospitalares" (animada pela Fédération des Croix Marines), a política dos estágios de formação para enfermeiros (animada pelo Centro d'Entraînement aux Méthodes Actives), a política de abertura à população, por meio dos equipamentos extra-hospitalares, de tratamentos a domicílio, etc. Era também a época em que a psicoterapia institucional esperava fazer com que os doentes, os membros das equipes e a instituição como um todo se beneficiassem das vantagens da psicanálise. Com a Rede Internacional, tudo leva a crer que uma página foi virada. Não se quer mais "ir em direção a"! Procura-se fazer com que as coisas partam dos próprios interessados. A psicoterapia, os tratamentos, a animação, quando necessários, deverão ser autogeridos e os especialistas de certa maneira não intervirão senão como assistentes técnicos.

Tentativas desta ordem se desenvolveram nos EUA, nos guetos de South Bronx, em Nova Iorque, com Mony Elkaïm (que faz hoje um

trabalho semelhante com a equipe de "la Gerbe", num bairro pobre de Bruxelas). Na Itália também foram levadas experiências muito interessantes nesta direção, em particular pela equipe de psiquiatras, psicólogos, enfermeiros, agrupados desde 1969 em torno de Giovanni Jervis, em Reggio Emilia. Aqui não são mais apenas os muros do asilo que se tenta destruir, mas igualmente os muros do profissionalismo: a medicina mental aqui é feita diretamente com os membros do gueto, com os trabalhadores das fábricas, nos vilarejos, apoiando-se sobre "paraprofissionais"[2] formados na prática.

Infelizmente, com bastante freqüência, tais experiências permanecem frágeis. A de Giovanni Jervis está para terminar (apesar de que sua equipe permanece muito unida) principalmente pelos obstáculos políticos, ligados às orientações da esquerda histórica italiana que teme, apoiando empreendimentos demasiado inovadores, aterrorizar seus parceiros social-cristãos. É necessário portanto que uma ligação constante seja mantida entre as ações minoritárias de alternativa à psiquiatria e as lutas sociais mais gerais. As campanhas de informação antipsiquiátricas e os debates teóricos sobre a loucura e a repressão psiquiátrica, levadas através dos *mass-media* e a partir de algumas experiências comunitárias, não são suficientes para modificar de maneira duradoura as relações de força presentes. E é com o objetivo de ultrapassar o caráter por demais minoritário, entenda-se elitista, do qual a antipsiquiatria raríssimas vezes se distanciou, que se constituiu na Itália, em 1973, em torno de Franco Basaglia, a associação Psychiatria Democratica. Ela agrupa cerca de 2 000 médicos, psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais, no seio de 27 grupos provinciais, com funcionamento muito autônomo. Ela se esforça para mobilizar a opinião e para exercer uma pressão constante sobre os poderes públicos visando transformar estruturas psiquiátricas que se mantiveram demasiado retardatárias naquele país. Os membros desta associação consideram que uma tomada de consciência política dos trabalhadores de saúde mental deverá se caracterizar pela recusa da passividade, pela recusa de se tornarem "funcionários do consentimento".

Sem deixar de admitir a realidade do problema psiquiátrico (e é aí que reside sua diferença com a antiga antipsiquiatria), eles se recusam a fornecer álibis "científicos" a problemas psicopatológicos que remetam a questões de vida social, de organização de trabalho, de urbanismo, de métodos escolares...

É verdade que o surgimento deste novo tipo de intervenção é inseparável das condições bem particulares em que se desenvolvem as lutas sociais na Itália: com efeito, há aproximadamente dez anos numerosos trabalhadores italianos vêm tomando consciência de problemas novos e se organizando para impor reformas concernentes à habitação, aos transportes, às estruturas médicas. Psychiatria democratica pôde se desenvolver bem melhor por ter sabido ganhar a escuta imediata de organizações operárias, de comissões de empresa, de sindicatos, de partidos de esquerda que já estavam assim sensibilizados a esses tipos de problemas.

Sem dúvida que não é por acaso que esta nova "alternativa militante à psiquiatria" tenha surgido nos países em que a situação dos hospitais psiquiátricos era a mais atrasada (os guetos de Nova Iorque, a Itália, a Espanha...) e onde as perspectivas ambíguas de setorização não tiveram sequer a possibilidade de iludir. Com efeito, se é verdade que as soluções aos problemas psiquiátricos são políticas antes de serem técnicas, não há por que se espantar que elas se configurem o mais claramente nas situações revolucionárias ou pré-revolucionárias.[3]

NOTAS

(1) N. do Trad.: *GIA, Cahiers Pour la Folie, Psychiatrisés en Lutte,* AERLIP, *Tankonálasanté, Garde-fous, Brèches, Le Vouvray, Psychiatrie en Liberté de St.-Dizier, La Gratte,* para não citar, e aliás de maneira arbitrária, senão os mais conhecidos destes grupos, comunidades, *free*-clínicas, jornais, etc. Mas seria também preciso mencionar as experiências como aquela animada por Irène Baloste-Foutier num bairro de Villeurbanne, onde trabalhadores imigrados, trabalhadores de saúde mental e grupos de crianças gerem uma casa comunitária (esta experiência "marginal" não deixa por isso de ser financiada pela DASS, pela Previdência Social, pela municipalidade, como associação sem fins lucrativos).

(2) N. do Trad.: Os paraprofissionais são membros da comunidade, ao lado dos quais trabalham certas equipes de "saúde mental" no sentido de reconhecer o poder potencial da população para autogerir a resolução de séus problemas. É uma experiência deste tipo a de South Bronx citada no texto. Aí, a loucura é, por exemplo, pensada e trabalhada nos terreiros dos cultos de origem afro dos porto-riquenhos. Trabalhos como este vêm-se desenvolvendo em vários países que ainda preservam zonas sociais onde a loucura não se encontra inteiramente medicalizada.

(3) N. do Trad.: O endereço do secretariado da Rede Internacional "Alternativas à Psiquiatria" é

Dr. Mony Elkaïm
5, Square des Nations
Bruxelles 1050, Bélgica
Além desse, há um secretariado para a América Latina:
Procesos de Acción Comunitaria
Apartado Postal 698
Cuernavaca, Morelos
México

Recomendamos a leitura de *Alternativa à la Psychiatrie — Collectif Internacional*, 10/18.

Antipsiquiatria e antipsicanálise*

E — Para você, como é que começou o que poderia ser chamado de "o caso da antipsiquiatria"?

F.G. — Primeiro, Basaglia e Jervis vieram a La Borde por volta de 65/66 e deram artigos para a revista *Recherches*. Depois, apareceu não tanto uma clivagem de idéias, mas uma diferença de estilo. Eles não se interessavam nem um pouco por nossas tentativas reformistas do tipo psicoterapia institucional. A situação na Itália já estava muito diferente e as concepções deles eram bem mais militantes. Surgiu em seguida o filão inglês, com Laing e Cooper, que também publicaram artigos na revista *Recherches*. Eles tinham vindo às Jornadas "da infância alienada" organizadas por Maud Mannoni e por *Recherches*. Seu estilo de ruptura com as instituições também não tinha muita coisa a ver com o de La Borde, aliás nem com o de Maud Mannoni, ou com o de Lacan. Ulteriormente, essas diferenças de estilo revelaram divergências mais profundas. Quanto a mim, é verdade que também mudei muito desde então.

E — O que é a antipsiquiatria?

F.G. — Antes de tudo um fenômeno literário, dos meios de comunicação de massa, desenvolvendo-se a partir dos dois focos, inglês e italiano. Mas, por outro lado, ela revelou a existência de interesse por estas questões: uma vasta opinião pública, no contexto dessa "nova cultura" que começava a surgir. Ao passo que, até então, convenhamos que a única coisa que se conseguiu dizer, escrever ou fazer em relação a isto, na França, interessava apenas a alguns míseros enfermeiros e a

um punhado de psiquiatras. A antipsiquiatria conseguiu realmente abrir caminho no seio do grande público.

Hoje em dia, nenhum dos "inventores" da antipsiquiatria se identifica com ela. Laing diz: "Eu nunca falei sobre isso". Basaglia considera que se trata de uma mistificação que deve ser denunciada. Enquanto isso, na França, ela se tornou uma espécie de gênero literário e cinematográfico. Hoje em dia, dá para fazer carreira literária, publicando um livrinho no estilo "Nunca mais serei psiquiatra", "Nunca mais serei enfermeiro", "Nunca mais serei louco"... Alguns grupelhos se meteram nesta trilha, como Poulidor na trilha de Merckx.[1] Mas o que foi realmente importante é que a antipsiquiatria marcou um início de conscientização, não só por parte do grande público, mas também por aqueles que se convencionou chamar de "os trabalhadores de saúde mental". A descoberta da articulação da repressão psiquiátrica com as outras formas de repressão foi, a meu ver, um fenômeno decisivo, cujas conseqüências estamos ainda por avaliar.

No entanto, esta tomada de consciência foi, por sua vez, parcialmente recuperada por certas correntes psicanalíticas, para as quais não custava nada dizer que a psiquiatria era uma infâmia. Subentenda-se: nós, com nosso divãzinho, curamos o mundo sem tocá-lo e sem fazer mal a ninguém.

E — Pode-se ligar a antipsiquiatria com Maio de 68 na medida em que este foi essencialmente uma denúncia das instituições. Ora, o asilo, como a prisão, era uma instituição de confinamento, geralmente no meio da cidade, e que literalmente ninguém via.

F.G. — O questionamento da prisão e do asilo foi muito parcial em 68. Lembro-me que tivemos, na ocasião, intensas discussões com amigos tais como Alain Geismar[2] ou Serge July,[3] em que pretendíamos colocar no mesmo plano militantes vítimas da repressão e o conjunto dos pirados, dos prisioneiros comuns, dos Katangais,[4] dos psiquiatrizados. Na ocasião, até os espontaneístas do ex-'22 de Março', que estavam se juntando com os maoístas, diziam: "prisioneiros políticos, sim, mas comuns, absolutamente! Drogados, não! É preciso denunciar os drogados, eles são perigosos, manipulados pela polícia, etc.". Pelo fato de querer falar ao mesmo tempo de questões ditas políticas e de problemas de loucura, passávamos por personagens barrocos e até perigosos. Hoje, isto não espanta mais ninguém. Foi bem depois de 68 que se acabou sacando isso, com a criação do GIP[5] e com outras ações da mesma natureza: houve, no entanto, durante os "acontecimentos" de 68, muita agitação nos meios psiquiátricos — mas tudo foi rapida-

mente recuperado pelos universitários e pelos patrões, através do movimento chamado "colégios de psiquiatria". O GIA,[6] *Garde-fou,*[7] *Les Cahiers pour la Folie,*[8] etc., nasceram muito mais tarde, mais ou menos na trilha do que Foucault e Deleuze faziam no campo das prisões. É preciso, pois, desconfiar das ilusões retroativas da memória! Maio de 68 talvez tenha liberado atitudes militantes, mas não liberou as cabeças, que permaneciam completamente poluídas e que demoraram muito mais tempo para se abrir às questões de loucura, de homossexualidade, de droga, de delinqüência, de prostituição, de liberação da mulher, etc.

E — Como está hoje a instituição psiquiátrica?

F.G. — Está ótima. É o começo do desabamento. Em todos os planos! Primeiro, no plano material: cerca de metade dos hospitais psiquiátricos funciona com menos de 50% de sua capacidade real. Certos hospitais, que custaram milhões, estão praticamente vazios (exemplo: o hospital des Mureaux). Isto explica em parte o aumento colossal dos preços de diária da hospitalização psiquiátrica pública. E desabamento também nas cabeças. É que ninguém mais acredita nisso! A política de "Setor" (explosão da instituição psiquiátrica em pequenas unidades, num território correspondendo em princípio a 60 000 habitantes), no melhor dos casos, não deu em nada, e no pior dos casos levou a um esquadrinhamento insuportável da população. Isto já está bem claro no domínio da psiquiatria infantil. [9]

E — Mas por que os asilos estão vazios?

F.G. — É um fenômeno complexo, posso enumerar vários fatores, sem no entanto dar-lhes uma ordem de importância. Primeiro a desconfiança — fruto, entre outras coisas, do movimento da antipsiquiatria nos meios de comunicação de massa. Segundo, talvez um certo resultado da política de "Setor" (desde então muita coisa é feita fora do asilo). Mas creio que a difusão maciça de neurolépticos também tenha desempenhado um papel não negligenciável. Não apenas através dos psiquiatras, mas também através dos clínicos gerais, ou mesmo da imprensa mais ou menos especializada. Antes mesmo que o bebê tenha tido tempo de berrar, já lhe deram um calmante para fazê-lo calar e dormir. Daí a atenuação, ou mesmo o desaparecimento de certos fenômenos de ruptura social, que outrora levavam as pessoas ao psiquiatra ou ao asilo. Por volta de 1955, a quimioterapia acabou, nos hospitais psiquiátricos, com aquilo que se chamava de agitação. Em seguida ela desviou do hospital um certo número de pessoas às quais começou a administrar uma "camisa-de-força química" a domicílio. Mas não se perceberam imediatamente as conseqüências do fenômeno. Quiseram continuar a construir hospitais psiquiátricos, visto que isto servia para reativar a indústria da construção. Pretendia-se "saturar de camas" certos departamentos[10] (de fato, tratava-se de financiar a industrialização da construção). Mas os remédios desviaram do asilo parte de sua clientela habitual, e certos psiquiatras se puseram a esvaziar os hospitais. O que criou, por vezes, situações conflituosas muito difíceis, como, por exemplo, nas regiões pobres onde o hospital é o principal empreendimento "industrial"!

E — Os asilos estão se esvaziando, a psiquiatria não acredita mais em si mesma. Ora, os asilos eram feitos para circunscrever, proteger e, sobretudo, confinar os loucos. E a psiquiatria, para curá-los. Em que pé está hoje o estatuto do louco?

F.G. — A solução do futuro, a solução futurista para a França, já é uma realidade nos Estados Unidos. A partir do momento em que alguém não está bem quebra uma vidraça, se droga, é decretado esquizofrênico. É empanturrado de neurolépticos, ou de metadona, e pronto. A gente se pergunta se não valeria mais a pena preservar as nuanças da antiga nosografia! Em alguns estados americanos os hospitais psiquiátricos foram fechados, mas isto não diminui absolutamente a repressão psiquiátrica que se exerce por outras vias. Pode-se assim cair nos sistemas de controle psiquiátrico quando, na verdade, não se está enquadrado nas categorias psiquiátricas (mendigos, pirados, velhos, etc.). Por outro lado, muitos neuróticos, e até mesmo loucos das antigas categorias psiquiátricas, não passarão mais pelo asilo, mas pela psicanálise, pelas visitas a domicílio, pelos neurolépticos, etc. Se o "louco varrido" passou um pouco de moda, em compensação a loucura psicanalítica invadiu todos os setores. Alguns pretendem, por exemplo, poder detectar um esquizofrênico numa criança de três anos, o que é totalmente aberrante! Hoje, quase que todo mundo "picha" o asilo psiquiátrico; é bom, mas insuficiente. O que está em questão é um problema global, não apenas do asilo, mas também da psiquiatria do setor, das diferentes formas de psicanálise: não se pode mais fazer um lapso, sem topar com um fulaninho que o interprete selvagemente. No limite, alguém como Ménie Grégoire[11] faz parte dos novos equipamentos psiquiátricos!

E — Então a instituição psiquiátrica não desapareceu, senão para reaparecer mais sorrateiramente?

F.G. — Sim, miniaturizada. Aliás, o que me espanta é que todas as grandes formações repressivas, a escola, o exército, que eram antes constituídas por conjuntos institucionais formando um só bloco, tendem agora a ser pulverizadas, e espalhadas por toda parte. É este, a meu ver, o erro de Illich: em breve, cada um será para si mesmo sua própria miniferramenta repressiva, sua própria escola, seu próprio exército. O superego por toda parte.

Ora, nas grandes entidades repressivas, havia ainda relações de força reais, e portanto lutas possíveis. Nas pequenas, cada um está acorrentado no seio de sistemas de relações, de influências, de sentimentos, que não se deixam mais atacar, mas que, em todo caso, implicam outras formas de "liberação". Para mim, a política de setorização da psiquiatria e a psicanálise — aliás, hoje em dia, muito relacionadas — correspondem a formas tecnocráticas avançadas de esquadrinhamento, de tomada de poder. Formas que ainda estão se buscando, mas que acabarão por se encontrar. E se a política de setor, do ponto de vista do poder, é ainda hoje um fracasso — com exceção do domínio da psiquiatria infantil —, nada indica que ela não tomará novo impulso. Uma repressão que não precisasse de polícia nas esquinas, mas que se exercesse permanentemente, discretamente, ao nível do trabalho, dos vizinhos, por toda parte, não seria o ideal para o poder? Vale o mesmo para a psicanálise. Ela tende a estar por toda parte, na escola, na família, na televisão.

E — Mas ela sofreu alguns danos, e isto principalmente graças a Deleuze e a você, ao seu livro, O Anti-Édipo.

F.G. — Pura ilusão! Os psicanalistas permaneceram impermeáveis. O que é absolutamente normal: vá tentar pedir aos açougueiros para pararem, por razões teóricas, de vender carne. Ou para virarem vegetarianos! E, do lado dos consumidores, é ilusão pensar que a psicanálise seja ineficaz! Ela funciona admiravelmente. As pessoas pedem mais e mais. E têm razão em pagar caro por isso,[12] já que isso funciona. Um pouco como uma droga. Além disso, ela fornece uma promoçãozinha social que não é de se jogar fora. *O Anti-Édipo* fez, no máximo, uma pequena corrente de ar. O que é engraçado é a palavra de ordem de uma sociedade de psicanálise quando o livro saiu. "É melhor nem tocar no assunto, a coisa vai passar sozinha." Foi o que aconteceu! Não, o resultado mais palpável do *Anti-Édipo* é o de ter provocado um curto-circuito na conexão psicanálise-esquerdismo.

E — O que me espanta é que as duas principais vítimas da crítica das instituições, nestes últimos anos, foram nossos dois avós barbudos, Marx e Freud. De Marx, outros se ocuparam. Mas Gilles Deleuze e você se lançaram deliberadamente ao ataque a Freud, pois a instituição psicanalítica, por mais que se faça, é Freud.

F.G. — Freud, sim, mas também, na França, Lacan. Na França, a psicanálise implantou-se muito tarde, com a chegada de pessoas como Lagache ou Boutonnier na Universidade. Antes da guerra, a psicanálise na França não era nada, ou quase nada. Mas ela recuperou seu atraso. Depois de ter vencido resistências enormes, implantou-se por toda parte, em Saint-Anne,[13] nas faculdades; até as editoras estão transbordando de psicanálise. Nos outros países, em compensação, faz uns dez anos que o movimento freudiano acabou. Nos Estados Unidos ainda se fala de Jung, mas faz parte do folclore, como as massagens psicodélicas ou o Zen-budismo. Pode-se pensar que a França vai seguir por aí. Fiquem de olho! Na França, a instituição freudiana conheceu um impulso fantástico com o lacanismo. Este não é uma simples releitura de Freud. É algo de muito mais despótico, do ponto de vista da teoria e da instituição, algo de muito mais rigoroso do ponto de vista da sujeição semiótica das pessoas que participam dele. E é talvez através dele que haverá um novo impulso da psicanálise no mundo, a começar pelos Estados Unidos. Não só porque Lacan saiu de seu gueto. Mas não excluo a possibilidade de que ele e seus sucessores consigam um dia reconstituir uma verdadeira Internacional psicanalítica.

Mais tarde, creio que se distinguirá freudismo de lacanismo. O freudismo era defensivo em relação à medicina, à psiquiatria, à universidade. O lacanismo, ao contrário, é ofensivo. É um dogma de combate. Quanto a isso, seria preciso ver até que ponto ele influenciou o althusserianismo, e que espécie de consistência ele deu ao estruturalismo em seu conjunto, particularmente por sua concepção do significante. O estruturalismo, sem dúvida, não teria existido tal como o conhecemos, sem o lacanismo. O poder, a autoridade do estruturalismo, por vezes sectária, não teria sido possível sem a introdução, pelos lacanianos, de uma concepção matemático-lingüística do inconsciente que tende a cortar essencialmente o desejo da realidade. Considerar que o desejo não pode fundar-se — simbolicamente — senão em sua própria impotência, sua própria castração, implica todo um pano de fundo político e micropolítico.

E — Segundo você, então, uma nova instituição se criou, o lacanismo?

F.G. — Sim. Um laboratório, uma tecnologia avançada, o protótipo de novas formas de poder. É maravilhoso conseguir sujeitar alguém à sua pessoa, mantê-la de pés e mãos atadas, financeiramente, afetivamente, sem nem se dar ao trabalho de fazer algum esforço de sugestão, de interpretação ou de dominação aparente. O psicanalista hoje não diz nem mais uma palavra a seu paciente. Chegou-se a um tal sistema de canalização da libido, que basta o silêncio. Isto faz pensar naquelas formas ideais de pedagogia em que o mestre não precisava mais falar: bastava apenas um sinal de cabeça (o *nutus latim*[14] bastava para que ele ensinasse; ele se tornava então um *numen*: a divindade que mexe a cabeça em sinal de aprovação).

E — O Anti-Édipo *não se interessava tanto por Lacan quanto por Freud, e, de tanto querer tirar a poeira da estátua, não deixava mais muita coisa de pé.*

F.G. — Isto não foi deliberado: nós procedemos por etapas e retoques, e é fato que de tanto retocar... Mas o questionamento de Freud, no *Anti-Édipo*, ficou muito ligado ao que fizemos com o lacanismo.

E — No entanto, o que é questionado no Anti-Édipo *não é esta nova forma de poder que constitui o lacanismo. É o próprio Édipo, fundamento do freudismo. E quando o fundamento desaba... Nós assistimos, portanto, a uma evolução inversa: a instituição psiquiátrica se dilui, enquanto que a instituição psicanalítica se reforça numa nova forma de poder.*

F.G. — A diferença é que a psiquiatria não funciona e a psicanálise funciona maravilhosamente. O que faz com que ela possa até ressuscitar, um dia, alguns setores da psiquiatria!

NOTAS

(1) N. do Trad.: Merckx é um ciclista belga, várias vezes vencedor, entre 1970 e 1978, do *Tour de France* — campeonato anual de ciclismo — sempre à frente de Poulidor, ciclista francês. A disputa entre estes dois personagens é suporte para um reavivar anual da competição entre França e Bélgica. Neste contexto, o fato de Poulidor voltar sempre a concorrer sem se abater com seus reiterados fracassos, faz com que seja um personagem muito popular e querido, na França.

(2) N. do Trad.: Alain Geismar, maoísta, secretário-geral do SNESup. Em 68, ele, Jacques Sauvageot, trotskista do PSU, vice-presidente da UNEF, e Daniel Cohn-Bendit, anarquista do movimento "22 de Março" (cf. nota 10 de "O Fim dos Fetichismos"), foram os três personagens públicos de Maio. Personagens públicos que não se constituíram propriamente em dirigentes, responsáveis ou representantes, como a imprensa tentou fazer deles, mas símbolos da "democracia direta", da criatividade na vida social, da possibilidade de "agenciamentos coletivos de enunciação" por toda parte. Aliás, a inexistência de chefias no movimento de 68, seu antiautoritarismo, foi uma das características mais marcantes da ampla mutação aí ocorrida (cf. nota 1 de "Somos Todos Grupelhos", nota 3 de "Milhões e Milhões de Alices no Ar" e nota 3 e 4 deste artigo).

(3) N. do Trad.: Serge July, antigo militante da UNEF, da UEC, do "22 de Março", e da *Gauche Proletarienne* (maoísta), é hoje, com 39 anos, o diretor do cotidiano parisiense *Libération*. Podemos dizer que *Libération* é um lance de revolução molecular, e vale contar um pouco da sua história. Foi fundado em 1973 por Jean-Paul Sartre, Philippe Gavi, os maoístas Maurice Clavel e Jean-Claude Vernier — criadores da *Agence de Presse Libération* — e July, na época também maoísta. O desentendimento com os maoístas Clavel e Vernier acabou levando a uma primeira ruptura: em 1974 ambos se retiram e, após breve paralisação, o jornal recomeça com a entrada de antigos membros dos *Cahiers de Mai*: Marc Kravetz, Jean-Marcel Bouguereau, Jean-Louis Péninou. O jornal passa a funcionar em autogestão com as seguintes características:

- ausência de estrutura organizativa;
- poder total à assembléia geral;
- autofinanciamento:
  - recusa absoluta da servidão publicitária;
  - única fonte de renda externa: alguns pagamentos de pequenos anúncios do tipo "procura-se..." ou "oferece-se..." e algum adiantamento tomado à distribuidora *Nouvelles Messageries de la Presse Parisienne;*
- salário de 3.500 francos (hoje aproximadamente Cr$ 70.000,00), igual para todos os membros da equipe: do faxineiro aos redatores, aliás nenhum com formação profissional.

O jornal funcionou neste esquema durante 6 anos. Em março de 1980, uma nova crise leva à decisão em assembléia de se eleger uma diretoria, da qual July sairá líder. Em fevereiro de 1981, a radicalização da crise anterior leva à ruptura e à saída de uma parte da equipe: decide-se instaurar uma estrutura organizativa, com divisão da redação em diferentes serviços, cada qual com um responsável, permanecendo July na direção-geral. Naquele momento, a imprensa tradicional, bem como a esquerda tradicional, tão questionadas pela existência de *Libération*, pensaram ter finalmente obtido a prova da impossibilidade de propostas inovadoras do tipo das de *Libération*. Choveram artigos neste tom. No entanto o jornal continua, e, com exceção da estruturação da divisão técnica do trabalho, todas as outras propostas que sempre o caracterizaram foram mantidas.

O produto de *Libération* segue a mesma postura de seu modo de produção. O jornal vem sendo um coadjuvante do processo de mutação social e política das décadas de 70 e 80. Suas páginas são elaboradas por uma espécie de escritor público coletivo diferenciado, espaço que nos outros jornais é ocupado por um escritor privado dos ministérios, fabricante de opinião massificadora.

O leitor encontra aí, entre outras coisas: correspondência com prisioneiros comuns; relatório de alguma greve de prostitutas ou a discussão sobre seu ofício; campanha pela liberação do haxixe, ao lado de denúncia do perigo das drogas ditas pesadas;

movimento pelo aborto; crônica cotidiana de flagrantes delitos que de repente transforma, por exemplo, o espancamento de um trabalhador imigrante árabe num fato político de primeira importância — a micropolítica do cotidiano recalcada no cenário dos salões da "grande política", e portanto da grande imprensa, retorna com toda força; aviso de acontecimentos culturais além do grande espetáculo, por exemplo a programação das rádios-livres; pequenos anúncios onde o leitor encontra desde o mais meloso correio sentimental até o mais singular convite sexual, passando por dicas de alojamento, emprego, viagens e os mais variados objetos; o fórum de expressões contraditórias, num suplemento só de leitores, e até a possibilidade de se voltar atrás em algum erro de análise política cometido na véspera.

Libération é um exemplo vivo da alternativa possível na imprensa (tiragem de 60 000 exemplares, e média de venda cotidiana de 45 000) e em outros setores. Por tudo isso, a própria existência de *Libération* é um lance de revolução molecular ao lado de todos os outros que encontramos em suas páginas.

(4) N. do Trad.: "Katangais" foi o nome dado a um grupo de delinqüentes refugiados em Maio de 68 na Sorbonne ocupada, pelo fato de um deles dizer ter sido mercenário em Katanga. O grupo aí se instalou durante algumas semanas, autodesignando-se "serviço de segurança". A comissão de ocupação pediu-lhes que partissem, só conseguindo expulsar os últimos recalcitrantes na véspera da retomada da Sorbonne pela polícia.

(5) N. do Trad.: O GIP foi criado por alguns intelectuais, entre os quais Michel Foucault e Gilles Deleuze, e ex-presidiários, em decorrência de uma série de revoltas de presos, que se deram em escala nacional, no começo dos anos 70. O grupo pretendia criar condições para a existência de um espaço de fala dos próprios presos.

(6) N. do Trad.: O GIA foi criado em seguida ao GIP e nos mesmos moldes, para os "psiquiatrizados".

(7) N. do Trad.: *Garde-Fous* (que significa barreira-protetora, parapeito, e literalmente, guarda-loucos) foi um dos jornais que surgiram por volta de 74, vinculados às lutas na psiquiatria (cf. nota 1 de "A Trama da Rede").

(8) N. do Trad.: *Cahiers pour la Folie* (Cadernos pela Loucura), *idem*.

(9) N. do Trad.: Cada setor (cf. nota 4 de "As Lutas do Desejo e a Psicanálise") de saúde mental infantil, na França, se constitui de uma série de equipamentos coletivos — que vão do mais pedagógico (as classes especiais nas escolas), ao mais psiquiátrico (hospital-dia), passando por diferentes fórmulas de composição de medicina/psiquiatria/pedagogia/formação técnica —, para onde são encaminhadas as "crianças-problema" através da escola ou da família. Trata-se de uma rede eficaz de controle e esquadrinhamento da população infantil. Estima-se em torno de 40% a proporção de crianças excluídas do circuito de escolaridade "normal" hoje em dia na França, parte delas definitivamente estigmatizada e segregada, portadora de carteira de identidade correspondente ao estatuto de invalidez. Estamos longe do velho estilo republicano de esquadrinhamento da infância *a la* Jules Ferry (cf. nota 1 de "As Creches e a Iniciação").

(10) N. do Trad.: Departamentos são unidades de divisão regional administrativa na França.

(11) N. do Trad.: Ménie Grégoire, assim como Madame Soleil, são animadoras de rádio; a primeira da RTL (Rádio Télévision Luxembourg) e a segunda da Europe 1, as duas únicas estações de rádio privadas existentes na França, pertencendo todas as outras ao monopólio estatal de rádio e televisão (ORTF). Grégoire e Soleil renovaram, por volta de 65/66, a linguagem dos programas do tipo "correio sentimental" por telefone: a primeira com a psicologia, que passou a ser de domínio público, a segunda com a astrologia.

(12) N. do Trad.: No original *ça* (cf. nota 2 de "A Transferência").

(13) N. do Trad.: Sainte-Anne é o hospital psiquiátrico onde se faz a triagem e a distribuição dos doentes mentais do Departamento do Sena. Foi aí que se iniciou a política de "setorização" da psiquiatria na década de 50 (cf. nota 4 de "As Lutas do Desejo e a Psicanálise"). É uma passagem quase que obrigatória para os jovens psiquiatras em fim de residência. Além disso, foi por muitos anos a sede dos seminários de Lacan e de importantes discussões sobre psicanálise em instituição psiquiátrica (cf. nota 1 de "A Transversalidade").

(14) N. do Trad.: Em latim no original. *Nutus* é um movimento de cabeça que expressa uma vontade, um desejo.

Pistas para uma esquizoanálise — os oitos princípios*

Seria a esquizoanálise um novo culto à máquina? Talvez. Mas, com certeza, não no quadro das relações sociais capitalísticas! O progresso monstruoso dos maquinismos de toda espécie, em todos os campos, e que parece estar levando a espécie humana a uma catástrofe inelutável, poderia, da mesma forma, tornar-se a via real de sua libertação. Então continua o velho sonho marxista? Sim, até um certo ponto. Pois, ao invés de apreender a história como sendo essencialmente lastrada por máquinas produtivas e econômicas, penso, ao contrário, que são as máquinas, todas as máquinas, que funcionam à maneira da história real, na medida em que ficam permanentemente abertas aos traços de singularidade e às iniciativas criadoras. Como contestar, hoje em dia, que só uma revolução generalizada poderá não apenas melhorar de maneira sensível o modo de vida na Terra, mas simplesmente salvar a espécie humana de sua destruição? Trata-se de afrontar tanto imensos meios materiais coercitivos quanto microscópicos meios de disciplinarização dos pensamentos e dos afetos, de *militarização* das relações humanas. Tanto faz voltar-se para o Oeste, Leste ou Sul, a questão continua sendo a mesma: como organizar a sociedade de outra maneira. A repressão continuará sendo um dado de base de toda e qualquer organização social? Mas nada disso é inelutável; outros agenciamentos sociais, outras conexões maquínicas são concebíveis! Neste ponto, pouco importa parecer estar recitando o marxismo: não se pode esperar nada de bom de uma volta às naturezas primeiras.[1] Nem solução geral nem a menor catarse em pequena escala! Não se pode resolver coisa alguma sem a instauração de agenciamentos altamente diferenciados. Só que deve ficar claro que as máquinas revolucionárias que mudarão o curso do mundo só poderão emergir, só poderão ter

uma consistência que as faça efetivamente passar ao ato, com uma dupla condição:

1) que tenham por objeto a destruição das relações de exploração capitalísticas e o fim da divisão da sociedade em classes, castas, raças, etc.;

2) que se estabeleça em ruptura com todos os valores fundados sobre uma certa micropolítica do músculo, do falo, do poder territorializado, etc.

Eis que voltamos à questão da esquizoanálise! Não se trata, como podemos perceber, de uma nova receita psicológica ou psicossociológica, mas de uma prática micropolítica que só tomará sentido em relação a um gigantesco rizoma de revoluções moleculares, proliferando a partir de uma multidão de devires mutantes: devir mulher, devir criança, devir velho, devir animal, planta, cosmos, devir invisível... — tantas maneiras de inventar, de "maquinar" novas sensibilidades, novas inteligências da existência, uma nova doçura.

Isto posto, se eu fosse obrigado a concluir com algumas recomendações de bom senso, algumas regras simples para a direção da análise do inconsciente maquínico, eu proporia os seguintes aforismas, que, aliás, poderiam ser aplicados a campos completamente diferentes, a começar pelo da "grande política":

1) "Não atrapalhar." Em outras palavras, deixar como está. Ficar bem no limite, adjacência do devir em curso, e desaparecer o mais cedo possível. (Portanto, ficam fora de cogitação as curas se arrastando durante anos, dezenas de anos, como está na moda na psicanálise atualmente.)

2) "Quando alguma coisa acontece isto prova que alguma coisa acontece." Tautologia fundamental para marcar, aí também, uma diferença essencial em relação à psicanálise, da qual um dos princípios de base reza que: "quando nada acontece, isto prova que, na realidade, alguma coisa acontece no inconsciente". Princípio que serve ao psicanalista para justificar sua política do silêncio e das esperas indefinidas. Na verdade, é raro que *realmente* aconteça *alguma coisa* nos agenciamentos de desejo! Aliás, convém guardar todo o relevo de tais acontecimentos, e toda vitalidade das componentes de passagem que são sua manifestação. Os psicanalistas gostariam que acreditássemos que eles estão em constante relação com o inconsciente, que eles dispõem de uma conexão privilegiada que os liga a ele, uma espécie de telefone vermelho, como o de Carter e Brejnev! Os despertares do inconsciente sabem se fazer ouvir por si próprios. O desejo inconsciente, os agenciamentos que só se exprimem pelos sistemas dominantes de semiotização, manifestam-se por outros meios, *que não*

enganam. Eles não têm necessidade alguma de porta-voz, de intérpretes. Que mistificação esta de pretender que o inconsciente trabalha em segredo, que não se pode dispensar um certo tipo de detetive para decifrar suas mensagens, e sobretudo a de afirmar que ele está sempre vivo, latente, recalcado, até mesmo quando ele está visivelmente adormecido, esgotado, morto, e que não haveria mais outro recurso senão reconstruir, às vezes, partindo quase de zero. Que alívio um tanto covarde que é encontrar alguém que te credita, apesar das aparências, uma riqueza inconsciente inesgotável, quando tudo ao teu redor — a sociedade, a família, tua própria resignação — parecia ter conspirado para esvaziar-te de todo e qualquer desejo, de toda e qualquer esperança de mudar tua vida! Um serviço desses não tem preço e dá para compreender por que os psicanalistas se fazem pagar tão caro! [2]

3) "A melhor posição para se escutar o inconsciente não consiste necessariamente em ficar sentado atrás do divã."

4) "O inconsciente molha os que dele se aproximam." Sabe-se que "alguma coisa acontece", quando o agenciamento esquizoanalítico revela uma "escolha de matéria"; torna-se então impossível ficar neutro, pois esta escolha de matéria arrasta em seu curso todos aqueles que encontra no caminho.

5) "As coisas importantes nunca acontecem onde esperamos." Outra formulação do mesmo princípio: "a porta de entrada não coincide com a porta de saída". Ou ainda: "as matérias dos componentes que esboçam uma mudança não são geralmente da mesma natureza que os componentes que efetuam esta mudança". (Exemplo: a fala vai virar somática, ou o somático, econômico, ou ecológico, enquanto que o ecológico vai virar fala ou acontecimentos sócio-históricos, etc., etc.) A riqueza de um processo esquizoanalítico vai se medir pela variedade e pelo grau de heterogeneidade destas espécies de transferências rizômicas, de maneira que mais nenhuma espécie de semiologia significante, de hermenêutica universal ou de programação política poderá pretender traduzi-las, colocá-las em equivalência, teleguiá-las para finalmente extrair delas um elemento comum facilmente explorável pelos sistemas capitalísticos. Um significante decididamente não representa a subjetividade esquizoanalítica por um outro significante! Enquanto os componentes não cheguem a organizar seus próprios núcleos maquínicos e seus próprios agenciamentos de enunciação, permanecem empacados diante da pretensão dos significantes dominantes de querer interpretá-los. E, em seguida, são eles que fagocitam o componente significativo. É preciso repetir: isso não é absolutamente sinônimo de um primado sistemático dos componentes não verbais "de antes do tempo das máquinas".

6) Já se esbarrou na questão da transferência, acho que seria bom distinguir, em quaisquer circunstâncias:

- as transferências por ressonância subjetiva, por identificação personológica, por eco de buraco negro;
- transferências maquínicas (*máquinas — transferências*) que procedem aquém do significante e das pessoas globais, por interações diagramáticas a-significantes e que produzem novos agenciamentos em vez de representar e decalcar indefinidamente antigas estratificações.

7) "Nada é adquirido de uma vez por todas." Nenhuma fase, nenhum complexo nunca são vencidos, nunca são superados. Tudo permanece sempre em suspenso, disponível a todos os reempregos, mas também a todas as degringoladas. Um buraco negro pode esconder um outro! Nenhum objeto pode ser designado por uma identidade fixa; nenhuma situação é garantida. Tudo é uma questão de consistência de agenciamento e de reagenciamento. A colocação no mercado de uma consistência simbólica garantida 100% ("como é que você passou seu complexo de castração?"), é uma operação desonesta e perigosa. Sobretudo por parte de pessoas que pretendem tê-la adquirido, eles próprios, no decorrer de uma análise dita didática!

8) Último, mas de fato, primeiro princípio: "toda idéia de princípio deve ser considerada suspeita". A elaboração teórica é tanto mais necessária e deverá ser tanto mais audaciosa quanto o agenciamento esquizoanalítico tomar a medida de seu caráter essencialmente precário.

NOTAS

(1) Não é por acaso que os diferentes fascismos não pararam de se declarar seus adeptos.

(2) Poderíamos transpor, *ipsis litteris*, o que dissemos aqui, do psicanalista, para o militante profissional incumbido de "fazer existir" a classe-operária-como-motor-da-história, mesmo quando ela está aplastrada e desmilingüida, cúmplice da ordem dominante como em certos bastiões do capitalismo ou, o que é pior, quando ela praticamente inexiste no campo, como é o caso de inúmeros países do Terceiro Mundo.

Programa

Não considerar o desejo uma superestrutura subjetiva que fica pisca-piscando.

Fazer o desejo passar para o lado da infra-estrutura, da família, do ego e a pessoa para o lado da antiprodução.

Abandonar uma abordagem do inconsciente pela neurose e a família, para adotar aquela, mais específica, dos processos esquizofrênicos, das máquinas desejantes.

Renunciar à captura compulsiva de um objeto completo simbólico de todos os despotismos.

Desfazer-se do significante.

Deixar-se deslizar pelos caminhos das multiplicidades reais.

Parar de ficar reconciliando o homem e a máquina: sua relação é constitutiva do próprio desejo.

Promover uma outra lógica, uma lógica do desejo real, estabelecendo o primado da história relativamente à estrutura. Promover uma outra análise, isenta do simbolismo e da interpretação, e um outro militantismo, arranjando meios para libertar-se por si mesmo das significações da ordem dominante.

Conceber agenciamentos coletivos de enunciação que superem o corte entre sujeito da enunciação e sujeito do enunciado.

Ao fascismo do poder opor as linhas de fuga ativas e positivas que conduzem ao desejo, às máquinas de desejo e à organização do campo social inconsciente.

Não é fugir, você próprio, "pessoalmente", dar o fora, se mandar, mas afugentar, fazer fugir, fazer vazar, como se fura um cano ou um abscesso.

Fazer os fluxos passarem sob os códigos sociais que querem canalizá-los, barrá-los.

A partir das posições de desejo locais e minúsculas, pôr em xeque, passo a passo, o conjunto do sistema capitalista.

Liberar os fluxos, ir longe no artifício, cada vez mais.

III
DESCARTÁVEIS TEÓRICOS

O amor de Swann como colapso semiótico*

Em Busca do Tempo Perdido é um prodigioso mapa rizomático. Não se trata de psicanalisá-lo ou de esquizoanalisá-lo. Ele é, *enquanto tal*, uma monografia esquizoanalítica. Proust, Joyce, Kafka, Becket são verdadeiros especialistas em objetos mentais hiperdesterritorializados e ninguém entende disso melhor do que eles! Isso não significa que seja proibido repertoriar e tentar explorar cientificamente o material que eles coletaram. Mas a separação radical do campo literário e do campo científico, que parece ser um axioma da cultura ocidental, tem como efeito confundir os espíritos. Os literatos não se dão conta de que uma obra como *A Busca* constitui uma exploração científica, da mesma maneira que a obra de Freud ou de Newton. E os cientistas geralmente não dispõem de meios que lhes permitiriam enfrentar o tipo de problemática que é abordado nela. E, além disso, temos que reconhecer que eles não estão ligados nisso. Logo fará meio século, por exemplo, que Von Weizaecker recomendava que se iniciasse o estudo sistemático das "sobreposições perceptivas" — hiperestesias sensoriais, sinestesias, sinopsias, metamorfosias, etc. Mas, pelo que conheço, exceto algumas páginas que Merleau-Ponty consagrou a essas questões[1] e alguns trabalhos neurológicos e fisiopatológicos sobre as intoxicações por alucinógenos — aliás da maior secura —, é ainda aos "trabalhos" de Henri Michaux e aos dos escritores americanos da "beat generation" que convém se remeter hoje para dispor de um mínimo de informação sobre essas questões tão essenciais para a apreensão da diversidade dos modos de subjetivação e semiotização. A título de indicação, mas muito sumariamente, muito esquematicamente, apoiando-se na velha classificação de Sherrington, na falta de algo melhor, se poderia "situar", por exemplo, uma em relação à

outra, as "especialidades" respectivas de Kafka e de Proust. Ambos se interessaram pelas mutações dos componentes perceptivos, pelos fenômenos de crescimento, de deslocamento, de sobreposição, de aceleração, de desaceleração, etc., das coordenadas sensoriais. Mas sua pesquisa está centrada:

— para Kafka, em componentes proprioceptivos, tais como os da postura, do equilíbrio, do tônus muscular, da tensão arterial, etc., que provocam dilatações e contrações do tempo e do espaço (levando em conta a forma muito singular que ele tinha de se "drogar" pela insônia e pela anorexia);
— e, para Proust, em componentes exteroceptivos (tango-receptor, termo-receptor, gusto-receptor e fono-receptor) e secundariamente interoceptivos, em particular respiratórios.[2]

Sem estabelecer implicitamente uma teoria dos incorporais e das máquinas abstratas, Proust não cessará de insistir no fato de que o "efeito musical" e, mais geralmente, o das obras de arte não depende do imaginário, mas da realidade: "... aquela música me parecia algo mais verdadeiro que todos os livros conhecidos. Por instantes, eu pensava que aquilo vinha de que o que é sentido por nós da vida, não o sendo sob a forma de idéias, a sua tradução literária, isto é, intelectual, relata-o, explica-o, analisa-o, mas não o recompõe como a música na qual os sons parecem tomar a inflexão do ser, reproduzir esta *ponta interior* e extrema das sensações que é a parte que nos dá esse inebriamento específico sentido de tempos em tempos e que, quando exclamamos: 'Que dia lindo! Que bonito sol!', não se dá de todo a conhecer do próximo, em quem o mesmo sol e o mesmo dia despertam vibrações inteiramente diversas" (*in A Prisioneira*, t. V, pp. 320-321, Globo; t. III, p. 374-375, Pléiade); *A Busca* está toda focalizada na consistência existencial de tais realidades inclassificáveis. Ora Proust as assimila a entidades materiais, e compara a obra de um músico como Vinteuil com a de um Lavoisier ou de um Ampère (*in* "Um Amor de Swann", *No Caminho de Swann*, t. I, p. 290, Globo; t. I, p. 351, Pléiade), ora ele se inclina em direção a um "realismo das idéias": "... Swann considerava os motivos musicais como verdadeiras idéias, de um outro mundo, de uma outra ordem, idéias veladas de trevas, desconhecidas, impenetráveis à inteligência, mas que nem por isso deixam de ser perfeitamente distintas umas das outras, desiguais de valor e significado" (*in* "Um Amor de Swann", *No Caminho de Swann*, t. I, p. 288, Globo; t. I, p. 349, Pléiade). Em certos momentos, ele é tentado a analisar a matéria de expressão da "frasezinha de Vinteuil" em termos que evocam o que serão, cinco anos mais tarde, as oposições distintivas dos fonologistas do Círculo de Praga:[3] "... ele notara que

era ao leve afastamento das cinco notas que a compunham e ao retorno constante de duas dentre elas que se devia aquela impressão de retraída e trêmula doçura...". Mas como se estivesse consciente dos abusos "reducionistas" aos quais dariam lugar as interpretações estruturalistas que estavam por vir, ele se recompõe rapidamente e acrescenta que "na verdade sabia que assim raciocinava, não sobre a própria frase, mas sobre simples valores que colocara, para comodidade da inteligência, no lugar da misteriosa entidade que havia vislumbrado..." (*in* "Um Amor de Swann", *No Caminho de Swann*, t. I, p. 288, Globo; t. I, p. 349, Pléiade). Sem se remeter, na verdade, a uma teoria preferencialmente a outra, Proust constantemente dá voltas em torno da mesma dificuldade: não pode aceitar o caráter evanescente, o *flou*, o vago das sensações de que é acometido. O acontecimento inaugural de sua obra, recorda-se, foi esse passeio atrelado, a Combray, durante o qual, pela primeira vez, ele conseguiu ir até o *fundo de sua impressão*"[4]; tratava-se então de exprimir com palavras este "algo assim como uma bela *frase*" que os deslocamentos relativos dos campanários de Martinville e de Vieuxvicq continham (*in* "Combray", *No Caminho de Swann*, t. I, p. 155, Globo; t. I, p. 181, Pléiade). Desta realidade "em estado nascente", ele só pode afirmar uma coisa: ela não advém unicamente de uma análise discursiva tal como a pode sustentar a linguagem humana. É a ela, ao contrário, que devemos nos dirigir para enriquecer a linguagem, para fecundá-la e engendrar uma nova discursividade em conexão direta com o que chamo de economia do desejo. "A supressão das palavras humanas — escreve Proust sempre a propósito da "frasezinha de Vinteuil" — longe de deixar ali reinar a fantasia, como se poderia crer, a tinha eliminado: jamais a linguagem falada foi tão inflexivelmente necessidade, jamais conheceu a tal ponto a pertinência das perguntas, a evidência das respostas" (*in* "Um Amor de Swann", *No Caminho de Swann*, t. I, p. 290, Globo; t. I, p. 351, Pléiade). E, anos após a redação de "Um Amor de Swann", Proust voltará, em *A Prisioneira*, a esta questão que, parece, não havia cessado de persegui-lo: "Aquelas frases, poderiam os musicógrafos assinalar-lhes o parentesco, a *genealogia*, nas obras de outros grandes músicos, mas só em virtude de razões acessórias, de semelhanças exteriores, de analogias mais engenhosamente achadas pelo raciocínio do que sentidas pela impressão direta. A que davam essas frases de Vinteuil era diferente de qualquer outra, como se, a despeito das conclusões que parecem resultar da ciência, *o individual existisse*" (*in A Prisioneira*, t. V, p. 216, Globo; t. III, pp. 255-256, Pléiade). Uma ciência do individual, eis sobre o que tropeça o pensamento de Proust, influenciado que era pela concepção cientificista da matéria, que então

reinava, inclusive nos meios científicos. Seja como for, sua religião é baseada ao menos num ponto: não se pode considerar a subjetividade humana como algo de indiferenciado e de vazio que seria preenchido e animado pelo exterior.[5] Toda a sua análise o conduz à apreensão de maquinismos abstratos transubjetivos e transobjetivos, dos quais nos fornece uma rigorosa descrição, e, não preciso dizer, de uma elegância suprema: "Mesmo quando não pensava na frasezinha, ela existia latente em seu espírito, da mesma forma que algumas outras noções sem equivalente, como as noções da luz, do som, do relevo, da volúpia física, que são as ricas posses com que se diversifica e realça o nosso domínio interior" (*in* "Um Amor de Swann", *No Caminho de Swann*, t. I, p. 289, Globo; t. I, p. 350, Pléiade). E quando, nas voltas de um parágrafo, a frasezinha de Vinteuil emite suas próprias opiniões (*in* "Um Amor de Swann", *No Caminho de Swann*, t. I, p. 288, Globo; t. I, pp. 348-349, Pléiade), substituindo, por um instante, três interlocutores habituais dessa "região" da *Busca* — Swann, o Narrador e o próprio Proust enquanto escrevedor — é sob sua face mais a-subjetiva, mais a-significante que, num breve instante, o agenciamento coletivo de sua enunciação se revela.

Nada predispunha Swann a se apaixonar por Odette. Freqüentador habitual dos salões principais, para se proteger de relações muito exclusivas, ele havia tomado por princípio equilibrar suas ligações com mulheres da alta sociedade, cortejando serventes de "carne sadia, abundante e rosada" (*in* "Um Amor de Swann", *No Caminho de Swann*, t. I, p. 164, Globo; t. I, p. 192, Pléiade). Que Odette tenha sido, no momento de seu encontro, uma "semi-mundana" — o que ele ignorava, ou melhor, se recusava inconscientemente a saber — não constituía, pois, em si, um obstáculo a que ele tivesse uma simples "aventura" com ela. Mas seu gênero de beleza não o "agradava". Foi ela quem ficou primeiro perdidamente apaixonada — ela confessava isso muito mais tarde ao Narrador. Ela arranjará todos os pretextos para o visitar ou para o atrair à sua casa. Aliás, sem nenhum resultado, durante muito tempo! Seu primeiro sucesso consistirá em fazê-lo aceitar ir a uma recepção em casa da Senhora Verdurin, sua protetora e seu único verdadeiro apoio no "mundo". Os salões funcionavam então como os "campos de iniciação" das tribos da alta sociedade. Swann chega à casa da Senhora Verdurin, mais ou menos como um etnólogo estabelece um primeiro contato com uma etnia desconhecida. As pessoas do salão Verdurin estavam, com efeito, bem abaixo de sua condição. E, no entanto, foi esse salão burguês, um pouco vulgar e algumas vezes francamente ridículo, que se tornou "o conversor semiótico" e mesmo a máquina infernal que iria subverter toda a sua existência.[6]

O agenciamento coletivo Verdurin põe em ação dois componentes de passagem.

— uma ladainha: "frasezinha de Vinteuil";
— uma constelação de traços de rostidade resultante da mistura de dois rostos: o de Odette e o de Céfora, uma figura bíblica extraída de um afresco de Botticelli.

Durante todo o período do "Amor de Swann", esses dois componentes têm um destino mais ou menos paralelo:

— ou subvertem a ordem dos outros componentes semióticos e esboçam transformações "liberadoras" na vida de Swann;
— ou abrem espaço para reterritorializações obsessivas e opressivas. (Mas é principalmente essa segunda perspectiva que se imporá.)

Durante o período do "amor do Narrador", período muito mais longo na economia do romance, tais componentes irão em sentidos geralmente divergentes:

— os traços de rostidade, depois de diferenciados e diagramatizados ao extremo, trarão, em reação, uma reterritorialização maciça da paixão do Narrador por Albertina e acabarão por perder toda a sua eficácia;
— a ladainha, por seu lado, não cessará de sair de si mesma, de se transversalizar, e conduzirá o Narrador a operar uma verdadeira e duradoura mutação micropolítica.

Assim, pode-se considerar que a parte do romance que é consagrada a Swann está dentro daquilo que chamo de esquizoanálise generativa (a das interações molares fracas, a dos objetos e das relações estratificadas) e que o resto da obra constitui uma retomada esquizoanalítica transformacional desse primeiro núcleo, dessa experiência passional que levou Swann à beira da loucura ("Que charme! Estou ficando um nevropata...!"; *in* "Um Amor de Swann", *No Caminho de Swann*, t. I, p. 263, Globo; t. I, p. 317, Pléiade).

Não poderemos apreender a natureza do "desfecho" do Tempo Redescoberto, isto é, do desencadeamento da *Busca* enquanto processo analítico do inconsciente maquínico, senão após haver seguido ao longo de toda a obra o movimento da alternância entre os componentes de ladainha e os componentes de rostidade. A "frasezinha de Vinteuil" aparece anteriormente no complexo Odette-Céfora. Ela cristaliza o novo agenciamento em estado puro, antes de qualquer encarnação rostitária, quando Swann, alguns meses antes de encontrar Odette, ouve pela primeira vez a música de Vinteuil. Sua paixão à primeira vista por essa seqüência musical desterritorializada permite a Swann esperar a "possibilidade de um certo rejuvenescimento"[7] (*in* "Um Amor de Swann", *No Caminho de Swann*, t. I, p. 178, Globo; t. I, p. 210, Pléiade). Mas a aparição de um buraco negro, neurótico, centrado na rostidade de Odette fará ruir todas as suas esperanças. Não somente ele não mais dominará o componente de ladainha, mas perderá além disso o controle que tinha, até então, dos componentes rostitários. A mutação maquínica, da qual a frasezinha de Vinteuil é portadora, o pega, com efeito, completamente desprevenido. Ele próprio não é músico e, ainda que esteja a par das transformações revolucionárias que a música conhece em sua época, ele não as vive verdadeiramente "de dentro". Sua posição, até aqui, era completamente outra em relação aos componentes icônicos. Ele é considerado um dos críticos de arte mais ouvidos dos salões aristocráticos: acompanha especialmente com grande competência os primeiros desenvolvimentos da arte moderna. E, de uma forma geral, um rosto novo não conseguiria desnorteá-lo por muito tempo; ele até adotou um procedimento bastante particular para "fixá-lo" ou para lhe dar um atrativo suplementar que consiste em associá-lo a uma tela que ele conhece bem. É seu modo, nos explica Proust, de conjurar seu "remorso de ter limitado sua vida às relações mundanas" (*in* "Um Amor de Swann", *No Caminho de Swann*, t. I, p. 188, Globo; t. I, p. 223, Pléiade). Ao fazer desse modo penetrar o mundo frívolo na arte, parece-lhe que ele o exorciza. Entretanto, pode-se pensar que esse procedimento tem por finalidade igualmente precavê-lo contra arrebatamentos passionais que o conduziriam a sair *efetivamente* de seu mundo, e não somente como explorador do salão Verdurin ou paquerador de empregadinhas. "Estetizando" seus encontros, ele sempre conseguiu "recuperar" e neutralizar todas as asperezas semióticas, todos os indícios maquínicos, as linhas de fuga e as cargas de desejo de ordem icônico. Desta vez, no entanto, seu procedimento não funcionará. A que se deve isso?

Qual é a origem desta potência devastadora do rosto de Odette? O que é que faz com que a constelação de traços de rostidade que a habita tenha a capacidade de desencadear um tal colapso semiótico? Será que não se trata, da parte de Swann, de uma "identificação regressiva" a um personagem materno? Da conseqüência de uma carência, nele, de um pólo simbólico paterno que o proibiria de "assumir" convenientemente sua "castração"? Bastaria abandonar-se, por um só instante, às fantasias psicanalíticas habituais, para reconstituir uma psicogênese tranqüilizadora. Afinal de contas, esta Céfora, cujo rosto se superpõe ao de Odette, não fora dada a Moisés por seu pai, o sacerdote Jetro, como penhor de seu retorno ao Deus de Abraão? E este afresco da Capela Sixtina não foi concebido como um contraponto entre a vida de Jesus e a vida de Moisés? Isso não nos indicaria que

estamos aqui num duplo registro: o de uma fixação arcaica de Swann num equivalente *imaginário* da má mãe-puta-filha incestuosa, e o de uma inscrição cristã essencialmente *simbólica* de uma falta originária da função paterna? Aliás, não é em conseqüência de seu casamento com Odette, e de uma sublimação de sua paixão incestuosa, que, na ocasião do caso Dreyfus, Swann conseguirá ulteriormente assumir sua condição judaica? Para que se interrogar, a partir disso, sobre a singularidade *desse* rosto, a matéria de expressão *dessa* frase musical, o agenciamento *desse* salão, as circunstâncias *dessa* conversão política?... Com um pouco de autoridade e muito blefe, poder-se-á sempre fazer entrar à força todos esses detalhes no quadro das interpretações psicanalíticas tradicionais. Por que recolocar em questão esse tipo de explicações que, hoje em dia, não parece mais ser problema para ninguém? Não pretendo certamente substituir um crivo de leitura por outro, que garantiria a "boa resposta". É o próprio princípio da interpretação que pretendo contestar. A análise do inconsciente deveria seguir — com seus riscos e perigos — todas as linhas do rizoma que constituem um agenciamento, sejam quais forem as matérias de expressão de seus componentes e os efeitos de buraco negro que eles desencadeiam, sejam quais forem as rupturas ou as reações em cadeia que um tal processo pode implicar... Ela não dirá, por exemplo, no caso de Swann, que a identificação não é nada! Mas a considerará simplesmente como um procedimento particular funcionando no quadro de agenciamentos particulares e a partir de componentes e de matérias de expressão particulares.[8] Considerada isoladamente, ela não apresenta interesse algum; ela não conseguiria dar lugar a nenhuma interpretação *a priori*, ou remeter a nenhum "matema" ou a nenhuma "imago" universal. A esquizoanálise se colocará uma questão totalmente diferente: por exemplo, será que tal comportamento, tal hábito, tal ritual, é chamado a ter um papel diagramático? Será que é concebível apoiar-se nele para transformar um agenciamento? E como sabê-lo, senão por uma compilação sistemática dos traços de singularidade, por uma paciente exploração não somente das "estradas asfaltadas" mas também de todos os atalhos, de todos os caminhos intransitáveis, e até mesmo daquilo que parece ser um beco sem saída? Os princípios gerais não nos serão de ajuda alguma quando se trata de determinar se tal componente de passagem poderá ou não continuar a funcionar fora de um campo pragmático dado. Devemos nos interrogar, por exemplo, sobre o fato de que a técnica de identificação rosto-retrato, tão importante no amor de Swann, não mais se encontra, nos amores do Narrador, enquanto que, em compensação, a frasezinha de Vinteuil, após um longo eclipse, terá um lugar essencial, desempenhando até um papel decisivo na "resolução" do romance. Constataremos que essa diferença não se deve a qualidades intrínsecas do componente icônico ou do componente de ladainha, mas unicamente ao fato de que este último é o único que consegue fazer "proliferar" a máquina da escrita. A música não terá sido, aqui, um "quebra-galho" sublimatório, abrindo uma via de derivação simbólica da libido, mas uma ferramenta essencial ao lançamento de uma máquina que catalisa novos componentes semióticos, liberando novas potencialidades de desterritorialização e acarretando, em compensação, crispações do ego, fazendo aparecer formações patológicas que se inserem como que por si próprias no seio de certas "inércias" sociológicas da época.

Não deveremos tampouco perder de vista que a frasezinha jamais será completamente idêntica a si própria, que nem sempre ela levará à mesma política no seio dos diversos agenciamentos em que a encontraremos, e que, de um campo a outro, será levada a pôr em primeiro plano e explorar aspectos diferentes de suas matérias de expressão. Será, pois, impossível que lhe seja assinalada uma única qualidade essencial, uma única função estrutural, como será quase sempre o caso — mas unicamente por razões contingentes — do componente icônico de rostidade. É todo um registro de traços maquínicos, de signos-partículas a-significantes que será aqui discernibilizado, posto em ação à mercê das diferentes consistências de campo e dos diferentes modos semióticos de eficiência dos agenciamentos de enunciação. *Indício maquínico a-significante* quando do "pressentimento" de um novo amor, no ano precedente ao encontro de Odette, a frasezinha se tornará uma espécie de *indicativo etológico*[9] da entrada de Swann no território dos Verdurin. Reduzida ao estado de lenga-lenga obsessiva, de ponto de amarra de um buraco negro em formação, isto é, de ponto de engolfamento tanto de tudo aquilo que faz o sentido da vida como das significações mais ordinárias, ela se anunciará igualmente como o canto do cisne da paixão de Swann por Odette, contribuirá mesmo para esclarecer certos aspectos neuróticos dela sem se transformar por isso em um componente de passagem diagramático que esboçaria uma radical renovação de sua existência. Swann, com efeito, jamais se recuperará completamente dessa crise amorosa. Alguma coisa nele permanecerá definitivamente rompida. O Narrador e o barão Charlus, confrontados por sua vez com o mesmo tipo de buraco negro passional, com o mesmo tipo de neurose de ciúme, terão, eles também, que enfrentar provas iniciáticas similares (comportando igualmente a intrusão em sua vida de um componente musical hiperdesterritorializado). Mas eles se engajarão em vias radicalmente opostas.

O barão Charlus se afundará até a completa decadência em sua paixão ciumenta por UM MÚSICO, enquanto o Narrador utilizará seu amor e seu conhecimento DA MÚSICA para desmontar um mecanismo passional contra o qual ele se rebela e operar em si mesmo uma profunda revolução que lhe permitirá consagrar-se de corpo e alma à sua obra. Tal como um herói híbrido do mundo grego e do Antigo Testamento, o Narrador só poderá acabar com os obstáculos que barram seu caminho com a condição de *ele próprio conduzir ao sacrifício as pessoas que lhe são mais caras*: sua avó, sua mãe, Albertina. Para aceder a um certo tipo de *devir feminino*, que constitui o motor essencial de sua criação, será preciso destruir tudo o que o ligava ao mundo das mulheres. A dupla morte de Odette — com aquilo que contém de artifício — não poderia, a meu ver, ser explicada diferentemente. No final das contas, a chave do enigma passional do agenciamento Swann-Charlus-Narrador não tem nada a ver com o drama de Édipo, relaciona-se antes com uma descoberta surpreendente relativa ao destino de Orfeu, pois foi ele e mais ninguém quem precipitou Eurídice aos Infernos e ele só usa seus poderes musicais para fazê-la ressuscitar a fim de ter oportunidade de renovar seu sacrifício, manifestando assim abertamente que ele acabou mesmo com aquela espécie de paixão que o paralisou por tanto tempo.[10]

Proponho-me a estudar presentemente os diferentes agenciamentos de enunciação da "frasezinha" que balizam a *Busca*.[11] Descreverei sumariamente as circunstâncias, o contexto que os caracterizam, e também as diversas matérias de expressão que eles põem em ação. A propósito de cada um deles, tentarei destacar a resultante micropolítica que me parece mais significativa. (Existe, por exemplo, um componente dominante, um componente de passagem, uma abertura rizomática, um efeito de arborescência, de buraco negro, etc.)[12]

NOTAS

(1) Merleau-Ponty, *Phénoménologie de la Perception*, Gallimard, pp. 263-274. (N. do Trad.: Em português, *Fenomenologia da Percepção*, Livraria Freitas Bastos, 1971.)

(2) "Como diante daquela xícara de chá, as *sensações de luz, de rumores claros, de ruidosas cores* que Vinteuil nos enviava do mundo em que compunha, faziam passear em minha imaginação com insistência, mas com demasiada rapidez para que ela pudesse apreendê-la, alguma coisa que eu poderia comparar à seda olorosa de um gerânio. Somente, ao passo que, na lembrança, esse vago pode ser, se não aprofundado, ao menos tornado mais preciso graças a uma sinalização de circunstâncias, que explicam por que um *certo sabor* pôde lembrar-nos sensações luminosas, como as sensações vagas dadas por Vinteuil, viessem não de uma lembrança, mas de uma impressão (como a dos campanários de Martinville), seria preciso achar para a *fragrância de gerânio* de sua música não uma explicação material, mas o equivalente profundo, a festa desconhecida e colorida (de que suas obras pareciam os fragmentos desconjuntados, as lascas de escarlates fraturas), modo segundo o qual ele 'ouvia' e projetava fora de si o universo" *in A Prisioneira*, tomo V, p. 321 de *Em Busca do Tempo Perdido*, Marcel Proust, Globo, RJ, 1948; no original, tomo III, p. 375 de *A la Recherche du Temps Perdu*, Bibliothèque de la Pléiade, Gallimard). N. do Trad.: Para todas as citações ulteriores, mencionaremos apenas o tomo e a página das supracitadas edições brasileira e francesa. De um modo geral, a tradução brasileira citada foi integralmente reproduzida. Somente em alguns trechos optamos por outras soluções de tradução. Os grifos que aparecem no interior das citações são de Guattari.

(3) Proust começou a redação de *Em Busca do Tempo Perdido* mais ou menos nos mesmos anos em que F. de Saussure, em Genebra, dava seu célebre *Curso de Lingüística Geral*.

(4) O que nestes ensaios tento exprimir pelo verbo: semiotizar.

(5) O campo aberto pela música não se reduz a um teclado de sete notas mas a um teclado incomensurável, ainda quase todo desconhecido. Os grandes artistas descobrem novos universos e nos mostram "que riqueza, que variedade oculta, sem o sabermos, esta grande noite indevassada e desalentadora de nossa alma, que consideramos como vazio e nada" (*in* "Um Amor de Swann", *No Caminho de Swann*, t. I, p. 288, Globo; t. I, p. 350, Pléiade).

(6) Proust descreveu notavelmente o caráter de agenciamento coletivo de enunciação dos salões mundanos, em particular em *Sodoma e Gomorra*: "... nem mesmo os salões podem ser pintados numa imobilidade estática que até agora pode convir ao estudo dos caracteres, os quais também deverão ser como que arrastados num movimento quase histórico" (*in Sodoma e Gomorra*, t. IV, p. 116, Globo; t. II, p. 742, Pléiade). Em outro lugar, ele os compara a um organismo vivo: "Para Swann, (...), a presença de Odette dava àquela casa uma coisa que faltava em todas as outras em que era recebido: uma espécie de *aparelho sensitivo*, de *rede nervosa* que se ramificava por todas as peças e lhe trazia ao coração constantes excitações" (*in* "Um Amor de Swann", *No Caminho de Swann*, t. I, p. 191, Globo; t. I, p. 226, Pléiade).

(7) "... a plenidade de impressões que fruía desde algum tempo, embora lhe tivesse vindo antes com o amor da música, houvesse também enriquecido seu gosto pela pintura..." (*in* "Um Amor de Swann", *No Caminho de Swann*, t. I, p. 189, Globo; t. I, p. 223, Pléiade). Este revigoramento ganho pela pintura será de curta duração; abater-se-á, também, no processo de buraco negro de desabamento semiótico que caracterizará sua paixão por Odette.

(8) A análise diferencial das obras de Kafka e de Proust que eu sugeria anteriormente conduziria provavelmente a desvendar um funcionamento muito diferente, num e noutro, das *matérias de expressão* icônicas (por exemplo, em Kafka, é mais um quadro que se refere a uma foto e, em Proust, é mais uma foto que se refere a um quadro).

(9) Desenvolvendo-se, no essencial, no prolongamento da etologia animal, a etologia humana se ligou, até o presente, sobretudo ao estudo dos componentes mais visíveis, mais territorializados dos comportamentos humanos. Mas uma inversão dessa relação de dependência não é inconcebível e todas as esperanças são permitidas quando um etólogo como W. H. Thorpe vem declarar, a esse respeito, que algumas características tão fundamentais do comportamento humano quanto a linguagem articulada, o manejo dos conceitos de número, o uso de símbolos, apreciações e mesmo criações artísticas, não estão absolutamente ausentes do mundo animal. W. H. Thorpe, *Learning and Instinct in Animals*. Methuen and Co., London, 1969, p. 469.

(10) A questão da morte do objeto amado se colocará de forma inteiramente diferente para o Narrador e para o barão Charlus. Este último tinha previsto realmente assassinar Morel (*in* "O Tempo Redescoberto", t. VII, pp. 74-75, Globo; t. III, pp. 804-805, Pléiade), enquanto que os "assassinatos" de que o Narrador se acusa revelam somente o encadeamento de circunstâncias que ele não conseguiu ou não quis desviar. "... me parecia que, por causa de minha ternura unicamente egoísta, eu havia deixado Albertina morrer, como havia assassinado minha avó" (*in* "A Fugitiva", t. VI, pp. 61-65, o trecho p. 65, Globo; t. III, pp. 496-501, o trecho p. 501, Pléiade). A morte de Albertina não procede de uma "pulsão criminal" do Narrador como o que sugere Charlus quando manifesta uma intenção mortífera em relação a Morel; ela concerne menos aos PERSONAGENS do que ao PROCESSO criativo do romance, ela é chamada pela perspectiva de uma renovação radical das situações e dos agenciamentos de enunciação.

(11) N. do Trad.: Este trabalho do autor encontra-se nos outros ensaios de *L'Inconscient Machinique* que com esse formam a unidade "Les Ritournelles du Temps Perdu" ("As Ladainhas do Tempo Perdido").

(12) Não farei, nesse ensaio, nenhuma referência explícita ao livro de Gilles Deleuze, *Proust et Les Origines* (PUF), ainda que me tenha constantemente inspirado nele. No entanto teria sido necessário que eu o citasse em cada página! Não fiz tampouco referência ao livro de Georges Matoré e Irène Mecz, *Musique et Structure Romanesque dans la Recherche du Temps Perdu* (Ed. Klincksieck), não tendo tomado conhecimento dele senão depois de ter realizado minha própria pesquisa sobre a "frasezinha de Vinteuil". É lamentável que os autores desta obra extremamente cuidada e documentada, por não terem sabido resistir às mais escolares interpretações psicanalíticas, não nos proponham senão explicações reducionistas do papel da música em *A Busca*, que se limitaria, segundo eles, seja a uma função sublimatória das pulsões obsessivas ou perversas de Proust, seja a uma simples ilustração de seu pensamento.

Falação em torno de velhas estruturas e novos sistemas*

Partamos de duas definições:

1) A definição de estrutura dada por Lévi-Strauss:

"... para merecer o nome de estrutura, os modelos devem, exclusivamente, satisfazer quatro condições.

"Em primeiro lugar, uma estrutura oferece um caráter de sistema. Ela consiste em elementos tais que uma modificação qualquer de um deles acarreta uma modificação de todos os outros.

"Em segundo lugar, todo modelo pertence a um grupo de transformações, cada uma das quais corresponde a um modelo da mesma família, de modo que o conjunto dessas transformações constitui um grupo de modelos.

"Em terceiro lugar, as propriedades acima indicadas permitem prever de que modo reagirá o modelo, em caso de modificação de um de seus elementos.

"Enfim, o modelo deve ser construído de tal modo que o seu funcionamento possa explicar todos os fatos observados."[1]

2) A definição de sistema dada por Gilles Ladrière:

"Um sistema é um objeto complexo, formado de componentes distintos ligados entre si por um certo número de relações. Os componentes são considerados como subsistemas, o que significa que entram na mesma categoria de entidades que os conjuntos aos quais pertencem. Um subsistema pode por sua vez ser decomposto em subsistemas de ordem inferior ou ser tratado (pelo menos provisoriamente) como um sistema indecomponível, isto é, como um sistema reduzido a um único elemento.

"A idéia essencial é que o sistema possui um grau de complexidade maior que suas partes, ou melhor, possui propriedades irredu-

tíveis às de seus componentes. Esta irredutibilidade deve ser atribuída à presença de relações que unem os componentes. Poderemos falar, nesse caso, de relações definidoras."[2]

Um fato social, na medida em que se submetesse às exigências estruturais lévi-straussianas, só teria que "ficar bem comportadinho". Quero dizer que sua consistência deverá se aproximar mais da de um fenômeno homeostático inanimado — por exemplo, um estado de equilíbrio termodinâmico — do que da de uma realidade viva, capaz de inovações e mutações. Uma estrutura desse tipo se comporta, em relação ao seu objeto, como um corpo axiomático em relação ao seu universo matemático. Não se contenta em exigir — o que seria o mínimo — que suas partes permaneçam interdependentes do todo; pretende reger a totalidade de seu campo de realidade como um déspota que determinaria previamente os fatos e gestos de seus súditos, que programaria as conseqüências de todos os acontecimentos que poderiam vir a ocorrer, de todos os encontros que poderiam se dar. Comporta-se, em suma, como o sujeito sobrecodificador, o superego, o supersujeito do conjunto material e semiótico ao qual ela se aplica. Mas um supersujeito mecanicista, enrijecido, morto, ou, se quiserem, um supersujeito da morte.

Um sistema, embora requerendo uma consistência rigorosamente formalizável das interações que o constituem, parece ter exigências menos despóticas que uma estrutura desse tipo. Ele não implica em uma abrangência totalitária das singularidades recolhidas em seu curso e se contenta com um mínimo de garantia de existência das correspondências que ele estabelece entre o objeto estudado e ele próprio. Um sistema não rege o conjunto do território ao qual se aplica; não só tolera as singularidades que encontra, mas pode até ser influenciado por elas. Além do mais, pode ficar fora desse território, comportando-se diante dele segundo um modelo do tipo "esquema diretor". Levantar interações sistêmicas, por exemplo, na circulação de automóveis da cidade de Paris, não implica que se pretenda chegar a uma descrição estrutural exaustiva. Modificar um subsistema pode levar a uma mudança de sistema e, aos poucos, arrastar este último para um desvio evolutivo. Por outro lado, nenhuma modificação em uma de suas subestruturas poderia provocar um tal processo dentro de uma estrutura. Ou ela se adapta localmente à mudança, ou ela se rompe. Na melhor das hipóteses, ela poderá se engajar, entre esses dois extremos, numa morfogênese que se refira a metaestruturas que lhe sejam homeomorfas. Certamente não se troca de sistema como de camisa, e o interesse das teorias sistêmicas reside precisamente no fato de se proporem a formalizar as condições de tais mudanças.

Mesmo considerando a evolução dos costumes e das modas nesse campo, creio que se pode considerar que a abordagem sistêmica atual apresenta-se como menos "possessiva" que a abordagem estrutural, em voga nos anos 60. É verdade que nenhum estruturalista nunca pensou em respeitar as exigências da definição lévi-straussiana e que todos tinham mais ou menos enfatizado o caráter de abertura das estruturas que estudavam. Pouco importam agora as escaramuças entre seguidores das diversas escolas. Digamos apenas que pode parecer cômodo hoje distinguir uma abordagem estruturalista mais globalizante de uma abordagem sistêmica mais prospectiva, mais aberta para a mudança. Essa questão da centralização da estrutura em uma chave operatória, em um supersujeito que supostamente garante sua homogeneidade, pode nos orientar no sentido de tentar distinguir melhor as vantagens e os inconvenientes das fórmulas presentes e de nos encaminhar para uma outra direção: a dos agenciamentos. O supersujeito estrutural está enquistado no seio do "grupo de modelos" ao qual se refere Lévi-Strauss. Ele é que confere a unidade totalizante, o caráter de grupo aos diferentes sistemas de modelização. Por sua vez, a "subjetividade" sistêmica parece desenvolver-se de modo mais linear. Os subsistemas, os sistemas e os supersistemas podem começar a proliferar a partir das mesmas raízes — contanto que respeitem as cláusulas já citadas de relações definidoras (o que, aliás, parece colocar um sério problema).

Ao enquistamento do supersujeito corresponde o caráter de reversibilidade inerente aos modos de temporalização das relações estruturais. Dentro do campo relativamente fechado da estrutura, os componentes vão e vêm, não param de voltar aos seus estados *iniciais*. Os sistemas que Ilya Prigogine e Isabelle Stengers nos descrevem, podem, ao contrário, desenvolver-se segundo modos de temporalização interna e irreversível. Engajam-se, então, em "zonas de escolha" de onde surgirão novos estados sistêmicos, modificando profundamente as leis dos estados anteriores.[3]

Parece que, de um modelo para o outro, ganhamos uma condição melhor das singularidades, que parecem conservar um direito à existência, uma legitimidade e mesmo certos "graus de liberdade" na teoria dos sistemas. Mas será que com isso ultrapassamos uma etapa decisiva que nos permitiria alcançar verdadeiros motores subjetivos dos agenciamentos de enunciação?

Foi por convenção, e também por provocação, que chamei de supersujeito a instância que mantém juntos os componentes de uma estrutura, que garante a consistência de seu metabolismo interno, que instaura sua individuação, que regula suas interações externas. Foi

também para tentar acompanhar o que acontecerá com essa problemática, quando for transferida para o campo dos sistemas e depois para o dos agenciamentos de enunciação. A hipótese subjacente a essa extrapolação é que, se existe um sujeito em algum lugar, na "chegada", do lado do mundo real, é preciso que ele exista em toda parte, de outras formas, pelo menos potencialmente. Algo como uma proto-subjetividade. Pouco importa que nome lhe daremos, contanto que nos permita diferenciar uma subjetividade sistêmica do sujeito da estrutura. Longe dos estados de equilíbrio, as "chaves" sistêmicas se modificam, entram em efervescência.

Não se trata mais de uma única chave-sujeito da estrutura, mas de uma série evolutiva de chaves, melhor dizendo, de um processo de subjetivação. Trata-se de destacar o fato de que a escalada das relações definidoras entre os subconjuntos e os conjuntos sistêmicos não leva a um jogo, do tipo "mecânico", visto que seu ponto de chegada não é necessariamente idêntico a uma "soma" dos sistemas constitutivos e que um enriquecimento dos últimos é possível no decorrer da agregação.

Os estruturalistas tiveram o mérito de colocar a questão do sujeito, sem contudo resolvê-la. Os sistematas terão talvez o mérito de renovar a questão do tempo e dos modos internos de temporalização. Mas fica em suspenso a questão da história em seus aspectos mais radicais de inovação e de criatividade.

O tempo irreversível do sistema não é ainda o tempo da história. A irreversibilidade intra-sistêmica fica fora do verdadeiro núcleo do agenciamento que abriga o que eu denominaria seu "capital de possível".[4] O cálculo sistêmico é concebido de modo a permitir a previsão do *retorno ao estado inicial do possível*, a reconstituição dos dados do sistema de partida. Mas é claro que a história não se presta nunca a este tipo de formalização. Não podemos conceber, por exemplo, a recomposição das condições que engendraram a Revolução Francesa ou a Revolução de Outubro, a não ser num romance ou no cinema. O "sistema" da história real escapa radicalmente de qualquer tentativa desta natureza.

Uma teoria dos agenciamentos (agenciamentos "maquínicos" e/ou agenciamentos de enunciação) partirá de um outro enfoque. Nem sujeito transcendente estrutural, nem processo formal de subjetivação sistêmica, o núcleo "maquínico" do agenciamento opera uma concatenação direta dos fluxos, dos códigos, das realidades materiais, dos modos de representação, sem que jamais lhe seja possível "voltar atrás". Irreversível, seu processo aqui é irreversível simultaneamente

ao nível do tempo, da experimentação e dos cálculos relativos a ambos. A história não repete nunca duas vezes os mesmos cálculos. Tal seria o princípio dos mapas diagramáticos da esquizoanálise. Nunca aparece duas vezes o mesmo complexo; de modo que seria absurdo pretender designar qualquer um deles com um nome genérico ("Édipo", "Castração", etc.). A realidade só tinha que "ficar bem comportadinha" dentro de uma axiomática estrutural; a mudança sistêmica permanecia pré-programada dentro de uma certa ordem probabilística.

De modo diferente, a realidade e o tempo do agenciamento "prendem-se" ao acontecimento. A história agencia sem retorno possível às suas criações, suas criaturas e seus modos de temporalização específicos. Os agenciamentos históricos não originam a individuação, a corporização de seus objetos a partir de um sujeito ou de um processo de subjetivação: ela os encontra ou não os encontra em suas trajetórias, que têm de particular o fato de resistirem a qualquer programação e só se prestarem a um trabalho de cartografia.

Um agenciamento pode cair dentro da reversibilidade estrutural ou do telecomando do possível sistêmico. Será apenas um caso de figura, inerente ao seu próprio capital de possível, de modos particulares de marcar o tempo, como tempo suspenso, como ladainhas, que não afetarão sua irreversibilidade fundamental. O tempo da história não é nem interno, nem universal, é o tempo da "intervenção" dos diferentes modos de temporalização, é o tempo no estado nascente, o tempo "maquínico" da diferenciação entre um dentro e um fora, entre um estrato e um processo.

Os estruturalistas e os sistematas desenvolveram toda espécie de procedimentos para afinar a análise do "déjà là". Sua contribuição não é absolutamente desprezível e a fecundidade de suas pesquisas não se discute. Mas não se pode esperar que suas previsões sejam mais que simples projeções do "déjà là" no futuro. Nenhum deles está em condições de "calcular" o novo, a mutação, a revolução, ou então trata-se de falsas mutações, falsas revoluções, redundâncias do passado (ou, pior ainda, uma política dissimulada de defesa do conforme, do normativo). Um agenciamento coletivo, na medida em que traça seu próprio caminho através das estruturas e dos sistemas, não é nem estrutural nem sistêmico. O que não significa que alguns de seus aspectos não possam ser estudados sob tais perspectivas. Às máquinas vivas, às máquinas que gerem uma parte de seu próprio destino e do seu ambiente, deve ser reconhecida a capacidade de criar verdadeiramente algo de novo, isto é, algo que não esteja inscrito nem no mundo das formas ideais, nem no da repetição estrutural ou da previsão sistêmica.

Mas qual poderia ser a natureza desse outro possível que seria então capaz de se desgarrar do "déjà là"? O que pode haver de novo a partir do momento em que estamos lidando com energia, matéria, constantes universais... Eu ficaria tentado a abordar esta questão recorrendo ao mesmo tipo de princípio que me conduzia antes a fazer a hipótese de uma proto-subjetividade cósmica. Se deve haver história na chegada... é porque já havia no princípio, por toda parte. A história do cosmos, como a do mundo humano — mas segundo outros tempos, outras ladainhas — é a de uma deriva, uma desterritorialização multiforme que se agarra a encontros singulares, que estratifica, estabiliza casos de espécies. Assim, a postulação de leis eternas para esta história do cosmos me parece apresentar os mesmos inconvenientes que para a história humana. Um "deslizamento" infinitamente retroativo e prospectivo das leis da natureza nos precipitaria em um sistema de limite absoluto da criatividade potencial dos tempos e dos estados que lhes cabe ordenar, em direção a um aquém e um além intransponíveis do campo da "inovação" cósmica, a um apocalipse de recuperação geral, a partir do qual tudo poderia ser repensado, recalculado, refeito. Semelhante idéia de uma parada da desterritorialização não pode ser sustentada. No tempo zero ou no tempo terminal, todas as coordenadas espácio-temporais cairiam por terra. Ainda que não houvesse mais nada para contar, apareceria retroativamente a precariedade de todo e qualquer cálculo. Justamente pelo fato de o "déjà là" ser solidamente calculável é que o futuro está cheio de potencialidades imprevisíveis. A legitimidade das leis só diz respeito ao passado desse "déjà là" e a um futuro calcado nesse passado, um futuro probabilístico, um futuro livre de toda improbabilidade maior, em outras palavras, de todo acontecimento singular. Assim, é a própria idéia de recapitulação sistêmica do "déjà là" que é contrária ao tempo da história. Resta o recurso de se entregar a uma instância transcendente. Mas, supondo que um deus das estruturas e dos sistemas um dia tivesse a idéia — tão absurda — de vir à existência, podemos admitir que ele certamente seria incapaz de assumir a parada dos tempos implicada:

1) pela reversibilidade estrutural;
2) pela excessivamente relativa irreversibilidade sistêmica.

Um deus eterno, fora do tempo, não conseguiria nunca sair de seu buraco negro. Em perpétua implosão, ele permanecerá impotente, catatônico, sem controle sobre qualquer realidade — quer ele tenha ou não o capricho de inventar um filho e atirá-lo na história! (O milagre da Encarnação, na verdade, se inscreve em um modo ainda muito "calculador" no registro do possível. O único milagre que me pareceria convir ao universo das singularidades verdadeiras seria o de um deus *absolutamente* improvável, infinitamente afastado de qualquer zona de equilíbrio probabilístico, em resumo, sem existência possível. Este deus de pura especulação, sem relação com o que quer que haja de tangível, é, no fundo, *o conjunto das singularidades*, na medida em que um tal conjunto é impossível por essência, sua existência escapando por todos os lados a uma velocidade infinita. Então, depois da teoria dos subconjuntos vagos, a dos conjuntos impossíveis...)

Em resumo, a estrutura *expulsa* as singularidades, e, por isso mesmo, expulsa a história. A propósito, um psicanalista estrutural não poderia ser mais malandro que o bom deus! As singularidades que transitam pelas palavras, pelos signos não verbais, pelos sintomas físicos de seu paciente não lhe servem para nada: para ele só resta a estrutura da mensagem que ele batizará complexo disto ou daquilo e que não poderá senão escapar às contingências históricas. Em princípio, o sistema não expulsa as singularidades, ele as *extrai*, para explorá-las para seus próprios fins. Desta extração resulta uma perda de substância do agenciamento, um deslastro dos traços de heterogeneidade que especificam suas singularidades. O acontecimento, os traços singulares, que para os estruturalistas eram apenas artefatos, resíduos, inimigos da alegria de estruturar, tornaram-se para os sistematas pontos de declinação de um possível "em conserva", catalisadores de "zonas de escolha relativas". Da perspectiva dos agenciamentos "maquínicos", as singularidades podem igualmente ser levadas a essas diversas condições de resíduos, de objetos parciais, ou de esboços de uma mudança calculável. Mas não deixam de constituir o lugar de um outro possível a partir do qual poderá se desenvolver um antes e um depois, rupturas, coordenadas de espaço, de tempo, de substância. Não qualquer substância! Mas aquelas que conferem, em última análise, sua consistência, sua compacidade aos agenciamentos em que habitam (por isso são elas que datam e designam autenticamente os agenciamentos). A consistência precede a existência. O acontecimento singular da "tomada de consistência" gera os tempos, os espaços e as substâncias próprias dos agenciamentos. Enquistadas, teleguiadas ou em estado livre — isto é, no estado de perpétuo nascimento —, são as singularidades que produzem territórios desterritorializando outros, que inventam novos agenciamentos, que secretam processos inéditos de semiotização e de subjetivação. Estão na raiz dos agenciamentos de enunciação antes mesmo que qualquer coordenada seja desenvolvida, que qualquer produção tenha sido programada. Só a singularidade é criadora de processo singular, isto é, de história.

NOTAS

(1) *In Antropologia Estrutural*, Cap. XV, I, p. 316, Tempo Brasileiro, RJ, 1975.

(2) Encyclopediae Universalis. J. Ladrière, artigo: "Systèmes".

(3) Cf. *La Nouvelle Alliance*, Ilya Prigogine e Isabelle Stengers, Gallimard, 1979.

(4) Cf. "L'Inconscient Machinique".

O inconsciente maquínico e a revolução molecular*

Os comportamentos individuais e coletivos são regidos por múltiplos fatores. Alguns são de ordem racional — ou parecem ser — como, por exemplo, os que se podem tratar em termos de relação de força ou de relações econômicas. Outros, ao contrário, parecem depender principalmente de motivações passionais, sendo difícil decifrar suas finalidades e podendo, às vezes, conduzir os indivíduos e os grupos implicados a agir contrariamente aos seus interesses manifestos.

Há muitas maneiras de abordar esse "avesso" da racionalidade humana. Pode-se negar o problema ou reduzi-lo ao domínio da lógica habitual, da normalidade e da boa adaptação social. Considerar-se-á, afinal, que o mundo dos desejos e das paixões se reduz a uma perturbação no conhecimento objetivo, um "ruído", no sentido em que a teoria da informação emprega esse termo. Dessa perspectiva, nada mais resta que tentar corrigir tais falhas, de modo a retornar às normas dominantes. Inversamente, pode-se considerar que esses comportamentos dependem de uma lógica diferente, que deve ser estruturada como tal. Em vez de abandoná-los à sua irracionalidade aparente, vamos então tratá-los como uma espécie de matéria-prima, como uma espécie de mineral de que se podem extrair elementos essenciais à vida da humanidade, especialmente à sua vida de desejo e às suas potencialidades criativas.

Segundo Freud, esta era a tarefa à qual a psicanálise devia se dedicar. Mas até que ponto ela cumpriu esse objetivo? Tornou-se realmente uma nova química do psiquismo inconsciente, ou não passa de uma espécie de alquimia, cujos mistérios evaporaram com o tempo e cujas simplificações, cujo "reducionismo", são cada vez menos tolerados, quer por ação de suas correntes ortodoxas ou de seus ramos estruturalistas?

Após longos anos de formação e de prática, fui chegando à conclusão de que a psicanálise devia reformar radicalmente seus métodos e suas referências teóricas, caso contrário estaria condenada a vegetar na esclerose e no conformismo que a caracterizam atualmente, ou até mesmo a perder toda credibilidade e a desaparecer completamente. O que, eu insisto, me pareceria prejudicial por muitas razões. Pouco importa, creio eu, que as sociedades, as escolas psicanalíticas e a própria profissão de psicanalista desapareçam, contanto que a análise do inconsciente subsista enquanto prática, segundo novas modalidades.

Em primeiro lugar, creio que é a própria concepção de inconsciente que deve ser revista. Não sei como é no México, mas na Europa o inconsciente faz parte da bagagem mínima de toda e qualquer pessoa.

Ninguém duvida de sua existência. Fala-se dele como da memória ou da vontade, sem se perguntar muito o que é, na verdade. O inconsciente deve ser alguma coisa que fica no fundo da cabeça, uma espécie de caixa preta onde estão armazenados os segredos íntimos, os sentimentos confusos, as segundas intenções suspeitas. Em todo caso, algo que deve ser manejado com cuidado.

Sem dúvida, os psicanalistas por profissão não se contentam com uma definição assim tão vaga. Exploradores ou conservadores de um domínio que consideram seu, eles têm ciúmes de suas prerrogativas. De acordo com eles, não poderíamos ter acesso ao mundo do inconsciente senão depois de uma longa e custosa preparação, depois de uma espécie de ascese extremamente controlada. Para ter sucesso, a análise didática, bem como a análise dos não iniciados, exige muito tempo e requer o estabelecimento de um dispositivo muito particular (relação de transferência entre o analista e o analisado, condução da anamnese e da exploração das identificações e das phantasias pela supressão das resistências e pela interpretação, etc.).

Este inconsciente, que se supõe existir no coração de cada indivíduo e ao qual, entretanto, nos referimos a respeito de tudo — neuroses, psicoses, vida cotidiana, arte, política, etc. —, seria, então, essencialmente um assunto de especialistas. E o que há de espantoso nisso? Atualmente, muitas coisas que, antes, pareciam pertencer ao domínio comum para todo o sempre, aos poucos acabam caindo nas mãos de especialistas. A água, o ar, a energia, a arte estão em vias de se tornar propriedades privadas!

E por que não a phantasia e o desejo?

É de uma concepção de inconsciente muito diferente que eu gostaria de falar hoje. Não de um inconsciente de especialistas, mas de um campo ao qual cada um poderia ter acesso tranqüilamente e sem preparo especial, um território aberto de todos os lados às interações sociais e econômicas, diretamente ligado às grandes correntes históricas, e, portanto, não exclusivamente centrado nas disputas de família dos heróis trágicos da Antiguidade grega. Este inconsciente, eu o denominarei "esquizoanalítico", por oposição ao inconsciente psicanalítico, porque se inspira mais no "modelo" da psicose do que no das neuroses a partir das quais foi construída a psicanálise. Eu o qualificaria igualmente de "maquínico", porque não está essencialmente centrado na subjetividade humana, mas participa dos mais diversos fluxos de signos, fluxos sociais e fluxos materiais. Os antigos territórios do Ego, da família, da profissão, da religião, da etnia, etc., desfazem-se uns após os outros — se desterritorializam. Não existe mais nada evidente no registro do desejo. É porque o inconsciente moderno é constantemente manipulado pelos meios de comunicação, pelos Equipamentos Coletivos, pelos especialistas de todo tipo, que não podemos mais nos contentar hoje em defini-lo simplesmente em termos de entidade intrapsíquica, como fazia Freud na época em que elaborou suas diferentes tópicas. Isso não significa que o inconsciente maquínico seja necessariamente mais padronizado, mais "impessoal" ou arquetípico que o inconsciente tradicional. Sua missão é a de abranger tanto mais as singularidades individuais quanto "amarra" mais intensamente as forças sociais e as realidades históricas. Portanto, as problemáticas nele inseridas não poderiam mais depender exclusivamente do domínio da psicologia. Elas compreendem as "escolhas de sociedade" mais fundamentais: o "como viver" num mundo transpassado em todos os sentidos por sistemas maquínicos que tendem a expropriar toda singularidade, toda vida de desejo.

Convém notar, entretanto, que o novo modelo de inconsciente aqui proposto não se opõe termo a termo ao antigo modelo psicanalítico. Retoma alguns de seus elementos, ou ao menos os reconstitui a título de variantes, de casos de figuras possíveis. Na verdade, existe uma fórmula de inconsciente circunscrito num espaço intrapsíquico fechado e no qual se acumulam materiais mentais recalcados por ocasião das primeiras fases da vida psíquica. Não se pode desconhecer que esse território imaginário, esse espaço maldito dos desejos proibidos, espécie de principado secreto, de Estado dentro do Estado, tende a impor sua lei ao conjunto do psiquismo e dos comportamentos. Essa fórmula de inconsciente privado, personológico, familialista, edipiano, teve, aliás, uma grande importância em nossas sociedades, pois nela se apóia todo o sistema de culpabilização, de interiorização das normas que permite que elas funcionem. Mas, eu repito, trata-se apenas de um caso de figura do inconsciente, e não de todo o incons-

ciente. Existem outras possibilidades de funcionamento e cabe a um novo tipo de análise descobri-las e promovê-las.

Lembramo-nos que no modelo freudiano o inconsciente resultava de um duplo movimento: de um movimento de repulsão dos "representantes pulsionais" que o consciente e o pré-consciente não podiam tolerar (enunciados, imagens, phantasias proibidas) e de um movimento de atração originado a partir de formações psíquicas recalcadas desde sempre no inconsciente: recalque primário. Os conteúdos marcados com o rótulo de proibido transitariam primeiro pelo consciente e pré-consciente e depois cairiam inelutavelmente nessa espécie de "inconsciente-descarga" que é regido por uma sintaxe particular denominada processo primário (exemplo dessa sintaxe: os mecanismos de condensação e de deslocamento que atuam no sonho). Nada, nesse duplo movimento, autoriza a possibilidade de processo criativo. Tudo está previamente determinado, todos os percursos estão marcados. De forma diferente do inconsciente maquínico, aberto a todos os possíveis, o inconsciente psicanalítico está programado como um destino.

No lugar de uma pesada maquinaria de dois tempos — sistema de recalque-atração do inconsciente clássico —, o inconsciente esquizoanalítico faz proliferar todo um conjunto de máquinas desejantes. Agora não se trata mais de "objetos parciais" tipificados — o seio, as fezes, o pênis, etc. —, mas de uma multidão de objetos singulares, heterogêneos uns em relação aos outros, articulando-se em constelações funcionais nunca redutíveis a complexos universais.

* * *

Recapitulemos as principais características do inconsciente maquínico:

1) Não é a sede exclusiva de conteúdos representativos (representação de coisas, representação de palavras, etc.), mas o lugar de *interação entre componentes semióticos e sistemas de intensidade os mais diversos* (semióticos lingüísticos, semióticos "icônicos", semióticos etológicos, semióticos econômicos, etc.). Em outras palavras, não corresponde ao célebre axioma formulado pelo Dr. Lacan, quando afirma que o inconsciente é "estruturado como uma linguagem".

2) Seus diferentes componentes *não dependem de uma sintaxe universal*. A disposição de seus conteúdos e de seus sistemas de intensidades (tal como pode se manifestar no sonho, nas phantasias, nas pulsões) é singular e não se presta a procedimentos analíticos reducionistas, do tipo complexo de castração, complexo de Édipo. Tais casos de figura existem, mas unicamente a título de casos particulares,

ligados a tal ou qual área cultural ou social, ou a determinada estrutura psicopatológica que aparece em contextos bem definidos.

3) *As relações inconscientes que se estabelecem entre os indivíduos também não dependem de estruturas universais*, como a corrente estruturalista moderna da psicanálise tentou estabelecer [espécie de teoria dos jogos da intersubjetividade, fundamentada no que Lacan denomina "matemas" do inconsciente (o grande outro (A), o pequeno outro (a), o ego, o ideal do ego, o ego ideal, o falo, a castração, etc.)]. Sem dúvida, as relações intersubjetivas e interpersonológicas ocupam uma posição essencial no interior dos agenciamentos inconscientes, mas não são tudo. Outras relações não menos essenciais ocorrem no seu interior. Sistemas de entidades abstratas (maquinismo abstrato), ladainhas musicais (por exemplo, a "pequena frase de Venteuil", na obra de Proust), traços de rostidade que não pertencem propriamente às identificações humanas, traços de animalidade, de paisageneidades, sistemas maquínicos, econômicos dos mais diversos. Existe, em Paris, uma loja de departamentos que se chama *La Samaritaine*. Sua divisa é: "Encontra-se de tudo na *Samaritaine*". A mesma coisa acontece com esse inconsciente maquínico. É absolutamente essencial que nele se encontre de tudo; só sob essa condição se poderá dar conta de seu caráter heteróclito e de sua sujeição à sociedade de consumo, bem como de sua riqueza criativa e de sua infinita disponibilidade às transformações do mundo.

4) O inconsciente pode voltar-se para o passado e retrair-se no imaginário, mas *pode igualmente abrir-se para o aqui e agora, ter escolha com relação ao futuro*. As fixações arcaicas (narcisismo, instinto de morte, medo à castração, etc.) não são fatalidades. Não constituem, como pretendeu Freud, o rochedo derradeiro do inconsciente.

5) O inconsciente maquínico, evidentemente, não é o mesmo em todo o mundo, e *não pára de evoluir no decorrer da história*. A economia do desejo dos trobriandeses de Malinowski não é idêntica à dos habitantes do Brooklyn, e as phantasias dos habitantes de Teotihuacán, na época pré-colombiana, não têm muito mais a ver com as dos mexicanos de hoje.

6) As estruturas de enunciação analíticas relativas ao inconsciente não passam necessariamente pelos serviços de uma corporação de analistas. *A análise pode ser um empreendimento individual ou coletivo*. As noções de transferência, interpretação, neutralidade, fundamentadas na cura-padrão, também têm que ser revistas. Só são admissíveis em dispositivos muito particulares, dependendo de indicações provavelmente muito delimitadas.

Mas será que não existem, apesar das reviravoltas da história e das transformações tecnológicas e culturais, elementos estruturais que se encontram necessariamente em todas as formações inconscientes? As oposições eu-outro, homem-mulher, pai-filho, etc., não se cruzam de modo a constituir um crivo, uma espécie de matemática verdadeiramente universal do inconsciente? Em que medida a existência de um crivo desses viria necessariamente proibir a diversificação dos inconscientes?

Uma das maiores contribuições de Freud consiste em ter descoberto o fato de que o inconsciente não conhecia a negação, pelo menos não o mesmo tipo de negação que o da nossa lógica consciente. Assim, constitui um universo onde as oposições estritas que acabei de enumerar nunca são evidentes. Podemos ser, e até somos necessariamente, sempre ao mesmo tempo: Eu e Outro, homem e mulher, pai e filho... O que importa, agora, não são mais entidades polarizadas, reificadas, mas processos maquínicos, que, juntamente com Gilles Deleuze, denomino "devir": "devir" sexual, "devir" planta, "devir" animal, "devir" invisível, "devir" abstrato. O inconsciente maquínico nos faz transitar pelos platôs de intensidade constituídos por esses devires, nos permite penetrar em universos transformacionais, quando tudo parecia estratificado e definitivamente cristalizado. Instala-se no lugar onde se entrelaçam os efetivos motores da práxis, isto é, antes da oposição realidade-representação.

Se acontece, por exemplo, de um paciente falar de seu patrão ou do Presidente da República para o seu psicanalista, este provavelmente só registrará identificações paternas. Por trás da balconista dos Correios ou da apresentadora de televisão, ele não perceberá nada mais do que uma imago materna universal. E, de modo mais geral, em todas as formas que se animam à nossa volta, ele reconhecerá sexos masculinos ou femininos, instrumentos de castração simbólica, etc. Todo este sistema de correspondência simbólica não deixaria de ter seu encanto, se não fosse tomado num único sentido. Pois se, por trás do patrão, às vezes está o pai — por isso mesmo que se fala em "paternalismo" —, por trás do pai de uma criança existe também e muito concretamente um patrão ou um superior hierárquico. A função paterna dentro do inconsciente é inseparável da inserção sócio-profissional daquele que é o seu suporte. Por trás da mãe, existe também um certo tipo de condição feminina dentro do contexto de um inconsciente social e político particular. A criança não vive dentro de um mundo fechado, que seria o da família. A família é permeável a todas as forças circundantes, a todas as influências do campo social. Os Equipamentos Coletivos, os meios de comunicação, a publicidade não param de interferir nos níveis mais íntimos da vida subjetiva. O inconsciente, insisto, não é algo que se encontra unicamente em si próprio, uma espécie de universo secreto. É um nó de interações maquínicas através do qual somos articulados a todos os sistemas de potência e a todas as formações de poder que nos cercam. Os processos inconscientes não podem ser analisados em termos de conteúdo específico, ou em termos de sintaxe estrutural, mas antes de mais nada em termos de enunciação, de *agenciamentos coletivos de enunciação*. Estes, por definição, não coincidem com as individualidades biológicas. A enunciação maquínica circunscreve conjuntos-sujeitos que atravessam ordens muito diferentes umas das outras (os signos, a "matéria", o espírito, a energia, a "mecanosfera", etc.).

As reduções familialistas do inconsciente, a que estão habituados os psicanalistas, não são "erros". Correspondem a um certo tipo de agenciamento coletivo de enunciação. Procedem de uma micropolítica particular relativa ao inconsciente. A mesma que preside a uma certa organização capitalística da sociedade. Um inconsciente maquínico muito diversificado, muito criativo, seria contrário à boa manutenção de relações de produção baseadas na exploração e na segregação social. É por isso que todas as técnicas de recentralização do inconsciente no sujeito individuado, e em objetos parciais reificados, impedem a sua plena expansão no mundo das realidades presentes e das transformações possíveis, e têm, atualmente, uma posição privilegiada dentro da gigantesca indústria de normalização, de adaptação e de esquadrinhamento do *socius* na qual se apóiam as sociedades capitalísticas. (Nas quais incluo as sociedades socialistas burocráticas.)

A divisão social do trabalho, a designação dos indivíduos a seus postos de produção não dependem unicamente dos meios de coerção ou do sistema de remuneração monetária; mas também, e talvez de modo mais fundamental, das técnicas de modelização dos agenciamentos inconscientes operados pelos equipamentos sociais, pelos meios de comunicação, pelos métodos psicológicos de adaptação de todos os tipos. Nas sociedades pré-capitalistas a libido estava ligada a estruturas relativamente estáveis (família, profissão, castas, classes, etc.). Os novos modos de produção, a instauração de um Capitalismo Mundial Integrado, tendem inexoravelmente para a destruição das antigas estruturas territorializadas dos agenciamentos inconscientes. E a expansão tentacular do maquinismo tem como efeito o desenvolvimento de uma espécie de angústia coletiva, que leva, em contrapartida, ao reaparecimento de ideologias religiosas, de mitos arcaicos, etc.

É neste contexto que convém situar um certo conservadorismo da psicanálise atual. Entretanto, qualquer que seja a amplitude das ope-

rações subjetivas de freamento, de reterritorialização, que acabo de lembrar, a integração maquínica da humanidade continuará a avançar. Toda a questão está em saber segundo quais modalidades últimas ela se orientará. Irá, como atualmente, contra a corrente das linhas criativas do desejo e das finalidades humanas mais fundamentais — pensemos na imensa miséria, tanto física quanto moral, que reina na maior parte do planeta —? A economia do desejo, ao contrário, conseguirá ficar em harmonia com os progressos técnicos e científicos? Só uma profunda transformação das relações sociais em todos os níveis, um imenso movimento de "retomada" das máquinas técnicas pelas máquinas desejantes, o que eu denomino uma "revolução molecular", correlativa da promoção de práticas analíticas e micropolíticas novas, permitirão alcançar um tal ajustamento; inclusive, o destino da luta das classes oprimidas — constantemente arriscadas a mergulhar em relações especulares com os poderes constituídos, a reproduzir relações de dominação — me parece estar ligado a esta revolução molecular.

Todas estas considerações, que não posso desenvolver mais extensamente dentro dèste trabalho, me levam a afirmar que a análise do inconsciente deve se tornar "assunto de todos". Significa que ela terá que renovar seus métodos, diversificar suas abordagens, enriquecer-se em contato com todos os campos da criação. Em resumo, fazer exatamente o contrário do que a psicanálise oficial faz atualmente.

Micropolítica do fascismo*

O fascismo é um tema-chave para abordar a questão do desejo no campo social. Além do mais, não conviria aproveitar para falar disso, enquanto ainda se pode fazê-lo livremente?

A proposta de uma micropolítica do desejo não consiste em estabelecer uma ponte entre a psicanálise e o marxismo, enquanto teorias já constituídas. Isto não me parece nem desejável nem possível. Não creio que um sistema de conceitos possa funcionar convenientemente fora de seu meio de origem, fora dos agenciamentos coletivos de enunciação que o produziram. Quando falo de desejo, não estou tomando esta noção emprestada da psicanálise ortodoxa ou da teoria lacaniana. Não pretendo fundar um conceito científico; tento, simplesmente, esboçar um conjunto teórico provisório, onde está em questão o funcionamento do desejo no campo social. Enquanto que não é possível manter juntos numa mesma frase o prazer e o gozo com a revolução — não se pode dizer que exista um "prazer da revolução" ou um "gozo da revolução" —, ninguém mais se espanta, hoje em dia, em ouvir falar de um "desejo de revolução" ou de um "desejo revolucionário". Isto me parece estar ligado ao fato de que o sentido que geralmente é dado ao prazer e ao gozo seja inseparável de um certo modo de individuação da subjetividade hiper-solitária, que encontra uma espécie de realização no espaço do divã. Não ocorre o mesmo com a libido e o desejo.

O desejo não está intrinsecamente ligado a uma individuação da libido. Uma máquina de desejo encontra formas de individuação, ou seja, de alienação. O desejo não é um desejo ideal, nem tampouco sua repressão. Não há desejo em si nem repressão em si. O ideal de uma "castração bem sucedida" faz parte das mistificações mais reacionárias. O desejo e a repressão funcionam numa sociedade real e são mar-

cados por cada uma de suas etapas históricas; não se trata, pois, de categorias gerais transponíveis de uma situação para outra.

Micro e macropolíticas do desejo

A distinção que propomos estabelecer entre micropolítica e macropolítica do desejo deveria funcionar como algo que tende a liquidar a pretensa universalidade de modelos aventados pelos psicanalistas, e que lhes servem para precaver-se contra contingências políticas e sociais. Considera-se como óbvio que a psicanálise concerne ao que se passa em pequena escala, apenas a da família e da pessoa, enquanto que a política só concerne a grandes conjuntos sociais. Queria mostrar que, ao contrário, há uma política que se dirige tanto ao desejo do indivíduo quanto ao desejo que se manifesta no campo social mais amplo. E isso sob duas formas: seja uma micropolítica que vise tanto os problemas individuais quanto os problemas sociais, seja uma macropolítica que vise os mesmos campos (indivíduo, família, problemas de partido, de Estado, etc.). O despotismo que, freqüentemente, reina nas relações conjugais ou familiais, provém do mesmo tipo de agenciamento libidinal que aquele existente no campo social. Inversamente, não é absurdo abordar um certo número de problemas sociais em grande escala, por exemplo os do burocratismo e do fascismo, à luz de uma micropolítica do desejo. O problema, portanto, não é o de construir pontes entre campos já constituídos e separados uns dos outros, mas de criar novas máquinas teóricas e práticas, capazes de varrer as estratificações anteriores e estabelecer as condições para um novo exercício do desejo. Não se trata mais, neste caso, simplesmente de descrever objetos sociais preexistentes, mas de também intervir ativamente contra todas as máquinas de poder dominante, quer se trate do poder do Estado burguês, do poder das burocracias de toda e qualquer espécie, do poder escolar, do poder familial, do poder falocrático no casal, e até mesmo do poder repressivo do superego sobre o indivíduo.

Três modos de abordagem da questão do fascismo

Pode-se esquematizar três modos de abordagem dessas questões: um primeiro, sociológico, que qualificaremos de analítico-formalista; um segundo, neomarxista, sintético-dualista, e um terceiro, analítico-político. O primeiro e o segundo mantêm a separação entre os grandes

e os pequenos conjuntos sociais, enquanto que o terceiro tenta ultrapassá-los.

O pensamento *sociológico* analítico-formalista se propõe a distinguir *traços comuns* e separar *espécies*, seja por um método de *analogias sensíveis* — procurará, então, fixar pequenas diferenças relativas, como, por exemplo, distinguir as similitudes e os traços particulares que caracterizaram os três tipos de fascismo, italiano, alemão e espanhol —, seja por um método de *homologias estruturais* — procurará, então, fixar diferenças absolutas, por exemplo, entre o fascismo, o stalinismo e as democracias ocidentais. De um lado, minimizam-se as diferenças para extrair um traço comum, e, do outro, ampliam-se as diferenças para separar planos e constituir espécies.

O édipo militante neomarxista

O pensamento *sintético-dualista neomarxista* pretende superar tal sistema, não separando jamais a descrição teórica de uma prática social militante. No entanto, esta prática encontra, geralmente, seu limite em um modo de corte de caráter diferente; entre a realidade do desejo das massas e as instâncias que são supostas representá-las. O modo de pensamento sociológico procede coisificando os objetos sociais e desconhecendo o desejo e a criatividade das massas; o do pensamento militante marxista tenta superar este desconhecimento, mas constitui-se, ele próprio, em um sistema coletivo de representação do desejo das massas. Ele só reconhece a existência de um desejo revolucionário à medida que consegue impor-lhe a mediação da representação teórica do marxismo e da representação prática do Partido, suposto ser sua expressão. Instala-se, assim, todo um mecanismo de correias de transmissão entre a teoria, a direção dos partidos e os militantes, de modo que as inúmeras diferenças que atravessam o desejo das massas encontram-se "massificadas" e reduzidas a formulações padronizadas, cuja necessidade se pretende justificar, em nome da coesão da classe operária e da unidade de seu partido. Passou-se da impotência de um sistema de representação mental à impotência de um sistema de representatividade social. De fato, não é por acaso que este método de pensamento e de ação neomarxista perde-se em práticas burocráticas; isto se deve ao fato dele nunca ter, realmente, livrado sua pseudodialética de um dualismo ranheta entre a representação e a realidade, entre a casta dos portadores das boas palavras de ordem e as massas que se pretende alfabetizar e catequizar. Este dualismo redutor dos neomarxistas reencontraremos por toda parte: ele contamina sua

concepção da oposição esquemática entre a cidade e o campo, suas alianças internacionais, sua política do campo da paz e do campo da guerra, etc. Esse sistema de bipolarização de qualquer problema, que gira em torno de um objeto terceiro, nem por isso constitui uma "síntese dialética". Este objeto coloca, essencialmente, em jogo o poder e, em primeiro lugar, o poder do Estado e o contrapoder do Partido, que se propõe a tomar seu controle e que não pára de reproduzir quase *ipsis litteris* a mesma modalidade de poder. Qualquer luta parcial é reduzida a este tipo de objeto terceiro transcendente; tudo deve tomar *significação* a partir dele, até mesmo quando a história real o mostra naquilo que é, ou seja, um logro; da mesma forma que ocorre com o objeto fálico da relação triangular edipiana. Poder-se-ia, aliás, dizer deste dualismo e do objeto transcendente por ele erigido que constituem o núcleo do édipo militante com o qual deverá se confrontar uma análise política.

Uma micropolítica do desejo

Uma análise política que se pretendesse inseparável de uma política da análise, só poderia recusar-se a deixar subsistir o corte tradicional entre os grandes conjuntos sociais e os problemas individuais, familiais, escolares, profissionais, etc. Não mais se trataria de reduzir mecanicamente a problemática das situações concretas a uma simples alternativa de classes ou de campos e de pretender encontrar todas as respostas, a partir da ação de um partido revolucionário único, depositário central da verdade teórica e prática. Portanto, uma micropolítica do desejo não mais se proporia a *representar* as massas e a *interpretar* suas lutas. Isso não quer dizer que ela condene, *a priori*, toda ação de partido, toda idéia de linha, de programa, ou mesmo de centralismo; mas ela se esforça para situar e relativizar sua ação, em função de uma prática analítica, opondo-se passo a passo aos hábitos repressivos, ao burocratismo, ao maniqueísmo moralizante que contaminam atualmente os movimentos revolucionários. Deixaria de se apoiar em um objeto transcendente para ter segurança; não mais se centraria num só ponto: o poder de Estado — a construção de um partido representativo capaz de conquistá-lo, no lugar das massas. Ela investiria, ao contrário, uma multiplicidade de objetivos ao alcance imediato dos mais diversos conjuntos sociais. É a partir do acúmulo de lutas parciais — e esse termo já é um equívoco, pois elas não são parte de um todo já constituído — que poderiam desencadear-se lutas coletivas de grande envergadura.

Uma multiplicidade de desejos moleculares

A idéia de micropolítica do desejo implica, portanto, um questionamento radical dos movimentos de massa decididos centralizadamente e que fazem funcionar indivíduos serializados. O que se torna essencial é conectar uma multiplicidade de desejos moleculares, conexão esta que pode desembocar em efeitos de "bola de neve", em provas de força em grande escala. Exatamente o que se passou no começo do movimento de Maio de 68: a manifestação local e singular do desejo de pequenos grupos encontrou ressonância em uma multiplicidade de desejos reprimidos, isolados uns dos outros, esmagados pelas formas dominantes de expressão e de representação. Em tal situação, não se está mais em presença de uma *unidade* ideal, representando e mediando interesses *múltiplos*, mas de uma *multiplicidade equívoca* de desejo, cujo processo secreta seus próprios sistemas de referências e de regulagem. Essa multiplicidade de máquinas desejantes não é composta de sistemas estandardizados e ordenados, que se poderia disciplinar e hierarquizar, em função de um objetivo central. Ela se estratifica, segundo diferentes conjuntos sociais, de acordo com as faixas etárias, os sexos, as origens geográficas e profissionais, as práticas sexuais, etc. Não realiza uma unidade totalizante. É a univocidade dos desejos e dos afetos das massas, e não seu agrupamento em torno de objetivos padronizados, que funda a unidade de sua luta. A unificação aqui não é antagônica à multiplicidade e à heterogeneidade dos desejos, como era o caso quando estes eram "tratados" por uma máquina totalitária-totalizante de um partido representativo.

A fala fora do sujeito[1]

Nesta perspectiva, a expressão teórica não mais se interpõe entre o objeto social e a práxis. O objeto social é colocado em condições de tomar a palavra, sem ter que recorrer a instâncias representativas para exprimir-se. A coincidência entre a luta política e a análise do desejo implica, desde então, que o "movimento" permaneça na escuta constante de qualquer pessoa que se exprima a partir de uma posição de desejo, mesmo e sobretudo que ela se situe "fora do assunto", "fora do sujeito". Em família, reprime-se uma criança que se exprime "fora do assunto", "fora do sujeito", e isto continua na escola, no quartel, na fábrica, no sindicato, na célula do partido. É preciso se estar sempre "no assunto", "no sujeito" e "na linha", mas o desejo, por sua própria natureza, tem sempre a tendência de "sair do assunto", "sair

do sujeito" e derivar. Um agenciamento coletivo de enunciação dirá algo do desejo sem reduzi-lo a uma individuação subjetiva, sem enquadrá-lo num sujeito, num assunto, preestabelecido ou em significações previamente codificadas. A análise, nestas condições, não poderia se instaurar "acima" do estabelecimento dos termos e das relações de força; "após" a cristalização do *socius* em diversas instâncias fechadas umas em relação às outras: ela participa dessa cristalização, tornou-se imediatamente política. "Quando dizer é fazer", atenua-se a divisão de trabalho entre os especialistas do dizer e do fazer.

Os agenciamentos coletivos de enunciação

Os agenciamentos coletivos de enunciação produzem seus próprios meios de expressão — podendo tratar-se de uma língua especial, de uma gíria, da volta de uma língua antiga. Para eles, trabalhar os fluxos semióticos, os fluxos materiais ou os fluxos sociais são uma só coisa. Não mais se tem face a face um sujeito e um objeto e, em terceira posição, um meio de expressão; não mais se tem a tripartição entre o campo da realidade, o campo da representação e da representatividade e aquele da subjetividade. O que se tem é um agenciamento coletivo que é, ao mesmo tempo, sujeito, objeto e expressão. O indivíduo não mais é aquele que responde universalmente pelas significações dominantes. Aqui, tudo pode participar da enunciação — tanto indivíduos quanto zonas do corpo, trajetórias semióticas ou máquinas ligadas em todas as direções. O agenciamento coletivo de enunciação une os fluxos semióticos, os fluxos materiais e os fluxos sociais, muito aquém da retomada que pode fazer dele um *corpus* lingüístico ou uma metalinguagem teórica. Como é possível tal passagem? Trata-se, aqui, de um retorno às utopias anarquistas? Querer dar palavra às massas, numa sociedade industrial altamente diferenciada, não é uma ilusão? Como um objeto social — um grupo sujeito — poderia substituir o sistema das representações e as ideologias? À medida que avanço em minha exposição, um paradoxo se interpõe: como é concebível falar dessas espécies de agenciamento coletivo de enunciação, sentado numa cadeira, frente a um público comportadamente arrumado numa sala? Tudo o que estou dizendo leva a estabelecer que uma verdadeira análise política não poderia depender de uma enunciação individuada, menos ainda quando ela é o fato de um conferencista estrangeiro e, portanto, estranho à língua e aos problemas de seu auditório! Um enunciado individual só tem alcance na medida em que pode entrar em conjunção com agenciamentos coletivos já funcionando efetivamente...

Minha fala periga então de se destruir a si mesma. Minha única "porta de saída" está na sala, pois, com efeito, um discurso desse tipo só poderia se sustentar na condição de ser revezado por aqueles que o escutam... ou o suportam. Senão, a quem é que se está falando? A um interlocutor universal? A alguém que já conhece os códigos, as significações e todas as combinações possíveis? A enunciação individuada é prisioneira das significações dominantes. Só um grupo sujeito pode trabalhar os fluxos semióticos, quebrar as significações, abrir a linguagem para outros desejos e forjar outras realidades!

A análise micropolítica do fascismo

Voltemos à questão do fascismo e às suas relações com o stalinismo e as "democracias" do tipo ocidental. Não se trata, para nós, de fazer comparações redutoras mas, ao contrário, de tornar os modelos complexos, e isto até o ponto em que todo o processo posto em jogo esteja sob controle. A análise aqui não é gratuita, ela diz respeito tanto ao presente quanto ao passado.

Há toda espécie de fascismo, toda espécie de stalinismo e toda espécie de democracia burguesa. E estes três conjuntos se deslocam em numerosos subconjuntos, desde que se venha a considerar a situação das componentes, como a máquina industrial, a máquina bancária, a máquina militar, a máquina político-policial, as tecnoestruturas estatais, a Igreja, etc. O importante seria chegar-se a desvendar as componentes que fizeram funcionar essa ou aquela fórmula de poder. Os sistemas totalitários contemporâneos inventaram um certo número de protótipos de partido policial; o partido policial nazista, por exemplo, mereceria ser estudado em comparação com o partido policial stalinista; eles talvez sejam mais próximos um do outro do que as componentes estatais correspondentes a cada um destes sistemas. Seria interessante distinguir as diversas espécies de máquinas de desejo que entram em sua composição. E a gente perceberia, então, que não dá para se contentar em ver as coisas com tanta distância assim.

Molecularizar os objetos de análise

A análise só poderia progredir, de fato, na condição de avançar cada vez mais no sentido de uma molecularização de seu objeto, o que lhe permitirá captar mais acuradamente sua função no seio dos grandes conjuntos sociais. Não há *um* partido nazista; não só este evoluiu,

como em cada período teve uma função diferente, segundo os diversos campos nos quais interveio. A máquina SS de Himmler não era a mesma que a dos SA, e ambas eram diferentes das organizações de massas, tal como as concebiam os irmãos Strasser. No próprio seio da máquina SS, descobriríamos certos aspectos de inspiração quase religiosa — lembremo-nos que Himmler desejava que os SS fossem formados segundo métodos similares aos dos jesuítas —, coexistindo com práticas francamente sádicas, como as de um Heydrich. Não se trata aqui de uma pesquisa gratuita, mas sim de uma recusa das simplificações que nos impedem de apreender a *genealogia* e a *permanência* de certas maquinarias fascistas. A Inquisição já havia instalado uma certa máquina fascista que só se efetivaria muito mais tarde com o partido jacobino, os partidos bolcheviques, os partidos fascistas, etc. Tal análise dos componentes moleculares do fascismo poderia, assim, concernir aos mais variados campos, tanto na escala macropolítica, quanto na escala microscópica. Ela deveria propiciar-nos entender melhor como o mesmo fascismo, sob outras formas, continua funcionando, hoje, na família, na escola ou num sindicato.

A máquina totalitária

Há inúmeras maneiras de abordar essas questões do desejo no campo social. Pode-se, pura e simplesmente, ignorá-las ou reduzi-las a alternativas políticas simplificadas. Pode-se, também, procurar apreender suas mutações, seus deslocamentos e as novas possibilidades que abrem para uma ação revolucionária. O stalinismo e o fascismo foram, por muito tempo, considerados como sendo de ordens de definição radicalmente diferentes, ao passo que se classificava as diferentes formas de fascismos numa mesma rubrica. No entanto, as diferenças são, talvez, muito maiores entre os próprios fascistas do que entre certos aspectos do stalinismo e certos aspectos do nazismo. Sem querer forçar comparações nem desembocar em amálgamas — do tipo Hannah Arendt, que denunciava Jean-Pierre Faye[2] —, somos obrigados a admitir a continuidade de um mesmo maquinismo totalitário, buscando seu caminho através de *todas as estruturas* fascistas e stalinistas, democratas burguesas, etc. Sem voltar até o Baixo Império de Diocleciano e Constantino, pode-se apontar sua filiação, nas condições do capitalismo, desde a repressão contra os *communards*[3] de 1871, até suas formas atuais. Diferentes "fórmulas" de captura do desejo das massas foram assim produzidas pelos diferentes sistemas totalitários, em função da transformação das forças produtivas e das relações de

produção. Devia-se fazer um esforço para extrair sua *composição maquínica* — um pouco como uma espécie de composição química, mas de uma química social do desejo que atravessa, não apenas a História, mas também o conjunto do espaço social.

A transversalidade histórica das máquinas de desejo, sobre as quais se apóiam os sistemas totalitários, é inseparável de sua transversalidade social. A análise do fascismo não poderia, portanto, ser uma simples especialidade de historiador, pois aquilo que ele colocou para funcionar ontem, repito, continua a proliferar sob outras formas, no conjunto do espaço social contemporâneo. Toda uma química totalitária trabalha as estruturas do Estado, as estruturas políticas e sindicais, as estruturas institucionais e familiais, e até as estruturas individuais, na mesma medida em que se pode falar, como o evocamos antes, numa espécie de fascismo do superego na culpabilidade e na neurose.

As montagens maquínicas infra-humanas do capitalismo

A evolução da divisão social do trabalho implicou na constituição de conjuntos produtivos cada vez mais gigantescos. Mas este agigantamento da produção provocou uma molecularização cada vez mais acentuada dos elementos humanos que eles colocavam em jogo nos agenciamentos maquínicos da indústria, da economia, da formação, da informação, etc. Nunca é um homem que trabalha — e pode-se dizer o mesmo quanto ao desejo —, mas um agenciamento de órgãos e máquinas. Um homem não mais se comunica diretamente com seus semelhantes: os órgãos, as funções, participam de uma "montagem" maquínica, que coloca em conjunção cadeias semióticas e todo um cruzamento de fluxos materiais e sociais. (Exemplo: dirigindo um carro, os olhos lêem a estrada, praticamente sem intervenção da consciência; a mão e o pé estão integrados às engrenagens da máquina, etc.) Em contrapartida ao fato de terem explodido as territorialidades humanas tradicionais, as forças produtivas estão hoje aptas para liberar a energia "molecular" do desejo. Não podemos avaliar, ainda, o alcance revolucionário desta revolução maquínico-semiótica, mas ela é manifestamente irreversível. É, aliás, o que leva os sistemas totalitários e socialistas-burocráticos a aperfeiçoar e a miniaturizar ininterruptamente seus sistemas repressivos.

A determinação da composição maquínico-semiótica das diferentes formações de poder constitui portanto, a meu ver, uma condição essencial das lutas micropolíticas do desejo, seja qual for o campo. Por

falta de uma análise do gênero, oscila-se constantemente, entre uma posição de abertura revolucionária "aventurista" e uma posição de fechamento totalitário. A análise molecular não pode ser senão a expressão de um agenciamento de potências moleculares, associando teoria e prática. Não se trata, então, como quiseram nos acusar, de tomar a História pelo lado mesquinho das coisas ou de pretender, como Pascal, que, se o nariz de Cleópatra tivesse sido mais comprido, o curso da História teria mudado. Trata-se apenas de não perder o impacto do maquinismo totalitário que não pára de evoluir, de se adaptar à mercê das relações de força e das transformações da sociedade. O papel de Hitler, enquanto indivíduo portador de um certo tipo de competência, foi, certamente, desprezível, mas seu papel, enquanto cristalizador de uma nova figura desta máquina totalitária, foi e continua sendo fundamental. Hitler ainda está vivo! Ele circula nos sonhos, nos delírios, nos filmes, nos comportamentos torturadores dos policiais, entre os bandos de jovens que veneram seus ícones, sem nada conhecerem do nazismo!

As cristalizações fascistizantes

Paremos um pouco na questão histórica que continua a "trabalhar" de maneira subterrânea os assuntos políticos mais atuais. Por que o capitalismo alemão, depois da debandada de 1918 e da crise de 1929, não se contentou em se apoiar numa simples ditadura militar? Por que Hitler, ao invés do General Von Schleicher? Daniel Guérin nos diz a este respeito que o Grande Capital hesitou em "privar-se" deste meio incomparável, insubstituível, de penetrar em todas as células da sociedade, que são as organizações das massas fascistas.[4] Efetivamente, uma ditadura militar não teria conseguido esquadrinhar as massas com a mesma eficácia que um partido organizado de modo policial. Uma ditadura militar não capta a energia libidinal da mesma maneira que uma ditadura fascista, mesmo que alguns de seus resultados possam parecer idênticos, mesmo que se chegue às mesmas espécies de métodos repressivos, às mesmas torturas, aos mesmos campos, etc. A conjunção na pessoa de Hitler de pelo menos quatro séries libidinais fez cristalizar nas massas a mutação de um novo maquinismo desejante:

- um certo estilo plebeu que lhe dava condições de apoiar-se em pessoas mais ou menos marcadas pelas máquinas sociais democratas e bolcheviques;
- um certo estilo veterano de guerra, simbolizado pela sua Cruz de Ferro da guerra de 1914, que lhe dava condições de neutralizar os elementos do estado-maior militar, já que não podia ganhar sua total confiança;
- um oportunismo de negociante, um certo jogo de cintura, uma debilidade que lhe dava condições de negociar com os magnatas da indústria e das finanças, deixando-os, ao mesmo tempo, crer que poderiam controlá-lo e manipulá-lo facilmente;
- enfim, e talvez isso seja o essencial, um delírio racista, uma energia paranóica louca, que o colocava no diapasão da pulsão de morte coletiva que havia exalado dos ossários da Primeira Guerra Mundial. É óbvio que esta descrição fica demasiado esquemática! Mas o ponto sobre o qual eu queria insistir, e que aqui só daria para evocar, é o fato de que as condições locais da "irresistível ascensão" do *Führer*, a cristalização maquínica singular do desejo que se operou sobre o nome, o rosto, os gestos, a fala de Hitler, não poderiam ser tidas como negligenciáveis!

Permanência do fascismo

É toda uma micropolítica que está em jogo a este nível, e, repito, não se trata, em absoluto, de um problema histórico, biográfico ou psicanalítico puramente especulativo. A micropolítica que fabricou Hitler nos concerne aqui e agora, no seio dos movimentos políticos sindicais, no seio dos grupelhos, na vida familiar, escolar, etc., na medida em que novas microcristalizações fascistizantes substituem-se às antigas, no mesmo filo do maquinismo totalitário. Sob o pretexto de que o papel do indivíduo na História seria desprezível, nos aconselham a ficar de braços cruzados diante das gesticulações histéricas ou as manipulações paranóicas dos tiranos locais e dos burocratas de toda espécie. O papel de uma micropolítica do desejo será o de opor-se a uma tal renúncia e de recusar-se a deixar passar toda e qualquer fórmula de fascismo, seja qual for a escala em que se manifeste. O cinema e a televisão gostariam de nos fazer crer que o nazismo, no fundo, não passou de um mau momento, uma espécie de erro histórico e, também, uma bela página de História para os heróis. Não eram emocionantes aquelas bandeiras misturadas do capitalismo e do socialismo? Queriam nos fazer acreditar na existência de um antagonismo real entre o eixo fascista e os aliados. De fato, o que estava, na ocasião, em questão, era a *seleção* de um bom modelo. A fórmula fascista ia de mal a pior. Tornara-se necessário eliminá-la e encontrar uma melhor.

Radek tinha definido o nazismo como algo exterior à burguesia; ele o comparava com uma série de círculos de ferro com os quais a burguesia tentava consolidar "o barril furado do capitalismo". Mas a imagem era exageradamente tranqüilizadora. O fascismo permaneceu exterior à burguesia, em termos; esta só decidiu rejeitá-lo a partir do momento em que se convenceu de que, em razão de sua instabilidade e do desejo demasiadamente poderoso que ele despertava nas massas, ameaçava fazer explodir de dentro os regimes da democracia burguesa.

A seleção das máquinas totalitárias

Aceito na fase paroxística da crise, o remédio mostrou-se, depois, mais perigoso que o próprio mal. No entanto, o capitalismo internacional não podia pensar em eliminá-lo, senão na medida que tivesse a seu alcance outros meios para controlar a luta de classes, uma vez que já tivesse experimentado outras fórmulas totalitárias para dominar o desejo das massas. A partir do momento em que o stalinismo negociara tal fórmula de substituição, a aliança com ele tornava-se possível. A ditadura stalinista apresentava muito mais vantagens do que a hitleriana. Os regimes fascistas, efetivamente, não conseguiram cercar o problema como deviam. A missão impossível conferida a seus líderes consistia em:

— estabelecer um compromisso entre diferentes formações de poder que procuravam guardar sua autonomia: a máquina militar, as facções político-policiais, o aparelho econômico, etc.;[5]
— reprimir e canalizar a efervescência revolucionária sempre suscetível de renascer no contexto apocalíptico da época. Liquidando uma por uma as antigas classes políticas, as nacionalidades colonizadas mais turbulentas, os velhos bolcheviques, os jovens burocratas, etc., a máquina stalinista iria muito além da máquina nazi, no aperfeiçoamento do modelo repressivo. Os nazistas exterminaram milhões de judeus e centenas de milhares de militantes de esquerda; na medida em que estes extermínios atingiam elementos que eles consideravam exteriores à sua raça, bodes expiatórios, estes extermínios tinham algo de sacrificatório. Não se pode dizer que os nazistas se lançaram sistematicamente ao ataque dos dirigentes da burguesia alemã. O método stalinista foi totalmente diferente. A força do burocratismo soviético talvez tenha sido a de ter espalhado o terror por toda parte, inclusive em seu próprio seio, muito além do que os SS tinham sido levados a fazê-lo, em certas circunstâncias, no seio do aparelho de enquadramento nazista. De qualquer maneira, o objeto da aliança entre as democracias ocidentais e o totalitarismo stalinista não foi, absolutamente, o de "salvar a democracia". Tratava-se, antes de mais nada, de eliminar uma máquina louca que ameaçava seu próprio sistema de dominação. Durante todo este período, uma espécie de crise de fim de mundo tomou conta do planeta; é como se todos os antigos mecanismos reguladores social-democratas, sindicais, etc. — a partir dos quais os antigos equilíbrios podiam ser mantidos — se revelassem carentes. É verdade que não se deve esquecer que as organizações de esquerda tinham sido previamente liquidadas na Itália e na Alemanha. Mas por que teriam elas desabado como castelos de areia? Elas nunca haviam proposto às massas alguma verdadeira alternativa, nada que pudesse captar sua vontade de luta e sua energia do desejo ou, pelo menos, desviá-las da religião fascista (as análises de Reich, sobre este aspecto, me parecem definitivas). Enfatizou-se, freqüentemente, que os regimes fascistas, quando iniciaram, trouxeram um mínimo de soluções econômicas aos problemas mais urgentes — falso arranque econômico, reabsorção do desemprego, programação de grandes obras, controle de capitais —, e se opõe estas medidas, por exemplo, à impotência dos governos social-democratas da República de Weimar. As pessoas se contentam com explicações do gênero: os socialistas e os comunistas tinham um programa ruim, maus dirigentes, má organização e péssimas alianças. E não se acabaria nunca de enumerar suas fraquezas e traições. Mas nada nessas explicações dá conta do fato de que a nova máquina desejante totalitária tenha podido cristalizar-se nas massas, a ponto de ser sentida pelo próprio capitalismo internacional como mais perigosa ainda do que a ditadura nascida da Revolução de Outubro. O que não se quer ver é que a máquina fascista, em sua forma italiana ou alemã, ameaçava o capitalismo e o stalinismo, porque as massas investiam nela uma fantástica pulsão de morte coletiva. Ao reterritorializar seu desejo em um chefe, um povo, uma raça, elas aboliam, numa phantasia de catástrofe, uma realidade que detestavam e que os revolucionários não tinham sabido ou querido tocar. A virilidade, o sangue, o espaço vital, a morte, substituíam, para

elas, um socialismo demasiadamente respeitoso dos valores dominantes. E isto, apesar da má fé intrínseca do fascismo, daquelas falsas provocações às raias do absurdo, de todo seu teatro de histeria coletiva e de debilidade que os trazia de volta a estes mesmos valores. Mas, no final das contas, o desvio no fascismo era, seguramente, muito maior, e a mistificação e a sedução muito mais intensas do que no stalinismo. Todas as significações fascistas acabam caindo numa representação composta de amor e de morte, passando Eros e Tânatos a confundir-se. Hitler e os nazistas lutavam pela morte, inclusive, e sobretudo, a da Alemanha. E as massas alemãs aceitaram segui-los até à destruição delas próprias. Seria, efetivamente, impossível compreender de outra maneira que elas tenham aceitado continuar a guerra tantos anos depois de terem-na manifestamente perdido. Ao lado de um tal fenômeno, a máquina stalinista, sobretudo vista de fora, parecia muito mais prudente. Ela não era apenas implacável. Era, sobretudo, muito mais estável. Não é de se espantar que o capitalismo inglês e americano não tivessem muita apreensão em aliar-se a ela. Após a liquidação da Terceira Internacional, ela se apresentava como um sistema de reposição para manter as massas sob controle. Quem melhor que a polícia stalinista e seus agentes, no período de reconstrução, estaria em condições de controlar os movimentos mais turbulentos da classe operária, das massas coloniais e das minorias nacionais oprimidas?

Máquinas totalitárias capitalistas

Diferentemente do fascismo, as máquinas totalitárias capitalistas, ao mesmo tempo que captam a energia do desejo dos trabalhadores, esforçam-se para dividi-los, particularizá-los e molecularizá-los. Infiltram-se em suas fileiras, suas famílias, seus casais, sua infância; instalam-se no coração de sua subjetividade e de sua visão de mundo. O capitalismo teme os grandes movimentos de massa. *Ele procura apoiar-se em sistemas automáticos de regulagem*. É o papel que é destinado ao Estado e aos mecanismos de contratualização entre os "parceiros sociais", aos Equipamentos Coletivos e aos meios de comunicação de massa. E, quando um conflito transborda os quadros preestabelecidos, procura limitá-lo a guerras econômicas ou guerras locais. Deste ponto de vista, somos obrigados a reconhecer que a máquina totalitária

stalinista está agora prestes a ser totalmente superada por aquela do totalitarismo ocidental. O que era qualidade do Estado stalinista em relação ao Estado nazista, tornou-se seu principal defeito, em relação aos "Estados democráticos". O Estado stalinista tinha sobre o fascismo a vantagem de uma estabilidade maior; o Partido não era colocado no mesmo plano que a máquina militar, a máquina policial e a máquina econômica. Ele sobrecodificava rigorosamente todas as máquinas de poder, e esquadrinhava implacavelmente as massas. Além disso, conseguia segurar as rédeas da vanguarda do proletariado internacional. A falência do stalinismo clássico — que é, sem dúvida, um dos traços mais marcantes do período atual — se deve, provavelmente, ao fato de ele não ter podido adaptar-se à evolução das forças produtivas e, em particular, àquilo que chamei de molecularização da força de trabalho. Isto se traduziu no interior da Rússia por uma série de crises políticas e econômicas, por deslocamentos sucessivos de poder, que restituíram, em detrimento do Partido, uma autonomia de fato, relativa, porém fundamental, às máquinas do Estado, da produção, do exército, das regiões, etc. Por toda parte as questões nacionais e regionais, os particularismos, voltaram a ter um peso determinante. Isso permitiu, entre outras coisas, aos países da Cortina de Ferro recuperar uma certa liberdade de ação, e aos países capitalistas recuperar e integrar, parcialmente, seus partidos comunistas locais. Deste ponto de vista, a herança de Stalin se perdeu completamente. É verdade que o stalinismo continua a sobreviver em alguns partidos e sindicatos, mas ele hoje funciona mais próximo do antigo modelo social-democrata e, por esta razão, as lutas revolucionárias autônomas e as lutas de desejo, como as de Maio de 68 ou da LIP,[6] tenderão cada vez mais a escapar-lhe.

Desterritorialização da produção e molecularização do fascismo

O que assegura a passagem das grandes entidades fascistas clássicas à molecularização do fascismo a que assistimos hoje? O que acarreta a desterritorialização das relações humanas? O que as faz perder suas bases nos grupos territoriais, familiais, no corpo, nas faixas etárias, etc.? Qual é a natureza desta desterritorialização, que gera, por sua vez, a escalada de um microfascismo? Não se trata de uma mera questão de orientação ideológica ou estratégica por parte do capitalismo, mas de um processo material fundamental: é pelo fato de as sociedades industriais funcionarem a partir das máquinas semióticas

que decodificam, cada vez mais, todas as realidades, todas as territorialidades anteriores; é pelo fato de as máquinas técnicas e sistemas econômicos serem cada vez mais desterritorializados, que estão em condições de liberar fluxos de desejo cada vez maiores; ou, mais exatamente, é pelo fato de seu modo de produção ser forçado a operar esta liberação, que as formas de repressão também são levadas a se molecularizarem. Uma simples repressão maciça, global, cega não é mais suficiente. O capitalismo é obrigado a construir e impor seus próprios modelos de desejo, e é essencial para sua sobrevivência que consiga fazer com que as massas que ele explora os interiorizem. Convém atribuir a cada um: uma infância, uma posição sexual, uma relação com o corpo, com o saber, uma representação do amor, da honestidade, da morte, etc. As relações de produção capitalistas não se estabelecem só na escala dos grandes conjuntos sociais; é desde o berço que modelam um certo tipo de indivíduo produtor-consumidor. A molecularização dos processos de repressão e, por conseqüência, esta perspectiva de uma micropolítica do desejo não estão ligadas a uma evolução de idéias, mas a uma transformação dos processos materiais, a uma desterritorialização de todas as formas de produção, quer se trate da produção social ou da produção desejante.

Por não dispor de modelos comprovados, e considerando a desadaptação das antigas fórmulas fascistas, stalinistas e, talvez, também social-democratas, o capitalismo é levado a buscar, em seu próprio seio, fórmulas de totalitarismo melhor adaptadas. Enquanto não as tiver encontrado, será tomado, em contracorrente, por movimentos que se situarão em frentes, para ele, imprevisíveis (greves selvagens, movimentos de autogestão, lutas de imigrados, de minorias raciais, subversão nas escolas, nas prisões, nos hospícios, lutas pela liberdade sexual, etc.). Esta nova situação, onde não se está mais lidando com conjuntos sociais homogêneos, cuja ação possa ser facilmente canalizada para objetivos unicamente econômicos, tem como contrapartida fazer proliferar e exacerbar respostas repressivas. Ao lado do fascismo dos campos de concentração — que continuam a existir em inúmeros países [7] —, desenvolvem-se novas formas de fascismo molecular: um banho-maria no familialismo, na escola, no racismo, nos guetos de toda natureza, supre com vantagens os fornos crematórios. Por toda a parte, a máquina totalitária experimenta estruturas que melhor se adaptem à situação: isto é, mais adequadas para captar o desejo e colocá-lo a serviço da economia de lucro. Dever-se-ia, portanto, renunciar definitivamente a fórmulas demasiado simplistas do gênero: "o fascismo não passará". Ele não só já passou, como passa sem parar. Passa através da mais fina malha; ele está em constante evolução;

parece vir de fora, mas encontra sua energia no coração do desejo de cada um de nós. Em situações aparentemente sem problemas, catástrofes podem aparecer de um dia para o outro.[8] O fascismo, assim como o desejo, está espalhado por toda parte, em peças descartáveis, no conjunto do campo social; ele toma forma, num lugar ou noutro, em função das relações de força. Pode-se dizer dele, ao mesmo tempo, que é superpotente e de uma fraqueza irrisória.

Em última análise, tudo depende do talento dos grupos humanos em se tornarem sujeitos da História, isto é, em agenciar, em todos os níveis, as forças materiais e sociais que se abrem para um desejo de viver e mudar o mundo.

NOTAS

(1) N. do Trad.: No original, *parole hors sujet*, expressão lacaniana que traduziríamos por "fala fora do sujeito". O texto joga com o duplo sentido da palavra *sujet*: sujeito e assunto, tema. Na ausência de uma palavra em português que contenha esses dois sentidos, o que é indispensável para a compreensão do texto, optamos por desdobrar, excepcionalmente, a expressão em "fora do assunto" e "fora do sujeito".

(2) Cf. *La Critique du Langage et Son Economie* de Jean-Pierre Faye, Galilée.

(3) N. do Trad.: Nome dado aos que participaram da Comuna de Paris.

(4) *Fascisme et Grand Capital*, Maspero.

(5) Nem é preciso repetir que estamos simplificando as coisas ao extremo. Não houve, por exemplo, uma atitude homogênea por parte dos capitalistas. Krupp, de início hostil a Hitler, só aderiu mais tarde.

(6) N. do Trad.: LIP é o nome de uma fábrica francesa de relógios e passou a ser também e sobretudo o nome de um lance de revolução molecular conhecido internacionalmente: uma interessante experiência de autogestão se deu nesta fábrica, conseguindo manter-se por muito tempo. Resumindo: na década de 60, sob alegação de falência, estava em negociação a venda dos meios de produção da LIP a uma multinacional, por iniciativa patronal e com apoio do Estado. Desencadeou-se um movimento de resistência nas bases operárias, que em Maio de 68 intensificou-se, prosseguindo depois com ocupação ativa: apropriação dos meios de produção, autogestão da produção, da distribuição e dos lucros. Faziam-se vendas selvagens — de cuja organização participaram alguns grupos esquerdistas — e os lucros eram divididos entre os operários. Os altos rendimentos provavam a inoportunidade da falência.

Também no campo sindical este movimento foi um lance de revolução molecular — tanto a CGT quanto a CFDT, as duas centrais sindicais francesas, tentaram recuperar o movimento e forçar negociações, mas não conseguiram. LIP, ao contrário, provocou importante questionamento da organização sindical.

Houve violentas tentativas da polícia para desocupar as instalações da LIP. Em vão: a luta da LIP persiste, com menos intensidade, ainda hoje, e sua venda à multinacional não pôde ser realizada.

Há um documentário cinematográfico sobre esta luta, realizado por SLON, cooperativa de que participa Chris Marker; há também inúmeros artigos e livros, entre os quais o de René Lourau *L'Analyseur LIP*, 10/18, 1974.

(7) Uma das maiores preocupações do capitalismo contemporâneo é a busca de formas de totalitarismo adaptadas ao Terceiro Mundo.

(8) Um desastre como o do Chile deveria nos levar a desconfiar, de uma vez por todas, dos blá-blá-blás social-democratas — o exército chileno não era, segundo Allende, "o exército mais democrático do mundo"? *Uma máquina totalitária enquanto tal, seja qual for o regime político do país onde ela está implantada, cristaliza sempre um desejo fascista.* O exército de Trotski, o exército de Mao ou o de Castro não constituem nenhuma exceção. O que, aliás, não retira nada de seus respectivos méritos.

O capital como integral das formações de poder*

O capital não é uma categoria abstrata, é um operador semiótico a serviço de formações sociais determinadas. Sua função é de assumir o registro, a regulagem, a sobrecodificação das formações de poderes próprios às sociedades industriais desenvolvidas, das relações de força e dos fluxos relativos ao conjunto das potências econômicas do planeta. Encontramos, também, em múltiplas formas, sistemas de capitalização dos poderes nas sociedades mais arcaicas (capital de prestígio, capital de potência mágica, encarnando-se num indivíduo, numa linhagem, numa etnia). Mas parece que só no seio do modo de produção capitalista é que se autonomizou um procedimento geral de semiotização de tal capitalização, que se desenvolveu aí segundo os dois seguintes eixos:

— uma desterritorialização dos modos locais de semiotização de poderes, que ficam, assim, sob o controle de um sistema geral de inscrição e de quantificação do poder;

— uma reterritorialização deste último sistema numa formação de poder hegemônico: a burguesia dos Estados-Nações.

O capital econômico, expresso em linguagem monetária, contabilizável, bolsista, etc., repousa sempre, em última instância, sobre mecanismos de avaliação diferencial e dinâmica de poderes confrontando-se num terreno concreto. Uma análise exaustiva de um capital, seja qual for sua natureza, implicaria, portanto, na consideração de componentes extremamente diversificados, relativos tanto a prestações mais ou menos monetarizadas — por exemplo, de ordem sexual ou doméstica (os brindes, os direitos adquiridos, os "benefícios secundários", as ajudas de custo, os pecúlios, etc.) — quanto a gigantescas transações internacionais que, sob pretexto de operações de crédito, de

investimento, de implantações industriais, de cooperações, etc., não são, de fato, mais que afrontamentos econômico-estratégicos. Deste ponto de vista, toda vez que se quer insistentemente referenciar o capital a um equivalente geral, ou moedas a sistemas de paridade fixos, etc., se está desmascarando a natureza real dos processos de sujeição e de servomecanismo[1] capitalistas, ou seja, o emprego de relações de força sociais e microssociais, de deslocamentos de poder, de avanços e recuos de uma formação social em relação a outra, ou de atitudes coletivas de aceleração desenfreada do processo inflacionário, com vistas a conjurar perda de terreno, ou, ainda, de tomadas de poder imperceptíveis, que só se revelarão claramente ao final. Os padrões de referência não têm outro papel senão o de contagem, referenciação relativa, regulagem transitória. Uma verdadeira quantificação dos poderes só poderia basear-se em modos de semiotização, em conexão direta com formações de poder e com agenciamentos produtivos (tanto materiais quanto semióticos), devidamente localizados em coordenadas sociais.

I. Trabalho maquínico e trabalho humano

O valor do trabalho posto à venda no mercado capitalista depende de um fator quantitativo — o tempo de trabalho — e de um fator qualitativo — a qualificação média do trabalho. Neste segundo aspecto de servomecanismo maquínico, ele não pode ser circunscrito a um plano individual; primeiro, porque uma *performance* de qualificação é inseparável de um ambiente maquínico particular; depois, porque sua competência é sempre dependente de uma instância coletiva de formação e de socialização. Marx fala, freqüentemente, do trabalho como resultante de um "trabalhador coletivo", mas, para ele, tal entidade fica sendo de ordem estatística: "o trabalhador coletivo" é um personagem abstrato resultante de um cálculo feito a partir do "trabalho social médio". Essa operação lhe permite superar diferenças individuais no cálculo do valor do trabalho, que se encontra, assim, indexado a fatores quantitativos unívocos, tais como o tempo de trabalho necessário a uma produção e o número de trabalhadores concernentes. A partir daí, ele pode decompor este valor em duas partes:

- uma quantidade correspondente ao trabalho necessário para a produção do trabalho;
- uma quantidade constitutiva da mais-valia, que é identificada à extorsão de um sobretrabalho pelo capitalismo.[2]

Tal concepção da mais-valia encontra talvez sua correspondência numa prática contabilizável do capitalismo, mas, certamente, não em seu funcionamento real, em particular na indústria moderna. A nosso ver, a noção de "trabalhador coletivo" não deveria ser reduzida a uma abstração. A força de trabalho se apresenta sempre através dos agenciamentos de produção concretos, mesclando intimamente as relações sociais aos meios de produção, o trabalho humano ao trabalho da máquina. Da mesma forma, o caráter esquemático da composição orgânica do capital, que Marx divide em capital relativo aos meios de produção (capital constante) e capital relativo aos meios de trabalho (capital variável), deveria ser equacionado.

Vamos lembrar que Marx distingue a composição em valor do capital (capital constante, capital variável) de sua composição técnica "no campo", relativa à massa real dos meios de produção engajados na valorização de um capital, e a quantidade objetiva de trabalho socialmente necessário para colocá-los em andamento. Passa-se, assim, com razão, de um jogo de valor de signo a um jogo de relação de força material e social. O modo de produção capitalista, com os progressos do maquinismo, levaria fatalmente, segundo Marx, a uma diminuição relativa do capital variável em relação ao capital constante, da qual ele deduz uma lei de baixa tendencial da taxa de lucro, que seria como uma espécie de destino histórico do capitalismo. Mas, no quadro real dos agenciamentos de produção, o modo marxista de cálculo da mais-valia absoluta, baseado na quantidade de trabalho social médio — do qual uma parte seria, por assim dizer, roubada pelos capitalistas —, está longe de ser tão óbvio. Este fator tempo não constitui, de fato, senão um parâmetro da exploração, entre outros. Sabe-se hoje que a gestão do capital de conhecimento, o grau de participação na organização do trabalho, o espírito "da casa", a disciplina coletiva, etc., podem igualmente adquirir uma importância determinante na produtividade do capital. Quanto a isso, pode-se até mesmo admitir que a idéia de uma média social de rendimento horário para um determinado ramo, enquanto tal, não tem o menor sentido. São as equipes, as oficinas, as fábricas, onde aparece, por um número *x* de razões, uma diminuição local da "entropia produtiva", que fazem avançar, que "pilotam", de algum modo, este gênero de média num ramo de indústria ou num país, enquanto que a resistência coletiva operária, o burocratismo da organização, etc., a freiam; ou seja, são agenciamentos complexos — relativos à formação, à inovação, às estruturas internas, às relações sindicais, etc. — que delimitam a amplidão das zonas de lucro capitalistas, e não uma simples extração de tempo de trabalho. Aliás, o próprio Marx tinha percebido perfeitamente a institucionali-

zação de uma defasagem entre as componentes maquínicas, as componentes intelectuais e as componentes manuais do trabalho. No *Grundrisse*, tinha assinalado que o conjunto dos conhecimentos tende a tornar-se "uma potência produtiva imediata": "à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza verdadeira depende menos do tempo e da quantidade de trabalho, do que da ação dos fatores postos em movimento no decorrer do trabalho, cuja poderosa eficácia é incomparável com o tempo de trabalho imediato que custa a produção; ela depende, antes de mais nada, do estado geral da ciência e do progresso tecnológico, aplicação desta ciência à produção". Ele insistia, então, no caráter absurdo e transitório de uma medida do valor, a partir do tempo de trabalho. "Quando em sua forma imediata o trabalhador deixar de ser a grande fonte de riqueza, o tempo de trabalho cessará e deverá cessar de ser a medida do trabalho, assim como o valor de troca cessará de ser a medida dos valores de uso."[3]

Assinalemos aqui a fragilidade desse último paralelo: com efeito, se hoje em dia parece que o reino absoluto da medida do tempo de trabalho está prestes a desaparecer, o mesmo não ocorre, de maneira alguma, com o do valor de troca. É verdade que, se o capitalismo parece ser capaz de viver sem o primeiro, é inimaginável que sobreviva a um desaparecimento do segundo, que só poderia ser efeito de transformações sociais revolucionárias. Marx considerava que a eliminação da oposição lazer-trabalho coincidiria com o controle do sobretrabalho pelas massas operárias.[4] Infelizmente, é perfeitamente concebível que o próprio capitalismo seja levado a suavizar cada vez mais a medida de tempo de trabalho e a levar uma política de lazer e de formação mais aberta, quanto melhor ela a colonizar (quantos operários, empregados, quadros, passam assim, hoje em dia, suas noites e seus fins de semana preparando sua promoção de carreira!). O remanejamento da quantificação do valor a partir do tempo de trabalho não terá, então, sido, como pensava Marx, o apanágio de uma sociedade sem classes! E, de fato, através dos modos de transporte, dos modos de vida urbano, doméstico, conjugal e pelos meios de comunicação de massa, a indústria dos lazeres e até dos sonhos... em instante algum tem-se a impressão que poderá escapar ao controle do capital.

Não se paga ao assalariado uma pura duração de funcionamento de "trabalho social médio", mas, para que ele fique à disposição, uma compensação para um poder que excede aquele exercido durante o tempo de presença na empresa. O que conta aqui é a ocupação de uma função, um jogo de poder entre os trabalhadores e os grupos sociais que controlam os agenciamentos de produção e as formações sociais. O capitalista não extorque um acréscimo de tempo, mas um processo qualitativo complexo. O trabalho aparentemente mais serial, por exemplo, empurrar uma alavanca, vigiar um dispositivo de segurança, supõe sempre a formação prévia de um capital semiótico com múltiplas componentes — o conhecimento da língua, dos usos e costumes, dos regulamentos, das hierarquias, controle dos processos de abstração progressiva, itinerários, interações próprias aos agenciamentos produtivos... O trabalho não é mais, se é que o foi algum dia, um simples ingrediente, uma simples matéria-prima da produção. Dito de outra forma, a parte de servomecanismo maquínico que entra no trabalho humano nunca é quantificável enquanto tal. Em compensação, a sujeição subjetiva, a alienação social inerente a um posto de trabalho ou a qualquer outra função social, o é perfeitamente. É esta, aliás, a função que cabe ao capital. Os dois problemas que concernem, por um lado, ao valor trabalho, seu papel na mais-valia, e por outro à incidência da elevação da produtividade pelo maquinismo sobre a taxa de lucro, estão indissoluvelmente interligados. O tempo humano é cada vez mais substituído por um tempo maquínico.

Como ainda diz Marx, não é mais o trabalho humano que se insere no maquinismo: "É o homem que, diante desse processo, comporta-se como vigia e regulador". Parece que o trabalho na linha de produção e as diferentes formas de taylorismo nos ramos mais modernos da economia estão em vias de depender ainda mais dos métodos gerais de sujeição social, do que de procedimentos de servomecanismos específicos às forças produtivas.[5] Esta alienação taylorista do tempo de trabalho, estas formas neo-arcaicas de sujeição ao posto de trabalho, continuam sendo, em princípio, mensuráveis, a partir de um equivalente geral. O controle do trabalho social médio, teoricamente, pode sempre encarnar-se num valor de troca dos poderes (poderia-se, assim, comparar o tempo formal de alienação de um camponês senegalês ao de um funcionário do Ministério das Finanças ou ainda ao de um operário da IBM!). Não mais seria válido fundar o controle real dos tempos maquínicos, do servomecanismo dos órgãos humanos aos agenciamentos produtivos, em tal equivalente geral. Pode-se medir um tempo de presença, um tempo de alienação, uma duração de encarceramento numa fábrica ou numa prisão; não se pode medir suas conseqüências em um indivíduo. Pode-se quantificar o trabalho aparente de um físico em um laboratório, não o valor produtivo das fórmulas que ele elabora. O valor marxista abstrato sobrecodifica o conjunto do trabalho humano concretamente destinado à produção dos valores de uso. Mas o movimento atual do capitalismo tende a que todos os valores de uso tornem-se valores de troca e que todo trabalho produtivo dependa do maquinismo. Os próprios pólos da troca passa-

ram para o lado do maquinismo, os computadores dialogam de um continente ao outro e ditam para os executivos as cláusulas das trocas. A produção automatizada e informatizada não extrai mais sua consistência de um fator humano de base, mas de um filo maquínico que atravessa, contorna, dispersa, miniaturiza, recupera todas as funções, todas as atividades humanas.

Estas transformações não implicam que o novo capitalismo substitua completamente o antigo. O que há é uma coexistência, estratificação e hierarquização de capitalismos de diferentes níveis que põem em jogo:

— de um lado, *os capitalismos segmentários tradicionais*, territorializados nos Estados-Nações e que secretam sua unificação a partir de um modo de semiotização monetária e financeira;[6]

— e, de outro lado, um *capitalismo mundial integrado*, que não mais se apóia unicamente no modo de semiotização do capital financeiro e monetário mas, mais fundamentalmente, sobre todo um conjunto de procedimentos de servomecanismo-técnico-científico, macro e microssociais, e de meios de comunicação de massa, etc.

A fórmula da mais-valia marxista está essencialmente ligada aos capitalismos segmentários. Ela não consegue explicar o duplo movimento de mundialização e de miniaturização que caracteriza a evolução atual. Por exemplo, no caso-limite onde cada ramo da indústria seja inteiramente automatizado, não dá para enxergar onde foi parar esta mais-valia! Atendo-se rigorosamente às equações marxistas, ela deveria desaparecer completamente — o que é um absurdo! Deveríamos, então, calculá-la unicamente em função do trabalho maquínico? Por que não? Poderíamos sugerir uma fórmula, segundo a qual uma mais-valia maquínica corresponderia a um sobretrabalho "exigido" da máquina para além de seu custo de manutenção e reposição; mas não é, certamente, tentando arranjar desta maneira a vertente quantitativista do problema que poderemos ir muito longe. Na verdade, num caso desses — mas também em todos os casos intermediários de diminuição muito forte do capital variável em relação ao capital constante — a extração da mais-valia escapa, em grande parte, à empresa, à relação imediata patrão-assalariados, e remete à segunda fórmula do capitalismo integrado.

A dupla equação estabelecida por Marx, fazendo equivaler "o grau real de exploração do trabalho", a taxa de mais-valia e o tempo de sobretrabalho relativo ao capital variável, não pode ser aceita enquanto tal.

A exploração capitalista leva a tratar os homens como máquinas, a pagar-lhes como máquinas, de maneira unicamente quantitativista. Mas a exploração, como já pudemos constatar, não se limita a isso! Os capitalistas extraem muitas outras mais-valias, muitos outros lucros, passíveis também eles de inscrição no padrão do capital. O capitalismo se interessa tanto pelo social quanto os explorados! Mas, enquanto que, para ele, o maquínico precede o social e deve controlá-lo, para esses, ao contrário, o maquínico deveria ser um servomecanismo do social. O que separa essencialmente o homem da máquina é o fato de ele não se deixar explorar passivamente como ela. Pode-se admitir que, nas atuais condições, à exploração concernem, em primeiro lugar, os agenciamentos maquínicos — tendo o homem e suas faculdades se tornado partes integrantes destes agenciamentos. A partir desta exploração absoluta, num segundo tempo, as forças sociais entram em luta pela partilha do produto maquínico. Tendo o critério de sobrevivência do trabalhador se tornado relativo — como apreciar, efetivamente, o mínimo vital, a parte de valor correspondente ao trabalho necessário à reprodução do trabalho? —, todas as questões de repartição de bens econômicos e sociais tornaram-se, essencialmente, assuntos políticos. Isto, desde que se amplie o conceito de política e que se integre nele o conjunto das dimensões micropolíticas que engajam os diversos modos de viver, de sentir, de falar, de projetar o futuro, de memorizar a História...

Tentando mostrar que a sujeição do trabalhador não põe em jogo, senão de maneira acessória, o fator quantitativo de "trabalho social médio", fizemos um esforço para descolar a taxa de exploração da taxa da mais-valia marxista. Ao fazer isto, a descolamos implicitamente da taxa de lucro, que em Marx é seu parente próximo.[7]

Uma confirmação desta distinção nos é fornecida pelo fato de que se tornou freqüente, nos ramos sustentados pelo Estado, que empresas "vendendo com perda" produzam, no entanto, um lucro considerável (apesar da mais-valia teoricamente negativa, segundo a fórmula marxista, elas geram um lucro positivo). O lucro hoje pode depender de fatores não somente externos à empresa, mas também à Nação, por exemplo, uma exploração "à distância" do Terceiro Mundo, através do mercado internacional das matérias-primas.

Notemos, enfim, que a pretensa lei de baixa tendencial da taxa de lucros não poderia subsistir num campo político-econômico no seio do qual os mecanismos transnacionais adquiriram tal importância que tornou-se inconcebível determinar a taxa local de mais-valia podendo ser relacionada com uma taxa de crescimento local do maquinismo correspondente ao Capital constante.[8] A criação de zonas de lucros —

exemplo: a pseudocrise do petróleo e a criação de novos ramos industriais, tal como o nuclear — depende atualmente, em sua essência, de estratégias mundiais que implicam a consideração de uma multiplicidade e de uma complexidade de fatores, sem o menor termo de comparação com aqueles que Marx tinha captado.

II. A composição orgânica do capital mundial integrado

Diferentemente do que havia pensado Marx, o capital foi capaz de se livrar de uma fórmula que o teria fechado num modo de quantificação cega dos valores de troca[9] — isto é, de tomada de controle do conjunto dos modos de circulação e de produção dos valores de uso. A valorização capitalista ainda não pegou o câncer maquínico que, da baixa tendencial da taxa de lucro às crises de superprodução, deveria tê-la levado ao impasse e, com isto, levado o capitalismo ao isolamento total. À semiotização do capital se deu um número cada vez maior de meios para estar em condições de detectar, quantificar, manipular as valorizações concretas de poder e, com isso, não só sobreviver, mas também proliferar. Quaisquer que sejam as aparências que ele dê, o capital não é racional. Ele é hegemonista. Ele não harmoniza as formações sociais; acomoda pela força as disparidades sócio-econômicas. É uma operação de poder, antes de ser uma operação de lucro. Não se deduz de uma mecânica de base de lucro, mas se impõe de cima. Ontem, a partir do que Marx chamava de "o capital social de todo um país"[10] e hoje a partir de um capital mundialmente integrado. Ele sempre se constituiu como movimento geral de desterritorialização de todos os campos da economia, das ciências e técnicas, dos costumes, etc. Sua existência semiótica insere-se sistematicamente no conjunto dos movimentos locais de desterritorialização técnicos e sociais que ele "diagramatiza" e reterritorializa nas formas de poder dominantes. Mesmo na época em que parecia estar unicamente centrado numa extração de lucro monetário, a partir de atividades comerciais, bancárias, industriais, o capital — como expressão das classes capitalistas mais dinâmicas — já levava fundamentalmente este tipo de política de destruição e de reestruturação (desterritorialização dos campesinatos tradicionais, constituição de uma classe operária urbana, expropriação das antigas burguesias comerciais e dos antigos artesanatos, liquidação dos "arcaísmos" regionais nacionalitários, expansionismo colonial, etc.).

Não basta, portanto, evocar aqui a política do capital. O capital enquanto tal nada mais é do que o político, o social, o técnico-científico, articulados uns aos outros. Esta dimensão diagramática geral aparece cada vez mais claramente com o papel crescente do capitalismo estatal, como trampolim da mundialização do capital. Os Estados-Nações manipulam um capital multidimensional: massas monetárias, índices econômicos, quantidades de "alinhamento" dessa ou daquela categoria social, fluxos de inibição para manter as pessoas na linha, etc. Assiste-se a uma espécie de coletivização do capitalismo — quer ela esteja, ou não, circunscrita a um quadro nacional. Mas isso não significa absolutamente que ele esteja em vias de degenerar. Pelo enriquecimento contínuo de suas componentes semióticas,[11] toma o controle, para além do trabalho assalariado e dos bens monetarizados, de uma infinidade de *quanta* de poder que antigamente ficavam circunscritas à economia local, doméstica e libidinal. Hoje, cada operação particular de tomada de lucro capitalista — em dinheiro e poder social — engaja, pouco a pouco, o conjunto das formações de poder. As noções de empreendimento capitalista e de posto de trabalho assalariado tornaram-se inseparáveis do conjunto do tecido social, que se encontra, ele próprio, diretamente produzido e reproduzido sob o controle do capital. A própria noção de empresa capitalista deveria se estender aos Equipamentos Coletivos, e a de posto de trabalho, à maioria das atividades não assalariadas. De certa maneira, a dona-de-casa ocupa um posto de trabalho em seu domicílio; a criança ocupa um posto de trabalho na escola, o consumidor no supermercado, o telespectador diante de seu vídeo... Quando as máquinas na fábrica parecem trabalhar sozinhas, na verdade o conjunto da sociedade é adjacente a elas. Seria totalmente arbitrário considerar, hoje, o assalariado de empresa independentemente dos múltiplos sistemas de salários diferidos, de assistência e dos custos sociais, afetando de perto ou de longe a reprodução da força coletiva de trabalho, que passam fora do circuito monetário da empresa e que são assumidos pelas instituições. Acrescentemos a isso um ponto essencial que retomaremos depois: não só o capitalismo explora o assalariado além do seu tempo de trabalho, durante o seu tempo de "lazer", como, além disso, serve-se dele como trampolim para explorar aqueles a que sujeita em sua esfera de ação própria: seus subalternos, seus parentes não assalariados, mulheres, crianças, velhos, assistidos de toda espécie...

Sempre acabamos voltando à idéia central: através do sistema de assalariados, o capitalismo visa, antes de mais nada, o controle do conjunto da sociedade! E, de modo recorrente, parece que em toda e qualquer circunstância o jogo de valores de troca sempre dependeu das relações sociais, e não o contrário. Mecanismos como os da inflação ilustram bem, a esse respeito, a intrusão constante do social no eco-

nômico. O que é "normal" é a inflação e não o equilíbrio de preços, pois que, para ela, trata-se de ajustar as relações de poder em evolução permanente (poder de compra, poderes de investimento, poderes de trocas internacionais das diferentes formações sociais). Estando a mais-valia econômica indissoluvelmente vinculada às mais-valias de poder que têm por objeto o trabalho, as máquinas e os espaços sociais, a redefinição do capital como modo geral de capitalização das semióticas de poder (e não como de quantidade abstrata, universal) implica assim num reexame de sua composição técnica. Esta não mais se apóia em dois dados de base: o trabalho vivo e o trabalho cristalizado no seio dos meios de produção, mas em pelo menos quatro componentes, quatro agenciamentos irredutíveis uns aos outros:

1) *as formações de poder capitalistas*, que realizam um capital de manutenção da ordem, garantem a propriedade, as estratificações sociais, a repartição de bens materiais e sociais... Sendo o valor de um bem, qualquer que seja ele, inseparável da credibilidade dos equipamentos repressivos de direito, de polícia... e, também, da existência de um certo grau de consenso popular a favor da ordem estabelecida;

2) *os agenciamentos maquínicos* relativos às forças produtivas, constitutivas do capital fixo (máquina, fábrica, transporte, reserva de matérias-primas, capital de conhecimentos técnico-científicos, técnicas de servomecanismos maquínicos, instrumentos de formação, laboratórios, etc.). Aqui, estamos no campo clássico das forças produtivas;

3) *a força coletiva de trabalho e o conjunto das relações sociais sujeitadas pelo poder capitalista*: aqui, a força coletiva de trabalho não é mais considerada em sua face de servomecanismo maquínico, mas sim de alienação social. Ela é sujeitada às burguesias e burocracias, ao mesmo tempo que é fator de sujeição de outras categorias sociais (as mulheres, as crianças, os imigrantes, as minorias sexuais, etc.). Estamos aqui no campo clássico das relações de produção e das relações sociais;

4) *a rede de equipamentos, dos aparelhos de poder estatal e paraestatal e os meios de comunicação de massa*: esta rede, ramificada tanto na escala microssocial quanto na escala planetária, tornou-se peça essencial do capital. É através dela que ele extrai e integra as capitalizações setoriais de poder relativas às três componentes precedentes.

O capital, enquanto operador semiótico do conjunto das formações de poder, desenvolve, assim, uma cena desterritorializada, na qual irão evoluir estas quatro componentes. Mas insistamos no fato de que não se trata apenas de uma cena onde se desenrolará *uma representação*, espécie de teatro parlamentar onde seriam confrontados os

diferentes pontos de vista presentes. Tratar-se-á, igualmente, de uma atividade diretamente *produtiva*, na medida em que o capital toma parte da ordenação dos agenciamentos maquínicos e sociais e de toda uma série de operações prospectivas que lhes dizem respeito. As funções diagramáticas específicas do capital — isto é, inscrições que não sejam exclusivamente representativas, mas também operatórias — "acrescentam" algo de essencial ao que seria um simples acúmulo dos diversos componentes evocados precedentemente. A elevação do nível de abstração semiótica correspondente a esse diagramatismo pode evocar aquilo que Bertrand Russel descrevia em sua teoria dos tipos lógicos, ou seja, que existe uma descontinuidade fundamental entre uma classe e seus membros. Mas estamos em presença, com o capital, de uma descontinuidade que não é apenas de ordem lógica, mas também maquínica, no sentido de que ela não opera unicamente a partir de fluxos de signos, mas também de fluxos materiais e sociais. De fato, a potência multiplicadora do diagramatismo próprio ao capital é inseparável do "dinamismo" desterritorializante dos diversos agenciamentos concretos do capitalismo. O que tem como conseqüência tornar absurdas as perspectivas políticas reformistas fundadas nas contradições intra e intercapitalistas, ou em sua humanização sob pressão das massas. Isto consistirá, por exemplo, em querer "jogar" as multinacionais contra o capitalismo nacional ou a Europa germano-americana contra a Europa das pátrias, o liberalismo "ocidental" contra o social-capitalismo da URSS, o Norte contra o Sul, etc. Para o capital, tudo isso são mais desafios funcionando como estímulos de desterritorialização. Uma alternativa revolucionária, se é que ela existe, seguramente não pode se apoiar em bases deste tipo!

III. O capital e as funções de alienação subjetivas

O exercício do poder por meio das semióticas do capital tem como particularidade proceder concorrentemente, a partir de um controle de cúpula dos segmentos sociais, e pela sujeição de todos os instantes de cada indivíduo. Se bem que sua enunciação seja individuada, nada menos individual que a subjetividade capitalista. A sobrecodificação, pelo capital, das atividades, dos pensamentos, dos sentimentos humanos, acarreta a equivalência e a ressonância de todos os modos particularizados de subjetivação. A subjetividade é nacionalizada. O conjunto de valores de desejo é reorganizado numa economia fundada na dependência sistemática dos valores de uso em relação aos valores de troca, a ponto de fazer com que esta categoria de valores de uso

perca seu sentido. Passear "livremente" numa rua, ou no campo, respirar ar puro, cantar meio alto, tornaram-se atividades quantificáveis de um ponto de vista capitalístico. Os espaços verdes, as reservas naturais, a livre circulação, têm um custo social e industrial. Em última análise, os sujeitos do capitalismo — no sentido em que se falava dos súditos[12] do rei — só assumem de sua existência a parte que pode ser inscrita no equivalente geral: o capital, segundo a definição ampliada que propomos aqui. A ordem capitalista pretende impor aos indivíduos que vivam unicamente num sistema de troca, uma tradutibilidade geral de todos os valores para além dos quais tudo é feito, de modo que o menor de seus desejos seja sentido como associal, perigoso, culpado.

Para que tal operação de sujeição possa cobrir o conjunto do campo social e, ao mesmo tempo, "visar" com precisão suas menores disparidades, ela não poderia se contentar com um controle social exterior. O mercado geral de valores produzido pelo capital tomará, portanto, as coisas de dentro e de fora, ao mesmo tempo. Esta tradutibilidade geral dos modos locais de semiotização de poder não depende unicamente dos dispositivos centrais, mas de "condensadores semióticos" adjacentes ao poder de Estado, ou que lhe estão diretamente enfeudados, e dos quais uma das principais funções consiste em fazer com que cada indivíduo assuma os mecanismos de controle, de repressão, de modelização da ordem dominante.[13]

No contexto do capitalismo mundial integrado, pode-se considerar que os poderes centrais dos Estados-Nações são, ao mesmo tempo, tudo e nada; nada ou quase nada aos olhos de uma eficiência econômica real; tudo ou quase tudo aos olhos da modelização e do controle social. O paradoxo é que, em certa medida, a própria rede dos aparelhos, equipamento e burocracia de Estado tende a escapar ao poder do Estado. De fato, muitas vezes, é esta rede que o manipula e teleguia: seus verdadeiros interlocutores são os "parceiros sociais", os grupos de pressão, os *lobbies*. A realidade do Estado tende, assim, a coincidir com as tecnoestruturas estatais e paraestatais que ocupam, por essa razão, um lugar muito ambíguo nas relações de produção, e nas relações de classe, pois que, por um lado, controlam postos reais de direção, contribuem de maneira efetiva para a manutenção da ordem dominante, e, por outro, elas próprias são objeto de uma exploração capitalista, da mesma maneira que os diferentes componentes da classe operária.

Marx considerava o professor primário um trabalhador produtivo, na medida em que preparava seus alunos para trabalhar para os patrões.[14] Mas o professor primário, hoje em dia, multiplicou-se infinitamente, na forma desta rede capitalística, geradora de formações e de sociabilidade, a ponto de chegarmos a um conglomerado de "agenciamentos coletivos de produção", o qual seria agora totalmente arbitrário pretender decompor em esferas autônomas de produção material, de *socius*, de modos de semiotização e de subjetivação.

Encontra-se a mesma ambigüidade, a mesma ambivalência entre a produção e a repressão que caracteriza as tecnocracias, nas massas operárias: os trabalhadores estão se "trabalhando", enquanto trabalham na produção de bens de consumo. De qualquer jeito, todos participam da produção de controle e de repressão. De fato, como vimos, num mesmo dia, um mesmo indivíduo não pára de mudar de papéis: explorado na oficina ou no escritório, torna-se por sua vez explorador na família, no casal, etc. Em todos os níveis do *socius*, encontramos uma mistura inextrincável de vetores de alienação. Por exemplo, os trabalhadores e os sindicatos de tal setor avançado defenderão ardentemente o lugar de sua indústria na economia nacional, e isto apesar de seus efeitos colaterais no campo da poluição, apesar do fato de equiparem aviões de caça que servirão para metralhar as populações africanas... As fronteiras de classe, as "frentes de luta", tornaram-se vagas; mas será que elas desapareceram? Não, ao contrário, elas se multiplicaram infinitamente, e, mesmo quando surgem afrontamentos diretos, estes tomam, na maioria das vezes, um "caráter exemplar", sendo seu objeto primeiro o de chegar a repercutir nos meios de comunicação de massa que, por sua vez, os manipulam à vontade.

Na base dos mecanismos de modelização da força de trabalho, em todos os níveis da interpenetração entre ideologias e afetos, reencontramos esta rede maquínica tentacular dos equipamentos capitalísticos. O ponto no qual não poderíamos nos deter é que não se trata, em absoluto, de uma rede de aparelhos ideológicos, mas de uma "bela" megamáquina, composta de uma multidão de elementos esparsos, que concerne não somente aos trabalhadores, mas que bota para produzir, permanentemente, mulheres, crianças, velhos, marginais, etc. Hoje em dia, por exemplo, uma criança desde o seu nascimento, através da família, da televisão, da creche, dos serviços sociais, é "posta para trabalhar" e se engaja num processo complexo de formação, ao termo do qual seus diversos modos de semiotização deverão estar adaptados às funções produtivas e sociais que a esperam.

Sabemos da importância que a avaliação da manutenção industrial tomou hoje em dia na gestão das empresas. Será que poderíamos nos contentar em dizer que o Estado assume uma espécie de "manutenção social" generalizada? Seria, a nosso ver, totalmente insuficiente! Em realidade, tanto nos regimes burocráticos do Leste como

nas democracias burguesas do Oeste, o Estado está diretamente ligado aos componentes essenciais do capital — da mesma forma, podemos nos permitir falar, nesses dois casos, do capitalismo de Estado, na condição no entanto de modificar simultaneamente a definição da composição orgânica do capital e a do Estado. Aquilo que chamamos de rede de equipamentos do capital, no seio dos quais convém incluir, até certo ponto, os meios de comunicação de massa, os sindicatos, as associações, etc., têm por função tornar homogêneo o capital, funcionando *strictu sensu*, a partir dos valores de troca, e o capital social, a partir dos valores de poder. Isso gere tanto as atitudes coletivas, os padrões de conduta, as referências de qualquer espécie compatíveis com o bom andamento do sistema, quanto os meios de intervenção regulamentares e financeiros para repartir as massas de poder de compra e de investimento entre os diferentes setores sociais e industriais, ou, ainda, os grandes complexos militares-industriais que lhe servem, por assim dizer, de coluna vertebral em escala internacional.

É essencial não remeter cada um destes campos a categorias estanques. Em última análise, trata-se, de cada vez, do mesmo capital manipulado pelos poderes dominantes: o capital do conhecimento, o capital de adaptação e de submissão da força de trabalho ao meio ambiente produtivo e, mais geralmente, do conjunto das populações ao meio ambiente urbano e rural urbanizado, o capital de introjeção inconsciente dos modelos do sistema, o capital de força repressiva e militar... não só participam de pleno direito da composição orgânica do capital contemporâneo mas, além disso, ocupam nele uma parte cada vez mais importante.

Assim, o desenvolvimento de um mercado geral de valores capitalísticos, a proliferação da rede multicentrada dos equipamentos capitalistas e dos equipamentos estatais que são seu suporte, longe de entrar em contradição com a existência dos poderes centrados nos Estados-Nações — e que em geral tendem até a se reforçar —, lhe são, ao contrário, complementares. Efetivamente, o que é capitalizado é muito mais um poder pela *imagem do poder* do que uma verdadeira potência nos campos da produção e da economia. Pelas mais diversas vias, o Estado e suas inúmeras ramificações tentam recriar um mínimo de pontos de referência, de territorialidades sobressalentes, a fim de permitir às massas reorganizar mais ou menos artificialmente sua vida cotidiana e suas relações sociais. Os verdadeiros postos de decisionalidade, em compensação, estão em outra parte; eles atravessam ou contornam os modos de territorialização antigos e novos e dependem cada vez mais do sistema das redes capitalísticas integradas em escala mundial.[15]

Os espaços do capitalismo contemporâneo não mais aderem aos torrões natais, às castas, às tradições étnicas, religiosas, corporativas "pré-capitalistas", e, cada vez menos, às metrópoles, às cidades industriais, às relações de classe e às burocracias do capitalismo segmentário da era dos Estados-Nações. Eles são confeccionados na escala planetária tanto quanto na escala microssocial e microfísica. Mesmo o sentimento de "fazer parte de alguma coisa" parece resultar de uma espécie de produção em cadeia, da mesma forma que o esquema de vida. Compreende-se melhor, nestas condições, que o poder de Estado não possa mais se contentar em dominar do alto da pirâmide social, de legiferar à distância do povo, e que seja obrigado a intervir permanentemente na modelagem e na recomposição do tecido social, retomar e revisar constantemente suas "fórmulas" de hierarquização, de segregação, de prescrição funcional, de qualificação específica. O capitalismo mundial está comprometido numa incontrolável e vertiginosa aceleração. Ele tem que apelar para tudo e não pode mais se dar ao luxo de respeitar tradições nacionais, textos e instituições legislativas ou judiciárias, que limitariam no que quer que fosse sua liberdade de manobra.

IV. O capital e as funções de servomecanismo maquínico

Aos meios tradicionais de coerção direta, o poder capitalista não pára de acrescentar dispositivos de controle que requerem, se não a cumplicidade de cada indivíduo, pelo menos seu consentimento passivo. Mas tal ampliação de sua ação não é possível, na medida em que esta esteja em condições de atingir as próprias molas da vida e da atividade humana. A miniaturização dos meios vai aqui bem além dos maquinismos técnicos. É no funcionamento de base dos comportamentos perceptivos, sensitivos, afetivos, cognitivos, lingüísticos, etc., que se engasta a maquinaria capitalística, cuja parte desterritorializada "invisível" é, sem dúvidas, a mais implacavelmente eficaz. Não podemos aceitar as explicações teóricas da alienação das massas a partir de uma engambelação ideológica qualquer ou de uma paixão coletiva masoquista. O capitalismo se apodera dos seres humanos por dentro. Sua alienação pelas imagens e idéias é apenas um dos aspectos de um sistema geral de servomecanismo de seus meios fundamentais de semiotização, tanto individuais quanto coletivos. Os indivíduos são "equipados" de modos de percepção ou de normalização de desejo, da mesma forma que as fábricas, as escolas, os territórios. A ampliação da divisão do trabalho na escala do planeta implica, por parte do capi-

talismo mundial, não só uma tentativa de integração de todas as categorias sociais às forças produtivas, mas ainda por cima uma recomposição permanente, uma reinvenção desta força coletiva de trabalho. Idealmente, o capital gostaria de não mais ter que lidar com indivíduos, mas somente com subconjuntos maquínicos. Além disso, ele não gostaria mais de saber senão de dois tipos de categorias sociais, as relativas aos assalariados e as relativas à assistência. Seu objetivo é de apagar, de neutralizar, senão de suprimir, todas as categorizações sociais fundadas em outra coisa que não sua axiomática de poder e seus imperativos tecnológicos. Quando, no fim da linha, ele "reencontra" homens, mulheres, crianças, velhos, ricos, pobres, trabalhadores manuais, intelectuais, etc., pretende recriá-los por ele mesmo, redefini-los em função de seus próprios critérios.

Mas, precisamente em razão de ele intervir ao nível mais funcional — sensitivo, afetivo, práxico —, o servomecanismo maquínico capitalista é suscetível de inverter seus efeitos e de levar a revelação de um novo tipo de mais-valia maquínica perfeitamente percebida por Marx. (Desdobramento do possível da raça humana, renovação constante do horizonte de seus desejos e de sua criatividade.[16]) O capitalismo pretende se apoderar das cargas de desejo que a espécie humana traz em si. É por intermédio do servomecanismo maquínico que ele se instala no coração dos indivíduos. Não se pode contestar, por exemplo, que a integração social e política das elites operárias e dos quadros de direção não seja exclusivamente baseada num interesse material, mas também em seu apego por vezes muito profundo à sua profissão, sua tecnologia, suas máquinas... De modo mais geral, é claro que o meio ambiente maquínico secretado pelo capitalismo está longe de deixar indiferentes as grandes massas da população e isto não se deve somente às seduções da publicidade, à interiorização, pelos indivíduos, dos objetos, dos valores da sociedade de consumo. Parece que algo da máquina participa "pra valer" da essência do desejo humano. Toda questão está em saber qual máquina e para quê.

O servomecanismo maquínico não coincide com a alienação social. Enquanto a alienação engaja pessoas globais, representações subjetivas facilmente manipuláveis, o servomecanismo maquínico agencia elementos infrapessoais, infra-sociais, em razão de uma economia molecular de desejo, muito mais difícil de se "segurar" no seio das relações sociais estratificadas.[17] Conseguindo assim colocar diretamente no trabalho funções perceptivas, afetos, comportamentos inconscientes, o capitalismo toma posse de uma força de trabalho e de desejo que ultrapassa consideravelmente a das classes operárias no sentido sociológico. Nestas condições, as relações de classe tendem a evoluir diferentemente. Elas são menos bipolarizadas, tendem cada vez mais a engajar estratégias complexas (o destino da classe operária francesa, por exemplo, não depende mais unicamente de seus patrões, mas, de um lado, do Estado, da Europa, do Terceiro Mundo, das multinacionais, e, de outro, dos trabalhadores imigrantes, do trabalho feminino, das lutas regionalistas, etc.). A própria burguesia mudou de natureza. Ela não está mais vigorosamente comprometida, ao menos na sua parte mais modernista, com a defesa da posse pessoal dos meios de produção — seja a título individual, seja a título coletivo. Seu problema hoje é o de controlar coletiva e globalmente a rede de base dos equipamentos capitalísticos. É disso que ela tira todos seus poderes, não só monetários, mas também sociais, libidinais, culturais, etc. É esse terreno que ela pretende não se deixar expropriar. E, quanto a isso, temos que reconhecer que ela demonstrou uma capacidade surpreendente de adaptação, de renovação, de regeneração, particularmente nos regimes do socialismo capitalista do Leste. Enquanto ela perde terreno do lado do capitalismo privado, não pára de ganhar do lado do capitalismo de Estado, do lado dos equipamentos coletivos, dos meios de comunicação de massa, etc. Ela não só incorpora novas camadas de burocratas de Estado e de aparelhos, de tecnocratas, de supervisores de produção, de professores, mas também, em diferentes graus, consegue contaminar o resto da população.

Que limites encontrarão, então, as classes capitalísticas em seu empreendimento de conversão generalizada de todas as atividades humanas a um equivalente unicamente negociável, a partir de suas redes semióticas? Até que ponto uma luta de classes revolucionária é ainda concebível em tal sistema de contaminação generalizada? Sem dúvida esses limites não devem ser buscados na mesma porta em que os movimentos revolucionários tradicionais vêm batendo há tanto tempo! A revolução não está em jogo unicamente ao nível do discurso político manifesto, mas também num plano muito mais molecular, na direção das mutações de desejo e das mutações técnico-científicas, artísticas, etc. Em sua aceleração desenfreada e vertiginosa, o capitalismo se engajou no caminho de um controle planetário, visando cada indivíduo. Sem dúvida ele chega hoje — com a integração atual da China — ao ápice de sua potência, mas talvez, também, ao ponto extremo de sua fragilidade! Ele desenvolveu um tal sistema de dependência generalizada que o menor grilo em seu funcionamento acabará tendo, talvez, conseqüências incontroláveis.

NOTAS

(1) N. do Trad.: No original, *asservissement*, do latim *servus* (servo), tem um duplo sentido:

a) o de servidão, tanto a condição do servo ou do escravo e o ato de subjugar — escravidão, sujeição, submissão — quanto o sistema de dependência que liga o servo ao feudo, definindo o servo como um indivíduo que não tem direitos, não dispõe de sua pessoa ou de bens e cujos serviços são adstritos à gleba e com ela se transferem;

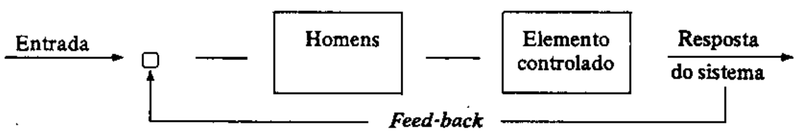
b) o sentido cibernético de servomecanismo: sistema de controle automático, com retroalimentação — *feed-back* — largamente aplicada na indústria de mecanismos, como amplificador de energia, cuja especialidade é o controle de elementos.

O termo servo marca aqui uma servidão mecânica.

O servomecanismo invariavelmente possui como componente um servo ou servo-motor — motor elétrico, hidráulico ou de outro tipo — que funciona como elemento de controle final.

Os servomecanismos diferem dos sistemas reguladores na medida em que estes têm entrada (*input*) constante por longos períodos e visam manter a saída (*output*) controlada constante, enquanto que os primeiros controlam a saída de acordo com uma variação de entrada. São usados para manter o equilíbrio de entrada e saída, sejam quais forem as variações e perturbações da entrada.

Os servomecanismos são normalmente representados por diagramas de blocos que revelam a dependência funcional entre os elementos de um sistema de controle:



A entrada é a meta (ideal) do sistema sob controle, que recebe comandos (entradas) de "operadores humanos" num sistema homem-máquina. Neste contexto, os homens são encarados como dispositivos que processam (transformam) informação para uma ação conformada às necessidades de um dado sistema. Deste ponto de vista as ações humanas limitam-se a ser pensadas como adequadas ou não enquanto funções de um sistema global.

A inexistência em português de uma palavra que contenha ambos os sentidos nos levou a optar por "servomecanismo" pelas seguintes razões:

- marca-se o sentido cibernético e fica evocado o sentido de uma servidão mecânica ou de um mecanismo servilizado;
- diferencia-se de sujeição, no original *assujetissement*, que para Guattari engloba tanto o servomecanismo (*asservissement*) — controle de elementos infra-pessoais e infra-sociais — quanto a alienação social — controle de pessoas globais e representações subjetivas.

(2) Marx assim define a mais-valia: "Chamo de mais-valia absoluta a produzida pelo prolongamento da jornada de trabalho, e de mais-valia relativa a decorrente da contração de trabalho necessário e da correspondente alteração na relação quantitativa entre ambas as partes componentes da jornada de trabalho (*O Capital*, Livro 1, vol. 1, Cap. X, Civilização Brasileira, p. 363; no original, Pléiade, tomo I, p. 852).

A taxa de mais-valia é representada pelas seguintes fórmulas:

$$\text{Tmv} = \frac{\text{Mais-valia}}{\text{capital variável}} \quad \text{ou seja} \quad \frac{m}{V} = \frac{\text{mais-valia}}{\text{valor da força de trabalho}}$$

$$= \frac{\text{trabalho excedente}}{\text{trabalho necessário}}$$

Ele precisa que: "as duas primeiras fórmulas expressam como relação entre valores o que a terceira expressa como relação entre espaços de tempo nos quais esses valores são produzidos" (*O Capital*, Livro 1, vol. 1, Cap. XVI, Civilização Brasileira, p. 608; no original, Pléiade, t. I, p. 1024). (N. do Trad.: Guattari cita a tradução francesa de Marx da Pléiade, com a qual comparamos a tradução para o português da Civilização Brasileira. Optamos, salvo algumas exceções, pela reprodução literal da tradução brasileira.)

(3) Karl Marx, obras, NRF, tomo II, pp. 304-312.

(4) Sendo a verdadeira riqueza a plena potência produtiva de todos os indivíduos, o padrão de medida não será o tempo de trabalho, mas o tempo disponível. Adotar o tempo de trabalho como padrão da riqueza é fundamentar esta na pobreza; é querer que o lazer não exista senão na oposição ao tempo de sobretrabalho e através dela; é reduzir o tempo inteiro ao tempo de trabalho unicamente e degradar o indivíduo ao papel exclusivo de operário, de instrumento de trabalho (Pléiade, t. II, p. 308).

(5) Em outra ordem de idéias dá para se ver claramente que o atual triunfo do behaviorismo nos EUA não é absolutamente o resultado de um "progresso da ciência", mas de uma sistematização dos mais rigorosos métodos de controle social.

(6) "A revolução mercantilista" poderia ser a referência disso. Estamos pensando particularmente no grande livro de Thomas Mun *A Discourse of Trade from England into East Indies (1609)*, Londres, 1621 — que representa para Marx "a cisão consciente operada pelo mercantilismo com o sistema do qual ele saiu"... Ele ficará sendo "o evangelho mercantilista" (Pléiade, t. II, p. 1 499).

(7) Segundo Marx, é a relativa e progressiva diminuição do capital variável em relação ao capital constante (pelo fato do progresso do maquinismo e da concentração das empresas) que desequilibraria a composição orgânica do capital total de uma sociedade dada. "... daí resultando diretamente que a taxa de mais-valia, sem variar e mesmo elevando-se o grau de exploração do trabalho, se expressa em taxa geral de lucro em decréscimo contínuo" (*O Capital*, Livro 3, vol. 4, Cap. XIII, Civilização Brasileira, p. 243; no original, Pléiade, t. II, p. 1 002).

(8) Uma multinacional, por exemplo, após negociações com um poder de Estado, implantará uma fábrica ultramoderna numa região subdesenvolvida. Ao cabo de alguns anos, por motivos políticos ou de "instabilidade" social, ou ainda em razão de regateios complexos, ele decidirá fechá-la. É impossível, nestas condições, demarcar um crescimento do capital fixo!

Em outro campo, tal como o do aço, é um ramo da indústria ultramoderna que vai ser desativado ou localmente desmantelado, em razão de problemas de mercado ou de escolhas pretensamente tecnológicas, que não são mais do que a expressão de opções fundamentais concernentes ao conjunto do desenvolvimento econômico e social.

(9) Como mostraram inúmeros antropólogos, com referência às sociedades arcaicas, a troca aparente é sempre relativa às relações de força reais. A troca é sempre alterada pelo poder.

(10) Marx, Pléiade, t. I, p. 1 122; t. II, p. 1 002.

(11) Para além do ouro, papel-moeda, moeda de crédito, ações, títulos de propriedade, etc., o capital se manifesta hoje em dia por operações semióticas e de manipulações de poder de toda espécie, engajando a informática e os meios de comunicação de massa.

(12) Este é o papel, paralelamente à administração, à polícia, à justiça, ao fisco, à bolsa, ao exército, etc., da escola, dos serviços sociais, dos sindicatos, do esporte, dos meios de comunicação de massa, etc.

(13) N. do Trad.: No original, *sujet du roi*, cuja tradução mais adequada seria súdito do rei. No entanto, por ser correto traduzi-lo por sujeito do rei, e na intenção de preservar o jogo de palavras do autor com o duplo sentido de sujeito, optamos por este último.

(14) Marx, *O Capital*, Livro I, vol. 2, Cap. XIV, Civilização Brasileira, p. 584; no original, Pléiade, t. I, p. 1 002.

(15) Até mesmo neste nível encontramos uma reterritorialização relativa: as multinacionais que não são absolutamente redutíveis a subconjuntos econômicos dos EUA e são objetivamente cosmopolitas, nem por isso têm deixado de ter na sua direção uma maioria de cidadãos americanos!

(16) O mecanismo dialético de Marx o conduz às vezes a imaginar uma espécie de geração quase espontânea e involuntária deste tipo de transformação: "Assim como o sistema da economia burguesa desenvolve-se pouco a pouco, o resultado último desse sistema é que também desenvolve-se pouco a pouco sua negação. Por enquanto, temos em vista o processo da produção imediata. Se consideramos a sociedade burguesa em seu conjunto, vemos que o resultado último do processo da produção social é a própria sociedade, em outras palavras, o próprio homem em suas relações sociais" (Pléiade, t. II, p. 311).

(17) Uma proposição deste tipo só tem chance de ser entendida na condição de se conceber o desejo, não como uma energia pulsional indiferenciada, mas como sendo ele próprio resultante de uma montagem altamente elaborada de maquinismos desterritorializados.

O capitalismo mundial integrado e a revolução molecular*

O capitalismo contemporâneo é mundial e integrado porque potencialmente colonizou o conjunto do planeta, porque atualmente vive em simbiose com países que historicamente pareciam ter escapado dele (os países do bloco soviético, a China) e porque tende a fazer com que nenhuma atividade humana, nenhum setor de produção fique fora do seu controle.

Este duplo movimento de extensão geográfica, que se defronta com um impasse, e de expansão sobre si próprio constitui o que denominarei um processo geral de desterritorialização. O capitalismo mundial integrado não respeita mais os modos de vida tradicional do que os modos de organização social dos conjuntos nacionais que parecem estar melhor estabelecidos. Recompõe a produção e a vida social a partir da sua própria axiomática — axiomática opondo-se a programática. Em outras palavras, não possui um programa definido de uma vez por todas; face a uma crise ou a uma dificuldade imprevista, sempre é capaz de inventar novos axiomas funcionais ou de suprimi-los. Parece que certas fórmulas capitalistas caíram por terra por ocasião de uma guerra mundial ou de uma crise, e depois ressurgiram sob outras formas, encontrando outros fundamentos. O que me parece importante destacar a respeito dessa desterritorialização, dessa recomposição permanente e dessa integração é que elas dizem respeito a um só tempo às estruturas de produção e às formações de poder (prefiro falar de formação de poder em vez de relação de produção, que me parece ser uma noção muito restritiva face ao assunto aqui considerado).

Abordarei essa questão do Capitalismo Mundial Integrado, sob o ângulo:

I) dos seus sistemas de produção, de expressão econômica e de axiomatização do *socius*;

II) dos tipos de segmentariedades particulares que ele desenvolve: a) ao nível transnacional; b) no âmbito europeu; c) ao nível molecular;

III) das máquinas de guerra revolucionária, dos agenciamentos de desejo e das lutas de classe, capazes de pô-lo em questão.

I. Os sistemas de produção, de expressão econômica e de axiomatização do capital mundial integrado

1) Sobre a evolução dos *sistemas de produção* do CMI, serei breve e mesmo esquemático, pois esse assunto foi amplamente desenvolvido em outra parte.

Consideremos primeiro que não existe apenas uma divisão internacional do trabalho, mas uma mundialização da divisão do trabalho, uma captação geral de todos os tipos de atividade, inclusive os que formalmente escapam da definição econômica do trabalho. Os setores mais "atrasados", os modos de produção marginais, a vida doméstica, o esporte, a cultura, etc., que até agora dependiam do mercado mundial, estão caindo sob o seu domínio uns atrás dos outros.

O CMI integra numerosos sistemas maquínicos e semióticos ao trabalho humano, de modo que há uma maior dificuldade em se pretender compreender mecanismos de valorização econômicos unicamente através de uma noção quantitativa de "trabalho socialmente necessário". O que se torna pertinente na designação de um trabalhador a um cargo produtivo não é só a sua capacidade de fornecer um determinado tempo de trabalho, mas o tipo de *performance* maquínica que ele introduz no processo de produção (na qual intervém evidentemente um trabalho físico, mas cuja importância relativa tende a diminuir). Assim, as reivindicações sindicais relativas à diminuição do tempo de trabalho podem perfeitamente se tornar compatíveis com o projeto de integração do capitalismo, compatíveis e até desejáveis, para que o trabalhador possa se dedicar a atividades não imediatamente produtivas, mas capazes de manter e desenvolver suas competências, economicamente recuperáveis. O lugar da integração maquínica não se circunscreve mais unicamente aos lugares de produção, mas igualmente a todos os outros tipos de espaços sociais e institucionais (agenciamentos técnico-científicos, equipamentos coletivos, meios de comunicação, etc.). A revolução informática acelera consideravelmente um processo de integração que contamina igualmente a subjetividade inconsciente, tanto individual como social.

Esta integração maquínico-semiótica do trabalho humano requer, portanto, que seja considerada, dentro do processo produtivo, a modelização de cada trabalhador, não só no registro do seu saber — o que certos economistas denominam "o capital de saber" —, mas também seus sistemas de interação com a sociedade e seu ambiente maquínico (ambiente que diz respeito tanto a máquinas propriamente ditas, máquinas técnicas, como máquinas semióticas, e "máquinas desejantes", funcionando na qualidade de "logicial", no meio dos comportamentos sociais em todos os níveis de sensibilidade, de interiorização dos sistemas hierárquicos, de adaptação aos tecidos urbanísticos...).

2) *A expressão econômica* do CMI, seu modo de sujeição semiótica das pessoas e das coletividades, não depende unicamente de sistema de signos monetários, bolsistas, econômicos, de aparelhos jurídicos relativos ao salariado, à propriedade, à manutenção da ordem pública, etc. Apóia-se igualmente sobre sistemas de servomecanismo, no sentido cibernético do termo. As componentes semióticas do capital funcionam sempre com um duplo registro: o da *representação* (onde os sistemas de signos são independentes e "à distância" dos referentes econômicos) e o do *diagramatismo* (onde os sistemas de signos entram em concatenação direta com os referentes para modelar, programar, planificar os segmentos sociais e os agenciamentos produtivos). Assim, o capital é muito mais que uma simples categoria econômica relativa à circulação dos bens e à acumulação dos meios econômicos. É antes categoria semiótica que se refere ao conjunto dos níveis da produção e ao conjunto dos níveis de estratificação dos poderes. Insere-se no quadro das sociedades divididas não apenas em classes sociais, mas também em classes raciais, burocráticas, sexuais e em classes de idade, etc. Sua relação com os "progressos" científicos e técnicos fica ambígua na medida em que se apóia na potência maquínica e na proliferação semiótica das sociedades industriais desenvolvidas, ao mesmo tempo que as neutraliza por seu sistema de expressão econômica. Só favorece inovações maquínicas na medida em que pode recuperá-las e consolidar os axiomas com os quais pretende não transigir; um certo tipo de concepção do *socius*, do desejo, do trabalho, dos lazeres, da cultura...

3) *A axiomatização* do *socius* pelo CMI é caracterizada, no contexto atual, por três tipos de transformações: cerco, desterritorialização e segmentariedade.

a) *O cerco* — O capitalismo, depois de invadir quase todas as superfícies economicamente exploráveis, não pode mais manter seu

impulso expansionista próprio de suas fases coloniais e imperialistas. Este cerco do seu campo de ação obriga-o a se recompor internamente o tempo todo, reconvertendo constantemente seus espaços econômicos e sociais, seus modos de controle e de sujeição do conjunto das sociedades humanas. Assim sua mundialização, longe de ser em si um fator de crescimento, corresponde, na verdade, a um requestionamento radical das suas bases anteriores. Pode dar ou numa involução do sistema ou numa mudança de registro. Sua expansão, seus meios de crescimento, o CMI deverá doravante encontrá-los trabalhando as mesmas formações de poder, remanejando as relações sociais e desenvolvendo mercados cada vez mais artificiais, não só no campo dos bens, mas também no das informações e dos afetos. O que caracteriza a atual crise — que no fundo não é uma crise, mas uma gigantesca reestruturação — é precisamente essa oscilação entre a involução de um certo tipo de capitalismo exangue e uma tentativa de reconversão em bases radicalmente diferentes. Por etapas sucessivas, o CMI é levado a assumir sua finitude, em particular a de seus mercados e a sua necessidade de redefinir permanentemente seus campos de aplicação (inclusive nos espaços ditos "socialistas", como URSS, China, etc.). Para sair do impasse, está disposto a proceder à liquidação de sistemas que pareciam bem estabelecidos, seja ao nível da produção, seja ao nível dos compromissos sociais no fundamento da democracia burguesa. Portanto, fim dos capitalismos territorializados, dos imperialismos expansionistas e transição para imperialismos desterritorializados e intensivos. Abandono de toda uma série de categorias sociais, ramos de atividades, em que anteriormente se apoiava, e remodelagem, domação das forças produtivas e da vida social, de modo a que se adaptem ao novo sistema. Integração desterritorializada que, insisto, não é necessariamente incompatível com uma certa diversidade de regimes políticos, e que até pode encorajá-la, contanto que se instaure na base de sua axiomática segregacionista.

b) Esta *desterritorialização* do capitalismo em si próprio, que Marx denominou "a expropriação da burguesia pela burguesia", mas que agora se desenvolve numa escala diferente, não implica que o CMI seja universalista. Ele não é particularmente ligado à manutenção de democracias burguesas, nem tampouco deseja generalizar um tipo particular de ditadura. A única coisa que faz força para homogeneizar são os modos de produção, e os modos de controle social. Esta é a única preocupação que o leva a se apoiar em regimes relativamente democráticos e, alhures, a impor ditaduras. Esta orientação tem como efeito, de um modo geral, relegar as antigas territorialidades nacionais. Ou, no mínimo, privá-las de sua antiga potência econômica. Mas isso

só é possível se os seus próprios órgãos de decisão são estruturados independentemente dessas territorialidades.

Hoje o CMI não possui um centro de poder único. (Mesmo o ramo norte-americano é policentrado.) Seus centros de decisão reais estão espalhados por todo o planeta. E não se trata, no caso, unicamente de estados-maiores econômicos, mas também de engrenagens de poder que se escalonam em todos os níveis da pirâmide social, do empresário ao pai de família. De certo modo, o CMI instaura a sua própria democracia interna. Não impõe necessariamente uma decisão que corresponda aos seus interesses imediatos. Através de mecanismos extremamente complexos, "consulta" o conjunto das esferas econômicas e dos segmentos sociais com os quais deve fazer composições. Esta "negociação" não se reveste mais, como antes, de um caráter explicitamente político. Põe em jogo sistemas de informação e de manipulações psicológicas em grande escala, por intermédio dos meios de comunicação de massa, das sondagens, dos sistemas de *welfare*, etc. (Assistimos, hoje, por exemplo, a uma espécie de negociação desse tipo a propósito de suas opções energéticas.)

A degenerescência das antigas localizações concêntricas das formações de poder e das antigas hierarquias sociais (das aristocracias aos proletariados, passando pelas pequenas burguesias) não é incompatível com a sua manutenção parcial e mesmo com o seu fortalecimento. Mas corresponde mais aos campos reais de "decisionalidades". O poder do CMI é sempre descentralizado em benefício de mecanismos desterritorializados. É por isso que hoje parece impossível cercá-lo, mirá-lo para atacá-lo. Esta desterritorialização acarreta igualmente fenômenos paradoxais, como o fato de que se desenvolvam zonas de Terceiro Mundo e de Quarto Mundo dentro dos países mais desenvolvidos e que, inversamente, apareçam zonas capitalistas superdesenvolvidas no interior de regiões subdesenvolvidas.

c) *O sistema geral de segmentariedade.* Vimos que o capitalismo, não estando mais em uma fase expansiva ao nível geopolítico, é levado a se reinventar nos mesmos espaços, como um palimpsesto. Uma vez que o seu crescimento segundo um modelo de centro e de periferia em interação está igualmente comprometido, seu problema atualmente é inventar novos métodos de hierarquização do *socius*. Trata-se então de um axioma com o qual não poderia transigir. Para manter a consistência da força coletiva de trabalho em escala mundial, atualmente tem que fazer coexistir:

— zonas de superdesenvolvimento, superenriquecimento, em benefício de novas aristocracias capitalistas (não unicamente

localizadas nos bastiões capitalistas tradicionais e nas classes burguesas);
— zonas de subdesenvolvimento relativas;
— e mesmo verdadeiras zonas de empobrecimento absolutas, de modo que se cave a pirâmide social em outra parte.

É entre esses dois extremos que uma disciplinarização geral da força coletiva de trabalho e um cerco, uma segmentarização dos espaços mundiais podem instituir-se. A livre circulação dos bens e das pessoas tornou-se privilégio das novas aristocracias integradas. Todas as outras categorias de população são "designadas a residência" num setor particular do planeta, que tende a se tornar ele próprio uma verdadeira fábrica mundial, à qual são anexados campos de trabalho forçado, guetos e também campos de extermínio, campos de morte em escala de país inteiro (ex.: o Camboja). Assim, o CMI pode fazer coexistir uma perspectiva de "progresso social" nas zonas opulentas (melhora das condições de vida e das condições de trabalho, do ponto de vista da duração, e da qualidade das relações humanas, etc.) com uma política de contenção e mesmo de exterminação da força coletiva de trabalho de outras regiões.

Esta nova segmentarização do *socius*, combinada com uma segregação ordenada em escala mundial, são, pois, a conseqüência direta do cerco do CMI. É por meio da desterritorialização de sua multicentragem e de suas técnicas de integração que consegue manter juntos todos esses segmentos, ultrapassar as disparidades que institui, e dominar os mais diversos sistemas sociais. Vemos, por exemplo, na França, que é o conjunto da vida social que se acha remodelado. Ali onde, no Leste, de pai para filho se vivia do aço, o CMI decide liquidar a paisagem industrial. Em outro lugar, o espaço será transformado em zona turística, ou em zona residencial para as elites. Níveis de padrão de vida são subvertidos ao nível de regiões inteiras. Mas essas perturbações, especialmente aquelas ligadas à instauração do Mercado Comum, contribuíram para reavivar particularismos e sentimentos nacionalitários (córsicos, bretões, bascos, etc.). Esta redefinição permanente dos segmentos sociais, repito, não se refere unicamente a questões econômicas. Interfere constantemente nas áreas mais individuais e mais inconscientes da vida social, sem que seja possível estabelecer uma ordem de causalidade unívoca entre os níveis planetários e os níveis moleculares.

Eu não saberia enumerar aqui todos os novos axiomas de segmentariedade que tendem a dirigir o conjunto das relações sociais e dos agenciamentos moleculares (relações familiares, relações conjugais e domésticas, função de educação, de justiça, de assistência, etc.). Todos

são ligados entre si e todos concorrem para adaptar a vida social e econômica às exigências do CMI.

Em que condição ainda vale a pena continuar a viver num sistema desses? Que laços inconscientes fazem com que se continue a aderir a ele apesar de tudo? Essa é a nova "questão social". Veremos que a axiomatização do CMI não poderia impedir que novos agenciamentos humanos, novas máquinas de guerra revolucionária se constituam para ir contra a sua lógica totalitária e para organizar o *socius* em outras bases.

Examinemos antes algumas características "regionais" dessa nova segmentariedade.

II. As novas segmentariedades do CMI

1. A segmentariedade transnacional

O antagonismo Leste-Oeste tende a perder a sua consistência. Mesmo por ocasião das fases de tensão aguda, como a que persiste há alguns anos, tende a tomar um ar artificial, quase teatral. Isso se deve ao fato de que o essencial das contradições não se situa mais no eixo Leste-Oeste, mas no eixo Norte-Sul, ficando claro que se trata sempre, afinal de contas, de o CMI poder assegurar para si o controle de todas as zonas que tendem a escapar dele, e de que existem Zonas Norte e Zonas Sul no interior de cada país. Bastaria então dizer que a nova segmentariedade repousa no "cruzamento" entre o fenômeno essencial constituído pela guerra permanente estabelecida entre Norte-Sul, e o fenômeno secundário das rivalidades Leste-Oeste. Seria totalmente insuficiente.

A clivagem: Terceiro Mundo em vias de desenvolvimento (e mesmo de superdesenvolvimento nos países petrolíferos) e Terceiro Mundo em vias de empobrecimento absoluto, em vias de exterminação, transformou-se em um novo dado essencial da situação atual. Outras modificações devem igualmente ser levadas em conta. A oposição entre o capitalismo transnacional, multinacional, os grupos de pressão internacionais, por um lado, e, por outro, o capitalismo nacional (oposição que continua sendo o princípio classificatório exclusivo da maior parte dos PCs), embora subsistindo localmente, não é mais realmente pertinente de um ponto de vista global. Na verdade, todas as contradições internacionais se organizam entre si, se cruzam, desenvolvem combinações complexas que não se resumem a sistemas de eixo Leste-Oeste, Norte-Sul, nacional-multinacional, etc. Proliferam como uma espécie

de rizoma multidimensional, incluindo inúmeros traços, singularidades geopolíticas, históricas, religiosas, etc. Nunca seria demais insistir sobre o fato de que as respostas do CMI a essas situações específicas não advêm de um programa geral, não dependem de um centro diretor. A axiomatização do CMI não se fundamenta em análises ideológicas: *faz parte de seu processo de produção*.

Num contexto desses, qualquer perspectiva de luta revolucionária circunscrita a espaços nacionais, qualquer perspectiva de tomada de poder político pela ditadura do proletariado é cada vez mais ilusória. Os projetos de transformação social serão condenados à impotência enquanto não se inserirem em uma estratégia subversiva em escala planetária, tão desterritorializada como a do CMI.

2. A nova segmentariedade européia

A oposição no interior da Europa entre o Leste e o Oeste também parece estar sendo levada a evoluir muito nos próximos anos. O que nos parece ser mais um antagonismo fundamental será provavelmente cada vez mais "fagocitável", negociável em todos os níveis pelo CMI. Nada de "modelo germano-americano", nada de retorno ao fascismo de antes da guerra, etc. Mas antes evolução, por aproximações sucessivas, para um sistema de democracia autoritária de um novo tipo.

Os métodos de repressão e de controle social dos regimes do Leste e do Oeste tendem progressivamente a se aproximar uns dos outros: um espaço repressivo europeu do Ural ao Atlântico virá talvez substituir o atual espaço judiciário europeu. E os Partidos Comunistas europeus não serão os últimos a trabalhar nesse sentido. Pensou-se durante algum tempo que o enfraquecimento relativo da oposição Leste-Oeste dentro da Europa seria acompanhado de um fortalecimento da oposição entre a Europa do Norte e a Europa do Sul. Mas nessa direção também não iremos até uma nova guerra de Secessão. Também nesse caso, o CMI ajeita sua segmentariedade econômica e social em referência a uma estratégia mundial que não vai deixar se desenvolverem situações irreparáveis em seus principais baluartes europeus. Acrescente-se a isso que as ameaças secessionistas no interior dos países da Europa do Leste, consideravelmente reforçados pelo caso polonês, encorajarão certamente os dirigentes ocidentais e os da URSS a negociar entre si um novo *status quo*, um novo Ialta.

3. A segmentariedade molecular

Encontramos constantemente dois tipos de conflitualidade nos espaços capitalistas:

a) lutas de interesses, lutas econômicas, lutas sociais, lutas sindicais no sentido clássico;

b) lutas relativas às liberdades, novos questionamentos da vida cotidiana, do ambiente do desejo, etc., que agruparei no registro "revolução molecular".

As lutas de interesses, as questões de nível de vida continuam sendo portadoras de contradições essenciais. Não se trata de subestimá-las. Contudo, podemos levantar a hipótese de que, na falta de uma estratégia global, elas sempre darão margem à sua recuperação, à sua integração pela axiomática do CMI. Nunca darão por si sós em uma transformação social positiva. As confrontações tipo 1848, Comuna de Paris, ou 1917 na Rússia, se tornaram altamente improváveis, assim como as nítidas rupturas classe contra classe que preparam a redefinição de um novo tipo de sociedade. Em caso de prova de força maior, o CMI está em condições de desencadear uma espécie de plano ORSEC internacional e de plano Marshall permanente. Os países europeus, o Japão e os EUA podem subvencionar com perdas, e durante um longo período, a economia de um país capitalista em perigo. Quando se trata de sua sobrevivência, o CMI pode funcionar como uma espécie de companhia de seguros internacional, capaz de enfrentar, tanto no plano financeiro como no plano repressivo, as provas mais difíceis.

Então o que vai acontecer? A crise atual desembocará num novo *status quo* social, num esquadrinhamento dos desempregados, dos marginais, num *Welfare-State* generalizado, combinado com o arranjo aqui e acolá de alguns redutos de liberdade? É uma possibilidade, mas não a única. Assim que nos livramos dos esquemas simplificadores, percebemos que as grandes potências capitalistas, inclusive a Alemanha ou o Japão, não estão livres de grandes perturbações sociais. De qualquer modo, parece, ao menos na França, que a situação evoluirá para uma liquidação do equilíbrio sociológico que se manifestava há decênios por uma relativa paridade entre as forças de esquerda e as forças de direita. Parece que nos orientamos para um corte do tipo: 90% do lado de uma massa conservadora, apavorada, embrutecida pelos meios de comunicação de massa e 10% do lado dos minoritários mais ou menos refratários. Se abordamos estes problemas do ângulo, não mais apenas das lutas de interesses, mas das lutas moleculares, aí o panorama muda. O que aparece nesses mesmos espaços aparentemente bem controlados e asseptizados é uma espécie de guerra social

bacteriológica, algo que não se afirma mais segundo frentes claramente delimitadas (frentes de classe, lutas reivindicatórias), mas sob uma forma de perturbação molecular difícil de apreender. Múltiplos vírus deste gênero já trabalham o corpo social na sua relação com o consumo, com a produção, com o lazer, com os meios de comunicação, com a cultura, etc. (reações de recusa ao trabalho em sua forma atual, questionamento da vida cotidiana, contestação do sistema de representação política, rádios livres, etc.). Assim, não param de ocorrer mutações na subjetividade consciente e inconsciente dos indivíduos e dos grupos sociais cujos efeitos são imprevisíveis no contexto da atual crise.

III. Novas máquinas de guerra revolucionária, agenciamentos de desejo e luta de classe

Até onde poderá ir essa revolução molecular? Não estará condenada, na melhor das hipóteses, a vegetar nos guetos de marginais, como os de Frankfurt e de Berlim Oeste? Será que a "sabotagem molecular" da sociedade atual basta-se a si mesma? A revolução molecular deverá, ao contrário, se aliar às forças sociais do nível molar? A tese central aqui defendida é a de que os axiomas do CMI (cerco, desterritorialização dos antigos espaços nacionais, regionais, profissionais, etc., multicentragem, novas segmentariedades) não triunfarão nunca, não importa quais sejam suas capacidades recuperadoras. Os recursos do CMI são talvez infinitos na ordem da produção e da manipulação das instituições e das leis. Mas eles se chocam e se chocarão cada vez mais violentamente contra um verdadeiro muro ou antes contra um emaranhado de tramóias intransponíveis no campo da economia libidinal dos grupos sociais. Isso se deve ao fato de que essa revolução molecular não se refere apenas às relações cotidianas entre homens, mulheres, homossexuais, heterossexuais, crianças, adultos, etc., e os "guardiões" de todas as categorias. *Ela intervém também no interior da produção econômica enquanto tal.* Encontra-se no seio dos processos mentais ativados pela nova divisão mundial do trabalho e pela revolução informática da era dita pós-industrial. *O impulso das forças produtivas depende dela.* E é por isso que o CMI não poderá contorná-la. Ela é portadora de coeficientes de liberdade inassimiláveis, irrecuperáveis pelo sistema dominante. Isso não significa que automaticamente seja portadora de revolução social. Não foi uma revolução molecular que precedeu o advento do Nacional-socialismo na Alemanha?

O melhor e o pior podem decorrer desse tipo de fermentação, cujo resultado depende essencialmente da capacidade dos agenciamentos explicitamente revolucionários em encontrar sua articulação com as lutas de interesse, políticas e sociais. Essa é a questão essencial. Na falta de uma tal articulação todas as mutações de desejo, todas as revoluções moleculares, todas as lutas pelos espaços de liberdade não conseguirão nunca engatar transformações sociais e econômicas libertadoras em grande escala.

Como imaginar que máquinas de guerra revolucionária de tipo novo consigam se engastar ao mesmo tempo nas contradições sociais manifestas e nessa revolução molecular?

A atitude da classe política e da maioria dos militantes profissionais, quanto a esses problemas, embora reconheçam a importância desses novos domínios de contestação, geralmente consiste em declarar que nada de positivo se deve esperar de imediato: "Primeiro, é preciso que tenhamos alcançado nossos objetivos no plano político antes de poder intervir nessas questões de vida cotidiana, escola, relação entre grupos, convívio, ecologia, etc...". Quase todas as correntes da esquerda, da extrema-esquerda, da autonomia, etc. (situação manifesta na Itália no período de 77) se encontram nessa posição. Cada um a seu modo está disposto a explorar os "novos movimentos sociais" que se manifestaram a partir dos anos 60, mas ninguém nunca se coloca a questão de imaginar os instrumentos de luta realmente adaptados àqueles. Quando se trata desse vago universo dos desejos, da vida cotidiana, das liberdades concretas, uma estranha surdez e uma miopia seletiva atacam os porta-vozes titulares das formações tradicionais. Ficam em pânico diante da idéia de que uma desordem perniciosa possa contaminar seus bandos. "Os bichas, os loucos, as rádios livres, as feministas, os ecologistas, os *emarginati*, tudo isso no fundo é meio barra!" Seu problema, na verdade, provém do fato de que é sua própria pessoa enquanto militante, seu funcionamento pessoal (não só suas concepções em matéria de organização, mas também seus investimentos afetivos num certo tipo de organização) que é novamente posto em questão.

As organizações políticas e sindicais atuais aos poucos foram se tornando assimiláveis aos *equipamentos de poder*. Independente do fato de aqueles que participam delas se declararem de esquerda ou de direita, elas funcionam de acordo com o conformismo geral: trabalham para que os processos moleculares entrem em conformidade com as estratificações molares. De fato, o CMI nutre-se desse gênero de equipamento de poder. As economias ocidentais não poderiam mais funcionar hoje sem os sindicatos, as Comissões de Fábrica, os Seguros

Sociais, os partidos de esquerda e talvez também... os grupelhos de extrema-esquerda.

Portanto, não há muito que esperar desse lado. Pelo menos na Europa. Pois em países como, por exemplo, os da América Latina, esse tipo de formação talvez ainda deva desempenhar um papel importante. (Embora, também aí, as questões relativas à revolução molecular sem dúvida se colocarão com uma agudeza cada vez mais forte: questão racial, questão feminina, questão das favelas, etc.) De qualquer modo, compromissos, composições reformistas continuarão a surgir nos países capitalistas desenvolvidos. Manifestações simbólicas ou violentas continuarão a animar a atualidade. Mas nada disso nos aproximará de maneira alguma de um verdadeiro processo de transformação revolucionária.

Retornamos à dolorosa questão: como "inventar" novos tipos de organizações capazes de operar de acordo com essa junção, esse acúmulo de efeitos das revoluções moleculares, lutas operárias, lutas de emancipação no interior do Terceiro Mundo e capazes de responder, caso por caso (o que não significa necessariamente um atrás do outro), a transformações segmentares que justamente têm como conseqüência o fato de que não se possa mais falar de massas indiferenciadas. Como tais agenciamentos de luta, diferentemente das organizações tradicionais, conseguirão desenvolver meios de análise que lhes permitam não serem surpreendidos nem pelas inovações institucionais e tecnológicas do capitalismo, nem pelos embriões de resposta revolucionária que os trabalhadores e as populações submetidas ao CMI experimentam em cada etapa. Ninguém é capaz de definir, hoje, o que serão as futuras formas de coordenação e de organização dos futuros movimentos revolucionários, mas o que parece evidente é que implicarão, a título de premissa absoluta, no *respeito à autonomia e à singularidade de cada uma de suas componentes*. Fica claro, desde agora, que sua sensibilidade, seu nível de consciência, seus ritmos de ação, sua justificação teórica não coincidirão. E parece desejável e mesmo essencial que suas contradições, seus antagonismos não possam ser "resolvidos" nem por uma dialética constrangedora, nem por aparelhos de direção que os dominem e os oprimam.

Então, afinal, que forma de organização? Alguma coisa vaga, fluida? Um retorno às concepções anarquistas da *belle époque*? Não necessariamente. E certamente não mesmo. A partir do momento em que esse imperativo do respeito aos traços de singularidade e de heterogeneidade dos diversos segmentos de luta fosse reconhecido, seria possível, com objetivos delimitados, que um novo modo de estruturação — nem vago nem fluido — pudesse se desenvolver. As realidades com as

quais se defronta a revolução molecular, tanto quanto a revolução social, são pesadas; clamam pela constituição de aparelhos de luta, máquinas de guerra revolucionária eficazes. Mas para que organismos de decisão e de luta fiquem "toleráveis", não sejam rejeitados como engastes nocivos, é indispensável que não sejam *portadores de nenhuma "sistemocracia"*, nem a um nível inconsciente, nem a um nível ideológico manifesto. Muitos do que experimentaram o caráter pernicioso das formas tradicionais de militantismo contentam-se, hoje, em reagir de maneira mecanicamente hostil a qualquer forma de organização, e mesmo a qualquer pessoa que pretendesse, por exemplo, assumir a presidência de uma reunião, a redação de um texto, etc. Na medida em que a primeira preocupação de um movimento revolucionário fosse uma autêntica união entre as lutas molares e os investimentos moleculares, a questão da criação de instrumentos não só de informação, mas também de decisão e de organização, se colocaria de uma nova forma. (Em escala microssocial, local, nacional, internacional.) Com tudo o que isso possa eventualmente implicar de rigor e de disciplina de ação, em certas situações, mas segundo métodos radicalmente diferentes dos métodos dos social-democratas e dos bolcheviques. *Não programáticos, mas diagramáticos*, isto é, que não invalidem as realidades contingentes e as singularidades da ordem do desejo.

O que mais dizer a respeito dessa complementaridade (e não apenas coexistência pacífica) entre:

1) um trabalho analítico-político, relativo ao inconsciente em suas dimensões sociais e individuais;

2) novas formas de luta pelas liberdades (do tipo da de uma federação dos grupos "SOS *libertés*", como o CINEL[1] — preconiza);

3) as lutas das múltiplas categorias sociais "não garantidas", marginalizadas pela nova segmentariedade do CMI;

4) as lutas sociais mais tradicionais?

Algumas tentativas nesse sentido, que conhecemos nos EUA, na Itália, na França, etc., não serviriam como modelo. Entretanto, através de múltiplas tentativas desse tipo, por mais parciais que sejam, por maiores que sejam seus "altos" e "baixos", é que avançaremos na reconstrução de um autêntico movimento de transformação social. A esse respeito, podemos nos preparar para os encontros mais imprevistos: para o aparecimento de personagens tão surpreendentes como o Juiz Bidalou,[2] ou o humorista Coluche,[3] para o desenvolvimento de técnicas subversivas ainda inimagináveis, particularmente no âmbito dos meios de comunicação e da informática.

Os movimentos operários e os movimentos revolucionários organizados ainda estão longe de compreender a importância desses novos

problemas de organização e de "sensibilidade". Deveriam reciclar-se o mais depressa possível, entrando na escola do CMI que, por seu lado, conseguiu os meios de inventar novas armas para enfrentar as perturbações que suas reconversões e sua nova segmentariedade acarretam. O CMI não possui teóricos nessas questões. Não precisa. Basta que tenha uma prática sistemática; sabe o que é a multicentragem das decisões. Não lhe causa dificuldades não dispor de estado-maior central de super-birô político para se orientar nas situações complexas. (Com o risco de fazer crer na existência de tais estados-maiores, donde o mito criado em torno da famosa "Comissão Trilateral". Induz à idéia de que ali é que está a transa, que é esse alvo que se deve visar, quando os verdadeiros agentes, os verdadeiros centros de decisão estão, sem dúvida, em outro ponto totalmente diferente.)

Enquanto continuarmos prisioneiros de uma concepção das relações sociais herdada do século XIX, a qual não tem muito a ver com a situação atual, ficaremos fora da realidade, continuaremos a dar voltas em nossos guetos, ficaremos indefinidamente na defensiva, sem conseguir apreciar o alcance dessas novas formas de resistência que surgem nos mais diversos campos. Trata-se, portanto, de primeiramente medir em que grau estamos contaminados pelos artifícios do CMI. O primeiro desses artifícios é o sentimento de impotência que conduz a uma espécie de "abandonismo" às suas "fatalidades". Por um lado, o Gulag; por outro, as migalhas de liberdades do capitalismo, e, afora isso, aproximações fajutas com um vago socialismo cujas fronteiras iniciais e finais não se vêem. Quer sejamos de esquerda ou de extrema-esquerda, quer sejamos políticos ou apolíticos, temos a impressão de estar encerrados dentro de uma fortaleza, ou, antes, dentro de uma cerca de arame farpado, que se estende não apenas por toda a superfície do planeta, mas também por todos os cantos do imaginário. E, entretanto, o CMI é, sem dúvida, muito mais frágil do que parece. Pela natureza de seu desenvolvimento, tende a se fragilizar cada vez mais. Certamente ainda conseguirá resolver numerosos problemas técnicos, econômicos e de controle social. Mas as mutações moleculares escaparão cada vez mais do seu controle. De agora em diante, um outro tipo de sociedade está sendo gerado, através dos modos de sensibilidade, relações sociais, relações de trabalho, na cidade, no ambiente, na cultura, no seio do inconsciente social. À medida que se sentir ultrapassado por essas ondas de transformações, cuja natureza e contornos lhe escapam, o CMI se enrijecerá. Parece ser esse o sentido do terrível recrudescimento reacionário que se faz sentir atualmente em Paris, Roma, Londres, Nova Iorque, Tóquio, Moscou, etc. Mas as centenas de milhões de jovens que se defrontam com o absurdo desse sistema,

em toda a superfície do planeta, constituem igualmente uma onda portadora de um outro futuro. Os neoliberais de toda espécie se iludem se crêem verdadeiramente que as coisas se arranjarão por si sós no melhor dos mundos capitalistas. Pode-se racionalmente conjecturar que as mais diversas provas de força revolucionária irão se desenvolver nos próximos decênios. Cabe a cada um de nós apreciar em que medida — por menor que seja — podemos contribuir para a criação de máquinas revolucionárias políticas, teóricas, libidinais, estéticas, capazes de acelerar a cristalização de um modo de organização social menos absurdo do que o atual.

NOTAS

(1) N. do Trad.: O CINEL, do qual participa Guattari hoje, é um organismo informal constituído por intelectuais de diversas áreas, artistas, trabalhadores, militantes, políticos, etc., que tem, além de um intenso trabalho teórico — este ensaio, por exemplo, foi preparado para um seminário do grupo —, uma intensa e variada atividade política:

— pronunciamentos sobre problemas políticos em toda a Europa. Exemplo: na Itália, a repressão em Bolonha em 1977, os casos Toni Negri, Franco Piperno, etc. Na Alemanha, a campanha contra o pedido de extradição de Klaus Croissant, advogado do grupo de Baader, que se encontrava refugiado na França;
— participação de encontros internacionais para a reflexão conjunta de diversas correntes sobre o impasse político atual e a violenta guinada para a direita, visando a organização contra a repressão articulada a nível europeu, que se constata por exemplo na instauração de um espaço judiciário comum para os países da Europa. O encontro "Tunix" em Berlim, em 1978, ou o de Roma, em 1979, foram alguns deles;
— iniciativas de articulação internacionais de revolução molecular, como o Festival *Antibrouille*, que visava articular as rádios livres a nível europeu;
— incentivo à implantação de "comissões de defesa ativa" contra a repressão, não só nos "grandes casos" políticos, mas também no microfascismo galopante de que vêm sendo vítimas os jovens, os trabalhadores imigrados, os militantes nacionalitários, etc.

Só estas atividades do CINEL já bastaram para provocar problemas com a polícia e a justiça: processo pelas rádios livres, prisão de um cineasta do grupo, perquisição e ameaças nas residências de alguns membros do grupo, inclusive de Guattari, e, o que é mais grave, com a acusação de que o CINEL seria o "filão francês" de uma vasta rede terrorista mundial. Isto se enquadra na atual tendência da justiça européia para imaginar altos comandos ocultos e selecionar bodes expiatórios para explicar o recrudescimento da violência e dos ilegalismos nos países desenvolvidos, justificando sua total impotência diante desse fato. É evidente que estes supostos altos comandos nunca são encontrados. É neste contexto, por exemplo, que foram presos Toni Negri, Franco Piperno e outros na Itália, ou que se deram os casos Graindorge na Bélgica, etc. Iniciativas como a do CINEL são muito importantes dentro do marasmo em que encontra

a esquerda européia neste momento, dominada por visões que confundem mutação molecular profunda e irreversível com fim da história. Caso na França, por exemplo, do espírito dos "novos filósofos", que propõem a renúncia a toda e qualquer perspectiva de resistência militante à ordem dominante, justificada por uma suposta hegemonia irreversível de um conformismo da massa e propondo a urgência de um retorno aos valores transcendentais do monoteísmo; ou de Bandrillard, que fala em "morte do político", ou "implosão do social"; ou da volta de certos líderes de 68 às ideologias e às práticas de grupelho. Importância política também da heterogeneidade interna no grupo, que por si só já se constitui na dissolução da separação entre categorias sociais, sobretudo entre "intelectuais" e "manuais", e na possibilidade de que a teoria seja produzida por um "agenciamento coletivo de enunciação". Importância da continuidade existente entre a singularidade de cada movimento na vida militante do grupo e a construção de parâmetros teóricos.

(2) N. do Trad.: Bidalou é o nome de um juiz *punk* que foi suspenso.

(3) N. do Trad.: Coluche, nome artístico de Michel Colucci, é um cômico francês de 36 anos que iniciou sua carreira no café-teatro de nome Café de la Gare, adotando um humor no estilo anarco-pós-68. Muito popular — seus discos ocupam o segundo lugar nas paradas de sucessos —, Coluche candidata-se, em outubro de 80, às eleições presidenciais de 1981. Apresentado como "candidato das minorias", em novembro, já em dezembro as sondagens apontavam-lhe uma média de 15% dos votos. Chegou a falar em "efeito Coluche" para nomear este modo paradoxal de manifestação de uma recusa social ao sistema vigente, revelada nestas sondagens. Manteve sua candidatura durante algum tempo, preservando através dela o espaço para o humor e para certas colocações políticas, normalmente excluídas da cena do discurso eleitoral, a começar pelo próprio fato de sua candidatura, pois se já como cômico faz do Estado-espetáculo um show de derrisão, como candidato ao poder de Estado este significado fica duplamente sublinhado.

Vinte e duas linhas máquina

Sentido único sem sentido/ *Feed-Back* máquinas técnicas — Arte — *socius* sistemas semióticos/ Máquinas cada vez mais desterritorializadas/ liquidação universais, significante, etc./ Máquinas abstratas = cristalização de potencialidades, dança muda em deca coordenadas tempo, espaço, substâncias de expressão, matéria intensiva/ abolição pontos fixos transcendente história/ invariantes provisórias tecidas em filo maquínico/ agenciamentos coletivos/ ruptura enunciação individuada/ sujeito responsável-culpado *out*/ *splitting* do ego, falta, falo, complexos estruturalizados e lingüistizados, tradutibilidade universal, *out*, *out*, *out*... Significação sempre caso de poder/ significações dominantes/ gramaticalidade dominante/ especialistas interpretação = polícias do significante/ Para as bandas do desejo = potência-rizoma/ Para as bandas do poder = buraco negro, arborescência, hierarquia, Maniqueísmo dos valores/ fim do quanto a si = devir animal, planta, cosmos/ devir mulher, criança = desfazer estratificações do poder/ rizoma, entradas múltiplas = máquinas técnicas, arte, *socius*, sistemas semióticos — sentido único sem sentido/ mutações máquinas abstratas, plano consistência maquínica/ extratos — representação — produção — signo — coisa — *socius*, *out*/ ruptura oposição sujeito — objeto/ semiotização aberta/ agenciamentos maquínicos/ processo coletivo enunciação — produção/ sujeito transcendental *out*/ multiplicidades/ intensidades desterritorializadas/

* REFERÊNCIAS DOS ARTIGOS APRESENTADOS:

"Somos Todos Grupelhos", *in Psychanalyse et Transversalité*. Extraído de *L'Idiot Liberté*, nº 1, dez. de 1970.

"As Lutas de Desejo e a Psicanálise", *in La Révolution Moleculaire* (Recherches e 10/18) — Palestra proferida em 1973 no 1º Colóquio de Milão "Psicanálise e Política", originalmente publicada no nº da coleção 10/18 que leva o nome do colóquio e na Itália por Feltrinelli.

"Devir Mulher", *in La Révolution Moléculaire* (Recherches e 10/18); extraído de uma entrevista realizada por Christian Descamps para *La Quinzaine Littéraire*, nº 215, agosto de 1975.

"Três Milhões de Perversos no Banco dos Réus", *in La Révolution Moléculaire* (Recherches e 10/18); extraído de "Trois Milliards de Pervers — Grande Encyclopédie des Homossexualités,", *Recherches* nº 12, Fontenay-sous-Bois, março de 1973.

"Cheguei até a Encontrar Travestis Felizes", *in La Révolution Moléculaire* (Recherches e 10/18); extraído de *Libération* de 3 de abril de 1975, por ocasião da apresentação dos *Mirabelles* em Paris, no teatro Renelagh, com o espetáculo "Feras".

"Gangues em Nova Iorque", *in La Révolution Moléculaire* (Recherches e 10/18); extraído de um projeto de pesquisa sobre formas alternativas de organização social em vários países.

"As Creches e a Iniciação", *in La Révolution Moléculaire* (Recherches e 10/18); extraído de *Recherches* nº 27, Fontenay-sous-Bois, maio de 1977, número sobre creches dirigido por Liane Mozère e Geneviève Aubert.

"Milhões e Milhões de Alices no Ar", *in La Révolution Moléculaire* (Recherches e 10/18); originalmente, introdução a *Radio Alice, Radio Livre*, Jean-Pierre Delarge.

"Devir Criança, Malandro, Bicha", *in La Révolution Moléculaire* (Recherches e 10/18); extraído de entrevista realizada por Lucien Martin e publicado em *Les Cahiers Pédagogiques*, nº 152, março de 1977, com o título de "Em Torno da Escola".

"A Autonomia Possível", *in La Révolution Moléculaire* (só em 10/18); extraído da revista italiana *Métropoli*, nº 2, 1979.

"O Fim dos Fetichismos", *in La Révolution Moléculaire* (Recherches e 10/18); extraído de entrevista realizada por Arno Munster para o jornal alemão *Frankfurter Rundschau*, de 17 de janeiro de 1973, à qual Guattari acrescentou uma introdução.

"A Transversalidade", *in Psychanalyse et Transversalité*; recompilado de relatório apresentado no 1º Congresso Internacional de Psicodrama, em Paris, em setembro de 1964, originalmente publicado no nº 1 da *Revue de Psychothérapie Institutionnelle*.

"A Transferência", *in Psychanalyse et Transversalité*; compilação de palestra proferida no GTPSI em 1974.

"Mary Barnes ou o Édipo Antipsiquiátrico", *in La Révolution Moléculaire* (Recherches e 10/18); extraído de artigo publicado no *Le Nouvel Observateur*, em 28 de maio de 1973.

"A Trama da Rede", *in La Révolution Moléculaire* (Recherches e 10/18); compilação de relatório para imprensa, redigido, após discussão coletiva, no final do primeiro encontro da rede que se deu em Bruxelas, em janeiro de 1975, incluída na coletânea de textos deste encontro, publicada em 10/18, *Alternative à la Psychiatrie — Collectif Internacional*.

"Antipsiquiatria e Antipsicanálise", *in La Révolution Moléculaire* (Recherches e 10/18); extraído de entrevista realizada por Jean-Jacques Brochier para um número especial de *Le Magazine Littéraire* intitulado "O Movimento das Idéias — Maio de 1969/maio de 1976".

"Pistas para uma Esquizoanálise — Os Oito Princípios", *in L'Inconscient Machinique*.

"O Amor de Swann Como Colapso Semiótico", *in L'Inconscient Machinique*.

"Falação em Torno de Velhas Estruturas e Novos Sistemas", *in Cahiers Critiques de Thérapie Familiale et de Pratiques de Reseaux, Reseaux Systèmes — Agencements*, órgão oficial do Institut d'Études de la Famille et des Systèmes Humains, Gama, Bruxelas; relatório de palestra proferida nas jornadas de trabalho organizadas por aquele Instituto, em 15 de junho de 1980.

"O Inconsciente Maquínico e a Revolução Molecular", relatório inédito de conferência proferida no México em janeiro de 1981.

"Micropolítica do Fascismo", *in La Révolution Moléculaire* (Recherches e 10/18); reprodução de palestra proferida no colóquio "Psicanálise e Política" em Milão, em 1974; originalmente publicada na Itália por Feltrinelli, nos EUA na revista *Semiotext*, e na França por Seuil.

"O Capital como Integral das Formações de Poder", *in Échafaudages*, CINEL, "Collection les Temps Mêlés", Recherches, Paris, 1979; relatório de palestra proferida em seminário do grupo CINEL.

"O Capitalismo Mundial Integrado e a Revolução Molecular", relatório inédito de palestra proferida em seminário do grupo CINEL, em 1980.

ÍNDICE DE SIGLAS

CERFI — Centre d'Études, de Recherches et de Formation Institutionnelles (Centro de Estudos, de Pesquisas e de Formação Institucionais).
GTPSI — Groupe de Travail de Psychologie et de Sociologie Institutionnelles (Grupo de Trabalho de Psicologia e de Sociologia Institucionais)
FGERI — Fédération des Groupes d'Études et de Recherches Institutionnelles (Federação dos Grupos de Estudos e de Pesquisas Institucionais)
CINEL — Centre d'Initiative pour de Nouveaux Espaces de Liberté (Centro de Iniciativa por Novos Espaços de Liberdade)
GIA — Groupe d'Information sur les Asiles (Grupo de Informação sobre os Asilos)
GIP — Groupe d'Information sur les Prisons (Grupo de Informação sobre as Prisões)
UNEF — Union Nationale des Étudiants Français (União Nacional dos Estudantes Franceses)
SNESup — Syndicat National de l'Enseignement Supérieur (Sindicato Nacional do Ensino Superior)
UEC — Union des Étudiants Communistes (União dos Estudantes Comunistas)
CMI — Capitalisme Mondial Integré (Capitalismo Mundial Integrado)
CGT — Confédération Générale des Travailleurs (Confederação Geral dos Trabalhadores)
CFDT — Confédération Française Démocratique du Travail (Confederação Francesa Democrática do Trabalho)
PCF — Parti Communiste Français (Partido Comunista Francês)
PSU — Parti Socialiste Unifié (Partido Socialista Unificado)